ENCICLOPÉDIA DO GOLPE VOL. 2

O PAPEL DA MÍDIA

COORDENADORES
Giovanni Alves
Maria Inês Nassif
Miguel do Rosário
Wilson Ramos Filho

ORGANIZADORA
Mírian Gonçalves

ENCICLOPÉDIA DO GOLPE VOL. 2

O PAPEL DA MÍDIA

1ª edição 2018
Bauru, SP

PREFÁCIO

CARTA AO FUTURO EM TEMPOS DE HORROR

Maria Inês Nassif[1]

Os brasileiros ainda precisarão de mais alguns anos para entender a complexidade do golpe de Estado, que se iniciou no dia 31 de agosto de 2016, quando a presidenta eleita Dilma Rousseff (PT) foi levada à lona pelo Senado, num processo de impeachment autorizado pela Câmara no 17 de abril anterior.

Levamos, contudo, muito pouco tempo para entender a sua extensão.

Nos dias seguintes ao golpe, os cidadãos deste país assistiram a uma sucessão de horrores: para cada noite de sono, um dia de pesadelo; para cada noite mal dormida, uma manhã que revelava ao brasileiro médio mais uma conquista perdida, menos um direito; na esteira do circo midiático, prisões espetaculares de inocentes e shows de condenações, com base no "convencimento" de um juiz de primeira instância, cujo poder discricionário jamais foi questionado pelos tribunais superiores; desprezo igualmente espetacular pelo princípio básico de presunção de inocência; cenários de justiçamentos; climas de catarse coletiva, minuciosamente montados, para manter uma turba à beira da histeria, insuflada contra os governos anteriores; construção de climas que liberaram dessa massa apolítica, impregnada de preconceitos de classe, os piores fantasmas: o racismo, a misoginia, a homofobia, o horror ao pobre; e até o fascismo. Simultaneamente a isto, aos poucos, e como prêmio por serviços prestados ao golpe, eram liberados das malhas judiciais golpistas conhecidos e comprovadamente predadores dos cofres públicos, exceto alguns poucos mantidos na cadeia para fingir que a Justiça atingia indiscriminadamente qualquer partido.

No momento em que este Volume 2 da Enciclopédia do Golpe era concluído, a Operação Lava Jato, ação estratégica na conformação do clima que conduziria ao golpe e à exclusão física, do cenário político, dos adversários do novo regime, pelo aprisionamento ou pela inelegibilidade, ou ambos, cumpria o seu principal

1 Jornalista.

objetivo: levar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a uma condenação em segunda instância, o que já permitiria a decretação de sua prisão.

Por garantia, a Justiça acumulava mais oito processos em andamento que, se julgados como fez no primeiro deles o "muso" do golpe, o juiz de primeira instância Sérgio Moro – sem que o Ministério Público tivesse mostrado sequer uma prova material de crime, e tampouco o julgador aceitado qualquer comprovação de inocência entre as fartamente apresentadas pela defesa – poderiam não apenas garantir a exclusão de Lula das eleições marcadas para outubro, mas sua prisão pelo resto da vida. Era a face da Justiça que aparecia, sem pejo, no golpe final contra as forças políticas da esquerda que, em 11 anos de governo, cometeram o crime de promover uma mudança histórica na estrutura social do país, por meio de uma política de inclusão e distribuição de renda nunca antes realizada.

Também sem pudor, o deputado Eduardo Cunha, presidente da Câmara e principal articulador do golpe parlamentar, foi o maestro do espetáculo transmitido ao vivo pelas emissoras de televisão, a sessão da Câmara que autorizaria o Senado a abrir o processo de impeachment contra a presidenta Dilma, reeleita com mais de 54 milhões de votos, apenas um ano e três meses após o início de seu segundo mandato. O processo seria concluído, também sem constrangimentos, pelos senadores da República, no dia 31 de agosto de 2016, numa sessão presidida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandoviski, à vontade no papel de avalista do golpe parlamentar.

Também sem pudor – aliás, sem qualquer tipo de pudor – assumiria o vice-presidente Michel Temer, que imediatamente voltaria a bater bola com o Congresso que paralisara completamente o segundo governo de Dilma Rousseff, até o golpe final de votação do seu impeachment.

Empossado ilegítimamente, em pouco mais de um ano de governo o vice de Dilma, que teve participação mais que ativa nas conspirações para o assalto ao poder do qual ele seria o principal beneficiário, mostrou uma inegável força destruidora: fez uma política de terra arrasada em todos os setores onde a intervenção dos governos petistas no período Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) obtiveram resultados históricos de redução da desigualdade; com ajuda inestimável de Moro, entregou a Petrobras, que foi um agente importante do desenvolvimento econômico do país, e o petróleo do Pré Sal, à exploração de empresas estrangeiras; assacou contra a estrutura legal trabalhista e sindical, impondo uma regressão no tempo de mais de 60 anos (a Consolidação das Leis do Trabalho é de 1943, do governo de Getúlio Vargas, e foi jogada no lixo em novembro de 2017, quando projeto do governo Temer foi aprovado pelo Congresso).

Na área social, não houve uma ação de governo petista que permanecesse em pé: ocorreu uma redução drástica dos programas de complementação de renda; o Sistema Único de Saúde foi desidratado – enquanto os planos de saúde passaram a operar com uma liberdade nunca antes vista; as universidades federais abertas

por Lula entraram na lista das destruições programadas para o futuro, enquanto o Fies (Programa de Financiamento Estudantil), um dos responsáveis pela inclusão maciça de estudantes de baixa renda nas universidades, foi entregue ao sistema financeiro.

Os atores institucionais do golpe agiram como heróis do povo brasileiro, embora nenhum deles fosse ingênuo a ponto de ignorar o que estava em jogo: o desprezo à lei, à ordem institucional e principalmente ao voto popular. Provavelmente não teriam o apoio exasperado de uma elite perversa e de uma classe média politicamente ignorante e envenenada pelo preconceito se, ao longo de todo o processo de preparação e efetivação da rasteira dada no eleitor e nas normas legais, não tivessem o apoio incondicional da mídia. Aí está o parceiro mais forte e o protagonista mais ativo da aliança golpista, e a quem este segundo volume da Enciclopédia do Golpe se dedica.

Se daqui a alguns anos as mais novas gerações se dedicarem ao resgate desse período negro da história brasileira, que conspurcou uma democracia conquistada a duras penas depois de mais de duas décadas de regime militar (1964-1985), e cuja estabilidade era tida como um elemento definitivo na vida brasileira, provalmente considerará esse relato improvável se suas fontes de consulta forem os meios de comunicação que participaram ativamente do golpe. A estória construída pela mídia oligopolizada é outra. Por ela, o PT ascendeu ao poder para saquear o Estado; os governantes petistas eram incompetentes; Lula, um operário ignorante; Dilma, uma mulher histérica e desagradável, ao contrário da esposa de Temer, Marcela Temer, 43 anos mais nova que ele, "bela, recatada e do lar", segundo capa estampada pela revista Veja na semana em que Dilma foi afastada do cargo pela Câmara.

As instituições envolvidas no golpe, especialmente o Judiciário, eram as salvadoras da pátria.

Este volume não tem a pretensão de expor a verdade dos derrotados, pois a verdade é só uma: não é propriedade dos vitoriosos, nem dos derrotados. Na boa prática jornalistica desprezada pelos meios de comunicação golpistas, o fato não é relativo – pode ser manipulado ou usado a favor de um lado numa guerra ideológica, mas continua o único fato. O resto é mentira. O que aconteceu é o que aconteceu: não existem duas versões para um Congresso que se reúne e depõe uma presidente legitimamente eleita e entrega o poder a um vice de passado nebuloso; não há duas interpretações para um Judiciário que condena inocentes inventando interpretações sobre textos legais que variam conforme o réu; não há duas visões sobre uma mídia que omite, esconde e manipula. A nossa pretensão é contar o que aconteceu, e apontar a responsabilidade de cada um dos verdadeiros protagonistas do golpe e os demais inimigos da democracia e do voto no processo de contrução do pacto diabólico para demolir o futuro. A interpretação dos autores é sobre fatos, não sobre mentiras.

Este volume da Enciclopédia (o número 1 já foi lançado e outros ainda virão) trata especificamente do papel da mídia na desestabilização do regime democrático. Foram convidados, para esta tarefa de desnudar o papel do oligopolizado mercado brasileiro da informação, neste período sinistro da democracia brasileira, jornalistas, cineastas e especialistas em uma vasta área de conhecimentos – ciência política, sociologia, economia e direito.

Uma parte dos jornalistas que contribuíram com suas reflexões trabalhou em grandes jornais e revistas e viu, de dentro, a reconformação do protagonismo político da mídia eletrônica aos interesses do capital financeiro globalizado no qual o país se inseriu após os governos de Fernando Henrique Cardoso, a atuação político-eleitoral desses veículos, em regra contra o fantasma do PT e de Lula, e o acirramento do reacionarismo deles após a ascensão do partido de esquerda ao poder. Assistiu também a apropriação por esses veículos dos novos meios de comunicação eletrônico que surgiam, quer materialmente, quer ideologicamente. Já do lado de fora desses monstros midiáticos, em veículos alternativos, passaram a "cobrir" a ação da grande mídia, já tomada como peça fundamental na luta política que se desenrolava na sociedade contra governos eleitos pelo voto popular. Participaram de uma luta insana para repor a verdade, dentre tantos factóides criados – o "lulopetismo", o PTralha, o "aparelhismo" petista, o "saque aos cofres púbicos", a "corrupção endêmica". Participam ainda, e vão participar por muito tempo.

Os cientistas sociais, cientistas políticos e filósofos, por meio da quantificação, análise de discurso e entendimento da mídia como talvez o principal protagonista do golpe (só rivalizando com o Judiciário, outro poder sem voto dessa arena política), retiram o véu da imparcialidade da mídia e dão à intenção política desses grandes grupos familiares uma clareza cristalina. A imbricação desses interesses com os do capital financeiro e o uso da entidade "mercado" como indutor de ações políticas – uma entidade capaz de punir os que não concordarem com ela – é igualmente analisado. Os especialistas do direito traçam os caminhos da absurda aliança que se formou entre mídia, Justiça, Ministério Público e Polícia – todas essas instituições desgarradas do Estado, com autonomia perante as respaldadas pelo voto popular – em que a mídia cria o clima de pânico para justificar (ou até induzir) uma decisão judicial arbitrária, e a Justiça tem ações legitimadas pela interpretação benigna de seus abusos pelos barões da mídia e seus porta-vozes, num ciclo perverso de exclusão de adversários políticos pelo uso de poderes autodelegados. Tal como fazem e sempre fizeram os oligarcas com seus inimigos nos rincões do país ou os juízes que encarceram e condenam pobres por simples presunção de culpa nas grandes cidades, nas periferias e no interior, sem serem molestados por seus pares ou pela imprensa. A emergência dos piores preconceitos, como resultado da propaganda de guerra promovida pelos grandes meios de comunicação, também é abordada nesse capítulo.

Sem que nos déssemos conta, a batalha dos meios de comunicação, contra um governo que promovia acessos da maioria da população a espaços que então, até então, monopólio das classes mais altas, atingiu a vida de cada um como um grande Big Brother de "1984", de George Orwell. Casas foram devassadas, prisões feitas ao vivo pelas televisões, ex-mandatários fotografados derrotados e deprimidos em suas celas, acusados de crimes cometidos ou dos mais esdrúxulos crimes não cometidos, definidos por legislações intencionalmente abertas, nas quais cabem qualquer entendimento de culpa; reputações foram arrasadas por delações forçadas por uma espécie de tortura institucionalizada pelo juiz Moro, que punia com prisão por tempo indeterminado aqueles que não aceitassem incriminar alvos específicos, mesmo sem comprovação material do crime delatado. A Justiça jamais teria conquistado esse poder ameaçador das liberdades individuais, não fosse o estímulo e o encobrimento da mídia. A manipulação do apoio popular ao golpe e às arbitrariedades da Justiça também foi marcante. Fora da mídia alternativa, o brasileiro comum não teve conhecimento das construções de cenários, imagens e opiniões feitas para forjar um consenso que, na verdade, não existia.

Ao longo da leitura dos verbetes dessa Enciclopédia, o leitor perceberá a frequência das referências às Organizações Globo. Não é uma insistência de nossa parte, mas a simples constatação do papel fundamental desempenhado pelo grupo na construção e disseminação de propaganda antipetista e antiesquerda. A rede de tevê Globo dissemina pelos lares brasileiros propaganda política da pior espécie, travestida de noticiários encenados como referência de imparcialidade, desde sempre, e exerceu uma função primordial na preparação do golpe, que remonta a 2005: provocar climas de pânico e incitar o ódio. Assim foi na "descoberta" de uma "quadrilha" no interior da máquina pública para beneficiar o PT, no caso batizado pela mídia de "mensalão", cujos julgamentos, levados a termo em 2005, aliás, também são altamente discutíveis.

É da lavra das contribuições da Globo ao golpe o endeusamento da força-tarefa da Operação Lava Jato, que ganhou prestígio e "imunidade" legal para cometer os crimes jurídicos que bem entendesse. Os cenários dos julgamentos ocorridos no Supremo Tribunal Federal, parte da "saga nacional" encenada pelo grupo, servia à necessária catarse da punição, mas igualmente ao enquadramento público dos poucos ministros que discordavam do acordo geral de criminalização da esquerda. O padrão Globo cooptou todas as demais emissoras. Na imprensa, os grandes jornais – O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo – cumpriram a tarefa de estampar diariamente denúncias montadas pelo Ministério Público contra o governo, decisões judiciais desfavoráveis ao PT, meras suspeitas e boatos, e repercutir as chamadas "fake news".

Nunca a prática do mau jornalismo foi tão comum no Brasil. Especialmente pelas revistas – Veja, Isto É e Época, esta última do Grupo Globo, precursoras do uso de Fake News na sua versão jabuticaba tão debatida, mas apenas em função

das eleições norte-americanas que levaram o milionário Donald Trump ao poder, no fatídico 2016, como se o fenômeno nos fosse alheio.

Essas variáveis da atuação da grande mídia brasileira no golpe são combinadas também com as de inação dos governos do PT em relação ao problema. Uma real de política de democratização do direito à informação, da qual decorre logicamente a quebra do monopólio que poucas famílias detém sobre os meios de produção e divulgação de conteúdos jornalísticos, foi timidamente enfrentada pelos governos petistas. Essa grave omissão também é abordada pelo livro.

A Enciclopédia foi concebida como uma contribuição aos que viveram mais este golpe de Estado, para que juntos comecemos a montar as peças do quebra-cabeças e entender a complexidade deste período em que a luta de classes aflorou à pele da Nação, sem subterfúfios, sem máscaras e apesar de toda manipulação informativa. É dedicada também às gerações futuras, para que elas não sejam, como foi uma parte dos brasileiros contemporâneos, reféns da mentira disseminada como oxigênio pelos meios de comunicação hegemônicos, do abuso Judiciário, e da negação da soberania popular por uma instituição também originária do voto, o Legislativo.

Boa leitura.

INTRODUÇÃO

JORNALISMO À BRASILEIRA

Mino Carta[2]

Para entender a mídia nativa, é preciso entender o Brasil, desde a fundação da República até os dias de hoje. O País é medieval, no sentido mais turvo, atrasado, primitivo. A casa-grande e a senzala continuam de pé e os barões midiáticos são inquilinos cativos da mansão senhorial.

O jornalismo à brasileira sempre serviu à casa-grande, embora nunca de forma tão acintosa conforme se deu depois da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, para atingir o auge da sua ação desinformante como instrumento de propaganda desde as manobras contra a reeleição de Dilma Rousseff, que desaguam no golpe de 2016. Propaganda, eis o vocábulo correto para definir aquele que se arvora a jornalismo brasileiro. Já houve tempos mais dignos do ponto de vista formal, já houve repórteres do calibre de Rubem Braga e Joel Silveira e após a reforma do *Estadão*, iniciada em 1947 graças à orientação, antes, de meu pai, Giannino, depois sob a chefia do melhor diretor de redações, Claudio Abramo, jornais bem editados e paginados.

Neste período, espraiado entre Getúlio Vargas e João Goulart, a passar por Juscelino Kubitschek, o Brasil tornou-se a décima quinta potência industrial do mundo e o governo de Jango, finalmente devolvido ao presidencialismo, produziu um plano de reformas de base capaz de redundar na efetiva modernização do País. O golpe de 1964 enterrou o projeto, a casa-grande entregou aos militares o serviço sujo com a inestimável colaboração dos próprios jornais, que na forma apenas pareciam habilitados à contemporaneidade.

Algumas sementes, lançadas antes do golpe, florescem à sombra da ditadura, para surpresa da própria. Surgiu uma imprensa alternativa de desassombrada determinação, do *Opinião* ao *Pasquim*, do *O São Paulo*, o jornal de dom Paulo Evaristo Arns, ao *Movimento*, e vários outros. A *Veja*, nas bancas desde setembro de 1968, passou a ser frequentemente apreendida, antes que a censura desabasse, cada vez mais feroz, sobre este grupo de órgãos de oposição.

2 Jornalista, diretor da revista *Carta Capital*.

A chamada "grande mídia" nunca foi censurada, a começar pelas Organizações Globo e seus produtos, pelo contrário largamente beneficiadas pela ditadura. Tampouco o foram o *Jornal do Brasil*, cujo diretor, Alberto Dines, depois de ter sido dedo-duro após o golpe, foi condecorado em praça pública pelo almirante Rademaker, e a *Folha de S.Paulo*, que chegou a fornecer veículos destinados à distribuição do jornal ao DOI-Codi para efetuar sequestros de resistentes.

Quanto à censura do *Estadão*, foi puro engodo. Carlos Lacerda, que o jornalão queria presidente da República, aderira à Frente Ampla de Goulart e Juscelino, cassados em 64. Alvejado seu herói, o jornal acabou sob censura, executada na redação, com permissão para preencher trechos cortados com versos de Camões, sempre bem escolhidos porque com o vate da lusitanidade não há como errar, enquanto o *Jornal da Tarde* publicava receitas de bolo.

Dos demais censurados, os usuários das tesouras saíram muito tempo depois. De *Veja*, somente após minha demissão entregue por carta a Victor Civita em fevereiro de 76. Antes de ser demitido, já que me recusava a receber um único, escasso tostão dos donos da Editora Abril. O último jornal a ser liberado foi o de dom Paulo, em março de 77.

A campanha das Diretas Já foi estigmatizada ardorosamente pela mídia em geral, com as exceções de *Senhor*, que eu dirigia desde 82, pelos alternativos ainda vivos e, *incredibile dictu*, pela *Folha de S.Paulo*: defenestrado Claudio Abramo, em setembro de 1977, pela pressão do general Hugo Abreu, passara para a direção de Boris Casoy, sob o olhar atento de Octavinho Frias. Com a chamada redemocratização, os fados, como de hábito, conduziram o destino do Brasil e na Presidência da República instalou-se José Sarney, o mesmo que no Congresso comandara a rejeição da Emenda da Diretas por dois votos, exíguos, mas suficientes.

Ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, como já fizera o ministro da Justiça de Ernesto Geisel, Armando Falcão, cuidou de fortalecer o poder da Globo sem deixar de se empenhar na solução de questões miúdas, como, por exemplo, minha presença no vídeo da TV Record, da família Machado de Carvalho, na qualidade de âncora de um programa destinado às noites de segunda-feira desde setembro de 84. Em abril de 87, me demiti, mais uma vez antes de ser demitido, embora, desta vez, sem confronto com os donos da emissora, pois mereciam meu respeito. De todo modo, cometera dois pecados capitais. Primeiro, o programa havia revelado as mazelas palacianas cometidas pela filha e pelo genro do presidente. Segundo, ousara entrevistar Leonel Brizola.

Fernando Collor foi eleito com o apoio maciço da mídia, a começar por Globo e *Veja*, a alardearem as promessas do "caçador de marajás". A revista *IstoÉ*, que sucedeu à *Senhor* pela Editora Três, no fim de outubro de 1990 publicou uma magistral reportagem de autoria de Bob Fernandes para revelar tudo aquilo que, um ano e meio depois, constaria de uma entrevista de Pedro Collor, caçula da família, à *Veja*. Houve uma tentativa de impedir aquela capa e Domingo Alzugaray,

dono da Três, recusou uma oferta em milhões de dólares que visava esse resultado. Os dias seguintes provaram que os milhões seriam desperdiçados. *IstoÉ* exibiu nas bancas o rosto um tanto siciliano de PC Farias, mas, ao contrário do que aconteceria em um país democrático e civilizado, a reportagem teve o efeito de uma pedra caída no pântano. A mídia nativa entende que, quando não noticia, simplesmente não aconteceu.

Um ano e meio depois, os porta-vozes da casa-grande entenderam que os pedágios cobrados por PC Farias em nome do presidente eram elevados demais e logo a entrevista de Pedro Color, com o único adendo dos supositórios de cocaína à reportagem de Bob Fernandes, achou abrigo em *Veja* e provocou uma CPI parlamentar. Supunha-se que, ameaçado, o governo baixaria as cobranças, e, a despeito das pernas robustas de Teresa, mulher de Pedro, a CPI terminaria com um redondo e conveniente nada feito. Não fosse a reportagem da sucursal de *IstoÉ* em Brasília, sob a chefia de João Santana, a desvendar no motorista Eriberto a ligação entre a Casa da Dinda e o Palácio do Planalto.

Não sendo mais possível ignorar *IstoÉ*, a mídia viu-se forçada a ir no embalo e Collor caiu. Está claro que *Veja* ganhou o Prêmio Esso de jornalismo, consequência do costumeiro arreglo entre valentes enganadores dispostos a praticar a regra comercial dos antigos romanos, *do ut des*.

São os mesmos que nutrem uma paixão sem recato por Fernando Henrique Cardoso, príncipe dos sociólogos, presidente por dois mandatos conseguidos com a compra dos votos que no Congresso permitiram a reeleição, dono de um apartamento paulistano em nada parecido com o triplex de 200 metros quadrados em praia de farofeiros, e de uma fazenda na qual cabem centenas de sítios com vista para a favela. Imóveis estes que jamais despertaram as suspeitas dos senhores da mídia nativa e dos seus lacaios. E, ao contrário de Lula, FHC é proprietário inconteste de ambos, o apartamento recebido de presente de um banqueiro e a fazenda adquirida em parceria com misteriosa, porém notória personagem que não emite o perfume das flores.

Com os governos petistas, o jornalismo à brasileira tornou-se o escoadouro de todos os preconceitos a serviço do ódio de classe, embora tanto Lula quanto Dilma fossem bastante cordatos nas suas relações com a mídia. Durante o primeiro mandato da presidenta, a antessala do seu gabinete da Secom assumiu as feições de efusivo rincão dos profissionais da Globo. Falou-se em vão em regulamentação e democratização da mídia. Treze anos de poder petista não levaram, contudo, a coisa alguma.

A partir da campanha da reeleição da presidenta, a mídia nativa esmerou-se em redobrada agressividade na manipulação do noticiário, a exibir inclusive talento ficcional para falsear e inventar informações, até o desfecho do enredo, o golpe de 2016. O desempenho midiático foi decisivo para o sucesso da inaudita aliança entre os próprios Poderes da República, unidos na criação do estado de

exceção que sofremos desde o *impeachment* de Dilma Rousseff. A mídia nativa aplaudiu a posse de Michel Temer, presidente ilegítimo, e tudo quanto se fez a bem de um neoliberalismo sem freio, ou seja, punir o trabalho, favorecer ricos e super-ricos, entregar o País ao capital estrangeiro e submetê-lo às vontades de Washington.

Foi a mídia nativa que ofereceu a ribalta aos inquisidores de Curitiba e Porto Alegre em busca de glória na montagem de um processo que contradiz as regras mais elementares da Justiça praticada em países democráticos e civilizados. Indispensável a contribuição da propaganda inutilmente disfarçada de jornalismo para demonizar Lula, alvo maior da manobra golpista, reconhecido como principal entrave ao projeto de um Brasil-satélite no quintal dos EUA, país em demolição atado a instituições medievais, insignificante no plano internacional, exportador ainda e sempre de *commodities*.

Impávidos, os propagandistas da desgraça apostam na resignação e na ignorância do povo brasileiro, na parvoíce do que chamamos impropriamente de classe média. Nem por isso a mídia deixa de figurar com destaque neste cenário de decadência. O jornalismo à brasileira é digno apenas do país da casa-grande e da senzala. Unido no empenho de manter o monstruoso desequilíbrio social, assume-se como antítese da democracia, com o beneplácito agradecido do *establishment*.

Há países europeus, a França, por exemplo, em que o próprio Estado sustenta jornais contestadores, em proveito dos ideais democráticos e de um leque de posturas o mais amplo possível. No Brasil de Fernando Henrique e agora de Michel Temer, ocorreu e ocorre o exato oposto. Enchem-se as burras de quem aprova e persegue-se quem rema contracorrente. Dizer que o resultado é deplorável é muito pouco. Mesmo porque o atual jornalismo à brasileira é de péssima qualidade até na forma. Na origem, a tentativa frustrada de imitar o jornalismo estadunidense. Venceram, enfim, a mediocridade, a ignorância, as crenças malpostas, a lida árdua com o vernáculo, quando não a falta de caráter, a subserviência, a covardia.

Para entender a mídia nativa, passado e presente, é preciso entender o Brasil.

SUMÁRIO

AGÊNCIA LAVA JATO

Paulo Moreira Leite[1]

Um dos grandes momentos do cinema mundial, a obra-prima O Homem que Matou o Facínora, de John Ford, encerra-se com uma frase que diz tudo: "Quando a lenda é maior do que o fato, imprima-se a lenda".

Seu significado é autoexplicativo e ajuda a compreender o papel da mídia – uma atividade impressa no período retratado no filme – na fabricação de heróis contemporâneos.

Não há dúvida de que a atuação da imprensa brasileira, na Lava Jato, atingiu um grau de profundidade comparável ao universo descrito com toda crueza por John Ford. A cobertura das Organizações Globo, da Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, das revistas semanais de maior circulação, VEJA e Istoé, foi muito além do exercício do direito de opinião, que permite apresentar os fatos numa versão coerente com o ponto de vista de acionistas e editores de uma publicação comercial, nos limites do regime de propriedade privada.

Como dito na cena final de *O Homem que matou o Facínora*, optou-se pela mistificação edificante em vez de fazer um esforço para retratar a realidade em suas nuances, surpresas e contradições.

A glorificação de Sérgio Moro teve a função de colocar a Lava Jato num pedestal acima do cidadão comum, imune a toda crítica. Transformou qualquer questionamento numa prova de má intenção, falta de espírito cívico e mesmo cumplicidade com o crime.

Acima de tudo, permitiu a execução de um projeto político: interromper o inegável processo de mudanças positivas realizadas pelos governos Lula-Dilma a partir de 2003 para abrir caminho, pela força, a uma regressão histórica sem paralelos conhecidos no mundo, pela retirada de direitos, comprometimento da democracia e enfraquecimento da soberania nacional.

Verdade que, como aparelhos ideológicos empenhados na defesa de uma ordem social injusta e excludente, baseada na preservação de uma sociedade que registra oficialmente os piores índices de desigualdade do planeta, nossos principais veículos de comunicação não têm feito outra coisa ao longo da história.

---

1 É colunista do jornal eletrônico *247*. Ocupou postos executivos na *Veja* e na *Época*, e foi correspondente na França e nos EUA.

Estiveram unidos contra Vargas até provocar seu suicídio, em 1954, num comportamento tão covarde que, após o tiro no peito, várias redações foram empasteladas por uma população indignada que se levantou por vários dias em protesto. Os grandes jornais se alinharam em oposição ao desenvolvimentismo globalizado de Juscelino entre 1955 e 1960. Favoreceram uma tentativa de restauração conservadora com Jânio e sabotaram todo e qualquer esforço progressista de João Goulart. Apoiaram e sustentaram o golpe civil-militar de 1964 até o último minuto, quando o conjunto da população brasileira se colocou de pé pela democratização do país. Já na primeira eleição direta após o regime militar, definiram uma linha de atuação infalível, marcada por uma postura permanente, de cerco às principais lideranças progressistas do país, Leonel Brizola e Lula. Sem jamais oferecer uma trégua efetiva aos adversários de sempre, com o passar dos anos enxergaram no Judiciário o principal instrumento para recuperar um poder que não eram capazes de obter pelas urnas.

Em 1964, os donos de jornal tiveram um papel efetivo na articulação civil-militar que derrubou o governo Goulart e na consolidação de um regime que se prolongou por 21 anos. O ambiente tinha um aspecto de farra. Com ajuda da Embaixada dos Estados Unidos, nos primeiros tempos do regime militar até correspondentes estrangeiros eram atraídos para conversas com autoridades brasileiras, com quem debatiam sugestões e propostas para reorganizar o país.

Sintoma político da situação enfrentada cinco décadas atrás, entre 2014-2018 o alinhamento midiático foi mais compacto e efetivo. Entre os grandes veículos tradicionais não surgiu nenhuma dissidência de grande porte, capaz de expressar a indignação da população diante dos desmandos e abusos produzidos pela tropa de choque judicial. É uma diferença notável, quando se recorda o papel jogado pelo Correio da Manhã, tradicional jornal do Rio de Janeiro que, após dois editoriais anti-Goulart no momento decisivo do golpe, tornou-se a principal tribuna de transmissão de denúncias contra o novo regime.

Nos anos Lula-Dilma, as corporações midiáticas fizeram mais do que respaldar uma ofensiva judicial contra um governo popular e democrático. Assumiram um papel operacional.

Em agosto de 2007, durante o julgamento da AP 470, conhecida como Mensalão, o ministro do STF Ricardo Lewandovsky e sua colega Carmen Lúcia, integrantes da mais alta corte de Justiça do país, tiveram um diálogo eletrônico fotografado e divulgado em manchete pelo jornal O Globo, no momento em que trocavam opiniões sobre uma denúncia de interesse direto contra réus ligados ao Partido dos Trabalhadores. O tema envolvia a caracterização de crime de "peculato", questão que iria acompanhar o julgamento até sua fase final, cinco anos depois, quando poderia permitir ou não a aceitação de determinados recursos por parte dos réus. A captura e divulgação do diálogo entre os ministros, em

condições análogas a um grampo clandestino, serviu de alerta para o papel que a imprensa estava resolvida a assumir a partir de então.

Como os leitores mais atentos irão se recordar, à exposição pública de um diálogo privado entre dois integrantes da mais alta Corte do país seguiu-se, cinco dias depois, outro episódio semelhante. Alvo preferencial de pressões negativas dos jornais - desde sua indicação ao STF, em função de relações próximas com Lula e a mulher, Marisa Letícia - o mesmo Lewandovsky foi ouvido por uma repórter da Folha de S. Paulo quando conversava ao telefone com um irmão, Marcelo.

Referindo-se precisamente a uma cobertura que pressionava de forma agressiva pela aceitação das denúncias formuladas pelo Ministério Público, Lewandvoski fez um comentário franco sobre as condições em que o STF tomava decisões: "A imprensa acuou o Supremo," disse o ministro. "Todo mundo votou com a faca no pescoço", acrescentou, referindo-se a uma decisão na qual fora um voto isolado pela inocência de José Dirceu, acusado de "chefe de organização criminosa" pelo relator Joaquim Barbosa. Referindo-se à pressão da imprensa, o ministro lamentou: "a tendência era amaciar para o Dirceu".

Comprovou-se assim que o principal líder do Partido dos Trabalhadores depois de Lula, acabou prejudicado por uma interpretação juridicamente equivocada, mas politicamente oportuna, do pensamento do jurista alemão Claus Roxin, da teoria do "domínio do fato".

Em outra situação, a simples afirmação – de um ministro do Supremo – contra jornalistas, acusados de "colocar a corda no pescoço" de juízes da mais alta Corte, seria motivo de um escândalo e de uma investigação isenta. Em função de um processo que guarda vários pontos de contato com a AP 470, o magnata Robert Murdoch foi levado a fechar o News of the World, um dos tabloides de maior circulação da Inglaterra. No Brasil da AP 470, que logo seria o país da Lava Jato, nada aconteceu. O caso contribuiu apenas para que a mídia dispensasse um tratamento especialmente desconfiado contra Lewandovsky – sem relação com seus méritos ou deméritos como juiz, apenas porque se esperava que rompesse com o padrinho político responsável por sua indicação à mais alta corte, como fizeram tantos indicados por Lula e Dilma, desde que Joaquim Barbosa, Carlos Ayres Britto e Cezar Peluso chegaram ao Supremo.

O trabalho do oligopólio dos grandes meios de comunicação foi facilitado pela formação de uma força tarefa sob comando de Deltan Dallagnol, que permitiu ao Ministério Público assumir o controle das informações essenciais sobre a Lava Jato. A operação passou a obedecer a um comando único, centralizado e disciplinado, ao contrário do que ocorre em casos comuns, nos quais procuradores, subprocuradores e policiais atuam de forma dispersa e autônoma, o que pode gerar pontos de vista diferentes sobre um mesmo fato.

A Lava Jato e sua força-tarefa protagonizaram um ritual mais centralizado e eficaz do ponto de vista da propaganda, pois a mesma máquina que gera os fatos também mantém controle absoluto sobre as versões que serão publicadas, sem espaço para a crítica nem contestação real.

O papel efetivo que os jornais brasileiros desempenharam – voluntariamente, é bom sublinhar – ganhou ritmo e reforço.

No final de cada uma das 47 fases da operação realizadas até o momento em que escrevo este artigo, procuradores, delegados da Polícia Federal e altos funcionários da Receita, sentavam-se numa longa mesa para assumir o comando do espetáculo em entrevistas coletivas transmitidas ao vivo, para todo país. Não eram encontros aos quais jornalistas deveriam comparecer para levantar dúvidas maiores, buscar informações fora do script, questionar autoridades, como ocorre no mundo inteiro, inclusive na Casa Branca de Donald Trump. Eram apresentações sob controle, nas quais os repórteres eram informados do que iria acontecer e buscavam dirimir dúvidas menores -- sempre em posição subalterna, como aluno-professor – sobre o que havia sido feito.

Não era um diálogo pelo qual, através da voz impertinente de seus jornalistas, um país inteiro procurasse respostas para suas dúvidas e pudesse fazer questionamentos duros, inclusive desfavoráveis, à Lava Jato. Vistas como encontros burocráticos e monótonos, a verdade é que muitas vezes uma coletiva é capaz de gerar momentos de tensão e mesmo desconforto, úteis para revelar aquilo que os entrevistados não querem dizer nem admitir.

O papel dos repórteres, no cenário da Lava Jato, era de servir de escada para explicações e argumentos de autoridades. Demonstrando a fluência típica de quem se submeteu a treinamento profissional, tinham tempo para frases pausadas, raciocínios preparados e argumentações de fundo ideológico implícito. A mensagem do espetáculo é conhecida. Tentar construir a noção de que ali se expressa um consenso nacional. Não há lugar para dúvidas. É um acordo entre pessoas de bem, onde cabem as boas almas da população em toda sua diversidade, ficando de fora apenas aqueles inadaptáveis, pervertidos, corruptos, você sabe de quem se trata. À noite, as frases de melhor efeito eram editadas e divulgadas para a audiência mais ampla dos telejornais, estimulando discussões e comentários em programas de entrevista e debates.

O melhor caminho para se entender o comportamento da mídia diante da Lava Jato encontra-se no hoje célebre artigo de Sérgio Moro, "Considerações sobre Manni Pulitti", escrito em 2004, ano em que apenas surgiam as primeiras denúncias contra o governo Lula. Admitindo a dificuldade de investigar a fundo autoridades que desfrutam de grande apoio popular, Moro ressalta o papel da imprensa para "deslegitimar" políticos que podem ser alvo de investigações sobre corrupção. Referindo-se ao exemplo italiano, Moro escreveu: "ao mesmo tempo em que tornava a ação judicial possível, a deslegitimação era por ela alimentada".

O juiz também se refere à importância dos vazamentos – não só para reforçar o apoio social, mas também para desarticular os investigados, reforçando desconfianças e suspeitas entre si. Moro esclarece: "a investigação vazava como peneira. Tão logo alguém era preso, detalhes de sua confissão eram veiculados no L´Espresso, no La Reppublica e outros jornais e revistas simpatizantes".

Sabemos que, no mundo inteiro, a imprensa disputa fontes capazes de gerar informações exclusivas através de um método clássico: publicação de notícias agradáveis e garantia de um tratamento preferencial em caso de dificuldade. É assim na política, na economia, na cultura, no esporte, em todo lugar.

Ao disputar notícias na Lava Jato, em particular documentos de caráter sigiloso, os meios de comunicação brasileiros abandonaram aquele mínimo distanciamento necessário (sobretudo no trato de informações delicadas) em troca do atrelamento e dependência em relação às investigações. Este comportamento demonstra que, além de vícios e tratamentos que sempre poderão ser questionados no jornalismo, em qualquer área, qualquer parte, ali se jogava uma opção política, acima de todo compromisso com a informação prestada ao público.

Em junho de 2017, os advogados de Lula convocaram uma entrevista coletiva para mostrar os primeiros indícios consistentes que contrariavam a hipótese de que o apartamento do Guarujá pudesse pertencer ao presidente. Exibiram papéis que mostravam que o imóvel fora hipotecado – pela empreiteira OAS -- através de um contrato de "direitos creditórios" com a Caixa Econômica.

Nenhum veículo teve a curiosidade de investigar o assunto, embora tivesse relação direta com uma denúncia que custou a Lula uma condenação de 9 anos na primeira instância, 12 anos na segunda.

O mesmo tratamento parcial foi assegurado seis meses mais tarde, quando uma juíza do Distrito Federal autorizou a penhora do imóvel para atender a um credor da empreiteira OAS. Do ponto de vista jurídico, a decisão era mais um elemento para questionar a noção de que Lula era o verdadeiro proprietário do imóvel, base da condenação. Escrevi que a descoberta transformava a acusação contra Lula num crime sem cadáver e é assim que avalio sua importância. Ainda assim, a novidade não foi investigada, numa postura absurda por parte dos meios de comunicação que, desde 2009, transformaram o "caso do triplex" na principal arma política contra Lula, o tesoureiro João Vaccari e Partido dos Trabalhadores.

Como se sabia inevitável, a contrapartida necessária do esforço para deslegitimar Lula era a *legitimação a qualquer custo da Lava Jato*. Os meios de comunicação mantiveram os olhos fechados para as tratativas que geraram delações premiadas e alimentaram honorários milionários para advogados e enormes recompensas para réus colocados em liberdade, sem que jamais houvesse interesse em informar o leitor sobre as circunstâncias reais de seus depoimentos. O regime de isolamento, tensão e assédio contra prisioneiros mantidos sob longas

prisões provisórias, que levou o sociólogo Branislav Kontic, assessor de Antônio Palocci, a uma tentativa de suicídio, nunca foi investigado nem explicado.

Embora as gravações de um escabroso diálogo entre Joesley Batista e um de seus executivos inspirassem dúvidas e questionamentos sobre os acordos de delação por trás de uma das investigações mais importantes da Operação, e envolvesse um dos maiores empresários do mundo, toda curiosidade foi suspensa na medida em surgiram fatos que poderiam – e podem até hoje -- envolver o então procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Não se mostrou nenhum interesse pelo esclarecimento das denúncias do advogado Tacla Durán, refugiado na Espanha após acusações pesadas contra um escritório de Curitiba que teve a mulher de Sérgio Moro como sócia.

A mesma postura silenciou uma denúncia de grampo telefônico numa cela da Polícia Federal em Curitiba – e o caso nunca foi esclarecido.

O mesmo ocorreu com as circunstâncias ligadas ao suicídio do reitor Luiz Carlos Cancelier, tragédia iniciada por um pedido de prisão barulhento e sem justificativa, assinado pela delegada Erika Marena, um dos quadros que formaram a Lava Jato.

Na prática cotidiana das investigações, os jornais optaram por assistir, aplaudir e calar. Tornaram-se instrumento indispensável na aplicação de uma técnica de apuração conhecida como "Dilema do Prisioneiro", na qual réus presos são mantidos sem fazer contatos diretos em si, mas podem ser atingidos, segundo Sérgio Moro, pela "pressão de tomar decisão quanto a confessar, espalhando a suspeita de que outros já teriam confessado, e levantando a perspectiva de permanência na prisão no caso da manutenção do silêncio ou de soltura imediata em caso de uma confissão".

Para entender o comportamento dos oligopólios da mídia, é preciso reconstruir um pouco sua história mais recente. A grande oportunidade de questionamento do monopólio dos meios de comunicação, em particular no rádio e na Tv, que daria maior diversidade e representatividade a um sistema consolidado no período mais autoritário da história brasileira, controlado por poucas famílias, foi apenas ensaiada na Constituinte, em 1988.

Os parlamentares tiveram força para aprovar um necessário princípio geral, no artigo 220, que veta o monopólio da mídia. Mas não foram capazes de avançar na aprovação de regras específicas, que trouxessem o princípio geral para a vida prática. Nada se aprovou para impedir a concentração da mídia, processo que acabaria se agravando ainda mais com o passar dos anos, quando a Globo se transformou numa potência que representa uma ameaça direta à democracia.

Nas redações, os anos finais da ditadura e a primeira década de democratização do país foram marcados por um período de relativa diversidade política. Profissionais alinhados a diversas correntes de pensamento conviviam num ambiente de disputa e alguma liberdade, coerente com o que se passava do lado de fora, num país que procurava reencontrar-se com a democracia.

Essa situação passou por uma mudança radical depois que os brasileiros passaram a expressar, pelas urnas e também através de formas inovadoras de organização e mobilização social, que encaravam o novo período de sua história como uma oportunidade, que não poderia ser desperdiçada, para levar adiante mudanças em instituições construídas para preservar e proteger a ordem anterior.

A constatação de que o processo eleitoral não era um simples teatro sem maiores consequências, mas envolvia efetiva disputa pelo acesso ao poder de Estado, que poderia favorecer alternativas consideradas indesejáveis, das quais Lula e o PT se tornaram o principal símbolo, levou a uma reorientação conservadora do conjunto da elite dirigente do país. Esta mudança de comportamento ocorreu em todas as esferas de poder, dando nascimento a entidades especializadas em intervenção política, e à formação de quadros ideológicos aptos para agir nos combates que viriam. Nas redações, o processo seria acentuado e reforçado após a vitória petista em 2003. Ganhava musculatura a cada reeleição de Lula, a qual, por sua vez, consolidava uma política econômica que, apesar de falhas e limites, passou a beneficiar a maioria da população.

O liberalismo civilizado das redações, que aceitava as dissidências até determinados limites, foi substituído por hierarquias inflexíveis, que atuavam de cima para baixo. Todo risco de uma nota desafinada passou a ser eliminado sem remorso. O velho trabalho de copidesques, que reescreviam matérias em função de problemas técnicos e estilo, tornou-se instrumento de alinhamento político e reforço da opinião patronal, próprio de publicações dedicadas, acima de tudo, à luta ideológica.

Ao praticar um jornalismo de encomenda, no qual os repórteres são instruídos a confirmar a pauta recebida, as empresas fizeram nascer um oligopólio que contraria a essência do jornalismo, porque despreza a novidade, não é capaz de conviver com a surpresa e perdeu a disposição até mesmo para apurar denúncias que envolvem o respeito por garantias fundamentais da democracia.

Em outubro de 2017, o jornalista Márcio Chaer, criador do portal Conjur, especializado na cobertura do Judiciário, registrou, em artigo devastador, suas impressões acerca dos efeitos da Lava Jato sobre o jornalismo brasileiro.

Chaer escreveu que "com o advento do *petrolão*, o Ministério Público Federal mudou o eixo do poder nas redações. Os profissionais mais valorizados do mercado passaram a ser aqueles com relações privilegiadas com os procuradores. Claro, a lealdade tem que ter mão dupla. Suposições, ilações ou meras suspeitas dos procuradores devem ser apresentadas como verdades absolutas. Na ditadura, quem colaborava com as forças de repressão era apelidado de "cachorro". Hoje o colaborador e o investigador são apenas bons amigos. E um ajuda o outro a escalar a hierarquia social. É o novo jornalismo chapa-branca."

Estou convencido de que bastaram quatro anos de cobertura da Lava Jato para a grande mídia brasileira atualizar a conhecida profecia de Joseph Pulitzer

(1847-1911), um dos grandes empresários da imprensa norte americana do início do século XX.

Num momento em que surgiam os primeiros monopólios de comunicação no planeta, dando nascimento a corporações que iriam dominar a informação até o século XXI, oferecida em embalagens variadas conforme a evolução tecnológica – jornal, rádio, TV, internet -- Pulitzer deixou uma advertência necessária:

"Com o tempo, uma imprensa cínica, mercenária, demagógica e corrupta, formará um público tão vil como ela mesma".

Nome do prêmio que se tornou referência para a imprensa de seu país, Pulitzer foi contemporâneo de Randolph Hearst, o homem de carne e osso que inspirou o cineasta Orson Welles a fazer Cidadão Kane, personagem que décadas depois motivou um documentário britânico sobre Roberto Marinho, fundador do império Globo.

No final do século XIX, os jornais de Hearst fabricaram uma notícia que deu origem à guerra entre Espanha e Estados Unidos, o primeiro conflito imperial de nossa época, que levaria o poderio norte-americano até o Pacífico, com a tomada das Filipinas, e a anexação de Porto Rico, que permanece como território norte-americano até hoje.

A oportunidade para a guerra surgiu em 1898, quando ocorreu uma explosão e o naufrágio do encouraçado USS Maine, ancorado em Havana como força de proteção dos interesses norte-americanos na ilha. Na tragédia, três quartos da tripulação perdeu a vida. A origem da explosão nunca foi esclarecida – possivelmente porque nunca houve interesse real das autoridades norte-americanas em chegar à verdade sobre o caso. Mas isso não impediu que a tragédia se transformasse num equivalente da falsa denúncia das *armas de destruição em massa* que, um século depois, ajudaria George W Bush a justificar a invasão do Iraque e execução de seus principais líderes, entre eles o próprio Saddam Hussein. Principal articulador de uma cobertura sem fatos para comprovar seus argumentos, alimentada por ilustrações que atiçavam a indignação do cidadão norte-americano, Hearst acabou entrando para história do jornalismo mundial graças a uma frase que é um exemplo antológico de cinismo: "Me dêem uma imagem e eu darei uma guerra".

Na origem do conflito, encontra-se um caso antológico de jornalismo a serviço de interesses políticos, em cujo centro se encontrava a ilha de Cuba, colônia espanhola já cobiçada pelos Estados Unidos. Numa cobertura que lembra o padrão que seria seguido no início do século XXI, durante a invasão do Iraque de Saddam Hussein - e também na Venezuela de Hugo Chávez e Nicolás Maduro -, o que se buscava era a fagulha que faria um barril de pólvora explodir, para justificar o envio de tropas norte-americanas à Ilha.

Graças à cobertura dirigida da imprensa norte-americana, tudo foi minuciosamente preparado para criar um clima de tensão e hostilidade contra a Espanha,

rival geopolítica dos EUA na região. Episódios sem maior relevância eram transformados em tragédias. Dramas típicos da vida cotidiana serviam para criar um clima de hostilidade em relação aos espanhóis – numa postura que não refletia nenhuma simpatia real pela luta necessária do povo cubano por sua emancipação. A origem era uma disputa entre um império em decadência, a Espanha, e um império em ascensão, os Estados Unidos, que a partir dali fincaria um domínio semicolonial sobre Cuba que só seria questionado de verdade pela revolução de Fidel e Guevara, seis décadas depois.

No Brasil de 2018, parece difícil negar que o monopólio midiático tenha alcançado grande parte de seus objetivos políticos. O governo Dilma Rousseff, combatido sem escrúpulos desde o primeiro mandato, foi derrubado por um golpe.

A condenação de Lula a 12 anos pelo TRF-4, ponto de partida de um conjunto de processos em curso, já representa em si uma vitória sobre aquele político escolhido como inimigo principal.

A pergunta a fazer é qual o desempenho dos monopólios naquela disputa que constitui sua razão de ser – ganhar a credibilidade do público a partir de informações consideradas confiáveis? Os números de circulação dos onze maiores jornais brasileiros, registrados pelo IVC, indicam que esse desempenho não foi bom.

Entre 2014 e 2017, período em que a Lava Jato foi o grande assunto político do país, e as denúncias de corrupção levaram milhões de pessoas às ruas, em sua maioria cidadãos de classe média, com hábito de leitura de jornais e computador em casa, as onze maiores publicações brasileiras perderam circulação em números absolutos e relativos.

Se tivesse sido capaz apenas de manter um crescimento vegetativo, o grupo de jornais e revistas que formam a grande mídia do país deveria ter conquistado cinco milhões de novos leitores em 2017. Perdeu meio milhão. Dos onze jornais, dois perderam leitores e assinantes na versão escrita e na digital: o Estado de Minas (-52,1%) e o Globo (- 23,9%). Os demais tiveram perdas pesadas na versão impressa, mas conseguiram ganhos maiores ou menores na versão na versão digital. Mas nenhum foi capaz de compensar uma coisa pela outra, situação que indica que mesmo fazendo ofertas generosas na internet, não está sendo fácil manter a fidelidade dos leitores. Jornal de maior tiragem no país, a Folha de S. Paulo teve um ganho de 5.210 assinaturas digitais em 2017, mas perdeu 85.716 na edição impressa.

Capazes de operar no centro de um golpe e armar iniciativas antidemocráticas, o monopólio da mídia é menos influente sobre a maioria dos brasileiros do que se poderia imaginar. Acredito que a perda de leitores se deve a fatores de natureza diversa, sobretudo em função de mudanças no padrão tecnológico. Mas não é só.

Os oligopólios jogaram sua força na montagem de um golpe que levou ao Planalto um dos governos mais impopulares da história republicana, e que acumulou uma coleção de desastres em seu currículo de apenas um ano e meio. O desencanto dos leitores é expressão disso, também.

Ainda que a situação esteja longe de termos um ambiente favorável à democratização da mídia, acredito que outro fator muito importante deve ser levado em conta.

No país de hoje, é impossível esconder a capacidade das mídias alternativas funcionarem como o contraponto aos monopólios e oferecer uma versão diferente dos acontecimentos do dia.

Ao comprarem a briga narrativa sobre a Lava Jato, sites e portais tiveram um papel inegável na construção de um ponto de vista equilibrado e crítico sobre a operação. Esta influência também ajuda a entender a força popular de Lula, que permanece como o mais popular político brasileiro, mesmo massacrado pelo condomínio mídia-judiciário.

O crescimento recente das mídias sociais é a razão real para projetos de controle das chamadas "fake news", um pretexto para levar censura e outras pressões indevidas à internet, sob controle do Judiciário, com participação da Polícia Federal e até do serviço reservado do Ministério da Defesa.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Laurindo Lalo Leal Filho[1]

Uma das primeiras vítimas do golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff foi a comunicação pública. Ainda pouco consolidada, instalada com abrangência nacional em 2007 com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), tornou-se alvo prioritário dos novos detentores do poder federal.

Apesar de ter sido implantada em vários países há quase um século, a comunicação pública ainda era uma novidade no Brasil. Antes da EBC existiam experiências de emissoras regionais, não comerciais, que muitas vezes se confundiam com empresas estatais, tal a dependência que tinham dos governos aos quais estavam ligadas.

A EBC surgiu para romper com esse tipo de comunicação atrelada aos governantes de turno. Como eixo central na estrutura de poder da empresa estava o Conselho Curador formado por 22 integrantes, sendo 15 indicados pela sociedade, quatro representantes do governo federal, um da Câmara dos Deputados, um do Senado e um dos funcionários da empresa. Ao Conselho cabia emitir as diretrizes gerais de toda a programação produzida pelos veículos da EBC (duas emissoras de TV, oito de rádio e duas agências de notícias). Mas o mais importante estava na sua composição, que respeitava a diversidade geográfica e dava espaço às mulheres, aos negros, às pessoas com deficiência, aos índios. Era um microcosmo da sociedade brasileira influindo em temas, pautas e enfoques de programas e reportagens produzidos pela EBC. Uma das primeiras medidas do golpe foi simplesmente acabar com o Conselho.

Outro fator de garantia da comunicação pública estava no mandato do presidente da empresa. Tinha a duração de quatro anos e apesar de ser de nomeação da presidência da República não podia por ela ser demitido. Só o Conselho tinha esse poder em condições muito específicas. E mais, o mandato do presidente da empresa não era coincidente com o do presidente da República, um mecanismo presente na lei de criação da EBC com o intuito de garantir distância do poder central. Com o golpe isso também acabou. A empresa passou a ser mais uma estatal, operando como emissora oficial do governo.

1 Laurindo Lalo Leal Filho, sociólogo e jornalista, é professor aposentado da Escola de Comunicações e Artes da ECA/USP.

Com isso afrontou-se a Constituição Federal, que em seu artigo 223 determina a existência complementar de sistemas de radiodifusão privados, públicos e estatais. O golpe acabou com o sistema público.

Mas é bom recordar como chegamos a isso sem que houvesse uma resposta da sociedade. Ao que tudo indica, dois fatores combinados levaram a essa inação: a falta de uma cultura de comunicação pública no Brasil e o não enraizamento das emissoras da EBC, especialmente da TV Brasil, na sociedade.

O rádio e a televisão no país sempre foram vistos como empreendimentos comerciais pela população. Ao contrário do que ocorreu na Europa, onde as emissoras públicas se constituíram na primeira metade do século passado, por aqui só conseguimos esse feito com a criação da EBC. Cabe lembrar alguns momentos pontuais de vislumbre de comunicação pública no Brasil como forma de exemplificar a sua fragilidade e, consequentemente, a facilidade do seu desmonte pelo governo que tomou o poder pelo golpe.

Curioso é recordar que o rádio surgiu no Brasil como empreendimento público. Roquette Pinto montou uma sociedade de ouvintes que se cotizavam para ouvir música e notícias através das ondas da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923. Apenas um ano depois da BBC inglesa entrar no ar e adotar um sistema de financiamento semelhante. Com a diferença de ser controlado e regulado pelo governo, o que garantiu sua existência até hoje. Por aqui, já nos anos 1930, o rádio passou a ser visto como lucrativo empreendimento comercial e a experiência pioneira de comunicação pública sucumbiu.

Outra tentativa de dar ao pais uma emissora pública de televisão ocorreu quando o segundo governo Vargas, no início dos anos 1950, se dispôs a outorgar um canal de TV à Rádio Nacional do Rio de Janeiro, emissora líder de audiência em todo o Brasil, controlada pelo governo federal. Com a morte do presidente o processo foi interrompido.

O presidente Juscelino Kubitschek tentou dar prosseguimento à iniciativa. A resposta da mídia comercial foi violenta. Assis Chateaubriand, o poderoso controlador dos Diários Associados, espécie de Organizações Globo da época, foi claro: "Se Vossa Excelência der o canal de televisão à Nacional, jogo toda a minha rede de rádio, imprensa e televisão contra o governo", conta o ator e compositor Mário Lago em seu livro de memórias. Diante da ameaça, JK esqueceu a promessa de criar o canal público. O espaço reservado no dial para a Nacional, o canal 4 do Rio de Janeiro, acabou nas mãos da Globo, ocupado por ela até hoje.

Essa pressão da mídia comercial contrária à criação de uma TV pública repetiu-se com a criação da EBC e a entrada no ar da TV Brasil. Os jornalões brasileiros não se cansaram de mencioná-la como TV "chapa branca", "TV do Lula", "TV traço" (alusão a sua baixa audiência) chegando a pedir, em editoriais, o seu fechamento.

Não é difícil entender essa repulsa à comunicação pública. Os "donos da mídia" brasileira não admitem a existência de qualquer tipo alternativo ao modelo

comercial. As raízes históricas do "coronelismo eletrônico" fazem da comunicação pública uma "ideia fora do lugar" na cena brasileira. Para os "coronéis" trata-se de uma ousadia inconcebível. Ela vai na contramão dos interesses dominantes que, sob o véu do liberalismo, julgam-se no direito de impor à sociedade suas ideias, gostos, valores, sem nenhum tipo de controle. Ou de exercer seu poder de censura sobre temas e assuntos que de algum modo confrontam os seus interesses. Sabem que a TV pública é uma forma concreta de controle social da mídia, na medida em que quebra a hegemonia comercial vigente. A EBC mostrou, ainda que a duras penas, que outra forma de comunicação estava sendo posta em prática. Daí a violência com que foi atacada.

Dessa forma, além das inúmeras dificuldades técnicas e logísticas para se firmar como uma alternativa real às emissoras comerciais, a TV Brasil teve que enfrentar a onda de descrédito orquestrada pelos barões da mídia, sempre ciosos de evitar qualquer concorrência que possa, minimamente, disputar pequenos fiapos da audiência.

Com uma história tão frágil e um bombardeio tão intenso, não é de se admirar que a EBC tenha recebido o golpe sem praticamente qualquer resistência. Bem diferente do que ocorreu na Inglaterra, por exemplo, quando o governo neoliberal de Margareth Thatcher tentou privatizar a BBC. A "dama de ferro" que havia dobrado até o poderoso sindicato dos mineiros não conseguiu acabar com o caráter público do principal serviço de comunicação do país. Isso porque a BBC havia conquistado, com seu trabalho ao longo dos anos, amplo apoio da maioria da população.

Aqui, além do curto tempo de vida da EBC, a sua emissora principal, a TV Brasil, nunca chegou a ser uma emissora nacional de fato, concorrente real das grandes emissoras comerciais. Seu sinal não chegava a todo o território nacional, ferindo um princípio básico da comunicação pública que é o da universalidade de acesso, como veremos a seguir. Na maioria dos estados só podia ser sintonizada no canal controlado pelo governo local, ficando assim a mercê da vontade política dos governantes regionais de turno. Com isso a rede nacional da TV Brasil sofreu sempre grande instabilidade. Em determinados estados a troca de governo determinava a retransmissão ou não do sinal da emissora da EBC naquela região. Sem falar nas deficiências técnicas que impediam a sintonia do canal até em áreas centrais de Brasília ou dos subúrbios cariocas, por exemplo. Investimentos pesados seriam necessários para corrigir essas graves distorções.

É bom lembrar que a EBC foi fruto da junção de duas entidades federais: a Radiobrás, sediada em Brasília e a Fundação Roquette Pinto, no Rio de Janeiro. A ideia central que deu origem a esse processo foi concebida no âmbito do governo federal quando, ao caminhar para uma reeleição praticamente assegurada no primeiro turno, o presidente Lula tornou-se alvo de severa campanha negativa encabeçada especialmente pela Rede Globo.

O governo convocou o 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, onde profissionais da área, especialistas e acadêmicos debateram com profundidade o tema. Grupos de trabalho apresentaram documentos que tratavam da legislação e dos marcos regulatórios, da programação e do modelo de negócio, da tecnologia e infra-estrutura, da migração digital, do financiamento e das relações internacionais. A ideia da TV pública no Brasil ganhava, com esse Fórum, uma consistência teórica e prática até então inédita.

A partir daí gestou-se, no âmbito da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), com participação do Ministério da Cultura, a TV Brasil. Viu-se a necessidade da criação de uma rede de televisão alternativa, não para ser oficialista, porta-voz do governo, mas que levasse ao público um outro olhar sobre a realidade. O caminho a ser seguido nesse sentido seria o das televisões públicas consagradas internacionalmente. Para isso bastaria reunir numa só emissora as TVs brasileiras já existentes, controladas pelo governo federal: a TV Nacional de Brasília e a TVE do Rio de Janeiro. Juntas poderiam formar o embrião de uma rede com abrangência nacional, capaz de competir com as emissoras comerciais em qualidade e audiência. Dariam ao telespectador a possibilidade da escolha, oferecendo um produto diferenciado, despertando nele a possibilidade da comparação e, consequentemente, da crítica.

Para tanto seria necessária uma ação política arrojada: a abertura de um espaço no dial capaz de colocar o sinal da TV Brasil num lugar facilmente acessível ao telespectador, a apenas um toque das concorrentes no controle remoto. Essas ações não ocorreram dessa forma. O projeto de uma TV pública de caráter nacional acabou surgindo no âmbito de uma empresa muito mais ampla, a EBC, na qual a TV era apenas uma das partes, dividindo recursos, funcionários e estruturas com os outros veículos já existentes na Radiobrás, reduzindo o seu potencial. Além das emissoras de rádio e das agências de notícias, a TV Brasil ainda dividia espaço com um setor da EBC que prestava serviços para outras áreas do governo, como a transmissão do programa “Voz do Brasil” e a gestão da NBR, esta sim uma TV sob controle direto do governo federal. Com isso criava dentro da empresa uma proximidade pouco desejável entre a comunicação pública e a comunicação governamental. E sua localização no dial, em grande parte do país, ficou sendo marginal, de difícil acesso. Em São Paulo, por exemplo, era quase inacessível.

Feriam-se aí alguns princípios básicos da comunicação pública, formulados por especialistas no Reino Unido, num momento em que a BBC sofria fortes pressões do governo Thatcher para receber publicidade como forma de financiamento. Entre aqueles princípios destacam-se a universalidade de acesso, a ética da abrangência e a competição. O primeiro procura garantir que os serviços de rádio e televisão devem ser oferecidos para todo o conjunto da população. A ideia é que todos os integrantes da sociedade, não apenas consumidores, mas cidadãos, têm direito de receber esse tipo de serviço público , assim como têm direito aos serviços de água

ou à recepção dos correios. No caso da TV Brasil criaram-se dois tipos de cidadãos: os que tinham ou não tinham direito de acesso a ela, embora todos, através dos seus impostos, a financiassem. É preciso ressaltar que a comunicação é um direito e um serviço ao mesmo tempo. Como direito humano de informar e ser informado e como serviço oferecido de maneira igual e indiscriminada.

A ética da abrangência pressupõe que a programação das emissoras públicas deve ser oferecida para todos os gostos e interesses. Nesse sentido um canal só não basta. Para fazer frente à concorrência comercial e aproveitando a ampliação do espectro radioelétrico, com a digitalização dos sinais poderia ter sido constituído um conjunto de emissoras públicas capaz de atender as mais variadas expectativas da população.

Esse problema foi enfrentado pelas TV públicas europeias quando criaram um segundo canal para atender parcelas maiores do público. Os canais iniciais tinham programação generalista, voltada para um público amplo e variado; já os demais visavam parcelas segmentadas da audiência. Hoje, com a digitalização, esses canais se multiplicaram.

No caso brasileiro, particularmente em relação à EBC, além do canal generalista seriam necessários pelo menos mais três: um de notícias 24 horas, outro infantil e mais um dedicado especificamente às artes. O primeiro é fundamental para oferecer o que a televisão tem de mais precioso: a instantaneidade da informação. O infantil para responder a uma demanda existente na sociedade, uma vez que esse tipo de canal só é oferecido hoje pela TV paga. Nas públicas que os mantêm no ar são os de maior audiência. O de artes, também restrito hoje às TVs por assinatura, visaria um público afastado da TV por falta desse tipo de opção.

Quanto à competição, trata-se de uma questão-chave à qual a TV Brasil não conseguiu, a não ser nos momentos finais como TV pública, encarar com a devida seriedade. Há concordância na literatura sobre comunicação pública de que o sistema público deve usar os dados de audiência mas, diferentemente do comercial, não pode ficar preso apenas a eles. Deve buscar audiência, a mais ampla possível, mas não a qualquer custo. Com competência é possível chegar a bons índices sem abrir mão da qualidade. Há um caso emblemático da TV Cultura de São Paulo quando colocou no ar uma grade de programação infantil, no início dos anos 1990, que conquistou o público atingindo índices superiores a 12 pontos, recorde histórico para uma TV não comercial no Brasil. As principais TVs públicas europeias chegam a índices em torno de 50% da audiência.

Ao já mencionado problema do sinal e suas largas zonas de sombra, acrescente-se a questão da programação. Um dos pontos nevrálgicos está no jornalismo, onde a diferenciação de pautas e enfoques seria fundamental. Isso não ocorreu em grande parte do período em que a TV Brasil, como emissora pública, esteve no ar. As pautas jornalísticas acompanhavam as das emissoras comerciais, com o agravante da disparidade de recursos em favor destas para realizar o mesmo tipo

de trabalho. A TV Brasil era um microfone a mais em torno dos mesmos personagens mostrados em todos os telejornais.

Pode-se afirmar com segurança que em muitos momentos praticou-se um jornalismo sem ousadia, refém dos temores de parecer "oficialista" ou "chapa branca", descambando em certos momentos até para o lado oposto, com pautas oposicionistas, sem a prática do contraditório.

Perdeu-se uma grande oportunidade de atender a um público desprezado pelo telejornalismo das emissoras comerciais. Um público que busca um jornalismo crítico, com análises aprofundadas, contextualizadas e que mostrou sua existência quando, finalmente a TV Brasil resolveu ousar, mais aí já era tarde, faltavam poucos meses para o golpe.

Como não se optou pela criação de uma rede de TV autônoma em relação aos demais serviços da Radiobras, o que teria tornado a TV Brasil uma instituição mais ágil e eficiente, é forçoso lembrar aqui os percalços semelhantes aos da TV vividos pelas emissoras de rádio da empresa. A falta de um sinal nacional é semelhante ao que ocorria com a televisão. Nenhuma das oito emissoras controladas pela EBC poderia ser sintonizada, por exemplo, em São Paulo.

A abertura de canais nacionais de transmissão, fortes investimentos em tecnologia e a criação de programações atraentes a públicos diferenciados deveriam ter sido objetivos prioritários das gestões da empresa. Perdeu-se a oportunidade rara de dar ao rádio brasileiro uma alternativa real às programações jornalísticas conservadoras ou religiosas. E com oito emissoras disponíveis o leque de ofertas teria sido valioso.

As emissoras da EBC poderiam ter sido ouvidas tanto nos automóveis em circulação pelo país, como seria o caso da histórica Rádio Nacional do Rio de Janeiro, assim como nas zonas ribeirinhas do norte do Brasil, com a Rádio Nacional da Amazônia, passando pelas rádios MEC do Rio e de Brasília com apuradas programações de música clássica e popular. O único passo concreto para tornar efetivamente nacionais essas emissoras foi dado, como no caso da TV, semanas antes do golpe, quando se criaram programas jornalísticos diários transmitidos a partir da Rádio Nacional do Rio, com a retransmissão e participação, em São Paulo, da Rádio Brasil Atual. Era o passo necessário para dar ao ouvinte da maior cidade do país a alternativa ao padrão homogêneo das emissoras comerciais. Também chegou muito tarde.

Esses percalços aqui relatados não têm a intenção de mostrar que uma outra forma de gestão da EBC a imunizaria contra os efeitos do golpe: ele a abateria de qualquer forma, tal a sanha destruidora dos que tomaram o poder no país. O que se pretende ressaltar é a oportunidade perdida de se implantar pela primeira vez no Brasil um verdadeiro sistema nacional de comunicação pública, a exemplo do que ocorre em vários países. Um sistema que mostrasse que uma outra comunicação era possível conquistando corações e mentes por todo o país.

CONSTITUIÇÃO MIDIÁTICA

Rogerio Dultra dos Santos[1]

O processo penal brasileiro funciona de forma sistemática como um instrumento de criminalização das classes populares. Subordinadas ou mesmo apartadas do processo produtivo, estas colaboram para o andamento do sistema capitalista como violações de direitos dos selecionados pelo sistema. Esta afirmação se corrobora pelo fato – largamente comprovado por dezenas de pesquisas empíricas e estatísticas – de que os parâmetros normativos, os limites da legislação processual e penal para o arbítrio, não funcionam na prática cotidiana do sistema penal, sendo incapazes de evitar as violações de direitos aos efetivamente selecionados pelo sistema.

As instituições repressivas não somente voltam a sua carga para a criminalização da pobreza, como garantem instrumentos para a defesa e o livramento dos grupos sociais poderosos. Este funcionamento seletivo do sistema penal brasileiro, que viola direitos e criminaliza extratos específicos da população independentemente das balizas normativas, se dá praticamente sem alterações substantivas desde a reforma de 1941, sob a influência de uma dogmática processual autoritária. É incontornável o fato de que razões políticas e econômicas orientam a gestão do processo penal. O juiz é, em geral, um agente sobredeterminado por questões outras que não as estritamente jurídicas no momento em que decide sobre a lide penal. A barganha, a transação, a negociação, o blefe são os novos instrumentos que o processo penal brasileiro passou a oferecer para que se alcance os objetivos sociais de criminalização. Esta situação técnica, que se consolida no país há pelo menos 20 anos, sob os auspícios de uma perspectiva social e econômica neoliberal, encontra simultaneamente, no contexto de inéditas décadas de estabilidade

1 Professor do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense – UFF e do Programa de Pós-Graduação em Justiça Administrativa (PPGJA/UFF). Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Salvador – UCSal (BA), Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (SC), Doutor em Ciência Política pelo antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Foi fundador e primeiro Coordenador do Mestrado em Direito Constitucional da UFF (2011-2014) e Presidente da Comissão da Verdade em Niterói (2015-2016).

democrática, um novo objeto de intervenção: a criminalização da política via simbiose entre justiça criminal e meios de comunicação de massa.

Um dos atores que se renovaram com a democratização e se empoderaram com a Constituição de 1988 — sem perder elementos que o distinguiram como próceres da Ditadura — foi o Judiciário. Nos moldes da tradição imperial brasileira, reproduzindo, inclusive, a lógica do Poder Moderador, a cúpula do Judiciário brasileiro arroga-se a pretensão de funcionar como uma força contramajoritária, não eleita, com a capacidade de exercer o chamado "equilíbrio" entre os poderes e de substituir o legislativo e mesmo a administração pública quando lhe convém. Este movimento de desestabilização da relação entre direito e política já foi alcunhado de ativismo judicial ou judicialização da política (Cf. Santos; Araújo, 2013; Mota; Motta, 2011). Como não é orientado pelo voto, e como as suas estruturas internas de poder são pouquíssimo porosas ao controle democrático, o nosso Judiciário tende, institucionalmente, a transformar-se em um poder altamente refratário a mudanças e reacionário à oxigenação, com consequências problemáticas para as instituições políticas e para a democracia.

O afastamento do controle público leva este órgão a privilegiar pautas corporativas. Como exemplo, vê-se que uma questão que domina a agenda dos juízes é a do aumento de salários e da manutenção de privilégios. A redação proposta para a Lei Orgânica da Magistratura por estes movimentos previa um sem número de prebendas, penduricalhos e auxílios que catapultaram os ordenados do Judiciário brasileiro para um dos mais altos do mundo (Cf. STF, 2016). Por outro lado, a ascensão funcional dentro deste poder está longe de ser democrática. Os desembargadores, por exemplo, são escolhidos a portas fechadas: juízes de primeira instância e funcionários não participam da eleição. Uma estrutura hierárquica e engessada tem gerado, há décadas, uma instituição pautada pelas bandeiras — meramente retóricas — de moralização do direito e da política. Refratário à democracia — portanto autoritário —, o Judiciário convive com a possibilidade de fazer do país seu refém, na medida em que permite realizar, em sua prática institucional, alterações penais e processuais de grande alcance, como a relativização da presunção de inocência, sob aplausos dos meios de comunicação.

Nesse sentido, a aplicação do sistema repressivo é estimulada pela flexibilização de direitos, pela decadência do que David Garland (2008) chama de previdenciarismo penal — a teoria e as práticas que justificavam a existência do sistema repressivo pela sua capacidade de ressocialização — e pela consequente relegitimação do retribucionismo como fundamento do poder punitivo. Neste diapasão, o sistema penal contemporâneo passa a operar em sintonia com interesses econômicos e políticos reforçados pelos meios de comunicação de massa, no fenômeno denominado de populismo penal.

O objetivo deste verbete é identificar como a amplificação do domínio do Poder Judiciário sobre o fenômeno político — um elemento pontual do fenômeno do

populismo penal — amparou-se, no Brasil, nos meios de comunicação de massa, em especial nos grandes conglomerados de mídia que monopolizam a comunicação no país. Dados os recentes influxos comocionais que reorientaram o funcionamento das instituições penais, o discurso jurídico é decomposto em sua higidez constitucional e passa a ser subordinado aos critérios fluidos e cambiantes do mercado e dos *mass media*, reproduzindo e reforçando a lógica do estado de exceção.

A expansão das estruturas sociais de prevenção e repressão ao crime — incluindo a mídia, as empresas privadas e a privatização do sistema prisional e do policiamento ostensivo — se desenvolve, dentre outros fatores, pela negação do modelo pretensamente racional, estatístico e burocrático do previdenciarismo penal (Cf. Garland, 2008), legitimado na origem pela lógica legal/ilegal. Em lugar de justificativas de caráter jurídico, analítico e técnico, percebe-se a ascensão da legitimidade majoritariamente emocional do sistema penal retributivo. A gestão da política criminal e da segurança pública se desloca das burocracias e da pretensão de cientificidade do previdenciarismo para as demandas emocionais da população, galvanizadas por parte da classe política e pelos meios de comunicação de massa, dando origem ao fenômeno do populismo criminal. Assim, a pouca ou nula visibilidade que a mídia confere ao tratamento estatístico — quando opta pela exposição da violência por casos exemplares — estimula a criação artificial de "bodes expiatórios" facilmente identificáveis pelo público. A criminalização destes canaliza os sentimentos difusos de medo e de injustiça, produzindo legitimidade social à repressão e realimentando o sistema penal, mesmo que sob falsos parâmetros. A alocação de recursos financeiros ao sistema se modifica a partir do momento em que passa a prevalecer esta lógica emocional (Cf. Santos, 2008).

Políticas criminais e legislativas se descolam dos dados numéricos e a sensação de proteção do público se torna mais importante que a estatística. Como consequências: a) a atividade jurisdicional se pauta pela repercussão de suas decisões na mídia, o que — em termos mais gerais — submete as instâncias repressivas tradicionais ligadas ao Estado a agências da sociedade civil e a interesses econômicos afastados do escrutínio e do controle públicos; b) o Poder Legislativo atua movido por impulsos oportunistas de curta duração gerados por momentos de comoção, recaindo na multiplicação da legislação criminal, na ampliação temporal das penas, no endurecimento de seus regimes de cumprimento e na limitação de direitos constitucionais, e; c) as agências de administração pública do Executivo veem o seu poder sobre a atividade repressiva ser compartilhado e pulverizado (Cf. Santos, 2007; Garland, 2008, p. 77 e ss.).

Como comprovam inúmeros estudos empíricos,[2] ao ser aplicada, a legislação penal se modificou no sentido de trazer para o ordenamento jurídico pátrio

2 Ver, nesse sentido e exemplificadamente, Santos; Leite (2015); Lemgruber (2013); Jesus et al (2011); Lima, Eilbaum; Pires (2009); Conselho Nacional de Justiça (2011); Centro de Estudios de las

mecanismos característicos do sistema anglo-saxão, como a possibilidade da negociação da culpa, da barganha, da premiação da delação, etc.. Esse conjunto de legislação — que vem desde a lei de crimes hediondos e a dos Juizados Especiais Criminais, indo até a recente legislação de drogas e de criminalidade financeira — trabalha no sentido da maleabilidade e da disponibilidade política do processo. Assim, há também o desenvolvimento de um modelo de aplicação do processo penal que é flexibilizado por meio, por exemplo, da expansão quase que "normativa" de instrumentos considerados excepcionais pela legislação, como a prisão provisória.[3]

Nesse sentido, o sistema jurídico pátrio sempre se orientou sob a lógica do estado de exceção: os parâmetros normativos, os limites da legislação processual e penal para o arbítrio, nunca operaram na prática cotidiana do sistema penal. As polícias prendem sem motivo, os Ministérios Públicos acusam sem fundamento e os juízes brasileiros mantêm presos e condenam cidadãos sem provas e sem que sua responsabilidade criminal seja atestada no processo. Esta é a situação usual de um sistema que caminha a largos passos para se assentar majoritariamente nas prisões cautelares. Ou seja, o sistema penal brasileiro — o quarto maior do mundo em população carcerária —, tende a abdicar de sentenças conclusivas na determinação das prisões. Já funciona como uma burocracia de encarceramento regular e automático dos indivíduos alcançados pelos aparelhos policiais. E o juiz, esta figura complexa que transparece racionalidade imparcial e se submete sem constrangimento à necessidade de atender a "opinião pública", transforma-se em um gerente de expectativas sociais, para além dos constrangimentos e limites que as normas jurídicas possam estabelecer. Flexibiliza-se o processo na direção da eficiência gerencial e mesmo contábil e na configuração do andamento das causas penais tendo em vista a matemática dos resultados (Cf. Santos; Leite, 2015).

Assim, o encarceramento em massa, a amplificação da atividade repressiva como instrumento de controle de população — e não mais como "reforma" de indivíduos considerados problemáticos — e a incorporação da punição como resposta legislativa aos anseios por mais punição, por um lado, e por legitimidade política por outro, tudo isto representa uma aproximação preocupante com o fenômeno britânico e norte-americano de *mass encarceration* e criminalização das classes subalternas. Estes fenômenos, que começam no Brasil a se aproximar da gravidade e da abrangência do que ocorre nos EUA, é estimulado fortemente

---

Justicias de Américas (2013).

3 Nesse sentido, o sistema prisional é utilizado não mais como instrumento de recuperação ou de ressocialização dos indivíduos, mas como instrumento de contenção física desses indivíduos, independentemente de comprovação de culpabilidade, independentemente de sentença condenatória. Estatisticamente o sistema prisional brasileiro está cada vez mais ocupado por presos provisórios (em 2016 a taxa de presos provisórios já chegou aos 40%).

pelos meios de comunicação de massa e chancelado quase que cegamente por todas as instâncias do Poder Judiciário.

O fenômeno de criminalização calcado em critérios políticos é o que produz, segundo o jurista alemão Otto Kirchheimer, a *Justiça política*. Para o autor, o objetivo de uma justiça política é ampliar a capacidade de ação e a influência política de grupos através do recrutamento dos tribunais em seu apoio, com o objetivo de debilitar o poder dos adversários políticos. Nesse sentido, um determinado grupo ou mesmo um regime político podem alcançar o poder, manter-se ou derrubar opositores — sejam indivíduos, grupos ou movimentos sociais estabelecidos — "manobrando a opinião pública mediante um juízo político" (Kirchheimer, 1968, p. 460). No Brasil observa-se fenômeno senão idêntico, até mais radical: o da utilização meramente legitimatória de um procedimento judicial ou mesmo policial (abertura de investigação, denúncia, prisão sem culpa formada, etc.) pelos meios de comunicação para antecipar a criminalização e, consequentemente, para neutralizar adversários políticos. O falseamento dos procedimentos judiciais propriamente ditos também colabora para este objetivo. Não por acaso, juízes criminais críticos dos desmandos e da corrupção do devido processo já comparam a "Operação Lava-Jato" à ideia da *guerra* (Cf. Rosa, 2015; Casara, 2016), visto que a disseminação da lógica da delação faz comuns estratagemas como a barganha, a trapaça e o blefe para enfrentar os "criminalizados" que não respeitam a coisa pública.

A partir da operação conjunta entre mídia e sistema de justiça, criminalizar passa a ser atuar institucionalmente para rotular ideias, indivíduos, grupos políticos e movimentos sociais como criminosos, independentemente de sua danosidade ou culpa e sem a necessidade da existência de investigação ou processo — estes passam a ser opções utilizadas de acordo com a conveniência. A criminalização camufla, desse modo, objetivos de natureza política.[4] E faz operar, ainda segundo Kirchheimer, um efeito psicológico sobre a população em geral e sobre os partidos políticos de oposição ou aliados ao regime através desse recurso aos tribunais: "o regime (...) seleciona um ato passado de seu adversário como campo de batalha conveniente sob o qual influir na configuração da ação política futura. Se o oponente for eliminado da competição política, o Ministério Público tratará de rodear o fato de sua derrota com um marco mais vasto de justificação histórica e moral." (Kirchheimer, 1968, p. 463)

Criminalizar é, inicialmente, e independentemente do processo judicial — ele existindo ou não — fazer crer que há crime e que determinado indivíduo é criminoso: criminalizar é etiquetar social e politicamente, de forma caluniosa

4 A criminalização atende inclusive, nos termos da conjuntura brasileira atual, a um objetivo de natureza geopolítica – que diz respeito ao domínio das reservas hídricas, da tecnologia nuclear e à exploração da bacia do Pré-Sal.

e difamatória, com o objetivo de inviabilizar a legitimidade política ou status social e os benefícios dali advindos. E a criminalização, quando ocorre através da mídia, significa não só a condenação antecipada, mas a sobreposição da decisão judicial pela decisão noticiada. E, nesse sentido, a criminalização hoje parece independer —ou depender relativamente — de seus pressupostos jurídicos tradicionais, como violação da lei, investigação policial, processo, formação judicial de culpa ou sentença condenatória. Considera-se que há mais realidade e verdade na narrativa imagética da mídia do que nas regras do devido processo. Ou melhor, a imagem negativa de um adversário político é corroborada pela mídia de forma estratégica por meio de uma decisão judicial. Esta última recobre de objetividade, imparcialidade e perenidade o estrago originalmente produzido pela mídia sobre a imagem de um adversário. A decisão judicial instrumentalizada pela mídia "parece elevar a imagem do campo dos acontecimentos e interpretações partidárias privadas a uma esfera oficial, autorizada e quase neutra, e se dá ao público a oportunidade quase única de participar em uma nova criação da história, com o propósito de delinear o futuro." (Kirchheimer, 1968, p. 464).

Fecha-se o circuito de colaboração entre Poder Judiciário e meios de comunicação. Pois a simples exposição de alguém ou de algum grupo, movimento, tendência ou ideia política nos *mass media* como suspeito(a) de ter feito ou mesmo de representar algo considerado mau ou errado é suficiente para criminalizá-lo(a). Isto significa dizer que a criminalização midiática não é orientada ou limitada de forma estrita pelos marcos jurídico-normativos, mas apenas legitimada pelos mesmos. Para este novo paradigma de criminalização, não interessa mais se alguém cometeu ou poderia ter cometido um crime. Basta, apenas, a disposição de criminalizar ou autorização para tal. A partir desta decisão, que comporta um — de novo — óbvio componente político/moral, é suficiente insinuar que se fez ou se representa algo de reprovável na perspectiva de quem realiza a narrativa disseminada (Cf. Santos, 2016a). Importam menos as balizas formais do processo de criminalização que o efeito de condenação produzido.

Como consequência, a criminalização atinge o grande público, produzida em boa parte pelos *mass media*, fora de parâmetros que possam ser controlados publicamente. No final da cadeia de produção, o arranjo institucional que permite a circulação da notícia como, por exemplo, a decisão de gabinete do editor, informada por motivos secretos e influências políticas e econômicas não alcançáveis, é que indica quem ou o que deve ser desacreditado. Nos dizeres do teórico da comunicação de massa John B. Thompson, atua aqui um conjunto de mecanismos institucionais e de poder capacitados à implementação *restrita* — limitadora, reorientadora —, das formas simbólicas (Cf. Thompson, 2011, p. 224-5).

A criminalização opera, nesse caso, a partir de um paradigma de moralidade bastante específico e que não é compartilhado por todos — pois, se o fosse, poderia facilmente transformar-se em norma jurídica. A criminalização é uma

decisão privada, capturada pelos procedimentos técnicos da produção da notícia, ocultada do público e que, em geral, depende da publicidade dos meios de comunicação. Assim, embora a criminalização esteja submetida à publicização para produzir os efeitos desejados, não figura como a resultante de um processo público guiado por normas republicanamente produzidas. Assim, é a notícia de tv, a reportagem da revista, a manchete de jornal que acusam, julgam e condenam, de forma instantânea, quem ou o que quer que se deseje criminalizar, pelo motivo que for, sem que com isto seja demandada a regularidade de procedimentos de qualquer instituição estatal. A *performance* e o espetáculo predominam sobre a forma legal e a criminalização cristaliza-se como expressão social do modelo de estado de exceção.

Com este mecanismo de substituição do direito pela narrativa de *mass media*, opera-se a ilusão de que a narrativa criminalizadora é a própria realidade dos fatos. É óbvio que este fenômeno não pode ser considerado como universal, atingindo de forma diferenciada, em especial, sociedades marcadas pela concentração do poder econômico e político e com baixa densidade democrática, como é o caso do Brasil contemporâneo. Mas o fato é que, estimulados pela oligopolização, os poucos grupos dominantes da mídia no país controlam as narrativas criminalizadoras. Estas, pela repetição reiterada e romantizada, pelo fato de representarem um recorte enviesado da realidade, redefinem fatos e re-hierarquizam situações a seu bel-prazer.

Por outro, a força política dos conglomerados de comunicação, uníssonos em reproduzir *ad nauseam* a narrativa criminalizadora, impôs um constrangimento real — uma "opinião pública" manifesta como "comoção popular" — às instituições legítimas e originalmente encarregadas da persecução penal, estimulando-as a responder politicamente à altura do drama criado pela narrativa e transformado em fato. Este constrangimento "estrutural" sempre foi interpretado pelo Judiciário como um termômetro dos anseios da sociedade. Mas longe de ser submetido à "opinião pública", o Judiciário entrou em uma *sintonia ideológica* com os meios de comunicação e suas pautas antidemocráticas, reforçando através deles seu autoritarismo classista.

Por conta deste fenômeno social complexo, a aproximação estratégica de setores do Poder Judiciário com a grande mídia tem operado um deslocamento simbólico e concreto do poder de dizer o direito. Não só a autoridade do Legislativo foi suplantada pelo código enviesado criado pelos *media*, como a caneta dos juízes perdeu a autoridade exclusiva de "jurisdição" e, no lugar das sentenças e do processo, a decisão que criminaliza foi transferida para os microfones e para os holofotes. Se o Poder Judiciário se molda e se orienta — nas suas decisões — aos parâmetros estabelecidos pelo sistema de comunicação e entretenimento de massa, este fenômeno representa o processo sociológico da *dominação* das instituições judiciais pelos conglomerados de comunicação (sobre dominação, Weber,

1997). Os *mass media*, ao determinar o conteúdo e o sentido dos processos judiciais, terminam por sutilmente avassalar os atores do Judiciário, numa espécie de submissão voluntária. Estimulam os mesmos a uma composição com os vetores e com os parâmetros midiáticos de criminalização a fim de estabilizar a relação mídia/justiça. Isto é, com o objetivo de evitar um confronto direto — que nem mesmo é aventado como possibilidade remota por ambos —, e que produziria a deslegitimação da justiça perante a opinião publicada, membros do Judiciário aderem à pauta e ao poder da mídia, chancelando juridicamente os "vereditos" instantâneos das notícias.

Então, conclui-se que duas alterações profundas operam na democracia e no direito brasileiros. *Em primeiro lugar*, relativiza-se o primado da lei, a ideia legitimadora do sistema de justiça criminal, segundo a qual alguém só pode sofrer persecução criminal por ter realizado uma ação descrita expressamente como crime pela legislação. Há uma distância oceânica entre programação normativa e prática repressiva — e, portanto, a legalidade não funciona como parâmetro de atuação concreta das instituições repressivas. Assim, na prática, a legitimidade das instituições jurídicas se dá pelo modo como são apresentados os resultados (encarceramento em massa apresentado como um dado positivo, por exemplo), somado à crença de que seus procedimentos são legais ou, se não o são, operam dentro de uma margem socialmente tolerável. Os fins justificam-se pelos meios. E isto, a permanência da legalidade como justificativa de existência e funcionamento do sistema de justiça criminal, autoriza e permite o controle narrativo sobre as reformas legislativas. Isto significa que qualquer alteração do marco legal ou de gestão de políticas de segurança depende não de um debate democrático acerca dos modos de funcionamento da atividade judicial e repressiva do Estado, mas da adesão dos meios de comunicação às propostas em disputa. Isto deriva do fato de que a narrativa retórico-midiática substitui a descrição legal. A propaganda substitui a norma constitucional, legitimando-se como instrumento de pacificação e moralização.

Em segundo lugar, o Judiciário perde a exclusividade e o controle sobre o processo criminal que, de um procedimento complexo e burocrático, transformou-se em um acontecimento instantâneo e espetacular. A criminalização midiática impossibilita o sistema republicano de controle das agências repressivas, pois transforma o processo em notícia, elimina o meio (o devido processo) e faz subsistir apenas o fim (a decisão criminalizadora). De fato e "de direito", a mídia controla os efeitos do processo enquanto espetáculo e substitui o Judiciário na criminalização. Seguindo-se a lógica autocrática schmittiana, se são os *mass media* que decidem sobre o estado de exceção, os *mass media* é que são soberanos em dizer o direito.

Este deslocamento do poder de produção de juridicidade, que vai do Judiciário para o sistema de comunicação de massa, elimina os mecanismos de controle social e político da criminalização. Isto não se dá automaticamente, entretanto. O processo de criminalização via mídia poderia ser também submetido ao escrutínio

democrático — e seria obviamente barrado —, se houvesse legislação reguladora da comunicação, instituições legitimadas, independentes e capacitadas para tanto e se a pluralidade no controle econômico dos meios de comunicação fosse uma realidade no país. Mas este não é o caso. A proibição constitucional da existência de monopólios e oligopólios no setor de comunicação de massa não recebe regulamentação. A propriedade cruzada de meios de comunicação, a concentração do financiamento para algumas poucas redes, tudo colabora não só para a inexistência de pluralismo na informação, mas para uma mediação da informação exclusivista, enviesada e interessada — seja econômica ou politicamente — que seleciona a informação que chega ao público. A realidade social e política apresentada aos indivíduos é previamente — e em larga medida —, definida, interpretada e hierarquizada pelos meios de comunicação. Assim, no lugar da produção ou recepção crítica, independente e individualizada da informação, pode haver — mas não necessariamente — um "consumo coletivo de bens padronizados" por uma massa ajustada e submetida a uma ordem cultural e social predominantemente mercantil (Cf. McCombs, 2002; Thompson, 2002; Thompson, 2011).

É claro que os mecanismos de recepção e assimilação de produtos culturais são complexos e demandam uma continuidade temporal do processo de interpretação nos indivíduos, ou seja, a constante avaliação do que é consumido de alguma forma pode proteger os indivíduos de uma informação propagada massivamente, mas de forma instantânea e fugaz (Cf. Thompson, 2011, p. 139). Mas, se não é pacífico que o cidadão é necessariamente manipulado por um sistema de comunicação oligopolizado, pouco democrático e com uma pauta privada e auto-interessada, pode-se afirmar que, atualmente, a circulação social da informação sobre a política no Brasil tem operado alterações sensíveis nas próprias instituições políticas.

Neste contexto específico, o sistema político fica, ele próprio, submetido à possibilidade de criminalização pela mídia. Isto é possível, por um lado, devido à fragilidade sobre o controle e a circulação do caráter avaliativo (juízo de valor) da informação sobre figuras públicas. O *gerenciamento da visibilidade*, fenômeno que Thompson atribui ao surgimento de um espaço público desterritorializado e mediado pelas tecnologias da comunicação de massa, é a ideia de que os atores políticos possam estabelecer uma relação relativamente controlada de sua exposição pública. O fato de que esta exposição extrapola os limites tradicionais das instituições, todavia, elimina a oposição entre espaço público e espaço e situações privadas. O escrutínio permitido pela visibilidade total revela-se como a possibilidade da observação, da avaliação e do exame totais. Como consequência, a perda de controle do agente político sobre a sua visibilidade é uma ameaça real, seja à sua reputação, seja à estabilidade das instituições que este agente representa, tanto mais se não há controle público democrático sobre os meios de comunicação (Cf. Thompson, 2011, pp. 320 e ss.).

Por outro lado, a atuação repetida e constante de meios variados, como telejornais de diferentes redes, jornais impressos, revistas semanais, programas de rádio, etc., forja uma massiva nuvem de informação avaliativa que sobrecarrega de signos específicos — geralmente negativos — indivíduos, eventos, instituições e/ou ideias. Isto se dá até que estes sucumbam a uma compreensão geral que corrobora a interpretação disseminada, desqualificando-os. Na verdade, este é um dos princípios estratégicos da propaganda, como defendida por Joseph Goebbels, ministro nazista de Hitler (Cf. Doob, 1950, p. 435). Assim sendo, por trás de uma pauta aparentemente respaldada pelo direito subjaz um projeto moralizador, autoritário, que elimina as garantias características do Estado de Direito e que é, em essência, refratário ao funcionamento naturalmente plural e contraditório da democracia. A criminalização da política, ao se realizar pelos *mass media*, se revela puro estado de exceção.

O complexo processo de mutação institucional pelo qual passou o Brasil nas últimas décadas cristalizou um sistema político aparentemente bifronte, alicerçado retoricamente nos princípios constitucionais do liberalismo político e orientado na prática pelos elementos ideativos do estado de exceção. Ocorre que não existe a possibilidade da convivência harmônica entre modelos constitucionais, institucionais e políticos tão diametralmente distintos quanto o do Estado de Direito e o da ditadura pura e simples. No choque entre os dois, e justificada politicamente a permanência de ambos, prevalece a exceção.

Nesse sentido, a instabilidade política dos dias que correm não diz respeito tão somente à fragilização dos direitos operada pela prática seletiva do sistema repressivo. As políticas públicas de segurança e o funcionamento enviesado do sistema de justiça criminal não são os únicos responsáveis pela fragilização do projeto normativo centrado em direitos fundamentais. Embora seja possível contabilizar o volume e a extensão globalizantes de práticas revéis ao estatuto da legalidade, estas instituições não caminham a sós. Ao seu lado, e exercendo uma influência central e sobredeterminante, encontra-se o sistema de comunicação de massa. Pautado por interesses econômicos e políticos não alcançáveis pelo público, infensos a qualquer tipo de limitação e controle de suas atividades e concentrado nas mãos de poucos, os *mass media* funcionam no Brasil como um verdadeiro poder político instituído, capaz de produzir a narrativa que bem entender a fim de preservar seus interesses. Faz isto com o apoio do Poder Judiciário e tem colaborado para a criminalização da política numa escala nunca vista.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, E. R.; REMEDIO NETO, A.; SANTOS, R. D.. Segurança Pública, Polícia e Guarda Municipal na cidade do Rio de Janeiro: alguns elementos para o debate. In: Theófilo Rodrigues. (Org.). *O que queremos*: propostas para uma cidade inclusiva. 1ed. Rio de Janeiro: Núcleo Piratininga de Comunicação, 2016, pp. 161-173.

CAMERON, Maxwell A.. Presidential Coups D'État and regime change in Latin American and Soviet successor States: lessons for democratic theory. Working Paper #249. *The Hellen Kellog for International Studies*. Notre Dame: 1998. p. 1-45. Disponível em: https://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/249.pdf. Acesso em: 20 set 2016.

CASARA, Rubens R. R.. *Processo Penal do Espetáculo*: Ensaios sobre o poder penal, a dogmática e o autoritarismo na sociedade brasileira. São Paulo: Empório do Direito, 2016.

CENTRO DE ESTUDIOS DE LAS JUSTICIAS DE AMERICAS. *Prisión Preventiva en América Latina*: enfoques para profundizar el debate. Santiago, 2013. 361 p. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/tablas/r30357.pdf. Acesso em: 21 out. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Mutirão Carcerário: raio-x do sistema penitenciário brasileiro. Brasília, 2011. 192 p

COUTINHO, Iluska Maria da Silva. *Dramaturgia do telejornalismo brasileiro*: a estrutura narrativa das notícias em TV. Tese de doutorado em Comunicação Social. Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2003.

DOOB, Leonard W.. Goebbel's principles of propaganda. The Public Opinion Quarterly, Vol. 14, No. 3 (Autumn, 1950), pp. 419-442. *Oxford University Press on behalf of the American Association for Public Opinion Research Stable*. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/2745999. Acesso em: 27 set 2016.

GALLI, Carlo. *Genealogia della politica*: Carl Schmitt e la crisi del pensiero politico moderno. Bologna: Il Mulino, 1996.

______. Presentazione. In: SCHMITT, Carl. *Catolicesimo romano e forma politica* (seguito da La Visibilità della Chiesa: uma riflessione scolastica). Milano: Giuffrè, 1986, pp. 3-27.

GARLAND, David. *A Cultura do controle*: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008. (Pensamento Criminológico; 16)

JESUS, Maria Gorete Marques de et al. (Org.). *Prisão provisória e lei de drogas: um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo*. São Paulo: Núcleo de Estudos sobre Violência, 2011. 154 p

KIRCHHEIMER, Otto. *Justicia Politica*: empleo del procedimento legal para fines políticos. México: União Tipográfica Editorial Hispano Americana, 1968.

LEMGRUBER, Julita et al. *Usos e abusos da prisão provisória no Rio de Janeiro*: avaliação do impacto da Lei 12.403/2011. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, 2013. 52 p.

LIMA, Roberto Kant de; EILBAUM, Lucía; PIRES, Lenin. Construcción de verdad y administración de conflictos en Río de Janeiro: una mirada sobre las reformas de las instituiciones judiciales y policiales. *Avá*, Posadas, v. 16, p. 33-59, 2009.

McCOMBS, Maxwell. The Agenda-Setting Role of the Mass Media in the Shaping of Public Opinion. 2002. *University of Austin*, Texas. Disponível em: http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/mccombs01.pdf. Acesso em: 26 set 2016.

MOTA, Maurício; MOTTA, Luiz Eduardo. (Org.). *Sociedade, Política e Judicialização*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2011.

ROSA, Alexandre Morais da. Com "lava-jato" concedemos poder ao Estado em nome da "guerra justa". In: *Consultor Jurídico* — CONJUR. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2015-jul-17/limite-penal-lava-jato-demos-poder-estado-nome-guerra-justa. Acesso em: 23 set 2016.

SANTOS, Rogerio Dultra dos. As Controvérsias da Criminologia, a penalização dos adolescentes e o sistema penal como última ratio. *Revista Depoimentos* (FDV), v. 13, p. 109-134, 2008.

______.; ARAÚJO, Gisele Silva. Judicialização da política: o poder contramajoritário do Tribunal Constitucional entre a tirania da maioria e o governo aristocrático dos juízes. *Boletim CEDES*, Rio de Janeiro, PUC-Rio, v. 2013, 12 p., 2013. Disponível em: http://www.cis.puc-rio.br/cis/cedes/PDF/abril_2013/Judicializacao_da_Politica.pdf . Acesso em: 23 out 2016.

______. O ataque da Globo a Jandira Feghali: criminalização da política e ditadura. *O cafezinho*. Rio de Janeiro, 2016a. Disponível em: http://www.ocafezinho.com/2016/06/11/o-ataque-da-globo-a-jandira-feghali-criminalizacao-da-politica-e-ditadura/. Acesso em: 21 set 2016.

______. Os Adolescentes dignos de pena: notas acerca da redução da maioridade penal. In: *Cedes — Centro De Estudos Direito e Sociedade* — Boletim/Abril de 2007. Disponível em: http://www.cis.puc-rio.br/cis/cedes/PDF/07abril/rogerio.pdf. Acesso em: 28 set 2016.

______. Estado de exceção e criminalização da política pelo mass media. In: *Sistema Penal & Violência*, Revista Eletrônica da Faculdade de Direito Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, v. 8, Porto Alegre: PUC-RS, p. 187-209, 2016.

______; LEITE, Douglas Guimarães. Excesso de prisão provisória no Brasil: um estudo empírico sobre a duração da prisão nos crimes de furto, roubo e tráfico (Bahia-Santa Catarina, 2008-2012). *Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL)*. Brasília: MJ (SAL); IPEA, 2015. 112 f. (Série Pensando o Direito, nº 54)

STF. *Minuta do Anteprojeto do Estatuto da Magistratura*. Brasília: STF, 2016, 96f. Disponível em: http://s.conjur.com.br/dl/estatuto-magistratura-juizes-loman-stf.pdf Acesso em: 22 de set 2016.

THOMPSON, John B.. *Ideologia e cultura moderna*: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

______. *O escândalo político*: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

WEBER, Max. *Economia y sociedad*. Traducción de José Medina Echavarría et alli. México: Fondo de Cultura Económica, 1997 (1922).

DIÁRIOS NACIONAIS

Fernando Antônio Azevedo[1]

Os jornais diários de circulação nacional da chamada “grande imprensa” (*O Estado de S. Paulo,* a *Folha de S. Paulo* e *O Globo*) desempenharam um papel estratégico na engrenagem política que derrubou o governo petista, em 2016, via golpe parlamentar executado por meio de um processo de impeachment. Este papel protagonista decorre do fato de que, apesar da centralidade da televisão nos meios de comunicação de massa e seu grande alcance e penetração no público, e a presença e influência cada vez maior das novas mídias digitais, ainda são os jornais (e as revistas) a principal fonte primária de informação política e onde se publica as opiniões políticas de forma mais ampla, qualificada e estruturada do ponto de vista argumentativo. Desta forma, a imprensa escrita tem uma grande capacidade de pautar não só a mídia eletrônica (rádio e televisão) como as mídias digitais, como comprovam as pesquisas que mostram que a maior parte das notícias e temas que trafega no *FaceBook* é originária da mídia impressa.

Além do seu grande poder de agendamento, os grandes jornais nacionais, no caso brasileiro, fazem parte de um sistema de mídia monopolizado e controlado basicamente por três famílias (Marinho/*Organizações Globo*, Mesquita/*Grupo Estadão*, Frias/*Grupo Folha*) que detêm a propriedade cruzada de jornais, revistas, rádios e televisão, portais e sites. Neste contexto, de um sistema de mídia concentrado e com baixa diversidade política (não temos um jornal impresso de centro-esquerda, como *The Guardian* na Inglaterra, *El País* na Espanha ou o *Página 12*, na Argentina), o viés e a parcialidade política da grande imprensa geram não só uma assimetria informacional e um déficit democrático como se transformam em arma política para conquistar a opinião pública.

Os três jornais cobriram de forma extensa e intensa a tramitação do processo de afastamento da presidenta ao longo de oito meses, entre o início de dezembro de 2015 e agosto de 2016, acompanhando o debate e as votações de cada etapa da tramitação do processo na Câmara e no Senado e dando grande destaque às manifestações de ruas convocadas por grupos como o MBL (Movimento Brasil Livre) e o Vem Para a Rua, com apoio dos partidos de oposição e de setores

1 Cientista Político e professor titular da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

empresariais liderados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Por sua vez, suas páginas de opinião abriram um grande espaço para a discussão do tema, agendando, desta forma, o debate político com forte impacto na formação da opinião pública, especialmente no seu público leitor por excelência localizado nos extratos de renda mais alto e, em sua maioria, eleitores de centro-direita. Assim, seja pela própria natureza do tema, obviamente desgastante para quem ocupa o poder, seja pelo noticiário enviesado e pela predominância de articulistas e colunistas que defendiam o *impeachment* nas páginas de opinião dos jornais, a cobertura da grande imprensa foi fortemente negativa para a imagem da presidenta e seu governo, como mostram os dados do monitoramento dos três jornais realizado pelo Manchetômetro (http://www.manchetometro.com.br/), um website do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ que rastreia e analisa a cobertura da grande mídia sobre temas de economia e política. Segundo os dados coletados pelos pesquisadores, abrangendo as capas, páginas informativas e de opinião (editoriais, colunas e artigos), as valências negativas ocupavam mais de 80% do espaço publicado com o restante se distribuindo entre valências neutras e favoráveis a Dilma e ao governo.

Porém, os jornais não se limitaram a dar uma grande visibilidade ao processo do impeachment de forma enviesada e desequilibrada. Nas páginas editoriais, onde habita a alma política dos jornais, a grande imprensa definiu, com todas as letras, sua posição e seu lado em relação ao tema. Apesar das diferenças de estilo jornalístico e de ênfase, eles convergiram no reconhecimento do instrumento do impeachment como um procedimento legal e legítimo do ponto de vista jurídico e político. Além do mais, todos eles consideraram que a questão de mérito que sustentava o pedido, as chamadas "pedaladas fiscais", era motivo válido e suficiente (com algumas ressalvas da *Folha)* para que o mandato da Presidente fosse alvo de questionamento no Congresso. Portanto, desde o início do processo, os três jornais refutaram a tese de golpe parlamentar sustentada pelos governistas. E, ao assim fazer, davam ao pedido de impedimento uma legitimidade democrática que velava os reais interesses partidários dos derrotados da eleição presidencial de 2014 e dos peemedebistas dissidentes em derrubar o governo e fazer tábula rasa dos resultados eleitorais.

Em relação à questão substantiva, como se verá mais adiante, o *Estadão* defendeu abertamente o afastamento da presidente; a *Folha,* a renúncia dela e do vice Temer e *O Globo,* apesar da ambiguidade de seus editoriais até antes da votação final no Senado, saudou o impedimento como a melhor saída para a crise política. Após o afastamento da Dilma os três jornais reconheceram a legitimidade do novo governo e declararam apoio ao programa de reformas liberais anunciada pelos novos donos do poder, como a reforma trabalhista e previdenciária e a política de ajuste fiscal baseada no teto de gastos.

A postura dos três jornais são coerentes com o passado político deles, como se poderá ver no resumo a seguir que precede a descrição dos editoriais mais importantes e definidores da posição política da grande imprensa sobre o impeachment.

PERFIL E HISTÓRICO POLÍTICO DOS JORNAIS

O Globo

O jornal é editado pelas Organizações Globo, o maior conglomerado de mídia do país atuando no mercado de informação nos segmentos da mídia tradicional (TV aberta e fechada, rádios, revistas, jornais) e das novas mídias (sites e portais). *O Globo*, fundado em 1925, é um veículo liberal do ponto de vista econômico e politicamente ligado às forças de centro-direita. Um balanço histórico da sua trajetória editorial mostra que o jornal assumiu, nos momentos críticos, posições que confirmam o seu perfil político conservador. Apoiou a Revolução Liberal de 1930 que derrubou a República Velha, mas, logo em seguida, alinhou-se à Revolução Constitucionalista de 1932, deflagrada pelas elites rurais paulistas que tinham sido alijadas do poder, contra o novo regime. Após a redemocratização, em 1946, sempre esteve ao lado das forças liberais lideradas pela UDN, partido que se opunha ao varguismo do período democrático nos anos 40 e 50 e ao projeto nacional-desenvolvimentista defendido pelas forças progressistas no início dos anos 60. Na crise política de 1954, que terminou com o suicídio de Vargas em agosto daquele ano, o jornal perfilou com os oposicionistas. Em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, foi contra a posse do vice-presidente João Goulart e depois fez dura oposição ao seu governo e às bandeiras das reformas de base defendidas pela esquerda brasileira. Em 1964, apoiou o golpe militar e publicou um editorial sob o título "*Ressurge a Democracia*" (02/04/1964) , em que saudava a tomada do poder pelas Forças Armadas. O jornal apoiou o regime militar durante toda sua existência, sem nenhuma ressalva política. Num editorial publicado em primeira página, em 07/10/1984, Roberto Marinho justificou o apoio à "Revolução de 64" e ao Ato Institucional nº 5 por conta das "ameaças ao regime democrático". Este apoio ao regime se prolongou mesmo no período da transição democrática e durante a campanha pelo restabelecimento do voto direto ("Diretas Já"). Na atual quadra democrática o jornal editorialmente segue uma linha liberal tanto do ponto de vista político quanto econômico, em consonância com os programas dos candidatos de centro-direita.

O Estado de S. Paulo

O *Estado de S. Paulo* foi fundado em 1875 e originalmente chamava-se *A Província de S. Paulo.* Com a proclamação da República, o jornal assumiu o atual

nome e, em 1902, passou a ser dirigido e controlado pela família Mesquita, tornando-se, então, o principal veículo de ideias e fonte de informação da elite paulista rural vinculada ao setor cafeeiro agroexportador. Em 1930, aderiu à candidatura oposicionista de Getúlio Vargas contra o candidato oficial das oligarquias dominantes. Em 1932, trocou de lado e apoiou o movimento Constitucionalista, deflagrado pelas elites paulistas contra o governo provisório de Vargas. Com a decretação do Estado Novo, em 1937, o jornal passou a fazer uma oposição aberta ao novo regime. Com a redemocratização de 1946, o *Estadão* assume seu perfil político definitivo e atual. Antigetulista e, portanto, por definição, antipopulista, o Estadão endossou candidaturas e programas adversários do varguismo e de seus herdeiros políticos em todas as eleições presidenciais do período democrático iniciado em 1946. Em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, apoiou os chefes militares que vetavam a posse de Jango e defendeu em editorial a intervenção das Forças Armadas para evitar que as "forças subversivas" assumissem o poder. Com a posse de Jango e a rápida polarização política nos anos seguintes, entre a esquerda e a direita em torno das reformas de base, o jornal radicalizou suas críticas ao governo: defendeu de forma aberta a deposição de Jango, apoiou as manifestações de ruas contra o governo (a "Marcha com Deus pela Família e pela Liberdade") e, finalmente, o golpe militar de 1964. Apesar do apoio ao golpe e ao novo regime, o jornal defendia que a intervenção militar fosse transitória e o poder devolvido aos partidos e políticos depois de expurgados da cena política as correntes de esquerda. Assim, com o aprofundamento da ditadura por meio do AI-5, de dezembro de 1968, o jornal passou a fazer uma oposição liberal numa linha civilista ao regime militar. Com o retorno à democracia em 1985, o jornal consolidou o seu atual perfil conservador na imprensa brasileira defendendo valores e projetos políticos de centro-direita até pouco tempo liderados pelo PSDB.

Folha de S. Paulo

A *Folha de S. Paulo*, controlada pela família Frias, proprietária também do maior portal do país (UOL), tem sua origem na fusão de duas publicações, a *Folha da Noite* e a *Folha da Manhã*. A primeira, um jornal vespertino, foi fundada em 1921 por um grupo de jornalistas; seu público-alvo eram os leitores dos segmentos da classe média mais baixa e trabalhadores urbanos, segmento não contemplado pelo *Estadão*. Em seguida, o grupo lançou, em julho de 1925, uma publicação matutina sob o título *Folha da Manhã*. Em 1930, os dois jornais posicionam-se contra a Revolução e a favor da manutenção da velha ordem oligárquica e, com o golpe de 1937 e a instauração do Estado Novo, colocaram-se na oposição à ditadura. Vargas, interessado em eliminar os focos de oposição na imprensa, estimulou então a compra dos dois jornais por um grupo de empresários que repagina a *Folha da Manhã*, lança uma terceira publicação diária *(Folha da Tarde)* e muda a orientação política em favor do governo. Em 1960, as três publicações são

fundidas numa só, nascendo, então, a *Folha de São Paulo* que, em 1961, foi finalmente adquirida pelos empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Nesta nova fase, o jornal atravessaria dois períodos bem distintos do ponto de vista político. No primeiro, que vai dos anos 1960 até meados dos 1970, o diário assume posições políticas marcadas pela oposição às bandeiras da esquerda, como as reformas de base e o governo Jango, o apoio ao golpe de 1964 e ao regime autoritário, que recebeu adesão incondicional do jornal em sua primeira década de existência. O segundo período tem início com as reformas gráficas e editoriais, a partir de 1976, que renovou o jornal e a equipe de colaboradores. Mas a principal alteração foi na linha editorial, que passou a valorizar o debate de ideias e posições políticas e o pluralismo interno. Estas mudanças se dão num período marcado pela abertura política, em que a luta pela anistia e redemocratização começava a ganhar impulso no País e o coração e as mentes da classe média. Reposicionado editorialmente, o jornal cresceu nos segmentos da audiência mais jovem e de classe média, e apoiou a luta pela anistia, pela constituinte e eleições diretas, fazendo coberturas extensas de episódios políticos críticos para o regime militar e apoiando a campanha das "Diretas Já", que recebeu grande apoio da publicação. O jornal procura manter, nos dias atuais, a mesma linha editorial, sendo, dos três grandes diários, o mais aberto ao debate e ao confronto de ideias. Com estas características, hoje está localizado mais ao centro do que na margem direita do espectro político, mas sem abrir mão de sua filiação liberal na economia e na política.

TOMANDO PARTIDO: OS EDITORIAIS SOBRE O IMPEACHMENT

O Globo

A posição do jornal sobre o impeachment pode ser compreendida a partir da reprodução de trechos de cinco editoriais chaves publicados ao longo da tramitação do processo. As peças selecionadas desmentem cabalmente a alegação de seus editores de que o periódico manteve a neutralidade diante do processo de impeachment e de que em nenhum momento tomou partido ou defendeu o afastamento de Dilma.

Por ordem de publicação, o primeiro editorial selecionado, publicado na edição de 14/12/2015 (p.14), sob o título *Há razões técnicas*, reconhece que a aceitação do pedido de impeachment foi um ato de revanchismo de Eduardo Cunha contra a posição do PT e de Dilma, favorável ao processo contra ele na Comissão de Ética da Câmara. Porém, logo em seguida, defende que *"...nada disso desqualifica a aceitação do pedido de abertura do processo do impedimento...Não é golpe* (pois)...*Dilma é acusada de cometer crimes previstos na Constituição"*. E, no final, arremata: *"Existe, portanto, base técnica para o pedido de impeachment"*. Desta

maneira, o jornal não só desprezava a interpretação de que o impedimento configuraria um golpe parlamentar, como endossava a acusação de que a presidente teria cometido um crime passível de impedimento, legitimando, desta forma, o pedido de impeachment.

O segundo, publicado em 08/04/2016, comenta e endossa o texto do relator do processo na Câmara Federal*: "Primeiro passo objetivo no processo de impeachment em tramitação contra a presidente Dilma, o relatório do deputado Jovair Arantes (PTB-GO), a favor do impedimento, é peça consistente e aborda manobras ilegais que provocaram graves danos à estabilidade fiscal do país, causa da séria crise econômica atual, e ainda em fase de agravamento (...) Fatos que justificam o impeachment, por serem crimes de responsabilidade em malversações orçamentárias"*.

O terceiro (*Não faltam provas para o impeachment da Dilma)* explicita de forma mais clara a posição do jornal e foi publicado às vésperas do julgamento no Senado, no dia 25/08/2016. O texto abre com a afirmação de que *"O processo de impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff, entra hoje na fase final, em que o lulopetismo e o advogado da presidente, José Eduardo Cardozo, sejam convincentes ao rebater a acusação de que ela cometeu crimes de responsabilidade no campo fiscal...e muito menos convence a delirante acusação de que há um golpe (*que*) serve apenas para animar militantes, quase sempre sectários*, *e simpatizantes estrangeiros desinformados "*. O editorial, embora sem pedir abertamente a cabeça de Dilma, deixa muito claro, inclusive pelo uso dos adjetivos negativos ("lulopetismo" e "delirante") e a afirmação de que "não faltam provas", de que lado o jornal se posiciona.

O quarto, publicado na edição de 29/08/2015 com o título *Visão delirante*, comenta a defesa de Dilma feita no Senado na véspera e afirma que *"O pronunciamento da presidente afastada visa também a reforçar uma "narrativa" pela qual, aprovado, o impeachment terá sido uma conspiração das "elites" feita sob o "silêncio cúmplice da mídia". Trata-se de um delírio conveniente, para encobrir o desrespeito, comprovado de forma sólida, da Constituição e da Lei de Responsabilidade. Ora, tudo transcorre dentro do estado democrático de direito, substituindo-se, pelo Congresso, e garantido todo o direito de defesa, uma presidente que cometeu crimes de responsabilidade, pelo seu vice, eleito em chapa única pelos mesmo 54 milhões de votos. Simples assim"*.

Finalmente, no quinto e último editorial, publicado em 01/09/2016 (*Para que jamais haja outro impeachment*), compara o impedimento da Dilma com o do Collor e afirma que "*Dilma perdeu o cargo por sectarismo ideológico e voluntarismo, por achar que vontade política é o que resolve problemas no governo. Algo de sabor stalinista. Ao ir contra leis, a Carta e princípios técnicos inamovíveis, cometeu suicídio*". E fecha o editorial lembrando que com o impeachment *"O fortalecimento não é apenas das cláusulas da responsabilidade fiscal, mas da*

Constituição como um todo, para desaconselhar de vez projetos bolivarianos como o do lulopetismo...".

O Estado de S. Paulo

O *Estadão*, dos três grandes jornais nacionais, e coerente com o seu perfil conservador e antipetismo histórico, foi o mais direto e agressivo em sua posição favorável ao impeachment, como mostram os fragmentos de quatro editoriais reproduzidos em sequência pelas datas de publicação nos parágrafos seguintes.

Em 04/12/2015, um dia depois que Eduardo Cunha pôs em marcha o processo de impeachment, o jornal escrevia em seu principal editorial (*Uma luz no fim do túnel*): "*o que o Brasil espera agora é que uma faxina exemplar seja feita a partir do afastamento de Dilma...*". No mesmo texto, o diário caracteriza a presidente como uma gestora incompetente, que jogou o país em sua maior crise econômica, e chefe de um governo contaminado pela corrupção, motivos pelos quais teria perdido o apoio popular e as condições para a permanência no cargo. No dia anterior, em outro editorial (*O medo vence a esperança)*, o jornal declarava que "*...a instauração de um processo de impeachment resultará, inevitavelmente, no bilhete azul para Dilma Rousseff*".

A posição pró-impeachment seria reiterada em editorial (*Impeachment* é o *melhor caminho*) publicado em 07/04/2015: " *Este governo, inviabilizado por uma presidente da República inábil e inepta, se deslegitimou de facto por decisão da maioria absoluta dos brasileiros e precisa ser afastado o mais rapidamente possível para permitir que se dê início à reconstrução nacional*". No dia 15/04/2015, data em que a Câmara Federal se reuniu para votar o pedido de impedimento, o jornal reafirmava (*Um dia decisivo)* sua posição sobre o tema: "*Existem fundamentos jurídicos em abundância para respaldar o pedido de impeachment. A eles se soma a avassaladora razão de natureza política (...) o governo petista escancarou a opção por seu projeto de perpetuação no poder com a prática de um populismo irresponsável que mergulhou o Brasil na maior crise moral e econômica do último quarto de século*".

Por fim, no dia 31/08/2016, data do julgamento do impeachment no Senado, o *Estadão* estampa um editorial (*O fim do torpor*) que sintetiza a visão do jornal: "*O impeachment da presidente Dilma Rousseff será visto como o ponto final de um período iniciado com a chegada ao poder de Luiz Inácio da Silva, em 2003, em que a consciência crítica da Nação ficou anestesiada (...) por um demagogo(...) um líder cuja aversão à democracia implodiu seu próprio partido, transformando-o em sinônimo de corrupção e de inépcia*". O texto, numa linguagem virulenta que acusa Lula de chefão da quadrilha, charlatão e gangsterismo sindical, encerra afirmando que Dilma "*(...) com seu fracasso retumbante, ajudou a desmascarar Lula e o PT. Eis seu grande legado, pelo qual todo brasileiro será eternamente grato*".

Folha de S. Paulo

A reprodução de passagens escolhidas de quatro editoriais publicados pelo jornal expõe a posição da *Folha* em relação ao impeachment. O jornal assumiu um comportamento ligeiramente diferente de seus concorrentes. Apoiou o procedimento formal, considerando o pedido legal e legítimo e as alegações do pedido em parte procedentes. E, como os outros, mas com diferença de ênfase, publicou diversos editoriais críticos em relação ao governo Dilma. Nesse sentido, compartilhou a mesma posição com seus concorrentes. O que lhe diferenciou foi sua posição sobre a resolução da crise: defendeu a renúncia de Dilma e Temer como saída política.

A primeira posição assumida pelo jornal em relação ao tema foi em seu editorial publicado em 03/12/2015 intitulado *O vício contra o vício*. Nele, a *Folha* afirma que o pedido foi aberto em meio à chantagem e depois um ato de represália de Eduardo Cunha, mas cujo desfecho poderia tirar o país da crise. Em uma passagem central o editorial recomenda *"que se decida de uma vez, renovando a legitimidade da presidente Dilma Rousseff, ou negando-a em favor de uma solução pacífica, institucional e democrática – por dramática que possa ser"*. E encerrava o texto com um tom prudente, exortando que "*...todos examinem, com paixão, mas também com razão e prudência, os motivos concretos em torno do impeachment"*.

Esta posição equidistante e prudente cede lugar a uma posição mais afirmativa e crítica no dia da votação do pedido na Câmara Federal. Num longo editorial (*Decisão da Câmara)* que toma por inteiro duas colunas da página, em 17/04/2015, o editorialista escreve que a percepção da ampla maioria dos brasileiros é que o governo Dilma acabou: *"Está exaurido pela própria incompetência política, pelo incomparável desastre econômico que criou, pelo desvelamento de todo o sistema de corrupção que o PT instaurou no centro do poder. O país definha, e a presidente e seu partido são responsáveis por isso"*. Apesar do diagnóstico negativo, o editorial reconhece que o pedido de impeachment é baseado em algumas premissas contestáveis e, caso seja aprovado, seria uma medida traumática que poderia gerar no futuro divisões e inconformismo. Assim, argumenta, *"...melhor seria a realização de eleições presidenciais ainda neste ano. Nos termos da Constituição*, ela seria convocada em caso *de renúncia da presidente e seu vice – atitude que esta Folha defende"*. Após a votação da Câmara, acolhendo o pedido de impeachment, a *Folha* volta ao assunto em editorial (*O País tem pressa)*, publicado no dia seguinte, no qual pede celeridade ao processo e legitima o resultado: *"Seja como for, nem pela via jurídica, nem pelas ruas cabe contestar o resultado legítimo do ponto de vista constitucional e político"*.

A *Folha* manteve esta posição até a votação final no Senado, no último dia de agosto de 2016. No dia seguinte, publicou um curto editorial (*Governo Novo)* reiterando sua posição original em favor da renúncia de Dilma e Temer e convocação de uma nova eleição. Não obstante, reconhece que a legitimidade do

processo, ainda que relativizando os motivos substantivos alegados no pedido do impeachment: *"O processo decorreu em estrita obediência à Constituição, assegurado amplo direito de defesa e sob supervisão de suprema corte insuspeita. As acusações de fraude orçamentária, porém, embora pertinentes enquanto motivo para impeachment, nunca se mostraram irrefutáveis e soaram, para a maioria leiga, como tecnicalidade obscura – e, para uma minoria expressiva, como pretexto de um "golpe parlamentar"*. Apesar das ressalvas, o editorial termina afirmando que *"Michel Temer (PMDB) é o sucessor legal da ex-presidente Dilma Rousseff e está investido, até prova em contrário, da legitimidade formal para governar o país até dezembro de 2018"* e que *"A prioridade máxima da administração agora confirmada é a recuperação de uma economia em frangalhos (...)* É, sobretudo, imperativo aprovar no Congresso os projetos de reforma econômica —teto para o gasto público e revisão nas regras da Previdência— que se configuram como alavancas sem as quais o Brasil não emergirá da recessão calamitosa em que atolou há dois anos".

FAKE NEWS

Camilo Vannuchi[1]

Eu não preciso ler jornais
mentir sozinho eu sou capaz
não quero ir de encontro ao azar.
(Raul Seixas)

Os versos que servem de epígrafe a este capítulo são da música *Cowboy fora da lei*, de 1987. Raul Seixas os escreveu como uma espécie de recado cifrado para o empresário Roberto Marinho, dono das Organizações Globo. A revelação foi feita apenas agora, em 2018, pelo crítico musical Tárik de Souza, jornalista que teve acesso ao lendário baú do Raul e organizou um livro com trechos dos diários do compositor baiano já em 1992. Segundo testemunho rabiscado pelo próprio roqueiro num dos diários, Roberto Marinho teria liderado um boicote à canção *Carimbador Maluco*, de 1983 — famosa pelo dístico "Plunct, Plact, Zum / não vai a lugar nenhum" — e proibira sua veiculação nas rádios e nos programas de auditório das emissoras do grupo. Nas palavras de Raul Seixas, o "coronel do Jardim Botânico" havia declarado, nos bastidores, que ele afastava anunciantes em razão do uso excessivo de álcool e drogas, motivo pelo qual decidira vetá-lo. A perseguição atingiria seu ápice com a publicação pelo jornal O Globo do editorial "Maluco tristeza", em 1984. "É lamentável que os coronéis da família Marinho se utilizem desses expedientes para manter seu poder", rabiscou o autor de *Maluco Beleza* naquele mesmo dia. A revanche viria dois discos depois. Ao conferir o álbum lançado em 1987, executivos da Globo notaram o recado cifrado em *Cowboy fora da lei* e repetiram o gesto. O veto à música contribuiu para o fracasso do LP e condenou o roqueiro ao ostracismo no fim da vida. Raul Seixas morreu em 1989, em decorrência de uma pancreatite crônica.

---

1 Jornalista e escritor, é mestre e doutorando em Ciências da Comunicação e membro do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Direito e Liberdade, vinculado à Escola de Comunicações e Artes e ao Instituto de Estudos Avançados da USP. Integrou a Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo durante a gestão de Fernando Haddad.

Se o amigo leitor ou a amiga leitora ainda não postou o parágrafo acima no Facebook nem o enviou pelo WhatsApp, recomendo cautela. É verdade que seu conteúdo poderia servir de munição para quem defende a democratização da mídia e a revisão da outorga à Rede Globo. Mas o texto não é verdadeiro. Foi inventado por mim para introduzir este capítulo, numa tentativa apressada de mimetizar uma notícia falsa típica: sua estrutura busca reforçar estereótipos (a Globo como vilã) e provocar empatia (você não vibrou com a história?) de modo a estimular compartilhamentos (pensa no número de likes!) e influir no debate político (até Raul sabia que a Globo é golpista...). Em dois dias, o post cumpriria o objetivo de gerar receita. E farta. Páginas com muito acesso não apenas atraem publicidade convencional como impulsionam o valor arrecadado por meio do AdSense, ferramenta do Google que permite a venda de espaço publicitário por meio de algoritmos e palavras-chave. Quanto mais cliques, mais grana. É este o cenário em que viceja o mercado de *fake news* (notícias falsas), cada vez mais caudalosas e eficientes em tempos de crise na imprensa: uma crise que não é somente econômica, mas de credibilidade, de identidade e de qualidade.

Nas próximas páginas, buscarei contextualizar o conceito de fake news e propor algumas considerações sobre seu efeito na opinião pública. O maior perigo das notícias falsas é que seus efeitos são reais. As vítimas mais frequentes têm sido o jornalismo e a democracia.

Antes de mergulhar nesses temas, volto rapidamente a Raul Seixas para não deixar nenhum fio desencapado. Tanto *Carimbador Maluco* quanto *Cowboy fora da lei* foram amplamente tocadas na Globo por ocasião dos lançamentos. “Plunct, Plact, Zum” batizou um programa infantil especial da emissora, exibido com a participação do roqueiro em junho de 1983. Composta por Raul em parceria com Cláudio Roberto, *Cowboy fora da lei* esteve na trilha sonora da novela *Brega & Chique*, em 1987, o que alavancou as vendas do álbum Uah-Bap--Lu-Bap-Lah-Béin-Bum! a ponto de render o terceiro disco de ouro ao cantor. Programas globais como Cassino do Chacrinha, em 1987, e Domingão do Faustão, em 1989, jamais deixaram de receber Raul Seixas, assim como O Globo jamais publicou um editorial intitulado “Maluco tristeza”. Finalmente, não há registro de qualquer anotação de Raul sobre o que teria inspirado *Cowboy fora da lei*. E Tárik de Souza, coitado, entrou neste capítulo de gaiato. Ele não tem nada a ver com fake news.

“PILHA DE LIXO”

“Fake news” foi anunciada como palavra do ano de 2017 pela equipe que produz o dicionário britânico Collins. No ano anterior, os autores do dicionário Oxford, também britânico, haviam definido “pós-verdade” como palavra do ano. Ambas as expressões remetem a um mesmo fenômeno caracterizado pela

proliferação de notícias falsas e pela emergência do debate sobre causas e efeitos dessas notícias. Entre outubro de 2016 e outubro de 2017, o uso da expressão "fake news" havia aumentado 365% segundo o Dicionário Collins, que incluirá o verbete em sua próxima edição impressa. Ainda de acordo com o dicionário, fake news pode ser definida como "informação falsa, muitas vezes sensacional, disseminada sob o disfarce de notícia".

A expressão se consolidou no último trimestre de 2016 a partir da campanha que elegeu Donald Trump presidente dos Estados Unidos e foi alçada ao topo das principais homepages do mundo em janeiro de 2017, graças à guerra à imprensa declarada no dia 11 pelo então presidente-eleito. De forma paradoxal, o mesmo candidato que, segundo analistas políticos, fora amplamente beneficiado pela veiculação de quantidades obscenas de notícias falsas durante a campanha (uma delas acusava a adversária Hillary Clinton de praticar pedofilia), agora reivindicava para si o papel de vítima. Nove dias antes da posse, Trump convocou uma coletiva de imprensa sem revelar a pauta. Três centenas de jornalistas foram ao saguão da Trump Tower, em Nova York, e ouviram os ataques de um político em franca artilharia contra os meios de comunicação, responsáveis, segundo ele, por plantar mentiras a fim de atingi-lo politicamente.

O pivô fora uma denúncia publicada na véspera pela CNN. Segundo a emissora, um dossiê atribuído a agentes de inteligência demonstrara a existência de ligações entre o governo russo de Vladimir Putin e a campanha eleitoral de Trump, gerando boatos de que o novo inquilino da Casa Branca teria sido apoiado pelos russos para defender interesses daquele país. Apesar de dar o furo, a CNN optou por não divulgar o conteúdo do documento e justificou dizendo que os repórteres não haviam tido tempo de verificar as informações. Horas depois, o site BuzzFeed deu de ombros para o cuidado da CNN e postou a íntegra do dossiê na internet. O contra-ataque foi desferido na coletiva: "É algo que os alemães nazistas poderiam ter feito e fizeram", Trump comparou. "Acho uma desgraça que uma informação falsa, irreal e que nunca aconteceu tenha sido divulgada". Em seguida, o presidente eleito citou os dois veículos: "Quanto ao fato de ter sido escrita pelo BuzzFeed, que não passa de uma pilha de lixo fracassada, creio que (*o portal*) sofrerá as consequências. Quanto à CNN, perder o rumo para isso?", alfinetou. Abertas as inscrições para perguntas, Jim Acosta, da CNN, pediu a palavra. "Já que nos ataca, concede-nos uma pergunta?", reivindicou. "Você, não", rebateu o presidente. O repórter insistiu. Trump ordenou que se calasse. "Quieto! Sua empresa é péssima. Vocês são fake news".

A descompostura de Trump diante do BuzzFeed e da CNN surpreendeu a opinião pública. Não é todo dia que um chefe de Estado se dirige a um site e a uma emissora de televisão nesses termos. Críticas oficiais à impressa costumam ser feitas em tom ameno, e os insultos, restritos aos bastidores. Pelo menos essa tem sido a regra em países democráticos. É possível que sobrassem motivos para

Trump odiar a forma como aqueles veículos publicaram denúncias contra ele, sem checar a veracidade dos boatos nem ouvir o "outro lado". Sua reação, no entanto, repercutiu mal. O primeiro desdobramento foi a solidariedade de classe: empresários e profissionais do jornalismo uniram-se para repudiar o pito presidencial. Ao mirar as fake news, Trump acertara todo o mercado de notícias. A vigília contra ele aumentou. Na semana seguinte, o alvo foi o presidente.

"FATOS ALTERNATIVOS"

Donald Trump tomou posse em 20 de janeiro de 2017. Durante a cobertura da posse, diversos veículos de imprensa exibiram imagens aéreas do National Mall ao lado de fotografias de 2009 e 2013 para mostrar que a festa de Trump reunira um público bem menor do que as duas posses de Barack Obama. "Os jornalistas estão entre os seres humanos mais desonestos do planeta", declarou o presidente, afastando qualquer hipótese de relação diplomática com a imprensa. "Pelo menos um milhão e meio de pessoas vieram à minha posse", afirmou, acusando novamente a imprensa de agir de má fé. O governo foi instado a revelar a origem dos números citados por ele. Sean Spicer, secretário de imprensa de Trump, colocou mais lenha na fogueira ao repetir o discurso de que nenhum outro presidente dos Estados Unidos reunira tanta gente na cerimônia de posse quanto ele. Trump também acusou a imprensa de subdimensionar deliberadamente o público para prejudicá-lo. Segundo Spicer, o número de pessoas que usaram o metrô para chegar ao Capitólio ao longo do dia havia sido muito maior do que em 2013. A apuração cuidadosa mostrou o contrário: 571 mil pessoas usaram o metrô em 20 de janeiro de 2017, contra 782 mil em 2013. Segundo estimativas oficiais do distrito de Colúmbia, cerca de 600 mil pessoas foram à posse de Trump naquele dia, um terço do total de 1,8 milhão de pessoas que foram à posse de Obama em 2009 (em 2013, teria sido cerca de 1 milhão). Em entrevista à NBC no domingo (22/1), a conselheira de Trump, Kellyanne Conway, voltou à tese do público recorde e justificou os números discrepantes alegando que o governo apresentara "fatos alternativos". A expressão gerou indignação no âncora, Chuck Todd. "Fatos alternativos? Fatos alternativos não são fatos, são falsidades", disse.

O debate sobre fatos alternativos dominou as redes na semana que se seguiu ao episódio. Haveria fatos alternativos, como afirmou a conselheira, ou, na melhor das hipóteses, abordagens alternativas dos fatos? Não que a substituição de uma expressão por outra solucionasse o impasse. Sob nenhum aspecto parece aceitável insistir na tese de que a posse de Trump foi assistida por mais gente do que as posses de Obama. Em outras palavras: tratar uma mentira como algo natural, sem gravidade, decorrente da subjetividade intrínseca a qualquer discurso

ou narrativa é, sob qualquer ponto de vista, negligenciar o princípio ético que deve nortear a atividade jornalística: a busca da verdade.

Nas semanas que se seguiram à entrevista de Kellyane Conway, virou rotina na Casa Branca rebater toda notícia desfavorável com a mesma acusação: é fake news. A edição da revista Time publicada em 26 de março trouxe a seguinte chamada de capa em letras vermelhas sobre fundo preto: "Is truth dead?" A verdade morreu?

A DISPUTA DE NARRATIVAS E A BUSCA DA VERDADE DOS FATOS

No Brasil, a recente polarização entre "coxinhas" e "mortadelas" fez surgir uma fixação por aquilo que se convencionou chamar de "disputa de narrativas". A expressão é inspiradora. O problema é que a disputa de narrativas, prima de segundo grau dos "fatos alternativos" de Kellyane Conway, tende a substituir algo que, pelo menos entre os jornalistas, deveria ser prioritário: a verdade dos fatos. Hoje, a naturalidade com que somos capazes de dividir os meios de comunicação em "mídia de direita" e "mídia de esquerda" é indício da confusão generalizada entre informação e opinião, para lembrar dois conceitos caros às faculdades de jornalismo. Mais do que isso: no momento em que parcela significativa da população adquire consciência dessa distopia e, conhecendo a inclinação política do veículo consultado, opta por consumir "narrativas" em detrimento da "verdade dos fatos", então estamos diante de condições bastante oportunas para o cultivo e a disseminação de fake news.

É de Hannah Arendt o conceito de verdade dos fatos. No ensaio *Verdade e política*, de 1967, a pensadora alemã estabelece distinções importantes entre fato e opinião, mas sobretudo entre o que chamou de verdade racional ou filosófica e verdade factual. Inspirada no mito da caverna de Platão, segundo o qual as pessoas acreditam naquilo que enxergam e, por vezes, negam a verdade objetiva quando se deparam com ela, Arendt estabelece a teoria de que a racionalidade exerce transformações na verdade dos fatos: o pensamento molda a realidade ao se debruçar sobre ela. De forma equivalente, diz a autora, os filósofos produzem o mesmo tipo de distorção: eles explicam a realidade conforme o real se coloca para eles, ou seja, conforme a "verdade pessoal" de cada um.

A verdade dos fatos é outra coisa. Inexorável, ela não pode se ajustar a interesses políticos nem a malabarismos racionais ou filosóficos. Aconteceu. Essa verdade dos fatos está constantemente diante da mira dos governantes, dos formadores de opinião, da consciência coletiva. Trotsky, num exemplo citado pela autora, teve seu nome apagado dos livros de História editados na Rússia sob Stálin, como se fosse possível apagar a verdade factual de que Trotsky participou da revolução bolchevique. "A marca distintiva da verdade factual consiste em que seu contrário não é o erro, nem a ilusão, nem a opinião, nenhum dos quais se reflete sobre a veracidade pessoal, e sim a falsidade deliberada, a mentira", diz

Arendt. “Como o mentiroso é livre para moldar os seus ‘fatos’ adequando-os ao proveito e ao prazer, ou mesmo às meras expectativas de sua audiência, o mais provável é que ele seja mais convincente do que o que diz a verdade”.

É essa falsidade deliberada e convincente, manipulada muitas vezes para atender às expectativas da audiência, que move as fake news — como moveram, em outro contexto, os editores dos livros de História na União Soviética.

A IMPERÍCIA E A MENTIRA DELIBERADA

Existem diferentes modalidades de notícias falsas que, por suas características, não correspondem ao conceito de fake news. Uma notícia falsa pode ser publicada num site humorístico ou satírico, como o Piauí Herald e o Sensacionalista, sem que exista no chiste qualquer interesse em manipular ou enganar alguém. Um jornalista ou veículo também pode produzir uma notícia falsa por deslize, após um erro de apuração ou uma análise apressada de determinado dado, dispondo-se prontamente a corrigir a informação equivocada assim que o primeiro leitor der o alerta. Uma terceira categoria de notícia falsa é aquela em que o autor foi induzido a erro pela fonte, dando publicidade a uma mentira sem saber que foi enganado. Há casos notórios em que hackers invadiram sites de empresas e fundações e introduziram notas mentirosas nas páginas oficiais, desencadeando imediatamente uma enxurrada de publicações com erro em veículos sérios, bastando para isso que um repórter consultasse a homepage hackeada sem se dar conta da armadilha. Em agosto de 2017, por exemplo, hackers anunciaram nas redes sociais do Barcelona a contratação do jogador argentino Di María, então no Paris Saint Germain. Anos antes, em 2011, a conta do canal Fox News no Twitter, sob ataque de hackers, noticiou em primeira mão o assassinato de Barack Obama, em pleno feriado pátrio de 4 de julho.

Há, finalmente, as notícias falsas com assinatura e pedigree, concebidas de forma deliberada por pressa, preguiça ou outro motivo não necessariamente de cunho político nem com a intenção de caçar cliques. O mais surpreendente exemplo recente desse tipo de falsidade foi a descoberta de que o jornalista Jayson Blair, do New York Times, publicou dezenas de reportagens com base em declarações e dados produzidos por sua fértil imaginação. O escândalo levou à demissão de Blair, então com 27 anos, e dos diretores do jornal, Howell Raines e Gerald Boyd. No ano seguinte, Blair publicou um livro sobre o episódio. “Eu mentia e mentia”, escreveu. “Depois, mentia um pouco mais. Mentia sobre onde tinha estado, sobre onde tinha encontrado as informações e sobre como tinha escrito cada história.”

Nenhuma dessas notícias é fake news. O conceito, conforme adotado por estudiosos, tem obrigatoriamente caráter manipulador e motivação política. Fake news são notícias produzidas deliberadamente com a função de enganar. O dolo,

portanto, é condição para o uso do termo. Nesse sentido, é significativo observar que seu emprego — não do termo, mas da ferramenta — vem se disseminando de forma estratégica nos diversos setores do espectro ideológico. Há fake news quando uma revista semanal publica uma capa às vésperas da eleição afirmando que os ex-presidentes Lula e Dilma "sabiam de tudo" (em relação a desvios na Petrobras). Há fake news quando um portal acusa Dalton Moro, pai do juiz Sérgio Moro, de ter fundado o PSDB em Maringá (PR).

FAKE NEWS NO BRASIL E AS FÁBRICAS DE MENTIRA

O fenômeno das fake news como modelo de negócio consolidou-se no Brasil em 2016 e atingiu o ápice em 2017. É contemporâneo, portanto, do tsunami midiático que se abateu sobre os Estados Unidos e provocou estragos pelo mundo nesse mesmo período.

Aqui, sua ascensão não pode ser dissociada do golpe parlamentar-jurídico-midiático deflagrado em 2015 e que culminou no impedimento da presidenta Dilma Rousseff no ano seguinte. Páginas apócrifas como Pensa Brasil, Ceticismo Político, Folha Política, Jornalivre e Diário do Brasil destacaram-se na produção de conteúdo falso destinado a insuflar parte da opinião pública a aderir à tese do impeachment, sobretudo quando compartilhado, diuturnamente, nas redes sociais de grupos de amplo alcance como o Movimento Brasil Livre (MBL), um dos principais promotores dos protestos de massa contra Dilma, juntamente com o Vem pra Rua. Mentirosas e múltiplas, essas matérias pseudo-jornalísticas tiveram o condão de propagar o ódio a Dilma, ao Partido dos Trabalhadores e, por extensão, à esquerda, contribuindo para forjar um ambiente de extremismo, cegueira e intolerância, sem o qual o golpe jamais seria consumado.

Estudo feito na USP pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso à Informação, coordenado pelos professores Pablo Ortellado e Marcio Moretto Ribeiro, revelou que eram falsas três das cinco reportagens mais compartilhadas por brasileiros no Facebook entre os dias 12 e 16 de abril de 2016, semana que antecedeu a abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados. O grupo investigou o desempenho de mais de 8 mil reportagens publicadas naquele período por 117 jornais, revistas, sites e blogs noticiosos. Uma das notícias mais difundidas, com mais de 65 mil compartilhamentos naquela semana, foi publicada no site Diário do Brasil com o título "Presidente do PDT ordena que militância pró-Dilma vá armada no domingo: 'Atirar para matar'". A campeã entre as fake news, no entanto, foi publicada no site Pensa Brasil e superou 90 mil compartilhamentos. "Polícia Federal quer saber os motivos para Dilma doar R$ 30 bilhões a Friboi", dizia o título.

Em fevereiro de 2017, com o impeachment já consumado, o jornal Folha de S.Paulo publicou uma extensa reportagem sobre a indústria de notícias falsas no

Brasil. Poderia ter sido publicada no primeiro caderno, mas entrou no caderno cultural de domingo, a Ilustríssima. Um dos méritos do repórter Fábio Victor foi entrevistar Beto Silva, responsável pelo site Pensa Brasil. O jornal revelou que Beto Silva morava em Poços de Caldas (MG) e havia fundado o site com dois sócios. Revelou também que o trio mantinha uma dezena de sites semelhantes, todos abastecidos com fake news, e que apenas o Pensa Brasil tivera, em março de 2016, 3,2 milhões de visitantes únicos e mais de 10 milhões de pageviews (páginas visitadas). O modelo de negócios, segundo especialistas, renderia ao Pensa Brasil cerca de R$ 50 mil por mês. "O que fazemos são modificações para tornar a notícia mais fácil e interessante", declarou Beto Silva ao jornal. "Quem tem de saber o que é verdade ou mentira é quem lê a matéria".

Em junho de 2017, o mesmo grupo da USP monitorou 500 — quinhentas! — páginas com conteúdo político falso ou distorcido compartilhado nas redes sociais. Seu desempenho era acachapante. Segundo os pesquisadores, 12 milhões de brasileiros difundiram fake news naquele mês. É muito. Se ao menos um post de cada um desses 12 milhões de usuários tiver alcançado 170 seguidores, seria possível inferir que toda a população brasileira foi potencialmente atingida por fake news naquele mês. "Infelizmente, não há saída para o problema das notícias falsas no âmbito da comunicação", escreveu Pablo Ortellado, para quem as fake news desempenharão papel determinante nas eleições de 2018. "O problema é de ordem política. Enquanto não desarmarmos a polarização e a guerra de informação, vamos seguir nos informando mal e colocando nossa indignação a serviço das forças políticas que nos dividem".

O CASO LULA

Consumado o golpe, as fábricas de mentira voltaram-se para as eleições presidenciais de 2018. Naturalmente, as páginas que se consolidaram em 2016 disseminando mentiras sobre Dilma e o PT apontaram o periscópio para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Bem sucedida na tarefa de viabilizar o impeachment, a indústria da boataria começou o ano com a missão de angariar apoio massivo à condenação de Lula e impedir a presença de sua foto nas urnas — ou, na pior das hipóteses, garantir sua derrota no pleito. Com isso, as páginas de fake news atualizam para o Brasil de 2018 a famosa frase atribuída a Carlos Lacerda, referindo-se a Getúlio Vargas: "Não pode ser candidato; se for candidato, não pode vencer; se vencer, não pode tomar posse; se tomar posse, não pode governar".

Até a revista Veja, useira na arte de difundir ilações sobre Lula e fustigar a (sempre potente) candidatura petista, foi obrigada a admitir que o pré-candidato tem sido alvo recorrente e preferencial da boataria. Na edição de 17 de janeiro, Veja publicou um ranking elaborado após a análise de 534 postagens

com notícias falsas sobre política nacional publicadas em 12 páginas conhecidas como incubadoras de fake news. O nome de Lula era citado em 116 delas, seguido pelo nome de Michel Temer, presente em 77 matérias, e pelo nome do juiz Sérgio Moro, citado em 59. No caso de Lula, ainda segundo a revista, três em cada quatro menções eram depreciativas, proporção que caía para uma em cada duas no caso de Moro. Ainda conforme o estudo, o também pré-candidato de direita Jair Bolsonaro lidera o ranking no quesito menções positivas. Das menções feitas a ele nas fake news analisadas, apenas uma em cada cinco tem caráter negativo. A maioria delas serve para maquiar seus feitos e engrandecer sua biografia, mais um indício de que a indústria da falsidade tem orientação política no Brasil.

A liderança de Lula no ranking da calúnia faz parte do imaginário coletivo há pelo menos 35 anos. Já em 1982, quando se candidatou pela primeira vez numa eleição (ao governo de São Paulo), Lula teve de lidar com mentiras eivadas de preconceito que rapidamente se transformaram em lendas da crônica política nacional. Uma delas dizia respeito a uma suposta aposentadoria que Lula receberia desde quando teve um dedo decepado por uma prensa, aos 18 anos. Outra lenda dava conta de que o então presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo morava numa mansão no Morumbi, bairro nobre de São Paulo. Em 1984, quando o PT foi gravar seu primeiro programa político para ser exibido em rede nacional de televisão, o jornalista e editor Chico Malfitani sugeriu iniciar o vídeo com uma cena de Lula brincando com os filhos em frente a sua casa, um imóvel térreo de 40 metros quadrados num bairro operário de São Bernardo. Não por acaso, a câmera capta a placa fixada no muro: Rua Maria Azevedo Florence. "É fachada", insistiam os opositores. "De noite ele pega o carro e vai até o Morumbi", diziam alguns. Havia quem acreditasse, e repetisse publicamente, que havia um túnel ligando a garagem da casa do Jardim Lavínia até a garagem da mansão no Morumbi. Na mente fértil dessas pessoas, bastaria ao presidente do PT entrar em seu batmóvel e percorrer 25 quilômetros num túnel particular construído exclusivamente para ele e sua família, um feito digno de constar no livro dos recordes.

Hoje, as mentiras envolvendo Lula são, pelo menos, mais sofisticadas. Algumas envolvem seus filhos. A mais famosa delas diz que Fábio é o verdadeiro dono da Friboi. Em outras versões, o mesmo herdeiro seria dono de metade das terras do Mato Grosso do Sul e desfilaria lépido em sua Ferrari dourada pelo principado de Mônaco. Lula também teria sido vaiado num restaurante de Natal em agosto de 2017. Um vídeo supostamente gravado no local havia atingido 15 milhões de acessos em meados do mês seguinte. Dias após a morte da esposa de Lula, a ex-primeira-dama Marisa Letícia, a fábrica de fake news não hesitou em afirmar que sua morte tinha sido forjada, o caixão havia permanecido lacrado durante o velório e que, absurdo dos absurdos, Marisa estava viva e gastando

nosso dinheiro em algum lugar da Europa. A essas se somam diversas inverdades atribuídas ao ex-presidente na sentença condenatória expedida por Sérgio Moro e nos diversos volumes dos processos que o citam.

Quando este livro chegar às livrarias, no primeiro semestre de 2018, ainda será cedo para cravar o resultado do pleito de outubro. Mas as maiores derrotadas no processo eleitoral em curso, iniciado precocemente um dia após o segundo turno de 2014, já são velhas conhecidas de todos: a credibilidade jornalística, o bom senso, o dever da verdade.

FALSO CONSENSO

Miguel do Rosário[1]

Tanto a magnitude dos votos recebidos por Dilma Rousseff em 2014 quanto o percentual sobre o número de votos válidos deveriam assegurar uma sólida estabilidade a seu governo.

Como sabemos, não foi isso que aconteceu.

O segundo mandato de Dilma foi marcado por uma profunda instabilidade, que culminou em seu impeachment, ratificado pelo senado em 31 de agosto de 2016.

Como isso foi possível?

Neste verbete, atrevemo-nos a oferecer uma explicação, amparados na mais ampla base de dados que conseguimos reunir.

Antes disso, porém, para entendermos o que estava em jogo no processo de golpe, façamos um rápido inventário do patrimônio eleitoral que nos foi roubado.

No dia 09 de dezembro de 2014, pouco mais de um mês após a realização do segundo turno das eleições presidenciais, o plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou, com unanimidade, o relatório de seu presidente, Dias Toffoli.

O documento infomava que não havia nenhum elemento que pudesse contestar o resultado do pleito, e ratificava oficialmente a vitória de Dilma, com 54,5 milhões de votos, ou 52% dos votos válidos.

No primeiro turno da mesma eleição, a petista havia obtido 43,26 milhões de votos, ou 42% dos votos válidos.

Dilma tinha sido eleita, pela primeira vez, em 2010, com 55,7 milhões de votos, ou 56% dos votos válidos.

Antes dela, Lula, do mesmo partido, fora eleito duas vezes consecutivas; a primeira em 2002, com 52,7 milhões de votos, ou 61% do total, e a segunda em 2006, com 58,29 milhões de votos, novamente com 61%.

Com esses números, o Partido dos Trabalhadores acumulava, nos quatro pleitos presidenciais realizados de 2002 a 2014, um total de 221 milhões de votos, certamente um desempenho eleitoral extraordinário.

---

1 Miguel do Rosário nasceu em 1975, no Rio de Janeiro. É jornalista, escritor e editor do blog *O Cafezinho*.

Para ter uma ideia do que esses números significam, talvez seja interessante fazermos algumas comparações internacionais e históricas.

A primeira eleição nos Estados Unidos após a sua independência, realizada em entre os meses de dezembro de 1788 e janeiro de 1789, contou com a participação de algumas dezenas de milhares de eleitores. O presidente eleito, George Washington, obteve 43.782 votos.

Alguns anos depois, em 1791, no outro lado do oceano, a França, então em pleno processo revolucionário, assistiria aquela que seria uma das mais maiores eleições já realizadas na história do mundo: 4,3 milhões de franceses votaram. Os jacobinos, que mais tarde assumiriam o poder de maneira absoluta, ficaram em terceiro lugar, com 774 mil votos.

Feitas as comparações históricas, vale a pena dar um breve passeio pelo mundo de hoje, para termos uma ideia dos números apresentados em outras democracias.

Donald Trump foi eleito presidente dos EUA com 63 milhões de votos, ou 46% do total. Sua concorrente, Hillary Clinton, recebeu um número maior de voto popular, quase 66 milhões de votos, mas o sistema americano tem um mecanismo indireto - número de delegados - que determinou a vitória do republicano.

Na relação com o universo de cidadãos americanos aptos a votar, cujo número atingiu 200 milhões de pessoas em 2016, Trump recebeu um total de 31,48% do eleitorado.

Os 54 milhões de votos que Dilma recebeu em 2014 corresponderam, por sua vez, a um total de 38% sobre os 142 milhões de eleitores aptos.

Emmanuel Macron, o presidente francês eleito em maio de 2017, obteve 8,6 milhões de votos no primeiro turno, 24% do total. Ficou encostado nos três candidatos seguintes, todos com mais ou menos 20% - incluindo o esquerdista Jean-Luc Melenchon, que recebeu 7 milhões de votos.

No Reino Unido, as últimas eleições gerais, de 2017, mantiveram o Partido Conservador, liderado por Theresa May, no poder, com 13,6 milhões de votos, 42% do total, mas os trabalhistas de Jeremy Corbyn ampliaram sua presença no parlamento e por pouco não leva os louros. O Labour Party (partido trabalhista) obteve 12,9 milhões de votos, ou 40% do total.

No Japão, o atual primeiro-ministro, Shinzo Abe, foi eleito em 2017 com 18,5 milhões de votos, ou 33% do total.

A Índia é um país que, pela magnitude de sua população, poderíamos comparar melhor ao Brasil. Nas últimas eleições realizadas, em 2014, na Índia, o candidato vencedor, Narendra Modia, obteve 172 milhões de votos, ou 31% do total de votos válidos. Entretanto, com 1,3 bilhão de habitantes, os votos de Modia correspondem a 13% da população da Índia, ao passo que os 54 milhões de votos obtidos por Dilma representam 27% da população brasileira.

Angela Merkel, chanceler alemã, reelegeu-se em 2017 com 33% dos votos válidos, que corresponderam a 15,3 milhões de eleitores.

Nas últimas eleições legislativas da Rússia, em 2016, o atual primeiro-ministro Dmitry Medvedev, do mesmo partido de Putin, recebeu 28,5 milhões de votos, ou 54% dos votos válidos. Em 2012, nas eleições presidenciais, Putin obteve 46,6 milhões de votos, ou 64% do total.

Está evidente, assim, que os números obtidos por Dilma, apesar da vantagem relativamente apertada sobre o segundo colocado, estão bem acima da média eleitoral conquistada por governos eleitos nas democracias mais sólidas e importantes do planeta.

Como foi possível, às forças de oposição, construir, tão rápido, uma massa crítica de apoio ao impeachment, com tamanho suficiente para derrubar um governo eleito com números assim?

Em dezembro de 2014, Dilma tinha recuperado boa parte de sua aprovação, provavelmente em função do processo eleitoral, que produziu uma brecha no bloqueio midiático e permitiu que a população ouvisse um pouco também o lado do governo. Segundo o Datafolha, Dilma pontuava 42% de ótimo/bom e apenas 24% de ruim/péssimo. Entre os eleitores mais pobres, núcleo de seu eleitorado, 50% marcavam bom/ótimo para a presidenta. No nordeste, 53% aprovavam seu governo. Perguntados sobre em que área o governo Dilma estava se saindo melhor, a maioria respondia, sem hesitar: educação e social.

Em alguns meses, porém, o mundo de Dilma iria ruir, até chegar ao fundo do poço em agosto de 2015, quando atinge apenas 8% de ótimo e bom e 71% de ruim e péssimo, ainda segundo o Datafolha.

Entretanto, esses números negativos não demorariam muito. Pelo fim de 2015, os movimentos sociais que apoiaram Dilma já tinham percebido claramente para onde aquilo caminhava, e ampliariam a mobilização para evitar o golpe. Os números nas pesquisas começaram a mudar. Uma pesquisa Datafolha feita ao final de novembro daquele ano mostra queda acentuada na rejeição à presidenta. No geral, a queda da rejeição foi de 4 pontos, 71 para 67 pontos. O mais importante, porém, era analisar que setores estavam liderando essa mudança de percepção: nordeste, norte e mais pobres. A enorme base social de Dilma, ainda atônita com o terrorismo jurídico-midiático que a Lava Jato fazia diuturnamente contra o governo, começava a se mover.

Os primeiros meses de 2016 começam com a população ainda cética em relação ao golpe. As pesquisas indicavam que a maioria absoluta não acreditava que Dilma fosse derrubada.

O apoio ao impeachment sempre foi um dado ambíguo nas pesquisas. Umas perguntas mostravam apoio, outras não.

A escolha das perguntas, a oportunidade, toda a estratégia dos pesquisadores, de qualquer forma, sempre foi muito explicitamente favorável à Lava Jato e ao impeachment.

O processo de impeachment foi um jogo de futebol. Globo passava a bola para a Folha, que deixava a Veja perto do gol, que tocava para o Sergio Moro completar de cabeça.

Mas se você examinasse as pesquisas com atenção, você encontrava rapidamente os ruídos da narrativa e a desconfiança do povo.

Em abril de 2016, o Datafolha perguntou aos entrevistados "qual a melhor forma para superar esse momento de crise política". Apenas 8% responderam que a solução seria "Dilma sofrer o impeachment e o vice-presidente Michel Temer assumir a presidência", ao passo que 87% disseram que preferiam as alternativas: para 25%, seria melhor "Dilma continuar seu mandato com um novo pacto entre governo e oposição", e para 62% seria melhor "Dilma e Michel Temer saírem do governo e ocorrerem novas eleições para presidente".

Uma característica digna de nota das pesquisas dessa época é que a maioria delas associa, nas perguntas, as "revelações" da operação Lava Jato a um suposto desejo popular pelo impeachment, embora, como se sabe, o processo de impeachment jamais apresentou qualquer relação formal com os crimes apurados pela Lava Jato.

Quando se examina os detalhes das pesquisas, não há surpresa. Entre os setores sociais com mais afinidade com a presidenta, como os mais pobres, os nordestinos, os negros, um percentual bem maior preferia a permanência de Dilma.

As pesquisas mostram não apenas que o consenso em torno do impeachment sempre foi forçado, escondido, falso, assim como a população jamais acreditou na honestidade do processo.

Os institutos de pesquisa estavam numa frase frenética, publicando com estardalhaço uma ou duas sondagens ao mês. A página de política da Folha trazia uma enorme propaganda, fixa, em favor do impeachment. Esse calhau deve ter ficado por lá por dois anos a fio, 2015 e 2016. Eu ficava impressionado como o PT não percebia que isso era um ataque direto, com as armas mais letais da semiótica da política.

Mesmo assim, o resultado das pesquisas estava longe de mostrar qualquer entusiasmo das pessoas com o processo de impeachment.

Em maio de 2016, o Datafolha perguntou aos entrevistados se eles achavam que os deputados e senadores envolvidos no processo de impeachment estariam atuando com boas intenções, "em benefício dos interesess do país e da população brasileira". A maioria, 63%, respondeu que não, que os parlamentares atuavam em "benefício próprio e de interesses dos partidos e de instituições privadas".

Em julho do mesmo ano (dias 14 e 15), o Datafolha fez uma pergunta perigosa aos entrevistados. Foi a primeira e única vez que o instituto enveredou por esse caminho: perguntou se os brasileiros achavam que o impeachment era golpe.

A pergunta não era exatamente essa, mas quase: "Na sua opinião, o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff está seguindo as regras

democráticas e a Constituição, ou está desrespeitando as regras democráticas e a Constituição".

A pergunta só foi incluída, naturalmente, porque os formuladores da pesquisa deviam estar confiantes de que a narrativa pró-golpe ficaria à frente. Mas não foi uma vitória tão confortável assim. Enquanto 47% responderam que sim, que o impeachment seguia as regras, uma parcela importante, de 37% da população, disse que não, que o impeachment não seguia as regras democráticas; que era, portanto, golpe.

Examinando os dados estratificados dessa pesquisa, observa-se que os setores da população mais próximos de Dilma, as pessoas mais velhas, mais pobres, nordestinos, já entendiam o impeachment como um processo não democrático. No nordeste, por exemplo, os golpistas perdiam de lavada: 49% entendiam que o impeachment não seguia as regras democráticas, contra 36% que entendiam que sim. Esses dados, naturalmente, não receberam nenhum destaque, nenhum tratamento, por parte de uma mídia inteiramente mergulhada nas conspirações em prol da mudança de regime.

Agora vamos abordar a criação desse falso consenso por um outro ângulo.

Em julho de 2017, veio à público a última edição do relatório de mídia anual do Instituto Reuters. Ele trazia um dado interessantísmo, que explica o poder descomunal da mídia brasileira sobre a opinião pública.

O relatório traz uma série de pesquisas sobre o consumo de mídia no mundo inteiro. Uma das tabelas mostra o grau de "confiança na mídia", por país.

O Brasil figura em segundo lugar no ranking mundial: 60% da população "confia" na mídia.

Os números do Brasil são inteiramente anômalos.

Todos os países do ranking nos quais a população registra alto índice de confiança na mídia tem sistemas ancorados na comunicação pública: Finlândia, Portugal, Alemanha, Dinamarca, etc.

Os países onde há hegemonia da mídia privada, e, sobretudo, onde há forte polarização política interna, registram baixo índice de confiança na mídia. Nos EUA, por exemplo, apenas 38% dos americanos confiam na mídia. Na Coréia do Sul, este índice é de 23%.

Mesmo na comparação com nossos vizinhos, os números do Brasil revelam o retrato de uma opinião pública escravizada pelo monopólio. Na Argentina, apenas 39% confia na mídia. No Chile, o índice é de 47%.

O relatório do Instituto Reuters traz um capítulo sobre o Brasil no qual, após o óbvio comentário acerca da forte concentração dos meios, há dois infográficos sobre o consumo de notícias no país: um deles reúne dados do consumo de mídia tradicional (tv, impresso e rádio); o outro, de notícias veiculadas online.

O controle da Globo e de mais meia dúzia de empresas sobre o mercado nacional de notícias não tem paralelo com nenhum lugar no mundo.

No infográfico da mídia tradicional, ocupando o primeiro lugar, vemos a Globo, com 60%. Ou seja, 60% dos brasileiros consomem a Globo semanalmente, a maioria mais de três vezes por semana.

No gráfico da mídia eletrônica, o primeiro lugar é do UOL, com 47%. A Globo, porém, ocupa as duas posições seguintes, com G1 e o site do jornal O Globo, seguido da Folha...

Para se ter uma ideia, nos Estados Unidos, o principal meio pelo qual as pessoas se informam não é nenhuma empresa específica, mas "noticiários locais de TV", com 35%. A Fox News, alinhada à direita, ocupa o segundo lugar, com 33%, mas a MSNBC News, geralmente vista como progressista, fica logo atrás, em quinto lugar, com 26%.

Jornais regionais ou locais detêm 29% da preferência nacional, o terceiro lugar.

No infográfico dos meios de informação online, o Yahoo News fica em primeiro, com 25%, seguido do Huffington Post, com 24%. O Breibtar, site de direita, empata com Occupy Democrats, da esquerda, ambos com 7%, na preferência dos internautas.

O fator que mais impressiona, na mídia brasileira, além da brutal concentração, é a sua falta de pluralidade. Na prática, há um monopólio ideológico, e isso explica, em grande parte, o poder da mídia de produzir, artificialmente, falsos consensos sociais.

A concentração da mídia brasileira é tão brutal que se tornou uma espécie de caricatura distópica, exagerada, do que intelectuais, como Noam Chomsky, criticam duramente nos Estados Unidos.

A partir do surgimento da Lava Jato, que é uma repetição mais agressiva de uma outra onda de ataques jurídico-midiáticos à esquerda, o mensalão, o problema da concentração da mídia é agravado pelo estabelecimento de narrativas incrivelmente totalitárias, das quais não se pode divergir sem grande risco profissional.

Rubens Casara, em Estado Pós-Democrático, comenta esse controle, pela mídia, da narrativa sobre os processos judiciais: "na pós-democracia (…) passa a ser considerada 'informação' apenas aquela que confirma a hipótese acusatória".

Daí a gente precisa analisar um outro conjunto de dados, com os quais se pode entender melhor a violência com a qual as forças de oposição conseguiram atropelar a soberania popular, dar um golpe de estado, e implementar um dos mais sórdidos e cínicos regimes de exceção já vistos no mundo.

Em seu livro Capitalismo no Século XXI, Thomas Piketty faz uma terrível denúncia contra a crescente desigualdade no mundo. Um de seus alvos é a descomunal, irracional e crescente desigualdade nos Estados Unidos, o centro do império ocidental, sobretudo quando comparado ao que ocorre na Europa, ao Japão, à Coreia, onde a desigualdade também é alta, mas não a esse ponto.

Nos EUA, segundo o grupo de economistas ligados a Piketty, o 1% mais rico já controla 20% de toda a riqueza produzida no país. É um nível de concentração brutal, quase o dobro do verificado na Europa, mesmo a Europa tendo testemunhado, desde a década de 80, um processo acelerado de aumento na desigualdade da renda de seus próprios habitantes.

No entanto, o Brasil corre por fora de todos os grupos de países estudados por Piketty, porque o seu nível de desigualdade é ainda muito superior ao dos EUA, que é a nação desenvolvida mais desigual do mundo. O 1% mais rico do Brasil controla quase 30% da riqueza nacional.

Esses dados são importantes para a gente compreender o processo político brasileiro, porque a dinâmica da crise nacional é inteiramente condicionada à luta de classes. As pesquisas de opinião são bem claras ao mostrar que o impeachment foi uma imposição das elites do dinheiro.

Nas marchas pelo impeachment vistas na Avenida Paulista, que recebiam cobertura integral da grande mídia, e ganhavam manchetes estrondosas no dia seguinte, o perfil dos manifestantes era marcadamente de elite. Segundo uma pesquisa do Datafolha feita em março de 2015, com manifestantes pelo impeachment na Paulista, 73% deles eram brancos, 24% ganhavam 5 a 10 salários, 25% de 10 a 20 salários, 13% de 20 a 50 salários e 83% eram eleitores de Aécio Neves.

Esse foi o consenso manufaturado pela mídia: o de que os brasileiros que marchavam na Paulista valiam mais do que cidadãos residentes em áreas periféricas, de díficil acesso, tanto na grande cidade quanto nos rincões isolados do sertão nordestino. Esses brasileiros não podiam ir à Paulista.

Quando os economistas do grupo de Piketty usam o microscópio para examinar a distribuição da renda no Brasil, vemos um país ainda profundamente marcado pela escravidão.

A parcela dos 0,1% mais ricos detêm 14,4% de toda a riqueza produzida no Brasil. Ora, nos EUA, os mesmos 0,1% ficam, após os impostos, com 6,8%.

Por aí se vê que a concentração de renda no Brasil é simplesmente duas vezes maior que a dos EUA!

Quanto mais de perto olhamos, mais concentração. Ajustando o microscópio sociológico no máximo, descobrimos, com Piketty, que os 0,001% mais ricos do país, ou seja, um grupo minúsculo de 1.430 indivíduos, detêm, sozinhos, 4% de toda a renda produzida no Brasil.

Os mesmos 0,001% mais ricos nos EUA detêm 1,4% da renda produzida naquele país.

Essa desigualdade bizarra, por falta de termo melhor, explica a opção política das elites pela judicialização da política. É temeroso, para uma classe que controla uma parcela tão grande da economia, confiar no processo democrático, porque a democracia pressupõe reunir as pessoas em torno de um programa de governo.

E um programa de governo que não confronte a concentração de renda brutal do país não é democrático.

Ran Hirschl, professor de ciência política e direito na universidade de Toronto, Canadá, adverte, no livro "Towards Juristocracy" (Na direção da juristocracia), que a empoderação do judiciário e a transferência de poder político de instâncias legislativas e executivas para os tribunais "pode se tornar atrativa para elites que desfrutam de melhor acesso e influência sobre o judiciário".

Em outro trecho do livro, ele volta a esse ponto, dizendo que a transferência de poder para os tribunais "tem sido tacitamente apoiado, senão ativamente articulado, por atores políticos que representam elites hegemônicas e interesses consolidados". Ele complementa que o "esvaziamento de poder de legislativos e executivos, e a transferência deste para os tribunais pode se tornar atrativo às elites financeiras por diversas razões: quando elas buscam atrair o apoio popular para suas ideias escorando-se na imagem pública 'técnica' e 'apolítica' das cortes superiores; quando elas consideram as disputas políticas nas arenas eleitorais como um risco para seus próprios projetos; ou quando elas calculam que se colocando à sombra de um poder judicial expandido poderão fortalecer suas posições absolutas ou relativas, em face de elementos políticos rivais e suas respectivas visões de mundo e preferências políticas".

Tendo em suas mãos o controle da mídia e do judiciário, não foi difícil para essa elite ludibriar a classe média e transformá-la num exército de capitões do mato contra a grande massa de trabalhadores. A estratégia foi parecida à usada por Hitler, conforme explica Wilhelm Reich em seu livro Psicologia de Massas do Fascismo:

> "Se não tivesse feito a promessa de lutar contra a grande empresa, Hitler nunca teria ganho o apoio das classes médias. Estas contribuíram para sua vitória porque eram contra a grande empresa. Sob sua pressão [das classes médias], as autoridades foram forçadas a tomar medidas anticapitalistas, que depois tiveram que abandonar, aí já sob a pressão da grande empresa. São inevitáveis os mal-entendidos, quando não se estabelece uma distinção entre os interesses subjetivos da base de massas de um movimento reacionário e sua função reacionária objetiva, fatores esses que estão em contradição (mas que foram reconciliados na totalidade do movimento nazi).

Em suma, o nazismo finge se voltar contra a grande empresa alemã ou estrangeira, e efetivamente faz alguns ataques neste sentido, mas apenas para ludibirar a classe média, porque o nazismo, assim que consolida seu poder, se tornará, rapidamente, um dos bastiões mais agressivos em defesa do imperalismo e da grande empresa.

A Lava Jato, ao investir contra as grandes empresas nacionais, conquista o apoio da classe média brasileira, satisfeita em ver atrás das grades alguns dos mais ricos empreendedores brasileiros.

O fato de que os processos movidos contra esses empresários serem completamente viciados fica em segundo plano. Afinal, como reclamar que os ricos estejam "finalmente" indo em cana?

Tem sido curioso acompanhar a mídia mais plutocrática do mundo se dar ares de paladina de uma vingança classista, ao mesmo tempo em que oculta (ou apoia) os movimentos do novo regime em prol dos interesses financeiros internacionais.

A Globo repete, em seus editoriais, que o Brasil vive um novo momento porque os ricos estão sendo presos, sem advertir a população que o processo através do qual qual isso se dá, sem nenhum compromisso com os interesses sociais e econômicos do país, e, sobretudo, arruinando o Estado de Direito, a democracia, a liberdade e as garantias individuais, acabará por elevar ainda mais a nossa já alucinante concentração de renda, com perda de empregos no mercado nacional, e transferência brutal de poder e renda para grupos financeiros sediados no exterior.

E assim, através de meios de comunicação ultraconcentrados e com apoio de um judiciário inteiramente submetido a seus interesses e preconceitos ideológicos, a elite do dinheiro (como gosta de chamá-la o sociólogo Jesse Souza) conseguiu controlar a opinião pública, produzir um falso consenso social em torno da questão do impeachment, e dar o golpe no Brasil.

FONTES

Relatório de Mídia do Reuters Institute: https://goo.gl/Pi2v23

Psicologia de Massas do Fascismo, de Wilhem Reich. Martins Fontes 2015

Towards Juristocracy, by Ran Hirschl. Harvard University Press.

Estado Pós-Democrático, por Rubens Casara. Civilização Brasileira 2017.

Datafolha: https://goo.gl/H672Wb .

Estudos de Piketty sobre desigualdade de renda no Brasil e EUA: https://goo.gl/87V7pi .

FASCISMO

Bajonas Teixeira de Brito Junior[1]

Se entendermos por fascismo o esforço de, através da força, desestabilizar governos democraticamente eleitos, sempre que se aproximam dos interesses populares, teremos que admitir que constitui um fenômeno recorrente no Brasil. Em 1954, a agitação entre os militares despontou logo que o ministério do trabalho, comandado por João Goulart, divulgou estudos para o aumento de 100% do salário mínimo. O suicídio de Vargas, contudo, como nota o jornalista Lira Neto, impactou com tal violência a articulação golpista, entre mídia, militares e UDN, que ela apenas se refez uma década depois, isto é, com o golpe de março de 1964.[2] Novamente, nessa data, foram políticas que acenavam para fins sociais, as chamadas reformas de base, que acionaram e serviram de pretexto ao golpe. Nos dois casos, evidentemente, a paranoia do espectro comunista foi atiçada para disseminar o terror capaz de fornecer a liga para a coesão dos golpistas.

Será assim também em 2015, com a mais recente edição da estratégia golpista no país. Mas aqui elementos antigos ganharão novas roupagens. Assim, em lugar da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, teremos os pseudo 'movimentos de protesto' (MBL, Vem Pra Rua e Revoltados Online). E, o que é muito significativo, ao invés da direção manifesta dos militares, numa frente formada pelo grande capital (financeiro, industrial e comercial), assistiremos a uma espécie de teledramaturgia, em que no plano fictício se dá a ação do judiciário, do ministério público e do aparelho policial, enquanto a direção dos atores cabe à mídia, especialmente à Globo. Embora não tenham faltado apelos de setores da classe média pela intervenção militar, esse não foi o pensamento das elites empresariais e políticas que suspeitaram do caráter anacrônico dessa via.

De fato, uma mídia empresarial totalitária, com força e decisão para capturar e ditar o rumo dos acontecimentos parece ter sido a principal engrenagem motora da ruptura da normalidade democrática. Violenta no uso truculento e parcial

---

1 Doutor em filosofia, professor do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo.

2 Conf. Lira Neto, J., *Getúlio, 1945-1954* – Da volta pela consagração popular ao suicídio. São Paulo : Companhia das Letras, 2014, p. 348. Sobre a agitação militar desencadeada pelo projeto de aumento do salário mínimo, ver op. cit., pp. 271-271.

da informação, nos vazamentos seletivos e na reedição contínua do escândalo, a mídia procurou constantemente desestabilizar a cena política e atiçar a indignação moralizadora de um amplo segmento da classe média.

É verdade que toda a grande mídia do país partilhou a produção do clima de instabilidade e na criação de uma narrativa distorcida e seletiva, tanto para dar ares de realidade ao suposto crime de responsabilidade do governo de Dilma Rousseff, como para tentar fazer verossímil a participação do ex-presidente Lula no esquema investigado na Lava Jato. Contudo, um papel muito especial coube a Rede Globo no trabalho de desestabilização democrática, desviando-se da linha predominante de ação política da mídia brasileira, geralmente encoberta e dissimulada, para um engajamento muito mais direto e manifesto.

Como indicam os fatos, essa estratégia foi bem sucedida quanto aos dois objetivos partilhados largamente pela articulação golpista: 1) derrubar o governo Dilma e 2) fixar para os setores antidemocráticos da classe média a ideia de comprometimento de nomes de primeiro plano do PT, e em particular o de Lula, no escândalo da Petrobras. No entanto, a estratégia de atuação aberta e direta não foi bem sucedida quando tentou, em seguida, conduzir e, logo depois, desestabilizar o governo golpista de Michel Temer.

Por mais frágil que seja, do ponto de vista institucional, o governo Temer mostrou possuir força junto às elites do poder econômico precisamente por sua disposição, implacável, de destruir todas as conquistas dos trabalhadores em mais de 75 anos de história de lutas, desde a CLT de 1943.

O fracasso da linha estratégica escolhida pela Globo, como se verá, parece ser uma explicação plausível para o afastamento do seu formulador, Roberto Irineu Marinho, herdeiro mais velho de Roberto Marinho, e sua substituição na posição de presidente executivo das organizações Globo.

A decisão de protagonismo aberto, tomada pela Globo, ao que parece, deveu-se sobretudo ao fracasso dos "modernos" movimentos de protesto, gerados artificialmente após o fracasso do candidato das forças conservadoras, Aécio Neves, em derrotar o PT e aliados nas eleições de 2014. Na já antiga conjuntura de descrédito de partidos e políticos, e seguindo a tendência mundial que se verificou em países da Europa e em outras partes, a promoção de novas forças políticas "saídas das ruas" e das redes sociais, foi uma aposta. Os "movimentos de protesto" ganham força quando, verificada a derrota do candidato das forças de direita, são convocados como tropas de choque para ocupar as ruas e mobilizar a classe média como fator de desestabilização da presidente reeleita.

A imagem de novos rostos na política, jovens e engajados nas redes sociais, parecia garantir o verniz de modernidade e espontaneidade com que se pretendia encobrir as forças tradicionais que, de modo efetivo, promoviam o esforço de desestabilização do governo recém eleito, mesmo antes da sua posse. Para desfazer qualquer reminiscência do golpe de 1964, dessa vez não seria a procissão carola

de devotos portando crucifixos que iria a rua, mas jovens comuns supostamente indignados com a corrupção e preocupados com os rumos do país.

Um primeiro índice que lança uma luz de suspeita sobre a "espontaneidade" dos chamados "movimentos de protesto", é o fato de que ao menos dois dos mais importantes surgem em conexão direta com a eleição de 2014 e em apoio ao candidato das forças conservadoras. O MBL foi criado em 01 de novembro e o Vem Pra Rua em 16 de outubro, de 2014, tendo saído "a rua" pela primeira vez nesta mesma data em um protesto pró-Aécio Neves. Confirmada a derrota e a decisão das forças de direita de não se resignarem com ela, buscando uma via não eleitoral para a chegada ao poder, aos movimentos coube o papel de mobilização, em especial ao longo de 2015, primeiro ano do segundo governo Dilma.

No entanto, ao contrário do que se aguardava, logo ficou claro que, ainda que amparados e promovidos pelo conjunto da grande mídia e do empresariado, o poder de mobilização efetiva dos movimentos era minúsculo. Assim, ao longo de 2015, os três movimentos principais (Revoltados Online, Vem Pra Rua e MBL) iniciaram com um protesto em 15 de março que levou 210 mil pessoas às ruas, segundo contagem do DataFolha, e terminaram, no que esperavam fosse um protesto decisivo, em 13 de dezembro, arrastando apenas 40 mil membros da classe média, ou seja, quatro vezes menos que no primeiro protesto do ano:

Número de pessoas nas manifestações ao longo de 2015			
15 de março	***12 de abril***	***16 de agosto***	***13 de dez***
210 mil	100 mil	135 mil	40 mil

Fonte: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1718593-manifestacao-anti-dilma-em--sp-reuniu-403-mil-pessoas-mostra-datafolha.shtml

Constatado esse fracasso real nas ruas dos novos movimentos da direita jovem, a Rede Globo passaria a assumir crescentemente a iniciativa de agitar a classe média, providenciando uma cobertura amplamente negativa e militante do governo Dilma ao mesmo tempo em que, em tom idêntico, repercutia as acusações da Lava Jato dirigidas contra o ex-presidente Lula. Não só os jornalistas da empresa passavam a assumir um tom cáustico, irônico, ou mesmo raivoso contra o governo Dilma Rousseff e o PT, como alguns de seus artistas, atores e atrizes, comparecem aos protestos de rua e dão entrevistas na emissora, fazendo o marketing das mobilizações.

Atores da Globo vão ao protesto em Copabacana em 13 de março de 2016

O principal programa de notícias da emissora em seu carnal aberto, o Jornal Nacional, dedicou um número bastante expressivo de matérias à cobertura, quase sempre em forma de escândalo, dos vazamentos originados da Lava Jato. Em especial, na cobertura parcial e tendenciosa praticada pelo jornalismo da emissora, se destacaram, ao longo do ano de 2016, a condução coercitiva do ex-presidente Lula para depoimento no aeroporto de Congonhas-SP, uma das arbitrariedades mais gritantes dentre as muitas praticadas pelo juiz Sérgio Moro, o vazamento de conversas de Lula e Dilma, decisivo para gerar o clima que culminou no bloqueio da nomeação de Lula para o ministério da Casa Civil (em 16 de março de 2016), a cobertura militante dos protestos do dia 13 de março de 2016 e dos encaminhamentos do processo de impeachment de Dilma Rousseff, especialmente sua votação na Câmara dos Deputados.

O engajamento direto e intenso da Globo na mobilização da classe média, desfez a tendência decrescente de participação nos protestos que se observou durante o ano de 2015, em que a emissora comportou-se mais discretamente deixando o esforço principal para os movimentos recém formados. Se esses juntos apenas levaram 40 mil às ruas em dezembro de 2015, em 13 de março de 2016, após a decisiva participação da emissora, a PM de São Paulo estimou em 1.4 milhão, e o DataFolha em 500 mil, o número de pessoas que foram à Avenida Paulista pedir a saída de Dilma da Presidência da República. Somando as manifestações em todos os estados, estimou-se em mais de 3.3 milhões de pessoas nas ruas e o evento foi classificado pela mídia como "a maior manifestação da história do país".

Não admira, por tudo isso, que a Rede Globo tenha se sentido mais que madrinha do governo Temer, assumindo crescentemente ares de dona do próprio governo usurpador. Não era para menos, já que todo seu aparato e poder de formação de opinião haviam sido postos no interesse da derrubada da presidente legitimamente eleita. Assim, à medida em que as denúncias contra o PMDB e os homens mais próximos de Temer, avançavam, a Globo não só afastou-se do governo, mas passou a assumir um tom hostil que, ao que tudo indica, visava sua derrubada e uma eleição indireta que levasse ao Planalto a presidente do Superior Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia.

Essa guinada das Organizações Globo ganhou máxima nitidez com o vazamento dos áudios da conversa clandestina do presidente Michel Temer com o megaempresário Joesley Batista, sócio da JBS. O furo a respeito da gravação foi dado inicialmente pelo jornalista de *O Globo*, Lauro Jardim, no dia 17 de maio de 2017. O *Jornal Nacional* desse mesmo dia dedicou atenção especial ao assunto, e o noticiário do dia da emissora, foi fechado com duas edições do *Jornal da Globo* tratando do assunto.

A gravidade das denúncias e o espaço concedido a elas parecia suficiente para levar a renúncia de Michel Temer. Este, contudo, no dia seguinte, 18 de maio, em pronunciamento, afirmou que não renunciaria. No dia 19, através de um editorial com o título *A Renuncia do Presidente*, a Globo defendeu abertamente a saída de Michel Temer:

> *Esses diálogos expõem, com clareza cristalina, o significado do encontro clandestino do presidente Michel Temer com o empresário Joesley Batista. Ao abrir as portas de sua casa ao empresário, o presidente abriu também as portas para a sua derrocada. E tornou verossímeis as delações da Odebrecht, divulgadas recentemente, e as de Joesley, que vieram agora a público. Nenhum cidadão, cônscio das obrigações da cidadania, pode deixar de reconhecer que o presidente perdeu as condições morais, éticas, políticas e administrativas para continuar governando o Brasil.*

Contudo, mantendo a lealdade dos partidos da sua base aliada com maciças liberações de verbas para emendas parlamentares, Temer sentiu-se seguro, na medida em que avançavam as investidas da Globo, para responder ameaçando frontalmente a emissora.

Uma matéria do site *Poder360*, de 23 de maio de 2017, com o título *Irritado com noticiário da Globo, Temer chega a questionar concessões de TV*, trazia a seguinte informação:

> *O presidente Michel Temer anda irritadíssimo com o tom do noticiário da TV Globo. Na última 4ª feira (17.mai.2017), o jornal* O Globo,

> *do mesmo grupo empresarial, veiculou a reportagem que deu início ao escândalo FriboiGate. Desde a publicação, o canal televisivo tem sido duro com o presidente.*
>
> *No fim de semana, em conversas reservadas, Temer disse algo assim (não com essas palavras, mas com este sentido):* "Quando o Brasil faz a concessão de 1 aeroporto, arrecada dinheiro. Quando vencem as concessões dos serviços de água, luz, esgoto, também se cobra pela renovação. Ganha quem oferece mais. Por que no caso das emissoras de rádio e TV essas renovações são de graça?"

Por demais evidente, o recado dispensa comentários. E, seja como for, não se mostrou suficiente para inibir as investidas da Globo, que em diversos momentos deixou claro que via no presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, um nome para substituir Michel Temer na presidência do país. Não só as denúncias e investigações contra Temer, que se tornou o primeiro presidente brasileiro no exercício do mandato a ser denunciado por crime comum, mas também a desilusão da classe média, refletida nos altos índices de rejeição ao novo presidente, além da quase total paralisia do governo, mantiveram acesas as esperanças da Globo.

A maré virou, contudo, em favor de Temer ao aprovar a reforma trabalhista, a maior destruição de direitos e conquistas dos trabalhadores acumulados desde a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943. Se isso aprofundou os temores da classe média, foi recebido como uma verdadeira dádiva pelos setores empresariais do país, o que contribui decisivamente para que, em favor do governo golpista engolfado em denúncias e processos, se consolidasse uma firme solidariedade das classes dominantes.

A partir daí, os ataques da Globo se tornam cada vez mais titubeantes.

Por fim, após Temer livrar-se, com farto uso de dinheiro público por intermédio de liberação de emendas dos parlamentares da base aliada, de duas denúncias de crime enviadas pela Procuradoria Geral da República, bloqueando-se seu julgamento pelo STF, a Rede Globo pareceu ter finalmente se convencido de que era hora de entregar os pontos. No que deve ter pesado significativamente a avaliação da emissora sobre os riscos do escândalo internacional em que foi citada no julgamento de três ex-dirigentes da FIFA – o brasileiro José Maria Marin, o paraguaio Juan Angel Napout e o peruano Manuel Burga – pelo ex-executivo da empresa Torneos y Competencias em denúncia sobre pagamento de propina pelos direitos das Copas do Mundo de 2026 e 2030.

Nessa conjuntura, observa-se entre outubro e dezembro de 2017, uma mudança completa nas relações entre a Globo e Michel Temer, ao mesmo tempo em que se dão reestruturações na cúpula do comando da empresa.

Um encontro entre Temer e os dirigentes da Globo é noticiado em matéria da Folha de São Paulo/UOL de 21 de dezembro de 2017, intitulada ***Temer se encontrou com cúpula da Globo para discutir delação e reforma***:

> *Em 4 de outubro, João Roberto promoveu um jantar na casa de seu irmão Roberto Irineu Marinho para receber Temer e o vice-presidente de Relações Institucionais da Globo, Paulo Tonet. Um dos principais aliados do presidente, o deputado Beto Mansur (PRB-SP) costurou o encontro. Na avaliação do presidente, o comportamento do grupo desde 17 de maio, quando o jornal "O Globo" divulgou a conversa entre ele e o empresário Joesley Batista, cristalizou a percepção de que deu aval à compra de silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ).*
>
> *A gravação foi usada como base pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para apresentar duas denúncias contra Temer, barradas na Câmara. Uma das reclamações centrais de Temer foi o editorial de "O Globo" em 19 de maio. Intitulado "A renúncia do presidente", defendia a saída de Temer do cargo como a melhor opção para o país.*

Essa mudança da orientação da Globo, contudo, parece não ter se dado sem traumas, isto é, sem um abalo interno causado pelo fracasso da estratégia de derrubada de Temer. Em 14 de dezembro de 2017 foi anunciado o afastamento de Irineu Roberto Marinho da presidência executiva do Grupo Globo, que ocupava desde 2002.

Considerando esses três anos (2015-2017) de decidido envolvimento da Globo na desestabilização democrática, com a derrubada de uma presidente legalmente eleita e a promoção de um judiciário comprometido com o *lawfare* e a perseguição política, não são poucas as questões que surgem. E não podemos aqui, pelas limitações de espaço, tratá-las. Contudo, de forma geral, o fracasso da Globo nesse episódio contrasta fortemente com seu sucesso na derrubada de Fernando Collor de Mello em 1992. Possivelmente, não só a grande experiência de Michel Temer nos meandros das articulações políticas no Brasil contou a seu favor, mas a própria degradação do sistema político, uma vez deposta Dilma Rousseff de forma inteiramente arbitrária e ilegal, teve como efeito tornar inócua a pregação moralizadora que a Globo tentou reeditar.

Enfim, o fracasso da Globo na derrubada de Michel Temer se deveu à própria degradação da esfera pública por ela promovida, que, como típico efeito da ação fascista sobre a política, subtraiu do sistema político a legitimidade, mesmo fictícia, dos imperativos da moralidade.

FOTOGRAFIA

Lula Marques[1]

Não faz muito tempo, o Brasil contou com uma geração de fotojornalistas que deixou um verdadeiro legado de imagens que contam a história do país. A concorrência entre os fotógrafos da velha mídia era intensa, mas saudável. Fazer a melhor foto e vê-la publicada na primeira página dos jornais era o sonho de todos. Muitas coisas mudaram, menos a lógica do trabalho fotográfico: estar com a lente certa, na hora certa, ter muita informação e uma boa dose de sorte é o que um bom profissional precisa.

A fotografia sempre teve papel fundamental ao retratar a política brasileira e a internet deu ainda mais vazão a essa arte. A credibilidade da fotografia vem quando as fotos retratam a verdade dos fatos: elas podem até ser questionadas, mas nunca mentem. Por meio delas é possível mostrar os fatos como eles aconteceram: momentos de raiva, discussões, alegrias e tristezas. E, no caso dos políticos, tornar a coisa pública mais transparente.

Durante a ditadura militar de 1964 não havia liberdade de imprensa e muitos fotógrafos tiveram filmes retirados à força de suas máquinas durante as coberturas, e fotos foram apreendidas ou censuradas nas próprias redações dos jornalões controladas nos anos de chumbo pelos censores, que não deixavam nada escapar. Com a redemocratização, a imprensa brasileira viveu um período de ouro, transformando-se num instrumento de aproximação do dia-a-dia da política nacional ao cidadão comum. Foi possível fazer e ver fotografias memoráveis: a Constituinte de 1988, protagonizada pelo deputado Ulysses Guimarães, a eleição e doença de Tancredo Neves, o impeachment de Collor, a reeleição de FHC, os oito anos de mandato do ex-presidente Lula, os cinco anos do governo Dilma, a primeira mulher eleita presidenta.

Uma imagem vale mais do que mil palavras. A expressão popular do filósofo chinês Confúcio, cunhada entre 552 e 479 a.C, transmite a ideia do poder da comunicação das imagens. Esta máxima fala diretamente com a fotografia. Muitas

1 Prêmio Esso em 2000 com a fotografia que documenta a violência policial contra os índios pataxós na comemoração dos 500 anos do descobrimento. Trabalhou 11 anos no Correio Braziliense e 26 anos na Folha de S. Paulo.

vezes é preciso apenas olhar para uma foto para entender o que aconteceu. Uma boa imagem mexe com a emoção.

Os fotógrafos são considerados os olhos da população nos eventos políticos e reproduzir com isenção um fato público requer ainda mais transparência. O fotojornalismo deve ser a própria verdade e não a edição dela, ou "armação", como se diz na gíria da fotografia.

Desde a campanha eleitoral de 2014 a cobertura da mídia tradicional – aqui também chamada de comercial e golpista – tornou-se protagonista do processo que mudou o curso político do país, colocando a democracia e o estado de direito em risco. O papel desestabilizador da mídia tornou-se mais claro com o desfecho do golpe de 2016, quando Dilma Rousseff foi afastada da Presidência por um processo de impeachment. O desrespeito ao leitor, telespectador e internauta foi o esporte livremente praticado por aqueles que teoricamente deveriam zelar pela correção da informação. O pluralismo foi erradicado dos meios de comunicação. Grande parte da sociedade foi vítima de manipulação da informação. Foi ignorado o direito de acesso à informação idônea sobre os fatos envolvendo as investigações da Operação Lava Jato.

A espetacularização negativa das imagens de Dilma nas capas de revistas, jornais e sites, em contraponto a políticos da direita que, pela propaganda midiática, ganharam o status de guardiães da pátria, foi ostensiva e ofensiva, extrapolando qualquer limite do bom jornalismo. As fotos eram editadas e sustentavam a narrativa dominante dos textos e reportagens sobre a corrupção e a crise econômica, a falta de sustentação e a incapacidade política da presidenta para manter o apoio do Congresso Nacional. A má vontade na captura das imagens, o machismo e a misoginia não só dos fotográfos, mas também de coleguinhas repórteres, homens e mulheres, começavam nas coberturas do Palácio do Planalto, onde Dilma era a vítima preferencial.

Era uma mulher no maior cargo da República em uma sociedade dominada por homens brancos conservadores e falsos moralistas. Sórdidos cometários eram feitos sobre ela, observações que jamais seriam feitas a um presidente homem. Fotos foram cuidadosamente editadas e manipuladas, ilustrando matérias não menos desonestas, distorcidas e inverídicas. A ordem nas redações era deixar todos do governo do PT mal na foto. Dilma era retratada como uma histéria à beira de um ataque de nervos. Não é possível deixar de lembrar da ultrajante capa da revista Istoé em que a presidenta é comparada à rainha Maria, a Louca, sob a manchete "As explosões nervosas da presidente".

Não menos cruel, o jornal O Estado de S. Paulo colocou Dilma com a cabeça em chamas para ilustrar a chamada principal "Janot pede abertura de inquérito contra Dilma, Lula e Cardozo". A capa da revista, desacreditada e alvo de piadas entre os próprios jornalistas por supostas venda de matérias, foi processada por danos morais, calúnia e difamação movido pela presidenta. O Estadão foi

poupado de dar explicações sobre a ofensa à presidenta pelo STF, que arquivou o pedido. Chamas também caíram no gosto da revista Veja que, no auge da crise, colocou na sua capa uma montagem sensacionalista de uma foto do Palácio do Planalto pegando fogo. A manchete: "Dilma em liquidação, superqueima de cargos. Corra! Últimos ministérios!"

O ex-presidente Lula, alvo preferido da imprensa golpista, foi vítima de um verdadeiro massacre midiático, como na foto de Veja logo após sua condenação em Porto Alegre. Na montagem, feita a partir da identificação criminal que remonta o regime militar, ele aparece sendo fichado por causa das acusações da Lava Jato. Na revista, Lula já foi o boneco pixuleco[2] recebendo a faixa da presidenta Dilma na matéria "Ela passou a faixa", sugerindo que o governo teria sido entregue ao ex-presidente; também foi ele vestido de presidiário sob a chamada "Os chaves de cadeia que cercam Lula"; e ainda foi mostrado como a Medusa, personagem da mitologia grega, ostentando cobras na cabeça e muita raiva sob o título "O desespero da jararaca", o que aconteceu logo após a sua condução coercitiva, totalmente ilegal e arbitrária.

Uma das capas mais hediondas sequer foi inspirada em uma foto de verdade: foi quando Veja se superou e saiu às bancas toda vermelha com a imagem da cabeça de Lula arracada e tintas escorrendo sobre sua face como sangue. Foi logo depois do fatídico episódio do powerpoint em que o Ministério Público Federal (MPF) de Curitiba pediu o indiciamento de Lula, apontado-o como o comandante máximo do esquema de corrupção. Não era uma foto, era um desenho, e não havia manchete, nem precisava. A capa havia sido plagiada da revista norte-americana Newsweek, quando o presidente da Líbia, Muammar al Gaddafi, foi linchado até a morte.

A cumplicidade entre a mídia e a república de Curitiba proporcionava cada vez mais imagens desastrosas que impactavam diretamente todos os dias o governo Dilma e influenciavam negativamente a opinião pública. A cada nova etapa da operação da Polícia Federal, fotos de executivos e políticos algemados ilustravam as capas dos jornais e corriam a internet, com as chamadas ligando os detidos ao PT. E, sempre que possível, a presidenta era mostrada como uma chefe de Estado em decadência. No Congresso, o golpe era executado às pressas, sob escusos acordos e promessas. O frisson da imprensa com a direita e seus pixulecos, faixas e cartazes com a frase "Tchau Querida", dentro do plenário da Câmara dos Deputados, era evidente. Para entender como trabalhavam os fotógrafos golpistas, durante a discussão do processo de impeachment da presidenta Dilma na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, a grande foto do dia foi o boneco pixuleco do ex-presidente Lula levado por um parlamentar da direita.

---

2 Boneco inflável, de dez metros de altura, do ex-presidente Lula vestido de presidiário, usado à farta pelos movimentos antipetistas.

Enquanto fotógrafos corriam atrás da pior imagem da presidenta que sofria um processo de impeachment, traída, xingada e execrada, os editores davam o corte preciso ou usavam o fotoshop ao seu bel prazer para a capa sensacionalista do dia seguinte. Imagens de atos e manifestações contra o golpe eram minimizadas, praticamente ignoradas pela velha mídia golpista, assim como a cobertura dos repórteres era irrisória. A exceção foram os confrontos com a polícia e, nesse caso, o melhor era transparecer baderna, destruição e bombas de efeito moral. Já as camisetas verde e amarelo da CBF, o pato da Fiesp e os batedores de panelas estampavam as primeiras páginas dos jornalões, para a alegria dos articuladores do golpe.

Para quem assistia apenas televisão ou olhava os jornais e revistas nas bancas, Dilma estava totalmente só, afundada no mar de lama da corrupção. Dentro do Palácio do Planalto, os eventos com movimentos sociais eram mostrados com desdém e, em conversas entre coleguinhas, era possível ver o preconceito de classe. Quando os protestos da direita arrefeciam, o importante era fechar o zoom das imagens para a fotografia aparentar que havia muita gente. No dia da votação do impeachment, não se viu publicada uma foto do alto mostrando que o movimento pró-Dilma era maior. Uma leva de jornalistas e fotógrafos corroboraram com a cúpula da mídia e fizeram a sua parte durante todo o processo de impeachment. Chegou a existir uma conveniente troca de pautas entre os concorrentes para que todos registrassem a mesma foto favorável ao golpe. Havia não só interesse, ou mesmo a convicção, mas raiva de Dilma, do PT e, principalmente, analfabetismo político. Concluído o trabalho de depor Dilma, alguns aceitaram trabalhar para o governo golpista, com destaque para os cargos na Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), que foi tomada de assalto por Temer.

Opiniões contrárias ao processo em curso não eram ouvidas pelos veículos de comunicação, ou recebiam espaço irrisório. A parcialidade virou rotina. A omissão e a manipulação estavam estampadas nas páginas da imprensa, que praticou a máxima dos dois pesos e duas medidas muita maestria. Não ficou devendo nada ao Judiciário. Somados fotos e textos – e sem deixar de lado as TVs, em especial a Rede Globo – a cobertura da imprensa fez um verdadeiro contorcionismo dos fatos, influenciando inclusive decisões políticas e jurídicas, aproveitando-se da ignorância da população e tornando-se personagem decisiva do golpe. Em nenhum momento esteve presente em suas preocupações o fato de que esse comportamento mudaria o curso da história do país e comprometeria a democracia e o estado de direito.

O objetivo sempre foi tirar o PT do poder. Enquanto os petistas eram esmagados, o juiz Sérgio Moro contava com toda generosidade da imprensa e era apontado como salvador da pátria em diversas manchetes e fotos favoráveis. Não aconteceu nada parecido com o tratamento dado ao PT com os outros partidos. Nem mesmo o mentor do golpe, o ex-deputado Eduardo Cunha, e o usurpador

Michel Temer, ou até o já abandonado senador Aécio Neves (PSDB-MG), foram expostos de forma tão vil. Quando foi obrigada a estampar os últimos acontecimentos escandalosos do governo de Temer, prisões de ministros e de amigos do presidente, além das malas milionárias de dinheiro, a mídia ainda assim foi condescendente. Já a foto do ex-presidente Lula sendo preso no aeroporto em São Paulo foi explorada incontáveis vezes.

Não há como chegar à verdade dos fatos com capas de jornais e revistas como essas: o que fica é a versão das pseudorreportagens da mídia comercial. Dia após dia, a imagem da desonestidade e a "indignação" forjadas contra Dilma, Lula e o PT iam sendo insufladas e disseminadas, e a idolatria de um juiz tendencioso crescia. Na internet, no entanto, blogs e sites progressistas e a imprensa internacional, sem qualquer interesse econômico, fizeram jornalismo à altura, denunciando os abusos da Operação Lava Jato e os interesses do capital por trás do golpe, postura fundamental para mostrar que, na verdade, o que acontecia no Brasil era um golpe sustentado por três pernas: a direita empresarial, o Judiciário e a mídia.

Na mídia alternativa, a violência da polícia nas manifestações e a hipocrisia da classe média elitista foi escancarada, como os protestos de direita na Avenida Paulista, transformados em um passeio alegre, regado a rodadas de champanhe e fotos ao lado de policiais. Os defensores da volta da ditadura e seus ignorantes cartazes "somos todos cunhas" foram expostos pelos meios de comunicação independentes, enquanto eram retratados pela tradicional como se expressassem a normalidade democrática ou cena de luta contra a "corrupção".

Com o passar do tempo, a verdadeira face dos patos amarelos[3] veio à tona: muitos dos que foram às ruas pedir o fim da corrupção e atacar Dilma sofreram processos e/ou ou foram presos por corrupção. Nas manifestações, todavia, estavam políticos, empresários, funcionários públicos; e delegados da Polícia Federal (PF), procuradores e juízes, alheios aos códigos de ética de suas categorias. Todos eles retratados pela mídia tradicional como baluartes do movimento "anticorrupção".

A imprensa brasileira transformou-se em um poderio político e econômico, vidrada nos lucros e de costas para as necessidades do povo. O interesse na agenda neoliberal e no desmonte do Estado são apenas mais dois outros motivos que levaram a essa postura ofensiva da mídia, que alimentou o ódio ao PT e à esquerda. Em aliança com a elite dominante, a mídia forjou uma narrativa "ética" para o movimento, mas só mesmo os patos acreditaram que tudo era contra a corrupção.

---

3 Referência aos patos infláveis gigantes colocados na Paulista pela FIESP em protesto à carga tributária, no governo Dilma, que foram usados depois nas manifestações pró-impeachment.

O papel da imprensa tradicional será lembrado como golpista, ao lado de todos que orquestraram e atuaram no golpe de 2016. A pecha de golpista foi grudada na cara da mídia, apesar de rejeitada com veemência pelos coleguinhas. O jornalismo panfletário tem responsabilidade sobre o estado em que o país se encontra. Décadas estão sendo perdidas. As consequências foram mais ódio de classe, mais corrupção, o fim dos direitos sociais, volta da pobreza, o desmonte do Estado e a venda das riquezas nacionais.

Apenas seis grupos familiares detém os maiores veículos de comunicação do país e a maior parte das redações regionais estão nas mãos de políticos. A mídia sempre esteve muito próxima do poder e contou com suas benesses e regalias. Isso vem de longe, cresceu na ditadura militar e até hoje existe uma convivência nada republicana de trocas de favores e valores – estes, por meio da verba de publicidade. Com a chegada do governo petista ao Palácio do Planalto, houve um abalo nesse status quo e foi feito um movimento para dividir mais igualitariamente o bolo, beneficiando a imprensa alternativa e a regional. Aqui cabe, todavia, uma crítica a Lula e Dilma, que não enfrentaram a urgente necessidade de regulação e democratização da comunicação como vários países do mundo já fizeram.Em 2015, cortes atingiram em cheio a verba publicitária da dita grande imprensa, em especial da revista Veja e da TV Globo. Mas já era tarde.

A concentração e o monopólio no setor explicam a atuação dos veículos de massa no golpe. Assim que Temer chegou ao poder, isso mudou: os recursos foram redirecionados e, para alguns veículos de comunicação, eles mais que dobraram. Campanhas publicitárias do governo, como a da Reforma da Previdência, continuam a inundar os meios de comunicação. Assim, a mídia comercial tem evitado imagens ruins do presidente Temer e o foco continuou em Lula, para evitar seu retorno à Presidência da República. Ninguém nunca viu uma capa de revista com o atual comandante do país em situação vexatória, ao contrário das dezenas dedicadas a Lula e outras tantas a Dilma.

O fotojornalismo sempre foi amado pelo leitor e odiado pelos políticos. Por isso uma imagem manipulada pode destruir reputações. Como se viu no golpe contra Dilma, a mídia comercial ajudou a tornar o clima político ainda mais instável e a condenar uma presidenta honesta ao impeachment. Foram dois anos de intenso trabalho pela derrubada do governo democrático e popular e o golpe é continuado. Mais golpes estão em andamento contra o país, apesar das malas de dinheiro – uma delas, inclusive, carregada pelo ex-assessor do presidente Michel Temer e as diversas encontradas no apartamento do ex-ministro Geddel Vieira Lima. O foco continua sendo o mesmo: dizimar a esquerda e evitar a volta do ex-presidente Lula ao comando do país. Foi o que se viu na imprensa, em especial, nos editoriais e na capa da Veja após a condenação de Lula pelo TRF-4.

G DE GOLPE

Rodrigo Vianna[1]

No dia 24 de Janeiro de 2018, o golpe de Estado deflagrado dois anos antes com a derrubada da presidenta Dilma Rousseff avançou mais algumas peças no tabuleiro, com a segunda condenação sem provas de Lula: a sentença referente ao caso do tríplex no Guarujá, exarada inicialmente pelo juiz Sérgio Moro na primeira instância em Curitiba, foi confirmada por três desembargadores do TRF-4 em Porto Alegre, numa decisão apontada por juristas e intelectuais como "julgamento de exceção" e "farsa".

No mesmo dia em que os três cavaleiros da desordem jurídica assaltaram a Democracia na capital gaúcha, manifestantes do Levante Popular da Juventude ocuparam a sede da Rede Globo no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro. Os jovens lançaram tinta vermelha sobre o logotipo da emissora. E com isso cumpriram o papel de assinalar que ali, na rede controlada pela bilionária família Marinho, está um dos centros estratégicos do golpismo no Brasil.

A tinta vermelha assinala que a emissora é inimiga da Democracia e das forças que venceram democraticamente quatro eleições no Brasil - em três delas, aliás, tendo que enfrentar diretamente a Globo e seus truques: 2006, 2010 e 2014.

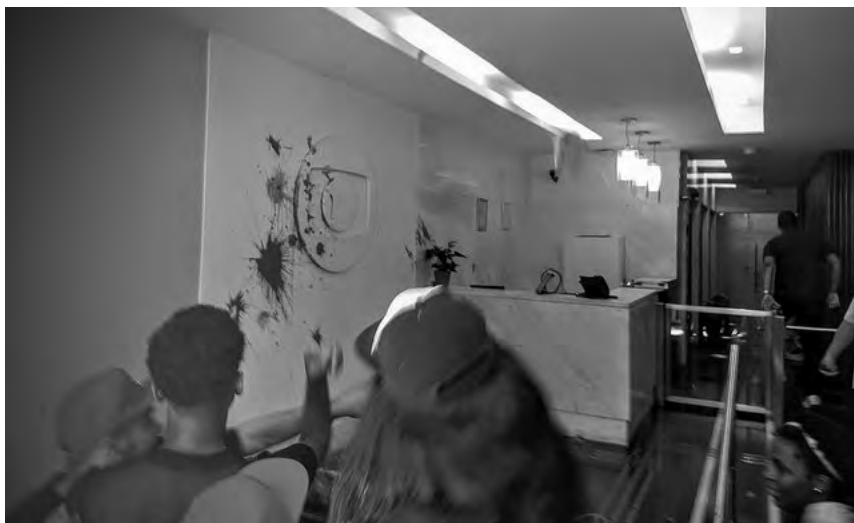
Compreender o Golpe no Brasil é compreender o papel central da Globo na derrubada de Dilma e na tentativa judicial de interditar Lula. Não haveria Legislativo golpista em 2016 sem a campanha prévia de agitação promovida pela Globo nas ruas. Não haveria Judiciário golpista em 2017 e 2018 sem a Globo e seus prêmios "Faz a Diferença" a cooptar juízes e ministros mais ou menos supremos.

Lula e Dilma demoraram muito a perceber que esse debate deveria ter sido feito, de frente - na forma indicada pelo velho Brizola[2]. Deixaram o monstro marinho avançar.

---

1 Jornalista desde 1989, é blogueiro ("Escrevinhador") e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo.

2 Governador do Rio Grande do Sul pelo antigo PTB de Vargas, Leonel de Moura Brizola (1922-2004) organizou a Campanha da Legalidade em 1961, para garantir a posse de João Goulart (Jango) na Presidência da República: armou o povo e organizou uma rede de rádios para resistir aos militares que não aceitavam Jango. Saiu vitorioso. Em 1964, esteve entre os primeiros líderes a ir para o exílio, perseguido pela ditadura. Com a volta da Democracia, nos anos 1980, fundou

Este jornalista, que habitou na barriga do monstro por quase 12 anos[3], não tem dúvidas em dizer: a Globo precisa ser marcada com tinta vermelha, ainda que sua derrota não ocorra agora.

História manchada: manifestantes ocupam sede da Globo, no Rio, e pintam de vermelho o símbolo da emissora que apoiou os golpes de 1964 e 2016

***

O Golpe hoje em andamento no país é muito mais complexo do que aquele ocorrido em 1964. E essa complexidade advém do fato de que não há, agora, um

o PDT e elegeu-se duas vezes governador do Rio de Janeiro. Denunciava o poder desmedido das Organizações Globo, e conseguiu um histórico direito de reposta no Jornal Nacional, prometendo "questionar" a concessão da Globo se chegasse à presidência da República.

3 O autor deste capítulo foi repórter na TV Globo, entre 1995 e 2007. Saiu da emissora depois de publicar uma carta aberta, denunciando a manipulação na cobertura das eleições de 2006, especialmente no "Caso dos aloprados" e no "Caso do delegado Bruno". Naquela eleição, o "Jornal Nacional" foi acusado de esconder a noticia de um acidente com avião da Gol, para que o noticiário pudesse ser dedicado inteiramente a acusações contra Lula e o PT, às vésperas do primeiro turno. A emissora promoveu depois um abaixo-assinado para que os jornalistas defendessem a cobertura da Globo. Além de Rodrigo Vianna, o repórter Luiz Carlos Azenha e o editor Marco Aurélio Mello se recusaram a assinar o documento escrito pela direção, sendo afastados ou demitidos da emissora.
Em 18 de maio de 1895, um dia antes de morrer, o líder cubano José Martí, que havia morado nos Estados Unidos e lutava pela independência da ilha, escreve uma famosa carta em que justifica suas posições anti-imperialistas: "eu vivi dentro do monstro, e conheço suas entranhas", referindo-se ao país do norte.

único centro de poder a comandar o assalto às instituições. No regime iniciado em 1964, os militares concentravam o poder. Não havia dúvidas quanto a isso.

No golpe de 2016, o poder se espraia de forma fluída - e até por isso poderá ser mais difícil combatê-lo. O Golpe está no Parlamento que, presidido por Eduardo Cunha, votou o impeachment de Dilma. O Golpe está no PSDB, que funciona como linha de transmissão dos interesses financeiros que usurparam o poder com Temer. Está nos Estados Unidos, com seu apoio nada disfarçado à recolonização da América do Sul. E está no Judiciário, no Ministério Público e na Polícia Federal - responsáveis por operações ilegais, ações partidarizadas e decisões fora da lei.

Mas o Golpe está, sobretudo, na Globo e na sua capacidade de organizar o combate simbólico, levando a classe média para as ruas. Essa parceria jurídico-político-midiática deu base popular para que os setores derrotados quatro vezes nas urnas tentem impor agora seu programa, na marra. Sem voto. Mas com mídia e toga.

O objetivo desse texto não é, evidentemente, contar a longa história golpista das Organizações Globo[4], explícita já no suicídio de Vargas em 1954, na derrubada de Jango em 1964, nas manipulações contra as Diretas-Já em 1984, nos ataques a Brizola no Rio dos anos 1980/90, na edição falsificada do debate Lula x Color em 1989, ou na tentativa de derrotar Lula e Dilma com coberturas manipuladas nas eleições de 2006/2010/2014.

Nosso objetivo é mais modesto e tem a ver com os combates recentes. Pretendemos relembrar, e deixar indicado para os historiadores que no futuro contarão esse episódio, o papel da Globo como organizadora do golpe de 2016, especialmente em três episódios: na chamada para as manifestações de 2015, que prepararam o caminho para o impeachment de Dilma; na cobertura "jornalística" que deu chancela para a criminosa condução coercitiva de Lula, em 4 de março de 2016; e, por fim, na divulgação dos grampos liberados de forma ilegal por Moro - numa operação jurídico-midiática em que se buscava impedir Lula de virar ministro de Dilma.

***

A maior manifestação de rua da direita brasileira, desde 1964, ocorreu na tarde de um domingo de sol, em março de 2015. Foi um ato gigantesco na avenida Paulista. Antes disso, as convocações de grupos conservadores - que, desde 2005, com o movimento "Cansei", pediam a derrubada dos governos Lula/Dilma - reuniam grupos esquálidos de manifestantes.

O dia 15 de março de 2015 foi diferente: foram convocados atos para todo o Brasil, mas curiosamente lideranças de vários estados preferiram viajar para

4 Sobre a história da Globo, há pelo menos duas obras fundamentais a se conhecer: HERZ, Daniel. *A História Secreta da Rede Globo*, 1987; e BOLAÑO, Cesar e BRITTOS, Valério. *Rede Globo, 40 anos de poder e hegemonia*, 2005.

participar da manifestação em São Paulo - incluindo um entusiasmado Ronaldo Caiado, líder direitista goiano a desfilar com a camiseta amarela na Paulista, estampando a mão com um dedo a menos de Lula, símbolo de todo ódio e preconceito contra o ex-presidente. A tática durante todo o dia foi muito clara: de manhã, manifestações fracas Brasil afora serviram para a TV Globo fazer o "esquenta" para a mega manifestação da tarde em São Paulo. O jogo tinha sido combinado: não à toa, Caiado preferiu estar em São Paulo e não junto aos seus em Goiânia.

Foi uma grande encenação midiática, com roteiro e frases prontas nas bocas dos repórteres, que fingiam participar de uma cobertura "jornalística". O programa "Esporte Espetacular" da Globo, no fim da manhã domingueira, era interrompido a cada dez minutos para "giros de repórteres". O âncora Alex Escobar (aquele que o técnico Dunga humilhara durante coletiva, na Copa de 2010 – "*tu és um cagão de merda*") tinha a frase preparada pra chamar as entradas ao vivo: *"vamos acompanhar as manifestações pela Democracia, contra a corrupção e contra Dilma".*

Dilma e corrupção, coladas na mesma frase, como um mantra. A frase foi repetida durante toda a manhã. Para quem conhece a emissora, não pode restar dúvida: havia orientação clara da direção, havia um mote a seguir, havia frases a repetir.

Outro mantra: a louvação à Democracia. E nisso a família Marinho evocava o passado: em 1964, "O Globo" comemorou o golpe contra Jango com um infame editorial intitulado "Ressurge a Democracia"; em 2015/2016, o governo Dilma era jogado às cordas sob o discurso de que se defendia o que? Claro, a Democracia... O golpe em nome da Democracia, numa operação de falsificação histórica.

As manifestações de camisas amarelas eram apresentadas como atos de cidadãos de bem. Eram "famílias brasileiras" nas ruas - ecoando (de novo) 1964 e as "Marchas da Família, com Deus e pela Liberdade".[5] Já as manifestações da esquerda eram de "defensores do PT" ou de "aliados de Dilma e Lula". A Globo ajudou, assim, a consolidar a narrativa: famílias brasileiras x PT corrupto. Era o mote que permitiria abrir caminho para o extermínio de um dos campos políticos do país.[6]

---

5 Sobre a retomada do discurso moralista dos anos 1950/1960 pela direita brasileira, ver: VIANNA, Rodrigo. "Ecos do passado - a voz de Carlos Lacerda no Golpe de 2016". In: ROVAI, Renato (org). *Golpe 16*, 2016.

6 Em 30 de janeiro de 2018, já condenado em segunda instância e massacrado pelos telejornais da Globo, Lula resistia: aparecia com impressionantes 35% ou 37% (a depender do cenário), em primeiro lugar na pesquisa DataFolha. Os candidatos da Globo (Alckmin, Hulk e Meirelles) registravam 7%, 6% e 1%, indicando que o único caminho para não perder a quinta eleição seria aprofundar o Golpe, interditar a urna e prender Lula.

Isso foi feito na TV e também no órgão auxiliar da emissora golpista, o jornal "O Globo", como mostram as capas abaixo, já em 2016.

O GLOBO

MAIOR MANIFESTAÇÃO DA HISTÓRIA

Brasil vai às ruas contra Dilma e Lula e a favor de Moro

Protesto pacífico reúne 3,6 milhões de pessoas em 326 cidades de todos os estados e no Distrito Federal

Líderes da oposição são hostilizados

Insatisfação cresce também no Nordeste

Temporal causa destruição e deixa cinco mortos no Rio

Flu empata com Botafogo: 1 a 1

O GLOBO

LAVA-JATO NO PLANALTO

Aliados de Dilma e Lula fazem manifestação em todos os estados

PT reúne 275 mil, 7% do público dos protestos de domingo pelo impeachment

Em discurso na Avenida Paulista, ex-presidente reedita versão 'paz e amor' e diz que terá cargo de ministro no governo para restabelecer a paz; atos governistas tiveram shows para animar a militância

Gilmar Mendes suspende nomeação de Lula e devolve inquérito a Moro

Grampo foi legal, afirma Janot

Por 26 a 2, OAB apoia impeachment

IGGY POP EM PLENA FORMA

A Globo estabelece o confronto: no "Brasil a favor de Moro" não há espaço para os malvados "aliados de Dilma e Lula".

Naquele 15 de março de 2015, acompanhei tudo pela tela - mas com a experiência de quem já esteve na rua, em coberturas como repórter de TV. No Rio, a emissora tinha três jornalistas ao vivo. Pareciam envergonhados do que eram obrigados a fazer. As frases, ensaiadas, eram repetidas: *"muitas famílias na rua, são protestos pacíficos, camisas amarelas, famílias inteiras."* Ops, atrás do repórter passa um rapaz com cara de ódio, e a foto de Bolsonaro na camiseta. O câmera, esperto, desvia para um plano geral. Mas ficava o recado: as famílias "em paz" estavam carregadas de ódio.

Números no Rio: *"Os manifestantes falam em cem mil pessoas, mas a PM diz que são 15 mil*", afirma o narrador na Globo. O diabo é que esqueceram de combinar com o diretor de TV, que tasca no ar um plano aberto da avenida Atlântica. Eram 5 mil pessoas, no máximo. O sinal volta pro Esporte no estúdio, e entra

matéria (excelente, por sinal) sobre Jairzinho e a Copa de 70. "Noventa milhões em ação…".

Mas Escobar tem pressa e chama a rua de 2015, de novo: outra repórter, agora do alto de um prédio na avenida Atlântica. Pior ainda: tá na cara que está vazio lá embaixo. E a jornalista comete ato falho glorioso: *"muitos cartazes mostram contentamento com Dilma"*.

Jornalistas da Globo estavam instruídos para chamar as manifestações como "ato pela Democracia". O diabo, de novo, eram as imagens ao vivo, fora de controle. Ao fundo, um cartaz pedia *"intervenção militar já"*. No Rio, apareceram também suásticas e cartazes a clamar pelo combate ao "comunismo" - o que deixava claro que aquela ainda era uma manifestação dominada pela direita militar de Copacabana, reforçada por desavisados de classe média da zona sul.

De Belo Horizonte, vieram imagens de mais gente nas ruas. Mas parecia que ali a Globo estava menos preparada. Repórter fez entrada sóbria, não precisou apelar. Discrição mineira. Em Brasília, ainda pela manhã, bastante gente. Mas não as *"40 mil pessoas"* que a Globo comprava como verdade. O plano aberto das câmeras desmentia a narrativa montada por Ali Kamel[7].

Fora do circuito Rio-Brasília, Escobar sofria mais. Ele chamou a entrada em Aracaju, e a jornalista não percebeu que já estava ao vivo. Gritou pra meia dúzia de manifestantes ali na frente: *"canta o hino, canta o hino"*. O aúdio vazou. De repente, ela notou a gafe, falou um pouco ao microfone, e o povo obediente começou a entoar o hino brasileiro. A emissora comandava a pequena manifestação sergipana... De outra parte do Brasil, brotou do meio do povo um cartaz que comemorava: *"FFAA salvaram o Brasil em 64"*. Parceria bonita essa, agora reeditada: Globo e o mundo militar.

Fortaleza entrou pela segunda vez no ar e… surpresa: *"os manifestantes já se dispersaram*", dizia o repórter meio envergonhado. Rua vazia. Mais constrangedora foi a entrada de Ribeirão Preto (SP), com a repórter a agitar: *"muita gente contra a corrupção, são 30 mil pessoas"*. As imagens mostravam ruas quase desertas… Mas Escobar no estúdio ainda era um animado mestre de cerimônias. Em Salvador, a Globo falou em 4 mil manifestantes no Farol da Barra, e a Câmera indicava mil, no máximo. Chamava atenção, sobretudo, a ausência de negros na manifestação da capital com mais afrodescendentes no país. *"Parecia Blumenau"*, escreveria um sagaz internauta.

A Globo passou a manhã tentando insuflar os números, e promoveu assim uma espécie de "Diretas-Já" às avessas.[8] Nos anos 1980, a emissora escondera

---

7 Ali Kamel é diretor de Jornalismo da Globo.

8 Em 1984, milhares de brasileiros foram as ruas pedir a volta à Democracia e eleições diretas para Presidente. No dia 25 de janeiro de 1984, havia 300 mil na praça da Sé, em São Paulo, e a Globo preferiu noticiar a grande concentração como "festividades pelo aniversário da capital paulista".

o povo que queria Democracia. Agora, tentava levar às ruas mais e mais gente, enchendo a tela e criando a narrativa do "Brasil unido" contra um PT associado à corrupção.

Na GloboNews, os comentaristas jogavam de tabelinha com os manifestantes. Mas havia dissonâncias. Um apresentador mais independente perguntou para a amestrada Cristiana Lobo: *"as manifestações contra Dilma no Nordeste foram só em bairros ricos – Boa Viagem no Recife, Farol da Barra na Bahia - você acha que o PT vai explorar isso"*. E a Cristiana: *"veja bem..."*.

As manifestações pequenas geravam um constrangimento apenas aparente. O objetivo da Globo estava claro: as ruas do Brasil branquinho, naquela manhã de domingo, eram o esquenta para São Paulo, à tarde.

E a ideia de animar os paulistas de classe média deu certo. Milhares deles botaram suas camisas amarelas e foram pra Paulista. Fui testemunha disso, pessoalmente, no bairro onde vivia. Vizinhos se vestiram de amarelo e juntos partiram pra gritar "quero meu Brasil de volta" - um Brasil sem Lula, Dilma, PT. A imagem da explosão popular em São Paulo estava criada.

O Brasil repetia 1954 e 1964, com a ira da classe média nas ruas. Mas agora não eram apenas jornais e rádios a pregarem o cerco a um governo trabalhista. O serviço era feito pelo mais poderoso canal de TV aberto da América Latina. A Globo organizava o movimento, e oferecia um norte para o combate simbólico que se aprofundava.[9] Foi a emissora que consolidou o discurso "Brasil x PT corrupto" (antes restrito aos debates da internet), e deixou a classe média à vontade para vestir a camisa da CBF e seguir os patos amarelos[10] Brasil afora.

Naquele dia 15 de março de 2015, este jornalista escreveu em seu blog: *"Dilma, se ainda tiver sangue brizolista nas veias, enfrenta a Globo agora. A emissora*

Ali Kamel, polêmico diretor de Jornalismo da emissora carioca, escreve artigos até hoje para negar que a Globo tenha manipulado a cobertura das Diretas em 1984, assim como é o autor de um livro que tenta negar ou relativizar o racismo no Brasil.

9 Nas manifestações de junho 2013, a Globo já havia testado esse modelo de agitação. De início, tratou atos contra aumento de tarifas de ônibus como "baderna". Foi o que fez, por exemplo, o comentarista e (e cineasta aposentado) Arnaldo Jabor. Três dias depois, Jabor voltou atrás, e passou a elogiar a "juventude" que lutava por "um novo Brasil". A emissora chegou a suspender capítulo de novela (algo inédito) para transmitir ao vivo os atos que - logo se viu - tinham potencial para desgastar o governo Dilma; foram apropriados por setores de direita que berravam "o gigante acordou" e "fora todos os partidos" (o que só poderia gerar desgaste ao partido mais organizado, o PT).

10 Alusão aos enormes patos amarelos encomendados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) que, nas manifestações pró-impeachment, enviavam a mensagem de que o país 'pagava o pato' em impostos, para compensar a 'corrupção' dos governo petista (N.E.)

é o centro do golpe*, e p*õe gente nas ruas, sim – especialmente em São Paulo *e Brasília*".[11] Mas não houve combate aberto. O governo capitulou.

A Globo, com seus obedientes mervais[12], já vinha trabalhando desde o "Mensalão", em 2005, para construir a ideia de que o PT inventou a corrupção no Brasil. Os escândalos da ditadura, a associação de José Sarney[13] com as empreiteiras, a privataria de FHC[14]: nada disso existiu para a Globo e para boa parte da velha mídia. Os governos liderados pelo PT acharam, sempre, que podiam negociar com a Globo. O resultado foi o que vimos em 2015.

A narrativa das "*famílias, em paz, contra a corrupção*" ganhou força própria depois daquele dia. E vieram outras manifestações golpistas. É verdade que jamais seriam tão grandes como a de 15 de março de 2015. Mas o que importa é que o lulismo e a esquerda haviam perdido a primazia das ruas para as famílias vestidas de amarelo.

A operação midiática e política foi a senha para Eduardo Cunha avançar no golpe parlamentar: agora havia massa para apoiar o impeachment fajuto. Até derrubar Dilma, Cunha foi tratado pela mídia e o Judiciário com todo respeito, feito estadista, apesar de todos saberem que comandava um esquema quase mafioso no Rio. Mas ele não foi o único a contar com a massa amarela na rua.

A mesma narrativa deu apoio para Moro e suas estripulias: o "juiz que faz a diferença"[15] não avançaria tanto sem o apoio dos Marinho.

---

11 In VIANNA, Rodrigo. "Globo promove um Diretas-Já às avessas", texto publicado no *Blog Escrevinhador*, alojado no site da Revista Forum, 15/03/2015.

12 Referência a Merval Pereira: colunista do jornal da família Marinho e comentarista da GloboNews, é tido como um fiel seguidor das diretrizes ditadas por seus patrões.

13 José Sarney foi presidente da República de 1985 a 1990.

14 Fernando Henrique Cardoso foi presidente entre 1995 e 2002, comandando um polêmico programa de privatizações de empresas estatais.

15 Em março de 2015, Sergio Moro foi escolhido como "Personalidade do Ano", e recebeu o prêmio "Faz a Diferença" concedido pelas Organizações Globo. A cerimônia de entrega foi conduzida pelos jornalistas Miriam Leitão e Ancelmo Gois. O juiz agradeceu: "Nós ficamos felizes porque é um reconhecimento da qualidade do trabalho". O prêmio era, na verdade, um símbolo da aliança selada entre o poder Judiciário e o aparato midiático, nas articulações para o Golpe.

Aplausos: o prêmio oferecido pela Globo selou a aliança de Moro, juiz das camisas negras, com a emissora dirigida por João Roberto Marinho

Em março de 2016, este jornalista estava, a trabalho, no interior do Ceará. E num pequeno restaurante no interior do Estado assistiu ao Jornal Nacional (JN) do dia 3. Foi um ataque sem precedentes à figura de Lula. Um veterano repórter cinematográfico, egresso da Globo, assistia ao JN a meu lado, e com o conhecimento de quem também habitou na barriga do monstro midiático, disse na hora: *"algo de muito grave vai acontecer amanhã; a Globo tá preparando o terreno"*.

Bingo!

O afoito Diego Escosteguy, jovem editor da revista "Época", também da família Marinho, deu com a língua nos dentes ainda na madrugada de 3 para 4 de março. Pelo twitter, avisou que viria a operação da PF - deixando claro que as Organizações Globo tinham comunicação privilegiada com o juiz de Curitiba.

Jornalista trapalhão entrega o jogo: Globo foi avisada antes.

Antes de 6 horas da manhã do dia 4, equipes de TV já faziam plantão na porta do prédio de Lula, em São Bernardo do Campo. Numa ação claramente fora da lei, o juiz Moro determinara a condução coercitiva de Lula, que estranhamente foi levado ao Aeroporto de Congonhas para prestar depoimento. Para alguns, o plano seria levar o ex-presidente preso até Curitiba. A reação popular impediu.

Lula não foi o primeiro a sofrer condução coercitiva ilegal, determinada por Moro. Mas o juiz das camisas negras[16] não teria a coragem de promover a prisão de Lula (na prática, foi isso que ocorreu, ainda que por algumas horas apenas), se não tivesse o selo de "juiz que faz a diferença", conferido pela Globo.

A condução coercitiva não era importante para o processo, já que Lula jamais se negara a comparecer para prestar depoimento. Mas era importante para compor a narrativa do "PT bandido". Se o partido é corrupto, deve ter um líder conduzido na marra por policiais armados. Essa a imagem que se procurava criar.

Mais uma vez, a Globo avançava na construção simbólica do golpe[17]: o escândalo midiático era parte da estratégia para enfraquecer Lula, e assim tornar mais fácil a derrubada de Dilma.

---

16 Os grupos de assalto que davam apoio a Mussolini, na Itália fascista, ficaram conhecidos como "camisas negras". Não se sabe qual a inspiração do juiz para adotar o figurino de mau gosto com que costuma se exibir em eventos sociais. No Brasil dos anos 1930, os integralistas ficaram conhecidos como "camisas verdes" e também usavam a tática de agredir adversários. O MBL (grupo de extrema-direita surgido durante o Golpe) não usa uniforme, mas adota procedimentos de intimidação semelhantes.

17 Sobre a importância dos combates simbólicos nas disputas políticas, ver o texto basilar de BACZKO, Bronislaw. "Imaginação Social". In: *Enciclopédia Einaudi - vol. 5*, 1985. O autor remonta

A jornalista Bia Barbosa, em texto publicado no site VioMundo, apresentou minuciosa análise do massacre promovido pela Globo no JN de 4 de março, o dia da condução coercitiva[18]. E concluiu:

> A associação Judiciário-Polícia Federal-meios de comunicação se mostrou essencial para os objetivos do dia serem alcançados: constranger ilegalmente o ex-presidente Lula, desmoralizar o PT, enfraquecer o governo e fortalecer os protestos pró-impeachment agendados para o dia 13 de março. (...) Quando a mídia nega o direito da população a uma informação plural, acusa e condena previamente; e quando se vê a maioria da população comprando esta narrativa e aplaudindo a espetacularização do justiçamento a todo custo, não é a biografia de Lula, os feitos de seu governo ou o projeto do PT que estão em risco. É a nossa democracia.[19]

O espalhafato midiático foi mesmo gigantesco. Nem a República do Galeão ousara prender Vargas em 1954[20]. Moro tinha ido mais longe. E com o auxílio luxuoso da Globo.

Duas semanas depois, no dia 17 de março de 2016, a presidenta Dilma chegou a nomear Lula para a Casa Civil, numa tentativa de barrar a articulação golpista. De novo, Moro e Globo jogaram de tabelinha. O juiz das camisas negras havia grampeado o ex-presidente, e num desses grampos, surgia conversa de Lula com a presidenta, que falava de dentro do Palácio.

O grampo era ilegal (juiz de primeira instância jamais poderia acolher em sua jurisdição um grampo envolvendo presidenta da República), mas Moro liberou a divulgação do telefonema, milimetricamente, no mesmo dia 16 de março de 2016 em que Lula acertara sua nomeação com Dilma. Mais que isso: a gravação mostrava a telefonista do Palácio já grampeada, antes de passar a ligação para Dilma,

---

à Revolução Francesa para demonstrar que todo processo político constrói (ou destrói) símbolos para construir sua legitimidade.

18 Ver o verbete Telejornais, de Bia Barbosa, nesta edição.

19 In BARBOSA, Bia. "Sem uma única crítica à operação, Jornal Nacional dedicou 85% do tempo a acusações contra Lula", texto publicado no *site VioMundo*, 05/03/2016.

20 Em agosto de 1954, um grupo de oficiais da Aeronáutica criou uma espécie de jurisdição de exceção na Base Aérea do Galeão (RJ), para investigar o governo Vargas. O estopim fora a tentativa de matar o líder da oposição golpista Carlos Lacerda, da UDN. No atentado, o major Rubens Vaz (segurança de Lacerda) foi morto. A República do Galeão, com apoio de Lacerda e de O Globo iniciou uma campanha para derrubar Vargas, chegando a levar o filho do presidente, à força, para depor. Em 24 de agosto de 1954, Vargas se suicidou com um tiro no peito, e o povo se rebelou contra os golpistas, queimando os carros e a sede das Organizações Globo no Rio.

o que seria indício de que essa escuta poderia ter sido feita no Palácio, e não nos telefones particulares usados por Lula.[21]

Um professor da Universidade Federal de Santa Catarina, em artigo escrito na época, estabeleceu a cronologia exata que indica a absurda ilegalidade cometida por Moro:

> ...a ligação telefônica foi gravada às 13h32min. Mais de duas horas depois que o próprio juiz havia determinado a suspensão das interceptações. O despacho de Moro com essa ordem é das 11h13min, e às 11h44min, a Polícia Federal foi notificada da decisão. Às 12h20min, a Justiça Federal do Paraná oficiou as companhias telefônicas comunicando o fim do grampo. A PF mandou e-mail à operadora Claro às 12h46min00, mais de uma hora depois de saber da decisão de Moro! Mesmo ciente de que não poderia haver novas interceptações, a PF informou ao juiz da conversa às 15h37min35. Às 16h21min57, Moro pôs fim ao sigilo da investigação, permitindo então sua ampla divulgação.[22]

Na noite do dia 16 de março, a Globo divulgou com grande estardalhaço o grampo ilegal, e o fez de forma parcial, lembra o mesmo pesquisador da UFSC:

> Moro determinou o fim do sigilo da gravação e os telejornais da emissora decidiram divulgar o seu conteúdo, mas editaram a gravação, descartando importante trecho anterior ao diálogo entre Dilma e Lula. Enquanto o áudio completo, publicado pelo UOL, dura 1min34, o do Jornal Nacional e dos principais telejornais da Globo e GloboNews mostra menos de 30 segundos.[23]

O trecho divulgado pela Globo, repetido dezenas de vezes na programação, ofereceu o mote para que o ministro Gilmar Mendes, no dia 18, vetasse a nomeação de Lula para chefiar a Casa Civil de Dilma, em meio à crise. O ministro do

---

21 O ativista Edward Snowden, responsável por denunciar esquemas de espionagem dos EUA, revelou em entrevistas que o Brasil de Lula e Dilma foi o país mais espionado do mundo (mais até do que China, Rússia e Alemanha) pela agência NSA do governo dos Estados Unidos. Jornalistas em Brasília levantaram a hipótese de que, em 2016, Dilma e seu gabinete estivessem grampeados pelos norte-americanos, que atuariam em parceria com a Lava-Jato. Moro, sabidamente, é simpático a Washington e chegou a participar de treinamentos patrocinados pelos Estados Unidos. Sobre o fato, ver: "Wikileaks revela treinamento de Moro nos EUA". In: *Jornal GGN*, 05/07/2016.

22 In CHRISTOFOLETTI, Rogério. "Grampos e as responsabilidades da mídia", texto publicado no *site objEthos*, e reproduzido pelo *Observatório da Imprensa*, 24/03/2016.

23 In CHRISTOFOLETTI, Rogério. Op. cit.

STF alegou que a nomeação visava dar a Lula fórum privilegiado e assim retirá-lo das garras de Moro:

> Pairava cenário que indicava que, nos próximos desdobramentos, o ex-Presidente poderia ser implicado em ulteriores investigações, preso preventivamente e processado criminalmente. A assunção de cargo de Ministro de Estado seria uma forma concreta de obstar essas consequências. As conversas interceptadas com autorização da 13ª Vara Federal de Curitiba apontam no sentido de que foi esse o propósito da nomeação[24].

Lula não virou ministro. Dilma caiu. Mas tempos depois o ministro Teori Zavaski (responsável no STF pelas ações da Lava-Jato) fez uma dura reprimenda ao juiz de Curitiba, pela ação ilegal no caso dos grampos. Moro pediu "escusas" pelo ocorrido, num texto que alguns analistas consideraram eivado de cinismo. Mas o golpe já estava consumado. Único membro do Judiciário a admoestar o intocável de Curitiba, Teori morreria alguns meses depois, num acidente aéreo ainda não esclarecido, no litoral do Estado do Rio.

Não foi o único caso em que a escandalosa tabelinha Moro/Globo daria guarida para ações ilegais, no curso do Golpe. No mesmo período, em março de 2016, o juiz deu publicidade a grampos envolvendo a mulher de Lula, Marisa Letícia. As gravações não tinham qualquer interesse para as investigações e, pelas leis brasileiras, deveriam ter sido mantidas em sigilo e depois destruídas. Moro fez o contrário.

Poucas horas depois de liberados os áudios pelo juiz curitibano, a Globo promovia uma teatral leitura da transcrição dos grampos. Willian Bonner e sua parceira de apresentação no JN fizeram a leitura, com toques teatrais, que tinha claro objetivo de desmoralizar Lula e a família do ex-presidente. Logo em seguida, a voz de Marisa iria ao ar: ela fazia um desabafo com o filho, sobre os batedores de panela.

A intenção de Moro, claramente, foi a de jogar a opinião pública não apenas contra Lula. Mas contra a família do petista. A Globo foi cúmplice do juiz nessa ação ilegal. Menos de um ano depois, em janeiro de 2017, Marisa Letícia morreria, vítima de um AVC. Segundo amigos e família, a divulgação dos grampos teve papel central na morte.

Não há como provar que a tabelinha Moro/Globo ajudou a matar Marisa, mas não é exagero dizer que a emissora tem papel decisivo em outro crime: o processo

---

24 Trecho da decisão de Gilmar Mendes, que impediu Lula de tomar posse: um ato sem precedentes de interferência do Judiciário no Poder Executivo.

golpista, com sua escandalosa parceria jurídico-midiática, tenta matar a Democracia construída desde 1988.

O monstro midiático criou a narrativa das "famílias nas ruas contra a corrupção", com ela encorajou parlamentares, juízes, promotores e delegados a agir fora da lei, e agora é sustentáculo do passo definitivo do golpe: barrar Lula na eleição e prender o ex-presidente.

Assim, a Globo ajuda a construir um país em que o voto não vale mais. É por isso que o monstro precisa ser pintado de vermelho. Marcado. E derrotado. No Brasil, não há escolha: ou há Democracia, ou há o poder desmedido e sem controle da Globo e dos bilionários irmãos Marinho[25].

---

25 A revista Exame listou os 3 irmãos Marinho entre os empresários mais ricos do Brasil. Cada um, em 2016, era dono de fortuna avaliada em U$ 4,3 bilhões. Ou seja, juntos possuem mais de R$ 41 bilhões - o que mostra que o oligopólio midiático não garante só influência política, mas ajuda a ampliar a fortuna que o pai Roberto Marinho construiu durante a ditadura militar. Ver: "Os 31 bilionários brasileiros de 2016, segundo a Forbes". In: revista Exame, 13/09/2016.

GRUPO RBS

Marco Weissheimer[1]

O Grupo RBS (Rede Brasil Sul de Comunicação) é um conglomerado de mídia brasileiro, fundado em 31 de agosto de 1957 por Maurício Sirotsky Sobrinho. O vídeo institucional que conta a história do grupo [2] afirma que a empresa nasceu no "tempo que surgiu o Brasil campeão", que Brasília foi inaugurada, que nasceu a TV Globo, a TV a cores e também "o cinza da ditadura". "Sempre carregamos, com orgulho, a bandeira da imprensa e da democracia", diz outro trecho do vídeo.

A expansão do grupo, na verdade, consolidou-se na década de 1970, durante a ditadura militar, quando foi criada a sigla RBS, inspirada no formato de três letras das gigantes norte-americanas CBS, NBC e ABC. A partir de boas relações estabelecidas com os governos da ditadura militar e da ação articulada com a Rede Globo, a RBS foi conseguindo novas concessões e diversificando seus negócios, e tornou-se o maior grupo de comunicação do sul do Brasil.

A participação da mídia brasileira no golpe de 1964 e na ditadura que se seguiu a ele é um episódio que ainda está para ser plenamente contado. Essa história ainda está repleta de lacunas e zonas cinzentas. E isso não parece ocorrer por acaso. Muitos dos compromissos e interesses que levaram a parte majoritária da imprensa brasileira a se aliar com setores golpistas e autoritários permanecem presentes e se manifestaram agora, mais uma vez, no processo de golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2014 com mais de 54 milhões de votos. Uma das formas de buscar preencher lacunas e silêncios é pesquisar os editoriais dos veículos destes grupos midiáticos, que expressaram com clareza a posição dos mesmos em momentos graves da história do país. A aversão da grande mídia brasileira à democracia, ao contrário do que o vídeo institucional da RBS afirma, fica exposta nestes editoriais.

A certidão de batismo do jornal *Zero Hora* é marcada pelo apoio ao golpe de 1964 e à ditadura civil que se seguiu ao mesmo. Três dias depois da publicação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) (editado em 13 de dezembro de 1968), ZH afirmava

1 Jornalista, Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atualmente é repórter do site *Sul21* (www.sul21.com.br) e editor do blog *RS Urgente* (www.rsurgente.wordpress.com)

2 Disponível na página do Grupo RBS (http://www.gruporbs.com.br/quem-somos/nossa-historia/)

que “o governo federal vem recebendo a solidariedade e o apoio dos diversos setores da vida nacional”. No dia 1° de setembro de 1969, o jornal publica um editorial intitulado “A preservação dos ideais”, exaltando a “autoridade e a irreversibilidade da Revolução”. “Os interesses nacionais devem ser preservados a qualquer preço e acima de tudo”, diz a última frase do texto.

Outro editorial, intitulado “A ação dos comunistas”, afirma que “a inflação galopante era deliberadamente feita pelo governo deposto (de João Goulart) para levar você ao desespero e à adesão às violências do comunismo.”

“Os comunistas que dominavam o governo”, acrescenta, “criavam situações de medo e insegurança no país, a fim de levar o Brasil à miséria e ao caos e, assim, imporem a sua ditadura contra o nosso Deus e a nossa liberdade. Colabore você também na consolidação e salvaguarda da Democracia, anulando a ação nefasta dos comunistas”.

Na década de 90, o grupo participou ativamente do processo de privatização da telefonia no Brasil. Segundo pesquisa realizada por Suzy dos Santos (do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da UFBA) e Sérgio Capparelli (do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Fabico/UFRGS), a RBS esteve presente em praticamente todos os momentos do processo de privatização das telecomunicações no país[3] . Em 16 de dezembro de 1996, ganhou a licitação para a privatização de 35% da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), comandada pelo então governador Antônio Britto (ex-funcionário da RBS), por meio do consórcio Telefônica do Brasil.

O GOLPE CONTRA DILMA: “A DEMOCRACIA NÃO ESTÁ AMEAÇADA”

Quarenta e sete anos depois do golpe militar, um novo golpe no Brasil, novos editoriais alinhados com os protagonistas da interrupção da democracia. Desta vez, o editorial é um pouco mais sofisticado e se concentra em negar que o golpe é golpe. No dia 13 de abril de 2016, Zero Hora publica um editorial intitulado “A democracia não está ameaçada”, defendendo o processo de impeachment liderado pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) na Câmara dos Deputados. Na opinião do jornal do Grupo RBS, esse processo “está sendo conduzido de acordo com os preceitos constitucionais”. O editorial condena aqueles que “tentam confundir a opinião pública aqueles que dizem que a democracia está ameaçada pelo processo de impeachment”.

No dia 1º de setembro de 2016, após a confirmação do impeachment de Dilma, um novo editorial afirma que “o Senado cumpriu seu papel dentro de uma

3 “RBS: novas tecnologias e convergências das teles e da TV a cabo”

visão jurídica, legal e democrática" e defende a implementação de "reformas emergenciais para colocar o Brasil nos trilhos".

Praticamente todos os grandes grupos de comunicação do país defenderam a mesma posição. E foram recompensados por essa postura. O governo de Michel Temer gastou praticamente toda a verba de publicidade prevista para 2017 – mais de R$ 200 milhões – somente no primeiro semestre. Só a campanha publicitária em defesa da reforma da Previdência consumiu aproximadamente metade desse valor. Além da concessão de cargos e emendas parlamentares, a propaganda também virou moeda de troca em busca de votos no Congresso para a aprovação dessa reforma.

APÓS O GOLPE, VERBAS PUBLICITÁRIAS...

A campanha publicitária em defesa da reforma da Previdência drenou, em 2017, mais de R$ 100 milhões para as empresas de comunicação, um gasto quase dez vezes maior do que o orçamento previsto originalmente (cerca de R$ 13 milhões). Os meios que receberam mais dinheiro foram: TV (R$ 57,4 milhões), rádio (R$ 19,3 milhões), mídia exterior (R$ 10,7 milhões), internet (R$ 4,9 milhões), jornal (R$ 4,5 milhões) e revistas (R$ 3,08 milhões). Para se ter um termo de comparação, no período entre janeiro e junho de 2017, os programas governamentais destinados à defesa dos direitos da mulher receberam apenas R$ 28 milhões.

Essa tática começou a ser implementada ainda no processo de impeachment de Dilma Rousseff, quando Michel Temer assumiu interinamente a presidência. Os gastos do governo federal com publicidade cresceram 65% no primeiro semestre de 2016 em comparação com o mesmo período do ano anterior. Segundo levantamento do site Contas Abertas, esses gastos subiram de R$ 234,1 milhões (2015) para R$ 386,5 milhões (2016). A maior parte deles foi realizada um mês antes de Dilma Rousseff ser afastada do Palácio do Planalto pelo Senado e no mês posterior à posse de Temer. Em junho de 2016, os gastos foram de R$ 82,1 milhões, valor cerca de 50% maior que o registrado em junho do ano anterior.

Se, por um lado, o governo Temer aplicou cortes brutais de investimentos em Saúde, Educação, Infraestrutura, Políticas sociais, por outro, foi extremamente generoso na destinação de recursos para a mídia. Segundo dados da própria Secretaria de Comunicação (Secom), só as revistas *Veja* e *Caras*, pertencentes ao mesmo grupo, tiveram um aumento de quase 400% nas verbas publicitárias destinadas pelo governo federal. Em dezembro de 2016, a revista *Isto É* concedeu a Michel Temer o prêmio de *Homem do Ano*. Foi um gesto de agradecimento. Ao longo do ano, a publicação teve um aumento de 850% na receita oriunda de publicidade federal. A revista Época que, em 2015, havia recebido R$ 89.322,00 em propaganda, recebeu R$ 1.061.337,00 em 2016, um aumento de mais de 1000%. O

jornal *Zero Hora* também teve um aumento expressivo, 221,8%, saltando de R$ 104.764,00 em 2015 para R$ 337.118,00 em 2016.

Segundo dados do Departamento de Mídia da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, entre 1º de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2017, o governo Temer destinou R$ 8.006.729,47 em verbas de publicidade para os veículos do Grupo RBS[4]. A distribuição desses recursos, segundo a Secom, foi a seguinte:

Tabela - Investimentos em publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal junto aos veículos de comunicação do Grupo RBS

MEIO E VEÍCULOS	VALOR R$
JORNAL	**2.992.129,81**
DIARIO CATARINENSE	310.316,14
DIARIO GAUCHO	309.470,59
HORA DE SANTA CATARINA	1.790,80
ZERO HORA	2.370.552,28
RÁDIO	**2.772.801,58**
GAUCHA PORTO ALEGRE	2.722.361,55
GAUCHA SANTA MARIA	16.331,19
GAUCHA SERRA CAXIAS DO SUL	28.269,91
GAUCHA ZONA SUL RIO GRANDE	5.838,93
TELEVISÃO	**1.520.730,15**
TV RBS	1.520.730,15
INTERNET	**721.067,93**
CLICRBS RS	187.950,17
DIARIO GAUCHO	55.038,45
RADIO GAUCHA AM	48.784,53
ZERO HORA	429.294,78
TOTAL GERAL	**8.006.729,47**

Fonte: Sistemas Internos da Secom – Jan 2018

4 Dados obtidos pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). A Secom incluiu neste valor dois veículos que não pertencem mais ao Grupo RBS: Diário Catarinense (R$ 310.316,14) e Hora de Santa Catarina (R$ 1.790,80). Esses dois valores, em princípio, devem ser subtraídos da soma total informada pela Secom.

O JULGAMENTO DE LULA

Coincidência ou não, o comportamento editorial da RBS está alinhado com as agenda de "reformas" propostas pelo governo Temer, como a Trabalhista e da Previdência, apontadas como medidas necessárias para a "modernização" do país. Esse alinhamento se dá em entre outros temas, como na tentativa de criminalização dos movimentos sociais. No dia 18 de dezembro de 2017, um editorial do jornal Zero Hora intitulado "O Judiciário ameaçado", comparou uma ação de criminosos em no município de Marau, localizado no norte do Estado, com as mobilizações dos movimentos sociais em defesa de Lula. O editorial coloca no mesmo pacote "líderes do crime organizado e da área política", como ameaças à "livre atuação do Judiciário".

O editorial condena a intenção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de promover um acampamento em Porto Alegre durante o julgamento do ex-presidente Lula, dia 24 de janeiro, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Além disso, cita que "militantes de outras entidades estariam também sendo convocados pelo ex-ministro José Dirceu para um denominado dia da revolta". "São atitudes imprudentes e condenáveis", acrescenta o texto, que adverte para o risco do Brasil "virar uma Colômbia".

"O Brasil não pode virar uma Colômbia, onde juízes tinham de se esconder atrás de máscaras, ou uma República bananeira, na qual movimentos sociais acham que podem ganhar no grito ações para quem sempre os financiou".

Entre os dias 22 e 24 de janeiro, algumas dezenas de milhares de pessoas se reuniram em Porto Alegre para manifestar apoio a Lula. Nenhuma das previsões alarmistas dos editoriais de Zero Hora se realizou. Na manhã do dia 22, quando cerca de dois mil integrantes do MST e da Via Campesina chegaram à capital gaúcha para acompanhar o julgamento, a manchete do site de ZH destacava os problemas no trânsito causados pelas manifestações. Um acordo firmado entre os movimentos sociais, Ministério Público Federal e Secretaria Estadual de Segurança garantiu a instalação do acampamento no Anfiteatro Pôr do Sol e outras manifestações

No dia 25 de janeiro, Zero Hora afirma que tudo "transcorreu de forma corriqueira e dentro da mais absoluta normalidade jurídica, como ocorre todos os dias nos demais tribunais do país". O julgamento, acrescenta, "reafirmou a normalidade jurídica e ajudou a pôr por terra a delirante tese de uma conspiração das elites com o judiciário e a mídia para tirar a candidatura do povo do caminho das urnas".

A OPERAÇÃO ZELOTES

Mas o noticiário dos veículos do grupo RBS em torno do golpe e de seus desdobramentos políticos e econômicos também é feito de silêncios. Um dos mais

eloquentes está relacionado às denúncias da Operação Zelotes que recaem sobre o grupo. Em março de 2016, essa operação denunciou um esquema de fraudes tributárias envolvendo grandes empresas brasileiras e multinacionais. As investigações foram conduzidas por uma força-tarefa formada pela Receita Federal, Polícia Federal, Ministério Público Federal e Corregedoria do Ministério da Fazenda.

O Grupo RBS, a Gerdau, os bancos Bradesco, Santander, Safra, Pontual e Bank Boston, as montadoras Ford e Mitsubishi e um grupo de outras grandes empresas estão sendo investigadas pela suspeita de pagamento de propina a integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para anular multas tributárias milionárias. Segundo as investigações, pelo menos 74 processos tributários podem ter sido fraudados, provocando um prejuízo de aproximadamente R$ 21,6 bilhões aos cofres públicos. Os casos investigados teriam ocorrido entre os anos de 2005 e 2015.

Um relatório encaminhado pelo Ministério Público Federal ao Supremo Tribunal Federal apontou uma teia de relações entre o grupo RBS, empresas de consultoria no setor tributário e João Augusto Nardes, ex-deputado federal pelo PP-RS e atual ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Nardes foi um dos protagonistas do processo de impeachment contra Dilma Rousseff, recomendando a rejeição das contas da presidenta em 2014. Segundo o relatório do MP, Nardes "possuía bom trânsito perante a RBS, inclusive se utilizando dos microfones das emissoras do grupo quando almejava aparecer na mídia". O inquérito da Zelotes envolvendo a RBS e João Augusto Nardes aguarda julgamento no Supremo Tribunal Federal[5] . O inquérito corre em segredo de justiça.

---

5 No dia 26 de dezembro de 2017, o relator do processo, ministro Ricardo Lewandowski, enviou sua conclusão para a presidência do STF. Até o dia 31 de janeiro de 2018, não havia previsão para o julgamento.

IMPERIALISMO[1]

Francisco Sierra Caballero[2]

INTRODUCCION

Los escasos estudios comparados sobre la estructura de la información en los países del subcontinente demuestran la persistencia de una estructura oligopólica de la comunicación, con pocos o nulos márgenes de pluralidad política. Ello explica en parte las consecuencias desestabilizadoras del sistema político que van desde el golpe de estado (Venezuela, Grupo Cisneros), a la presión y campaña de desprestigio (Argentina, Grupo Clarín), pasando por la judicialización y propaganda negra contra los gobiernos progresistas (Ecuador, El Universo). Este último caso, el de la República de Ecuador, es ilustrativo de la lógica dominante del modelo de propaganda al que se enfrentan procesos de transformación cercados por el lobby de la industria periodística. "La llegada al poder de gobiernos de signo progresista en ciertos países de la región desde los primeros años del Siglo XXI, pateó el tablero de la configuración de relaciones de fuerzas. En ese movimiento, los medios de comunicación privados, cuya naturaleza ya se había alejado tiempo antes del puro ejercicio de contralor de las instituciones democráticas, abrazaron con fuerza su actoría política, desplegando discursividades abiertamente

1 Título original: IMPERIALISM AND HEGEMONIC INFORMATION IN LATIN AMERICA: The experience of the Media Coup.

2 Francisco SIERRA es Catedrático de Teoría de la Comunicación e Investigador del Instituto Universitario de Estudios sobre América Latina (IEAL) de la Universidad de Sevilla. Director del Grupo Interdisciplinario de Estudios en Comunicación, Política y Cambio Social (www.compoliticas.org) y Editor de la Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación (REDES.COM) (www.revista-redes.com), es experto en políticas de comunicación, nuevas tecnologías y participación ciudadana de la Unión Europea. Ha impartido clases y conferencias como profesor invitado en prestigiosas universidades de toda América Latina, además de los más prestigiosos centros de investigación y universidades de España, Portugal, Francia e Italia. Autor, entre otras publicaciones, de "Políticas de comunicación y educación. Crítica y desarrollo de la sociedad del conocimiento" (Gedisa, Barcelona, 2006) es Presidente de la Unión Latina de Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura (www.ulepicc.org) y Director de la Sección de Comunicación y Cultura de la Fundación de Investigaciones Marxistas (FIM).

propagandísticas y corporativistas, dispuestos a disputarle directamente la palabra política a los distintos gobiernos nacionales. De este modo, (…) la comunicación mediatizada se ha convertido en un verdadero campo de batalla político, en el que distintos agentes se disputan la construcción de sentidos hegemónicos sobre el modelo de estado y de democracia" (Orlando, 2012: 5 y 6) reeditando lo ya vivido con el Informe McBride en la mayoría de países del subcontinente.

Si bien en la última década el cambio del mapa político regional ha propiciado el desarrollo de medios públicos y ciertos derechos de acceso de la ciudadanía, la pauta común es la ausencia de una esfera pública democrática y de un sistema institucional suficientemente sólido en buena medida debido a la estructura sociopolítica del corporativismo y al subdesarrollo que han lastrado la historia nacional de la mayoría de los países de la región. Así, si se aplican los indicadores de la UNESCO en materia de Información y Pluralismo, se constatan importantes déficits democráticos en la mayoría de países, considerando que el sistema de medios se define por un bajo nivel de circulación de periódicos y una alta dependencia del sistema televisivo, al tiempo que prevalece una continua instrumentalización privada y oligárquica de la información de actualidad, complementariamente a la *gubernamentalización* de los medios públicos y el limitado desarrollo de la autonomía profesional de los informadores. Tales carencias valida la crítica del modelo de propaganda al tipo de cobertura mediática de las crisis sociales en América Latina evidenciando los estrechos límites y condiciones del sistema internacional en virtud del principio dominante de seguridad nacional en el proceso de globalización que hoy amplifican los procesos golpistas y de injerencia que tiene lugar habitualmente en la región desde la II Guerra Mundial.

En el presente capítulo, trataremos de apuntar los posibles ángulos desde los que observar la pertinencia del modelo de propaganda en su aplicación a la cobertura informativa con las que comprender fenómenos como los Golpes Mediáticos, cuya lógica en modo alguno es nueva en la historia de la región.

LATINOAMÉRICA. UN ESPACIO MEDIÁTICO COLONIZADO

Cuando en 1988 vio la luz la primera edición de *Manufacturating Consent. The Political Economy of the Mass Media*, de Noam Chomsky y Edward S. Herman, en EEUU estaba a punto de concluir la "era Reagan" (1981-1989), período que a pocos dejaría indiferente, marcado por el conservadurismo político y el intervencionismo en política exterior, cuya influencia en América Latina sería determinante en episodios como la guerra sucia en Nicaragüa. Es en este contexto en el que Chomsky y Herman llevan a cabo una minuciosa investigación sobre el funcionamiento interno de la industria mediática de EEUU, sus patrones de conducta, las motivaciones en la producción de los mensajes y su función social: la producción del consentimiento en torno a una serie de valores destinados a

mantener el *status quo* del momento, dentro y fuera del territorio estadounidense. Para abordar el marco lógico de los estudios de caso que presentamos a continuación conviene revisar, primero, algunas de las tesis que ilustran la función de los medios en procesos golpistas como los que vivimos en la actualidad a fin de ilustrar, de forma consistente, la economía política del terror que ha distinguido a las relaciones internacionales de Estados Unidos con relación al papel de los medios y el control hegemónico que ostentan en su conformación de la experiencia espaciotemporal de las audiencias en el llamado "patrio trasero".

A partir del estudio de las pautas institucionales de actuación vigente en los medios estadounidenses, el modelo de propaganda propuesto en *"Manufacturing Consent. The Political Economy of the Mass Media"* por Edward Herman y Noam Chomsky podemos explicar cómo los medios de comunicación de masas operan en el subcontinente latinoamericano como eficaces transmisores de mensajes y símbolos culturales según criterios estratégicos de manipulación informativa dirigidos a moldear, predecir y controlar el comportamiento público de las clases medias y los sectores populares en beneficio de las clases dirigentes en su dependencia del capital transnacional. Para ilustrar la pertinencia de tal aporte teórico-metodológico, vamos a tratar de introducir los fundamentos y perspectivas críticas sobre las bases y validez del modelo de propaganda y su aplicación en la cobertura de acontecimientos de interés periodístico que han tenido recientemente lugar en la región. El cometido no es otro que evaluar las aportaciones teóricas al criticar la mediación informativa, en el marco de los llamados golpes mediáticos, desde un análisis estructural del contexto objeto de estudio para los tres casos considerados.

Un primer punto de partida para comprender el proceso de información y propaganda es asumir la hipótesis de partida sobre la hegemonía y control de las comunicaciones de los países de la región por acción directa o encubierta de Estados Unidos. Este proceso tiene su antecedente manifiesto en la Alianza para el Progreso de la Administración Kennedy. Si bien es, a partir fundamentalmente de 1970, cuando, en función del informe redactado por un comité selecto de la ultraderecha estadounidense para el Consejo de Seguridad Interamericana, se redefina una nueva lógica mediática de intervención en función del nuevo marco doctrinal de la administración Reagan hacia América Latina. El Documento de Santa Fe marca entonces una nueva era en la política estadounidense de defensa y seguridad nacional en la región (Roitmann, 1989). Entre otras aportaciones significativas, el citado documento establece la guerra total y permanente como doctrina político-militar del Estado, articulando, bajo la falsa disyuntiva "democracia/comunismo", las actividades públicas y civiles con los objetivos militares de información y propaganda.

La tarea irremplazable entre los círculos conservadores de "reparar la imagen" de Estados Unidos, ante la opinión pública mundial, para restablecer la mermada

autoridad internacional y la hegemonía político-ideológica, en un contexto crecientemente adverso, será abanderada por la administración Reagan, en la década de los ochenta, mediante la asunción de una nueva cultura mediática en el ámbito de la comunicación política y la propaganda, determinante no sólo en el desarrollo futuro de los conflictos bélicos en diversos países del llamado Tercer Mundo, sino también en la consolidación interna de un modelo de comunicación política más que eficaz y consistente. Paralelamente a la privatización y concentración de la industria cultural norteamericana, la cruzada conservadora hizo posible para ello incluso el olvido del síndrome de Vietnam y la colonización belicista de la conciencia pública entre la población estadounidense (Selser, 1988 : 15). Buena parte de los recursos de los departamentos de operaciones especiales se centraron de hecho en la misión de persuadir al pueblo norteamericano de la supuesta amenaza comunista y someter a la opinión pública, en la guerra de las ideas, con el fin de garantizar posteriormente el apoyo a la guerra de baja intensidad en regiones como Centroamérica.

Desde entonces, la doctrina político-militar ha asimilado como propia una concepción de la seguridad internacional basada en el cuestionamiento del concepto de soberanía, de los límites y fronteras regionales y hasta incluso de los márgenes de definición de la guerra y la paz que hoy podríamos aplicar, adecuadamente, al contexto vivido con motivo del nuevo golpismo mediático en América Latina. Para el caso que nos ocupa, es posible observar, en esta línea, un proceso de continuidad entre las enseñanzas de la tristemente célebre Escuela de las Américas y la política llevada a cabo en los llamados golpes blandos teorizados por Gene Sharp como estrategia contrarevolucionaria. El propio origen histórico – y político-ideológico – de la filosofía de la "guerra de la información" que respalda el (viejo y) Nuevo Orden Mundial realimenta los procesos vividos regionalmente en la mayoría de países del subcontinente en esta dirección, actualizando elementos sustanciales de la experiencia vivida en el laboratorio centroamericano. Así por ejemplo, la guerra de redes en Ecuador o el referéndum de Bolivia, con una agenda marcada por la desinformación y el flujo de falsificaciones y desorientación de los públicos, ilustran hasta qué punto dicha lógica sigue vigente a la hora de determinar la agenda pública. Por ello, podemos afirmar que el cambio de la doctrina militar no significa una modificación sustancial de sus presupuestos ideológicos de partida. Más aún, la argumentación política y la retórica oficial no ha variado, en lo sustancial, el discurso esgrimido durante los años setenta por razones de seguridad: del derrocamiento de Allende a la destitución de Dilma Rousseff.

En otras palabras, el modelo de dominio de los golpes mediáticos tiene su antecedente directo en la articulación de la hegemonía imperial que marca la década perdida y el neoliberalismo con la revolución conservadora de la Administración Reagan y su desarrollo en Latinoamérica. La estrategia de la Santa Alianza

difundida por las bases mediáticas cuenta, claro está, con nuevos actores. Instituciones como Open Society o Fundamedios actúan, como antaño la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP), como instancias de legitimación de la agenda conservadora en la estrategia contraria a los llamados despectivamente gobiernos populistas.

Como en el relato del derrocamiento de Aristide en Haití, la prensa viene comulgando con la cobertura oficial de los intereses dominantes, inundando sistemáticamente los editoriales y las redacciones de los principales medios con información falsa, propaganda negra difamatoria y un sinfín de anuncios publicitarios que, junto con los comunicados oficiales, terminan por construir una imagen que nada tiene que ver con la auténtica realidad. Y ello en buena medida por la prevalencia de ciertos rasgos dominantes del sistema de información en América Latina:

- Falta de pluralidad por elevada concentración interna y externa.
- La precariedad laboral de los informadores, entre el intrusismo, la dependencia de las oligarquías y propietarios de los medios y la falta de cualificación.
- La censura impuesta desde el gobierno y la autocensura inducida por los grupos de poder económico y militar.
- El colonialismo angloamericano del modelo de profesionalidad interpuesto por grupos de poder como la Sociedad Interamericana de Prensa o el Grupo de Diarios de América, además de la cooptación ideológica de la Agencia de Cooperación y de Información de Estados Unidos (USIA, USAID).
- La publicidad hiperconcentrada y el dominio de un modelo comercial en manos de los grandes capitales nacionales y transnacionales.
- Y la simbiosis del poder mediático y del Estado, junto a las élites económicas transnacionales, en países como México (Televisa) y Brasil (Globo).

Ahora bien, comprender hoy la función dominante de reproducción social del modelo de propaganda y la injerencia de Estados Unidos en América Latina, exige necesariamente un enfoque global que considere, además de la cobertura en sí de los medios y su ideología dominante, la inserción funcional en la construcción del escenario de los operativos militares y actuaciones encubiertas que sigue promoviendo el Departamento de Estado en la región. Así, si hablamos de pensar los llamados golpes mediáticos o golpes blandos pensados por Sharp para la nueva Administración estadounidense, precisamos conocer las líneas de continuidad histórica que tienen lugar en la región, ya que, en lo esencial, el *modus operandi,* así como el concepto estratégico de control hegemónico de la comunicación, no ha variado significativamente de lo definido por el Instituto del Hemisferio

Occidental (antigua Escuela de las Américas). Los tres estudios de caso que expondremos a continuación ilustran esta hipótesis.

LA GUERRA PERMANENTE CONTRA VENEZUELA

Considerando los rasgos distintivos de la estructura real de la información en la casi totalidad de países de la región, el caso del cerco a la revolución bolivariana puede considerarse un ejemplo ilustrativo de la validez del modelo de propaganda a los fines aquí expuestos. Desde el ascenso a la presidencia de Hugo Chávez, los medios de comunicación privados, tanto nacionales como internacionales, han sometido al país a un hostigamiento continuado y sistemático, contribuyendo a construir una imagen distorsionada del proceso democrático en la República de Venezuela al punto incluso de justificar un golpe de Estado fallido en el año 2002 (Sierra, 2016: 181-202).

Las "operaciones de paz" norteamericanas han permanecido ocultas sin embargo a la población. De hecho no son accesibles a las audiencias en el espacio público otro tipo de relatos que el de la denigración de los dirigentes revolucionarios. De tal forma que las actividades de coordinación y presión de los representantes de los intereses geopolíticos hegemónicos permanecen ocultas al escrutinio público, por omisión deliberada de los medios dominantes, mientras contribuyen sin cortapisas a controlar y reprimir la emergencia de movimientos populares reivindicativos, cuando no a desestabilizar directamente gobiernos adversos o poco fiables como es el caso de la llamada "guerra irrestricta" del Pentágono contra Venezuela.

Así, los autodenominados *medios de información independientes* como El País iniciaron una política informativa de legitimación de los planes golpistas y la proinsurgencia desestabilizadora liderada desde Washington por expertos conspiradores como Otto Reich, ex colaborador de Ronald Reagan y destacado especialista en contrainsurgencia y operaciones de baja intensidad como las orquestadas en Centroamérica contra Nicaragüa. El detallado estudio del profesor Fernando Casado ilustra analíticamente hasta qué punto este proceso de guerra psicológica contaría con la práctica comprometida de los denominados "Antiperiodistas. Tras más de 100 entrevistas cualitativas a informadores de habla hispana, tanto europeos como latinoamericanos de medios de referencia como Clarín (Argentina), El Tiempo (Colombia), El País (España) o El Comercio (Ecuador), se constata la existencia de una deliberada campaña de propaganda de los grandes medios contra el gobierno chavista como parte de la operación encubierta para contrarrestar el proceso revolucionario. Varias han sido las técnicas aplicadas en la cobertura para favorecer el cerco mediático y la guerra de propaganda que sufre, aún hoy, el país:

a) La caricaturización del presidente Chávez y Maduro. La representación espectacularizada de ambos presidentes ha tendido a bascular entre la imagen irrisoria y grotesca de ambos jefes de Estado, y la visión criminalizada según la hipótesis Nixon a propósito de los antagonistas como "peligrosos locos delincuentes". Sea como fuere, en cualquier caso, es comprobable una imagen distorsionada desproporcionadamente negativa de ambos actores políticos por parte de los medios nacionales e internacionales cuyo nivel de pregnancia entre la opinión pública ha ido calando al grado de justificar una posible intervención en "defensa de la democracia".
b) La desinformación y la guerra psicológica. La producción de falsas noticias ha procurado desestabilizar al gobierno bolivariano haciendo circular desde inexistentes conflictos en la frontera con Colombia, a supuestas crisis de desabastecimiento, pasando por montajes sobre casos de corrupción y vínculos con el narcotráfico difundidos para aislar al gobierno del país en el concierto internacional. En definitiva, "la información sobre Venezuela suele ser de carácter sensacionalista y espectacular; las anécdotas se convierten en el centro de la noticia, se banaliza a los personajes de peso político como el presidente Chávez, de quien se destaca antes un aspecto curioso o una ocurrencia que decisiones importantes que haya tomado y hayan redundado en beneficio de millones de personas" (Casado, 2015: 19).
c) Las campañas de denuncia de falta de libertad de expresión y de democracia. La oposición y la prensa internacional han promovido continuas campañas de propaganda calificando de dictadura al gobierno chavista por la supuesta ausencia de libertades, un término reiteradas veces negado por la Fundación Carter, la propia OEA, UNASUR y la UE, entre otros organismos multilaterales.
d) La orquestación de rumores y faltas noticias en redes sociales. Junto a los clichés e imágenes distorsionadas del país por la desinformación continuada de los grandes medios, las redes han sido utilizadas para reforzar la imagen dominante en los medios de referencia, haciendo circular todo tipo de bulos y noticias infundadas sobre los líderes del gobierno de Venezuela o sus aliados, inclusive, como sucediera en las elecciones de España, para apelar al supuesto peligro de la deriva venezolana en otros países cuyas fuerzas progresistas aspiran a conquistar el poder ejecutivo.
e) El sesgo y desequilibrio en las fuentes y el uso del lenguaje, ideológicamente orientado, a nivel lexicológico y semántico. Por otra parte, la información sobre el país ha sido objeto continuado de manipulación en el uso de fuentes y las operaciones semióticas, una y otra vez implementadas con clara voluntad propagandística. Así, por ejemplo, los medios de

referencia internacional solo citan fuentes afines a la posición de Estados Unidos y sus aliados opositores, sin dar voz al gobierno de Venezuela, salvo para reforzar el sesgo a priori en la cobertura de la noticia o ridiculizar a sus representantes de forma manifiesta. Del mismo modo, cuando se habla del gobierno democrático electo en el país se recurre reiteradamente a la definición de régimen, que en el imaginario público remite a sistemas autoritarios como los de la URSS. Este sesgo se aplica por igual, indistintamente, a Corea del Norte, Ecuador, Nicaragüa o Bolivia, y opera, junto a otras estrategias semióticas, para construir una visión contraria al proceso revolucionario.

El resultado de esta guerra mediática contra Venezuela "se traduce en una continua deformación y manipulación de la información producida al servicio de agendas desestabilizadoras contra la Revolución Bolivariana y que viola sistemáticamente el derecho a recibir una información veraz por parte de los lectores y audiencias" (Casado en Sierra, 2016: 212).

Siempre se ha dicho y escrito que, en una guerra, como en tiempos de paz, la primera víctima es la verdad, pero en el caso de Venezuela ni durante, ni antes ni después los medios han pretendido siquiera dejar asomar un rayo de luz sobre el oscuro entramado de intereses golpistas articulados contra el proceso bolivariano. Lo verdaderamente interesante, sin embargo, de este caso es que la gran campaña de desinformación orquestada para favorecer la operación encubierta previa al golpe de Estado, ha venido fracasando, pese a lograr capturar en su trama discursiva y en la estrategia de persuasión a numerosos intelectuales, periodistas y medios de información, que creyeron la versión manipulada de los hechos planificada a conciencia por el Grupo Cisneros y los asesores de guerra psicológica enviados por Estados Unidos para la ocasión.

La situación de la República Bolivariana, calificada por el Pentágono "como un grito de ataque de los comunistas y los socialistas" en pleno corazón de Sudamérica, recuerda, en este sentido, el guión escrito en 1973 contra el gobierno de Salvador Allende: campaña de descalificaciones en los medios, rumores y desinformación intensiva, movilización de las élites, acusaciones infundadas contra la persona del presidente, división del ejército, bloqueo económico de la patronal, fuga de divisas, intento de golpe de estado y presiones internacionales múltiples. Conviene, a este respecto, recordar el septiembre trágico de Chile porque no casualmente uno de sus actores, Charles Shapiro, responsable del operativo también en Trinidad y Tobago y patrocinador de las campañas de terror en Centroamérica (Nicaragua y El Salvador), ha ejercido, no casualmente, la función de embajador plenipotenciario en Venezuela para poner en marcha el programa de proinsurgencia desestabilizadora en contra del gobierno bolivariano.

Como en el caso de la operación contra el gobierno de la Unidad Popular en Chile, la operación contrarrevolucionaria en Venezuela se ha centrado en cuatro líneas de actuación estratégicas intensificadas por la acción de los medios:

1. Desestabilización económica (como en Chile, las conquistas de bienestar e igualdad económica, resultado del reparto y explotación mejorada de sus recursos petrolíferos, han sido atacadas mediante una activa campaña de fuga de capitales y cierre patronal contra la política redistributiva del gobierno).
2. Desestabilización político-social (las élites económicas y políticas han procurado presentar como una guerra civil lo que no ha sido sino una activa operación de guerra psicológica y movilización con falsas noticias e impactantes titulares sobre la corrupción que al tiempo fueron demostrándose falsas).
3. Desestabilización de las Fuerzas Armadas Nacionales (las protestas de sectores del ejército están asociadas a las maniobras de Estados Unidos por recabar apoyos contra Chávez y Maduro, instigando a destacados mandos en la estrategia de acoso y derribo del gobierno).
4. Desobediencia civil (fracasado el golpe de Estado, grupos minoritarios de la población, sobrerrepresentados en los medios oligopólicos del país, proyectan una imagen de ingobernabilidad, muy efectiva ante la opinión pública internacional, con *garimpas* y sabotajes continuados como los liderados por Leopoldo López).

Así, medios de conglomerados como PRISA vienen presentando como una "rebelión civil" lo que no es más que la movilización articulada por el bloque empresarial-mediático-militar afín a los intereses de Estados Unidos. El desenlace de estas operaciones encubiertas es imprevisible, y puede llevar a producir, de continuar esta escalada de violencia simbólica, una verdadera confrontación de clases. Lo hemos reseñado, a modo de hipótesis de trabajo, en anteriores estudios (Sierra, 2016). El problema de la espiral del disimulo y del silenciamiento de guerras sucias como ésta es que pueden terminar generando, con toda probabilidad, mayores turbulencias y efectos perturbadores, desórdenes y guerras múltiples, en la creciente escalada de explotación y violencia indiscriminada de esta terrorífica ingeniería militar, tal y como acontece hoy en Brasil.

BRASIL Y EL UNIVERSO O GLOBO

En los estudios de Estructura de la Información, el modelo Televisa y O Globo son paradigmáticos de la lógica concentracionista y de falta de pluralidad y acceso democrático al espacio mediático en América Latina. Como explica Carolina Matos, "the broadcasting model that has developed in most Latin American

countries and in Brazil has been very similar to that of the commercially inspired, entertainment style of the USA (Sinclair,1999: 63–92; Straubhaar, 2001). This has consisted of privately owned television and radio stations and private newspapers financed by both private and public (state) advertising. A small number of companies controls wide shares of the market, and there are very few and under-funded public (state) television channels dedicated to educational interests. Notably, the development of Brazilian television by military planners since the 1960s contributed to the formation of what Straubhaar (2001: 138) has defined as a 'nationalizing vocation', paving the way for the creation of a consumerist Brazilian culture" (Matos, 2012: 867).

Así, desde su origen, la familia Marinho ha sido privilegiada como grupo monopólico de la información colaborando especialmente durante la dictadura en el mantenimiento del orden y control de las clases subalternas, siendo Brasil el país más desigual del mundo. "Hablar del Grupo Globo es hablar – en este sentido - directamente de una historia de corrupción (…), donde se hace imposible separar las dos cuestiones. El periodismo obtuvo estrategias de control tan profundas que no era imposible conectar la verdad de los hechos con lo que aparecía en televisión" (Campos en Sierra, 2016: 216).

Así, del Golpe de Estado de 1964 al golpe blando de 2016 es posible, en la historia de la televisión brasileña, observar un hilo de continuidad histórica en la ocultación, manipulación y eliminación de adversarios (antaño los sectores progresistas que apoyaban el proceso iniciado por Juscelino Kubitschek y hoy la campaña de acoso y derribo de Dilma y Lula da Silva). "Este modelo de comunicación monopolista posibilitó la creación de una contradicción ideológica en la sociedad brasileña, al transformar el pensamiento – en la esfera política – de la misma en una mayoría conservadora, a pesar de tratarse de una sociedad de exclusión y grandes abismos sociales. No existe el cuestionamiento ni la reflexión sobre la condición del conservadurismo para un segmento importante de la población, que vive en condiciones precarias y con salarios bajos, en relación con el funcionamiento de esta estructura cada vez más centralizadora y que beneficia a grupos específicos de personas. Cuando termina el período dictatorial en Brasil, lo que vemos es ya un ciudadano modelo esbozado de acuerdo con la coherencia política necesaria que exigen las élites del país" (Campos en Sierra, 2016: 221). La eficacia y dominio del modelo se ilustra en la cobertura favorable de políticos-caciques, gracias al llamado por Sergio Caparelli "coronelismo electrónico". Personajes como José Sarney y familia, o la producción de presidentes como Fernando Collor de Melo ha sido una constante en el universo audiovisual de O Globo, siempre con el objetivo prioritario de evitar la victoria electoral progresista en campaña de candidatos como Lula da Silva, cuyo ascenso a la presidencia solo fue posible por medio de un pacto previo con este lobby en su compromiso de evitar un proceso de regulación que afectara al monopolio de la familia Marinho.

De hecho, durante los cuatro mandatos del PT el único ámbito que no fue objeto de políticas públicas de democratización fue el de los medios. Ello explica cómo desde su posición privilegiada el imperio mediático ha hecho posible la campaña de Lava Jato y el fácil derrocamiento del gobierno del PT, pese a la popularidad y respaldo mayoritario de la población a la gestión de la Presidenta Dilma Roussef. De hecho, el papel de O Globo puede ser calificado de central durante el golpe mediático. No solo porque fuera estratégico en la construcción del clima político propicio a la destitución de Dilma Roussef, sino también por construir la agenda necesaria para la intromisión de los intereses de las petroleras estadounidense en Petrobras, hoy en venta por acción del gobierno ilegítimo de Temer. Junto a este actor y al duopolio televisivo, cabe destacar la función de la prensa, en especial Folha de Sao Paulo y la revista Veja, ambos reforzaron la histórica dependencia del *povo brasileiro* de la información audiovisual. Así:

> No contexto brasileiro, o espaço discursivo configurado e ocupado pela cobertura política tem ficado cada vez mais claro e/ou evidente desde 2013 quando, a partir das chamadas "Jornadas de Junho", a pauta política passou a ocupar não apenas o seu lugar tradicional no noticiário, mas a atravessar diversos assuntos (e editorias) nos mais distintos veículos, da mídia hegemônica ou não. Algo que também se estendeu para as redes sociais da internet, com uma produção de conteúdo própria, como também para um feixe de argumentos "politizados" cada vez mais presentes nas interações do cotidiano, das mais corriqueiras às mais inflamadas (Tavares/Berger/Vaz, 2016: 25).

Esta producción mediática de la realidad fue planeada en varias fases. Como analiza el profesor Rogèrio Campos, "durante las noticias de Jornal Nacional, con las que se intenta vincular a Dilma a la investigación penal, Sergio Moro y Lava Jato obtenían áreas significativas del noticiario principal de la Rede Globo en horario de máxima audiencia, con períodos de alrededor 9 minutos en algunos días. Teniendo en cuenta que un programa televisivo de noticias completo dura, como promedio, 30 minutos, se dedicó casi una tercera parte del tiempo para informar de todos los delitos del gobierno de la política vinculada al PT. En la segunda etapa, después de la votación de la Cámara (…) el asunto fue perdiendo gradualmente importancia, reflejada en el tiempo dedicado a las investigaciones de Lava Jato; algunos días ni siquiera aparece en las noticias de televisión" (Campos en Sierra, 2016: 236). El objetivo era claro: garantizar un proceso de involución que revirtiera el proyecto de un nuevo Brasil iniciado con la Presidencia de Lula (Sader, 2016). Así, aunque hoy todo el país está movilizado contra la dictadura, la cobertura del duopolio mediático, brilla por su ausencia e igual podríamos decir de la prensa de referencia.

En definitiva, “a articulação realizada pelo Grupo Abril e também aquela do Grupo Globo, evidenciam não apenas uma inversão de valores jornalísticos, pela desequilibrada cobertura, como expõem a configuração dos prenúncios do qual o *impeachment* da presidenta Dilma é resultado. As coberturas das manifestações ocorridas no país no ano de 2015, contra e pró governo Dilma, também são sintomáticas desse desnível jornalístico promovido pela grande imprensa (incluindo aí os principais jornais de circulação no país)” (Tavares/Berger/Vaz, 2016: 32). Una vez más, el modelo de propaganda había triunfado.

MÉXICO. DE CHIAPAS A AYOTZINAPA

El tercer caso objeto de análisis es un ejemplo contrafáctico que valida el modelo de propaganda en la distinción que se hace por la prensa entre víctimas dignas (los opositores como Leopoldo López en Venezuela o el movimiento golpista de extrema derecha en Brasil contra Dilma) y las víctimas indignas (indígenas, estudiantes y campesinos en el caso de la república azteca). La tergiversación informativa de casos como el de Ayotzinapa o antes la insurgencia zapatista ilustra a la perfección el modelo de funcionamiento institucional del oligopolio mediático que rige en el país, cuya máxima expresión es la tendencia a criminalizar la protesta y movilización colectiva, sea en los estados más pobres de México (Oaxaca, Guerrero, Veracruz) o, como hemos observado recientemente, con motivo de las manifestaciones en contra del *gasolinazo*. El sesgo informativo es, en estos y otros casos, más que notorio a este respecto, tal y como demuestran estudios del Instituto Tecnológico de Monterrey.

En un análisis de contenido sobre la cobertura informativa de los principales noticieros del país, que constituyen la fuente primordial y casi exclusiva de la dieta comunicacional de los mexicanos, se observan notorias desigualdades. Así, “los personajes mayormente representados pertenecen al Gobierno Federal y, en menor medida, al Poder Legislativo y al Gobierno Estatal. Asimismo, y dado que es el partido gobernante, el Partido Revolucionario Institucional es el que mayor presencia tiene en comparación con los otros institutos políticos. Por tanto, no resulta inesperado que los principales temas abordados en las noticias hayan sido la economía, seguridad y política; puesto que son justamente los temas incluidos en la agenda de los actores políticos” (Martínez Garza/González Macías/Miranda Villanueva, 2015: 750). Dicha agenda suele ser marcada como pauta dominante por Televisa, caracterizada por el sistemático encubrimiento o la estigmatización de los actores sociales protagonistas de la protesta. “La cantidad y el tiempo que se les destina a los actores del sistema social evidencia una gran inequidad en la presentación que se hace de estas personas, ya que mientras participan de una vasta información cuando se trata de los actores vinculados con el ámbito político, a quienes participan de las situaciones sociales se les relega a un tercer o hasta

un cuarto segmento en los informativos. La diferencia en el tratamiento que se hace de los distintos actores del sistema social, denota una falta de diversidad en los contenidos de la televisión mexicana, situación que se reafirmó mediante la aplicación del *Índice de Gini* (*IG*= 0.58)" (Martínez Garza et al., 2015: 759). Esta lógica la hemos comprobado empíricamente en el caso del alzamiento zapatista de Chiapas (Sierra, 1997), las matanzas de Acteal o las movilizaciones de Oaxaca iniciadas con motivo del plantón magisterial (Gravante, 2016). Así por ejemplo, "la investigadora Margarita Zires analizó la noticia de Televisa del 25 de noviembre de 2006, tras una gran manifestación, y concluyó que a través de la lógica narrativa y de interpretación de la realidad, el espacio informativo ha construido la representación de los miembros de la APPO como *vándalos incendiarios*, como *los delincuentes* y a las fuerzas federales como *las fuerzas del orden legítimo*" (Rovira, 2013: 50).

El deterioro social y el incremento de la represión en todo México por el agravamiento de la crisis económica han favorecido, como resultado, en los últimos años, una polarización entre la realidad del proceso de militarización, y la violencia indiscriminada por parte de las élites y los aparatos del Estado, y la realidad narrada en los informativos y medios de referencia. La contradicción entre la versión dominante en los medios y la realidad vivida por la mayoría de la población ha derivado, como resultado, en una crisis de confianza del canal de las estrellas (Televisa) y la búsqueda de mayor control informativo con el consiguiente ocultamiento y legitimación del terrorismo de Estado que se viene desencadenando contra las organizaciones civiles, los partidos de la oposición y las cooperativas y movimientos populares opuestos a la política contrainsurgente del modelo de desarrollo salinista que actualmente representa el presidente Peña Nieto. Pese a la crisis de confianza en el Estado y su aparato ideológico, la influencia del duopolio mediático sigue no obstante siendo dominante. Ello es posible por el alto nivel de concentración que ha marcado la historia del país bajo el dominio de unas pocas manos como la familia Azcárraga. "En México, Televisa acapara con sus tres cadenas nacionales 66% de las 465 concesiones, tiene 52% de las audiencias y concentra 70% de la publicidad en pantalla comercial. TV Azteca tiene 28% de las concesiones, 21% de la audiencia y 25% de la publicidad. Entre ambas cuentan con el 90% de las audiencias en televisión" (Rovira, 2013: 39).

La historia de la televisión en México, al igual que en Brasil, ha estado marcada por la relación simbiótica y la alianza entre poder político-económico y poder mediático, constituyendo un verdadero duopolio por el que la mayoría absoluta de la población depende de un marco restringido de información:

> "La concentración de la industria de los medios de comunicación audiovisual en tan solo dos instituciones, ha sido una de las críticas más recurrentes que se le han hecho al sistema político mexicano, sobre

todo, por la incidencia que durante mucho tiempo han tenido las televisoras en la vida democrática del país. En México, no obstante la confianza que sus habitantes han depositado en los informativos de televisión, la concentración que existe de este mercado podría estar obrando en su contra, sobre todo, al participarles de una visión sesgada de la realidad, como lo han señalado previamente algunos autores, quienes consideran que bajo las condiciones señaladas, los medios no pueden contribuir al fortalecimiento de la democracia (…) La concentración bajo la que se desenvuelve el mercado de la televisión mexicana, es un factor que de una u otra forma impacta en el contenido informativos al que accede la mayoría de los habitantes del país y las políticas editoriales que finalmente asuman, repercutirá en la visión que tengan los televidentes de este país sobre la realidad nacional. La parcialidad en el manejo de la información es uno de los aspectos más cuestionados, ya que contraviene el principio de la diversidad, desde donde se pretende describir la realidad en su complejidad" (Martínez Garza et al, 2015: 752).

Así, las denuncias regulares de organismos como Amnistía Internacional por la sistemática violación de los derechos humanos en estados como Oaxaca o Guerrero, y el propio territorio de Chiapas, no han tenido la cobertura de los *medios mainstream*, al hacerse únicamente eco, siguiendo su dependencia estructural del sistema de Partido-Estado, de las fuentes militares o, en segundo término, de responsables de alto nivel de la Secretaría de Defensa y de la Secretaría de Gobernación. La existencia multiplicada y profusa de casos y denuncias particulares –que harían fácil cualquier investigación periodística -, han quedado habitualmente relegadas a las redes marginales de algunos medios de contrainformación comunitarios y a escasos – pero importantes - medios independientes como La Jornada o Proceso, en medio de la clamorosa y crítica situación de los derechos humanos en el país que incluso afecta a los propios profesionales de la información. Las amenazas, la impunidad y la persecución contra periodistas es hoy una norma en el estado de excepción permanente que vive el país. "En México, las amenazas, la violencia y la persecución contra los profesionales de la información son una constante diaria, y una efectiva herramienta para silenciar a aquellos que reportan sobre temas de corrupción o crimen organizado. México se ha convertido, según varias organizaciones nacionales e internacionales acreditadas, en uno de los países más peligrosos del mundo para realizar labores periodísticas" (Arribas, 2016: 39). Sin embargo, la prensa internacional alerta de problemas de libertad de expresión en países que han propugnado políticas nacionales de comunicación para democratizar el radioespectro electrónico. El

libro recientemente editado por el profesor Bernardo Díaz Nosty en la Cátedra UNESCO de Málaga pone en evidencia tales contradicciones.

Una lectura atenta a su informe y diagnóstico sobre la situación de los periodistas en la región debería llevar a otras conclusiones bien distintas a las que nos tienen acostumbrados los voceros oficiales de la "prensa libre", pero no cabe esperar que los guardianes de la libertad procuren denunciar la violación a los derechos humanos en procesos golpistas como los que ha vivido la región. Antes bien, aprovechando el papel preponderante de instituciones como la OEA, esta ha sido una pauta o lógica sistemática con el beneplácito de los grandes grupos oligopólicos de comunicación.

Volviendo al caso de México, la operatividad del modelo de propaganda es más que evidente. En lo que va de sexenio de Peña Nieto, el gobierno mexicano, lejos de atender los justos reclamos sociales de la población, ha venido tratando de ocultar los casos más graves de corrupción en alianza con Televisa, al tiempo que desviaba recursos del Estado al principal monopolio mediático del país. Por otra parte, desde el inicio de la legislatura, la política gubernamental se ha caracterizado por un incremento notable de la militarización, un fortalecimiento inusual de los sistemas de orden público, un incremento de la lucha contrainsurgente, el hostigamiento contra dirigentes sociales y defensores de los derechos humanos, y el ataque sistemático contra la principal fuerza opositora emergente, MORENA, y su líder, Andrés Manuel López Obrador. Tal y como demuestra el análisis de contenido de los principales noticieros de Televisa y TV Azteca, existe un claro dominio de la agenda pública de las autoridades gubernamentales, beneficiados como fuentes en la sobrerrepresentación que de ellos hacen los medios del duopolio televisivo. "De ellas, el Gobierno Federal se erige como el actor principal de las notas periodísticas; ya que el 37% de las mismas tiene como su principal fuente de información a alguno de sus miembros. Muy por debajo se encuentran el Poder Legislativo y los gobiernos estatales, con 17% y 14% respectivamente. Aunado a lo anterior, el origen político de los personajes presentes en los contenidos analizados también refuerza esta situación. Y es que el 72.7% son miembros del Partido Revolucionario Institucional, 19.2% del Partido Acción Nacional y apenas el 7% del Partido de la Revolución Democrática. Esta ausencia de la diversidad de voces se ve reforzada en su correspondiente aplicación del *Índice Gini*, cuyo resultado apunta hacia una clara falta de equidad en los contenidos (0.58 en el caso de los actores políticos y 0.80 para los partidos" (Martínez Garza et. al, 2015: 760).

Oculta a la opinión pública nacional continúa mientras tanto la acción político-militar del gobierno siguiendo el guión prescrito de la guerra de baja intensidad para aterrorizar a la población campesina en medio de un clima extendido de inseguridad y represión generalizada, sin precedentes en la historia de México, considerado hoy por algunos un Estado fallido. Como parodia el film *La dictadura perfecta*, la rutina productiva de los medios de información tiende a centrar

la atención de las audiencias en otros temas, supuestamente de mayor interés. Así por ejemplo, en 2012, la empresa monopólica Televisa alcanzó un protagonismo indiscutible como escenario de construcción de la figura del candidato priísta. Peña Nieto y la principal televisora del país sellaron entonces una alianza que se mantiene incólume, con algunas brechas, hasta ahora (Gómez, 2010). La matanza de jóvenes normalistas en Ayotzinapa, en 2014, significó, sin duda, un duro golpe para la imagen del Presidente: la opinión pública, asoció la falta de justicia con su inacción. Pero, en lo esencial, los márgenes de la cobertura evitaron confrontar las causas en el origen de esta política de terror desplegada por el Estado contra los sectores subalternos.

Siguiendo al pie de la letra los manuales no explícitos al uso en materia de contrainsurgencia, el ejército mexicano, asesorado en sus operaciones por el Pentágono y las fuerzas operativas especiales de la CIA, prosigue de este modo con la destrucción y acoso sistemático a las poblaciones civiles mientras todo conocimiento revelador de esta lógica de la devastación o destrucción creativa es descalificado como invención, propia de las teorías de la conspiración, pese a las evidencias ilustradas y las continuidades existentes en el modo de operar de los *medios dominantes en el país,* verdaderos aparatos ideológicos del proceso de acumulación, aún por procedimientos atentatorios al propio derecho a la vida, que sufre la población del país.

CONCLUSIONES

Pensar la comunicación desde América Latina en épocas como la actual, marcada por los conflictos asimétricos y las guerras encubiertas, constituye sin duda, para la investigación en comunicación, más que un ejercicio intelectual de coyuntura o simple tarea de análisis empírico de estudios de caso como los presentados. En tanto que práctica teórica, se trata de una responsabilidad y un compromiso estratégico en favor de la democracia y los Derechos Humanos. Los estudios sobre propaganda de guerra y la cobertura informativa de conflictos no tienen, sin embargo, en el campo académico latinoamericano, la tradición que mereciera, considerando la importancia que han adquirido algunos procesos en países como Chile y Colombia, o tragedias como las guerras civiles en regiones como Centroamérica.

De hecho, una de las primeras lecciones de los acontecimientos de la posguerra fría es que la consecuencia del proyecto totalitario de control de la comunicación ha sido el sistemático ocultamiento de este proceso de dominio. Merced a este silenciamiento de la prensa internacional, proyectos como "Iniciativa Andina" o "Nuevos Horizontes" han venido ampliando la guerra de baja intensidad y contrainsurgente a lo largo y ancho de Sudamérica, concentrando en México, Venezuela, Perú y Colombia las inversiones millonarias en armamento,

efectivos militares y programas de guerra psicológica. En muchos casos, la ayuda de EE.UU. a estos países era presentada como asistencia humanitaria o entrenamiento militar contra la droga.

Un análisis pormenorizado de los hechos, coberturas, tiempos y procesos vividos en golpes como el de Brasil dan cuenta, sin embargo, de una dinámica y aplicación integrada de esfuerzos totalizadores a nivel político, social, económico, comunicativo y psicológico en favor de los intereses económicos y goeopolíticos dominantes. Así, una definición preliminar o tentativa de los golpes mediáticos podría ser la de aquella estrategia basada en el arte y la ciencia de utilización del poder político, económico, psicológico y militar, incluyendo el recurso a la policía y las fuerzas internas de seguridad, dirigida a evitar o revertir un proceso de transformación social contrario a los intereses geopolíticos estadounidenses y las élites locales. Más que de guerra contrarrevolucionaria podríamos hablar de un "clima de guerra total" que afecta al conjunto de la población y que se desarrolla de manera permanente a través de diversas formas de guerra sucia, siempre a condición de que la opinión pública, es decir, los medios de comunicación, no estén informados y divulguen las pequeñas escaramuzas en favor de los intereses dominantes, tal y como se observa en Venezuela.

La globalización mediática favorece este tipo de injerencias e intervencionismo al facilitar una cobertura políticamente correcta por la concentración de la industria en las últimas décadas, a la vez que se integra, de acuerdo a los lineamientos estratégicos, la cobertura con otras acciones políticas y sociales que inciden en el curso y positivo desempeño de la intervención. El dominio estadounidense sobre las comunicaciones y la cultura de masas, junto con el liderazgo tecnológico en el ámbito de las telecomunicaciones y la industria militar, garantiza la concentración de poder global que mantiene la Casa Blanca en la región garantizando la capacidad de intervención y reversión de procesos como el nuevo regionalismo latinoamericano desfavorable a sus intereses.

En este escenario, hay que situar la experiencia obtenida por el alto mando estadounidense en conflictos como el de Haití, al diseñar su estrategia de guerra informativa. Conviene por lo mismo pensar los golpes blandos y la doctrina político-militar de la sociedad-red planetaria de acuerdo a la concepción caótica y amenazadora del sistema internacional como un discurso o panoplia argumental que favorece la centralización del poder (de una estructura bipolar a un modelo de concentración monolítico) continuando con la misma estrategia que, años antes, los halcones del Pentágono proyectaran a todo el mundo, insistiendo en su popular idea del desorden mundial en el Tercer Mundo.

Así, la guerra de la información en nuestro tiempo debe ser entendida, en un sentido amplio, como todo programa de apoyo diplomático, económico y militar que se otorga a un gobierno atacado por fuerzas insurgentes o a una fuerza insurgente que pretende liberarse de un gobierno adverso. Esto es, tal estrategia militar

y propagandística es válida tanto para reprimir los movimientos populares en Colombia como para promover un golpe de Estado en Venezuela. Y hoy se aplica en América Latina con especial intensidad para impedir lo que los estrategas estadounidenses consideran un triángulo radical de consecuencias imprevisibles para sus intereses: la emergencia de movimientos populares de amplia base nacional, la insurgencia indígena y el auge además de gobiernos de izquierda en países como Bolivia, Ecuador o, probablemente muy pronto, en México.

La genealogía de este modelo de dominio imperialista se puede rastrear desde el golpe promovido en Chile, siguiendo las tesis de la doctrina del shock analizada por Naomi Klein, o, como hemos argumentado, desde la revolución conservadora de la era Reagan y su proyecto neoliberal. Claro que mucho antes, en Guatemala, Colombia, la propia Venezuela, o Perú, han sido numerosos los procesos de injerencia, las políticas de extensión del terror y el recurso a campañas de ilustres ciudadanos Kane, como desde el siglo XIX sucediera con la guerra de Cuba. En todos los casos, los medios, como explica el modelo de análisis institucional de Chomsky y Herman, juegan un papel clave para avalar ante la opinión pública las estrategias de intervención, sea en el plano regional o mundial. "Alejados del análisis y la serena reflexión, los medios de difusión existen principalmente para cumplir la misión que les indique el gobierno y no para producir un correctivo o expresar disconformidad. Los medios de difusión son, en resumen, una extensión de la guerra" (Chomsky, 1999: 123). Más aún, la información ya es la guerra. La información es el brazo armado invisible del nuevo imperialismo estadounidense en su estrategia de agresión a los "enemigos ocultos que amenazan la paz la democracia en el mundo" a través de sus actividades criminales y desestabilizadoras. Así, "si primero los media de la guerra fría nos escenificaron u apocalíptico "peligro soviético" sistemáticamente inflado (como lo prueban estudios americanos recientes), para justificar el enorme desarrollo de las fuerzas militares de EE.UU. Después le siguió el "peligro amarillo". Después Irak y su "cuarto ejército del mundo": Actualmente, el que amenazaría a Occidente sería todo el Tercer Mundo" (Collon, 1999: 378).

El propio discurso periodístico de los medios de información ha popularizado incluso el objetico de la seguridad nacional como prioritario por encima de otros aspectos reguladores como el control de los monopolios o el libre acceso y democratización de las redes de comunicación pública. No en vano, la cultura paranoica de seguridad nacional, tan común a las políticas editoriales de los medios impresos y audiovisuales norteamericanos, coincide con la extensión de la ideología del control social en la agenda política occidental y en medios del área de influencia de Estados Unidos. La cuestión es considerar a qué resultado lleva este modelo o matriz hegemónica de mediación social de la información de actualidad.

BIBLIOGRAFÍA

ACOSTA, Marina y DEMIRDJIAN, Silvia (2015). *Construir poder. Peña Nieto y los medios mexicanos*. Buenos Aires: UBA.

AGUIRRE, M. y MATHEWS, R. (1989). *Guerras de baja intensidad*, Madrid: Fundamentos.

ALEGRE, Luis (Ed.) (2002). *Periodismo y crimen. EL caso Venezuela 11-04-2002.* Guipúzcoa: Hiru.

ALEXANDRE, L. (1988). *The Voice of America : from latente to the Reagan doctrine*, Norwood : Abblex.

ARRIBAS, Amaia (2016): "Ser o no ser periodista en México" en Infoamérica, número 10, pp.39-49.

ARVIDE, Isabel (1994). *Crónica de una Guerra anunciada.* México: Grupo Editorial Siete.

BARNETT, F. y LORD, C. (Eds.) (1989). *Political Warfare and Psychological Operations. Rethinking US Approach*, Washington : National Defense University Press.

BECKER, Jörg (2004): "Contributions by the Media to Crisis Prevention and Conflict Settlement" en *Conflict and Communication Online*, 3, (1/2).

_______ (2005). *Communication and conflict, studies in International Relations.* New Delhi: Concept Publishing Company.

BREHAM, Sandra (1993): "Global surveillance, media policies and civil liberty", en Media Development, Vol. XL, WACC.

BROWN, M.C. (1996). *The Revolution in Military Affairs: The Information Dimension*. UA: AFCEA.

BRZEZINSKI, Zbigniew (1998). *El gran tablero mundial. La supremacía estadounidense y sus imperativos geoestratégicos*. Barcelona: Paidós.

CASADO, F. (2015). *Antiperiodistas. Confesiones de las agresiones mediáticas contra Venezuela*. Madrid: Ediciones Akal.

CHOMSKY, Noam (1988). *Estados Unidos y terrorismo internacional.* México:

UAMX.

_______ (1990). *Los guardianes de la libertad*, Barcelona: Crítica.

_______ (1992*). Ilusiones necesarias: control del pensamiento en las sociedades*

democráticas. Madrid: Libertarias.

_______(1996). *El nuevo orden mundial (y el viejo).* Barcelona: Crítica.

_______(1999). *The New Military Humanism: Lessons from Kosovo.* Monroe ME: Common Conrage Press.

_______(2000). *Actos de agresión*. Barcelona: Crítica.

_______(2001). *Estados canallas: el imperio de la fuerza en los asuntos mundiales*. Barcelona: Paidós.

COHEN, Stanley and Jack Young (Eds.) (1973). *The Manufacture of News: Social Problems, Deviance and Mass Media*, London: Constable.

COHEN, Joshua y ROGERS, Joel (1993): "El pensamiento social de Noam Chomsky" en Voces y Culturas, número 5-I Semestre, Barcelona.

COLLON, Michel (1995). ¡Ojo con los media! Guipúzcoa: Hiru.

COLLON, Michel (1999). *El juego de la mentira. Las grandes potencias, Yugoslavia, la OTAN y las próximas guerras*. Guipúzcoa: Hiru.

COLLON, Michel (2000). *Monopoly. La OTAN y la conquista del mundo*. Donostia: Hiru.

COLLON, Michel; James PETRAS y otros (2002). *La guerra global ha comenzado.* Guipúzcoa: Hiru.

CONTRERAS, Fernando y Francisco SIERRA (Eds.) (2004). *Culturas de guerra. Medios de información y violencia simbólica*. Madrid: Cátedra.

DIAS MARTINS, Mónica (2016): "*Democracy and Popular Rebellion in Contemporary Brazil*" en Journal of Developing Societies 32, 4 (2016): 362–381

DÍAZ, A.; PÉREZ MERLOS, D.; MANDUJANO, G. y QUIÑONES. I. T. (2015): "Un drama social en el Estado: el caso Ayotzinapa" en *Onteaiken* 19 (mayo).

DOCUMENTO DE SANTA FE II (1989): "Una estrategia para América Latina" en *Revista Contrarios*, 2, pp. 158-185.

ELIASCHEV, J.R. (1981). *Reagan, USA, los años ochenta*, México : Folios Ediciones.

ERICSON, Richard; Patricia Baranek and Janet Chan (1989). *Negotiating Control: A Study of News Sources*, Toronto: University of Toronto Press.

EUDES, Y. (1984). *La colonización de las conciencias. Las centrales USA de exportación cultural*, México: Gustavo Gili.

FERNÁNDEZ CHRISTLIEB, Fátima (1982). *Los medios de difusión masiva en México*. México: Juan Pablos Editor.

GIFFARD, A. y RIVANBURGH, N. (2000): "New Agencies, national images and global media events" en *Journalism and Mass Communication Quaterly*, 77 (1), pp. 8-21.

GÓMEZ, Rodrigo (2010): "La concentración en el mercado de la televisión restringida en México" en *Comunicación y Sociedad* 14 (julio-diciembre) Pp. 109-142.

GRAVANTE, Tommaso (2016). *Cuando la gente toma la palabra. Medios digitales y cambio social en la insurgencia de Oaxaca*. Quito: CIESPAL.

HARRIS, Phil (1999): "Communication and Global Security: The Challenge for the Next Millennium". En GOLDING, Peter y HARRIS, Phil (Eds), Beyond Cultural *Imperialism Globalization, Communication and the new international order*. Londres: Sage.

HERMAN, E. (1982): *The Real Terror Network: Terrorism in Fact and Propaganda*, Boston: South End Press.

HERMAN, E. (1995): *Triumph of the Image: Essays on Economics, Politics and the Media*, Boston: South End Press.

HERMAN, E. (1996): "Postmodernism Triumphs", en Z Magazine, Enero: 15-17.

HERMAN, E. (1998): "El modelo de propaganda revisitado" en Voces y Culturas, número 14-II Semestre, Barcelona.

HERMAN, E. (1999): *The Myth of the Liberal Media: An Edward Herman Reader*, New York: Peter Lang.

KLARE, Michael y Peter KORNBLUCH (Coords.) (1999). *Contrainsurgencia, proinsurgencia y antiterrorismo en los 80: el arte de la guerra de baja intensidad*. México: CNCA/Grijalbo.

KLEIN, Naomi (2007). *La doctrina del shock*, Barcelona: Paidós.

LOPEZ y RIVAS, Gilberto (1995). *Nación y pueblos indios en el neoliberalismo.* México: UIA/Plaza y Valdés.

LORD, Carnes y Frank BARNETT (Ed.) (1989). *Political Warfare and Psychological Operations Rethinking the US Approach*. Washington, D.C: National Defense University Press/National Strategy Information Center, Inc.

MARTÍNEZ GARZA, F. J.; GONZÁLEZ MACÍAS, R.A.; MIRANDA VILLANUEVA, O.M. (2015): “Actores políticos y sociales de los telediarios. Una tarea pendientes de las televisoras mexicanas” en Revista Latina de Comunicación Social, número 70, pp.750-764.

MATOS, Carolina (2012): “Media Democratization in Brazil. Achievements and Future Challenges”, en Critical Sociology, 38 (6), 863-876.

McLAURIN, R.D. (Ed.) (1982) : *Military Propaganda. Psychological Warfare and Operations*, Nueva York : Praeger.

MEZT, S. (1994): “Previendo el futuro: el Ejército y los conflictos en países anárquicos”, en Military Review, septiembre-octubre.

MEYER, William (1988). *Transnational media and third world development: the structure and impact of imperialism*. Nueva York: Greenwood Press.

MILES, S. (1988). *La verdadera guerra: un conflicto de baja intensidad*, México : CLEE.

ODRIOZOLA, Goizeder (2002). Los cuatro ejes de la conspiración contra la revolución bolivariana. *Resumen Latinoamericano*, s/f.

ORLANDO, Rocío (2012). *Medios privados y nuevos gobiernos en Ecuador y Argentina*. Quito: FLACSO.

PETRAS, James (2000). *Las estrategias del imperio: los EE.UU. y América Latina*. Guipúzcoa: Hiru.

PRITCHARD, Kenneth (1999): “El Ejército y las operaciones cívico-militares en el siglo XXI” en *Military Review*, (enero-febrero).

QUIRÓS, Fernando y SIERRA, Francisco (Dirs.) (2001): *Globalización, comunicación y democracia. Crítica de la Economía Política de la Comunicación y la Cultura*, Sevilla: Comunicación Social Ediciones.

RAMONET, Ignacio (2002). *Guerras del siglo XXI: nuevos miedos, nuevas amenazas*. Barcelona: Mondadori.

ROITMANN, M. (1989): “El Documento de Santa Fe en el contexto de la política de los Estados Unidos”, en Revista Contrarios, número 2, Madrid.

ROVIRA, Guiomar (2013): “Activismo mediático y criminalización de la protesta: medios y movimientos sociales en México” en Convergencia 61, Enero-Abril, pp. 35-60.

SADER, Emir (Org.) (2016). *O Brasil que queremos*. Rio de Janeiro: UERJ.

SELSER, G. (1988). *El Documento de Santa Fe, Reagan y los Derechos Humanos*, México : Alpa Corral.

_______ (1982). *Reagan entre El Salvador y Las Malvinas*, México : Mex-Sur.

_______ (1983). *Honduras, República alquilada*. México: Mex-Sur.

_______ (1984). *Informe Kissinger contra Centroamérica*. México: El Día.

SIERRA, Francisco (1992). Culpables (…un años después). *Mundo Obrero*, 6, pp. 11-13.

_______ (1994). México, año cero. *Mundo Obrero,* 36.

_______ (1995). México, La revolución pendiente. *Iniciativa Socialista*, 34, pp. 42-45.

_______ (Coord.) (1997). *Comunicación e Insurgencia. La información y la*

propaganda en la guerra de Chiapas. Guipúzcoa: Hiru.

_______ (1999). *Elementos de Teoría de la Información*. Sevilla: MAD.

_______(1999): “Propaganda y Nuevo Orden Mundial”. *Historia y Comunicación Social*, 4, pp.199-215.

_______(2000): “Guerra informativa y sociedad televigilada: el discurso de la nueva doctrina de seguridad pública”. *Voces y Culturas*, 15 (I Semestre), pp. 89-100.

_______ (2002). *Los profesionales del silencio: la información y la guerra en la doctrina de EE.UU*. Guipúzcoa: Hiru.

(Ed.) (2016). *Golpes mediáticos. Teoría y análisis de casos en América Latina*. Quito: CIESPAL.

TAVARES, Frederico de Mello; BERGER, Christa; VAZ, Paulo Bernardo (2016): "Um golpe anunciado: Lula, Dilma e o discurso pró-impeachment na revista VEJA" en Revista Pauta Geral. Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, vol. 3, n. 2, p.20 -44, Jul/Dez.

TAYLOR, Philip (1998). *War and the Media Propaganda and Persuasion in the Gulf War*. Nueva York: Manchester University Press.

TREJO DELABRE, Raúl (1994). *Chiapas: La comunicación enmascarada. Los medios y el pasamontañas*. México: Diana.

WACQUANT, Loïc (1999): "La ideología de la seguridad. Una tormenta represiva que llega de Estados Unidos" en *Le Monde Diplomatique*, (abril), pp. 12-13.

YOUNG, Peter (Ed.) (1992). *Defence and the Media in Time of Limited War*. Portland: Fran Cass.

MANCHETES

Olímpio Cruz Neto[1]

Muitas críticas foram feitas aos governos Lula e Dilma pela indolência de ambos no tratamento à grande imprensa brasileira. Setores da esquerda e dos movimentos populares, não sem razão, reclamam que não houve um esforço dos petistas para democratizar a mídia nacional e, com isso, reduzir a força do poder econômico e sua influência na sociedade. A concentração dos meios de comunicação nas mãos de cinco famílias no Brasil é caso único em todo o mundo. Só isso justifica o êxito dos jornalões e revistas na operação de guerra montada para a construção do ambiente antigoverno que resultou no impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

Lamentavelmente, é preciso reconhecer que os governos petistas erraram ao minimizar o debate sobre a concentração da mídia no país. Mas é preciso esclarecer que esse mesmo debate foi interditado inclusive pelo principal operador do impeachment – e artífice do golpe de Estado –, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). No lance estratégico mais ousado em sua gloriosa ascensão ao poder, Cunha chegou à Presidência da Câmara dos Deputados fechando um acordo com as organizações Globo, prometendo barrar qualquer tipo de debate sobre regulação econômica da mídia, como chegou a ensaiar o governo Dilma. Em troca, o correntista da Suíça foi esquecido pelos repórteres investigativos.

É isso que explica porque Cunha, um operador e lobista habilidoso, que tratou intimamente dos mais variados interesses de grupos privados em Brasília, conseguiu chegar ao coração do Legislativo, mesmo tendo uma ficha corrida conhecida, desde pelo menos os últimos 25 anos, pelos principais repórteres investigativos do país. Desde sua chegada à Telerj, ainda no governo Collor, no início dos anos 90, até quando começou a deslizar pelo Salão Verde da Câmara, amealhando apoios de parlamentares, financiando e intermediando diretamente doações para campanhas eleitorais, cada redação de jornal do país tinha informações sobre sua

1 Olímpio Cruz Neto, 51 anos, foi repórter do *Jornal do Brasil, Folha de S.Paulo, Zero Hora, Correio Braziliense* e *O Globo*. Ex-secretário de imprensa do governo Dilma Rousseff, foi um dos coordenadores da campanha de reeleição da presidente da República e atuou como assessor de imprensa dela durante o processo de impeachment.

conduta moral. Mas, para atrapalhar e atazanar o governo do PT, ninguém se sentiu incomodado em fazer vistas grossas.

A ofensiva midiática que culminou no golpe de Estado em 2016 começou antes mesmo da reeleição da presidente Dilma Rousseff. O baronato da imprensa nacional não poupou esforços para desgastar os governos populares de Lula e Dilma ao longo dos anos. Valeu de tudo. De mentiras deslavadas até o "eles sabiam da corrupção", passando pelas estórias de dinheiro sujo, conversas forjadas, boatos, histórias sobre amantes de Lula, regalias da família de Dilma, roubo de objetos do Palácio da Alvorada, intrigas, fofocas, tentativas de suicídio... Nunca, em toda a história do país, a imprensa teve um comportamento tão abjeto e desprezível.

E, curiosamente, nunca o baronato da mídia ganhou tanto dinheiro do governo federal como nas duas administrações do PT. A gestão de Dilma, tão combatida pela mídia brasileira, foi mais do que generosa com os veículos de comunicação. O governo federal e as empresas estatais investiram, entre 2011 e 2015, nada menos que R$ 10,5 bilhões em verbas de publicidade nos veículos de televisão, rádios, revistas, portais de internet e cinema. Imagine se tivesse fechado os cofres para emissoras como a TV Globo, que tem entre seus principais anunciantes, ainda hoje, a Petrobrás, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Eletrobrás. Ainda assim, nunca se viu uma imprensa tão hostil a um chefe de Estado.

A guerra de guerrilha contra Lula e Dilma chegou a níveis insuportáveis até mesmo para a mídia nativa, com editores esquecendo-se o que apregoam os manuais de jornalismo. O jogo levou os jornalões e revistas a lances inacreditáveis. Da construção de fantasias – o ouro cubano, o dinheiro das FARCs, as contas de Lula no exterior, a ficha falsa de Dilma, o envelope com 200 mil dólares numa gaveta do Planalto – até mesmo a aposta contra eventos fundamentais para a consolidação da imagem do Brasil no exterior, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas do Rio.

Antes mesmo da bola rolar num gramado brasileiro, no campeonato mundial de futebol, a mídia nativa se esmerou em traçar cenários trágicos para o maior evento esportivo do futebol mundial. Do atraso na entrega dos estádios – *Veja* chegou a fazer uma previsão de que algumas arenas ficariam prontas somente em 2024 – até o destaque em manchete para a opinião de jogadores estrangeiros de que o país não estava pronto para sediar a Copa, como Valdívia disse à *Folha* em fevereiro de 2014, valeu de tudo para antecipar o fracasso que viria com a Copa do Mundo.

Nem mesmo o fato de a Rede Globo de Televisão se beneficiar diretamente com a realização da Copa no país, com faturamento estimado em R$ 3 bilhões só com o patrocínio e mais outro tanto pela venda exclusiva das imagens dos jogos para outros países, numa escala de audiência planetária jamais alcançado pelo país em qualquer outro momento de sua história, nada foi capaz de deter a emissora. A Globo foi a primeira a engrossar o coro dos descontentes, não deixando

de reforçar quaisquer rumores de ameaças, alardeando-as com destaque, mesmo diante do improvável, como os surtos de epidemias de dengue que poderiam afugentar turistas estrangeiros. O complexo de vira-lata virou um mantra permanente.

Na cobertura das atividades do governo e do Congresso, a regra foi superdimensionar qualquer episódio que pudesse provocar o desgaste na imagem do governo do PT, mesmo aqueles pouco relevantes, como o caso Lina Vieira, ainda em 2009, quando a *Folha* divulgou que a então ministra da Casa Civil do governo Lula, a indicada para a sua sucessão, teria pressionado indevidamente a secretária da Receita Federal sobre uma investigação envolvendo um filho do então senador José Sarney (PMDB-AP). Valia tudo para manter o leitor ou o telespectador em estado permanente de frenesi, diante da exasperada verdade que o país passava por grave "crise política" – um clichê repetido *ad nauseam* por comentaristas políticos de tevês.

O leitor atento deve se lembrar pouco de qualquer um dos episódios citados, ainda mais tendo em vista que, desde a ascensão de Michel Temer à Presidência da República, toda e qualquer denúncia passou a ser um episódio menor, sem grande impacto depois que malas de dinheiro com meio milhão de dólares passaram a ser a cara do governo que iria pacificar o país e varrer a corrupção da nossa história. O show de hipocrisia da mídia nacional permanece como regra, mesmo depois de uma série de delações (seguidas de provas concretas: malas de dinheiro, apartamentos de dinheiro...) atingirem em cheio o governo mais antipopular da história moderna do país.

Imagine se Dilma ou Lula tivessem no primeiro escalão do governo algo como oito ministros denunciados no esquema da Lava Jato? Qual seria a atitude da mídia? Ou se o líder do governo Lula no Senado fosse gravado dizendo que era preciso parar a investigação de corrupção e acabar com a sangria? E se descobríssemos que a saída de Dilma era para construir um acordão "com Supremo, com tudo" e paralisar as investigações?

Ora, Lula foi impedido de ser ministro da Casa Civil de Dilma, por estar sendo investigado, mas ninguém se lembra que Wellington Moreira Franco, o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, encontra-se na mesma situação. E daí? Nem a procuradora-geral da República e nem a presidente do Supremo Tribunal Federal parecem muito preocupadas com este episódio. O foro privilegiado pode para um, mas não para outro. *Delenda est Lula!*

Imagine se, no governo de Dilma Rousseff, um de seus assessores presidenciais mais próximos fosse flagrado correndo com uma mala cheia de dinheiro? Estaria preso por tempo indeterminado, ou em casa, com uma tornozeleira eletrônica? E se um ex-ministro de Dilma fosse flagrado escondendo R$ 51 milhões em seu apartamento na Bahia? O que seria da presidente da República? Ficaria no Palácio do Planalto despachando sem ser incomodada com as perguntas

inconvenientes dos repórteres? Ou estaria nas emissoras de tevê, dando entrevistas para apresentadores, como Sílvio Santos e Amaury Júnior, sem ser confrontada pelas denúncias de corrupção?

Nunca, na história da imprensa brasileira, as redações estiveram tão ressentidas do jornalismo. As opções feitas pelos aquários – os comandos das redações – parecem ser encampadas por parte do "reportariado" sem que princípios básicos na apuração sejam mais perseguidos: 1) ouvir o outro lado; 2) ligar no início da apuração e não quando a reportagem está para ser publicada; 3) checar e rechecar as versões. Estas parecem medidas que qualquer estudante de comunicação aprende na faculdade. Mas tais lições estão sendo esquecidas dentro das redações. O mais grave: não há controle de danos ou supervisão editorial no acompanhamento das denúncias. Entre fatos e versões, publiquem-se as versões, mesmo que elas colidam com os fatos.

Tome-se as revistas de informação e faça um passeio pelas capas das três principais semanais do país entre janeiro de 2014 e setembro de 2016, quando Dilma foi afastada em definitivo da Presidência da República. A revista *Veja* publicou neste intervalo 123 edições, das quais 76 foram críticas ao governo e ao PT. Dessas 123 edições, 25 mencionavam Dilma na capa ou a citavam diretamente. Algumas edições são incríveis, vistas hoje, como a de 18 de novembro de 2015, sobre "o Plano Temer". Ou a de 22 de julho de 2015, em que Eduardo Cunha denuncia "os aloprados do Planalto". E até mesmo aquela capa de 15 de outubro de 2014, que apontava Aécio Neves como "o fator surpresa" das eleições presidenciais, parece um conto de fadas perto das conversas em que Aécio é flagrado pedindo dinheiro para Joesley Batista.

Um fato é inquestionável. Dilma não mereceu nenhuma capa neutra ou positiva naquele ano de 2014 de *Veja*, que cedeu espaço até para Marina Silva e Eduardo Campos falarem sobre seus planos de governo. Pelo contrário. Antes do segundo turno, Dilma foi alvo da famosa capa "Eles sabiam de tudo". Ali, na semana definitiva da disputa presidencial, a Editora Abril tentou um último lance, no esforço de mexer com os ânimos do eleitorado para esquentar uma versão de que a presidente da República e Luiz Inácio Lula da Silva sabiam de todos os esquemas de corrupção na Petrobrás.

Neste mesmo período, a revista *Época* trouxe 68 capas com críticas ao governo, dando destaque para Dilma na primeira página em apenas 14 delas. Numa análise ponderada, a semanal da editora Globo optou por bater forte em Lula e no PT e pouco em Dilma. Mas, reconheça-se, foi a única a dar uma capa favorável à presidente em 27 de outubro de 2014, ao destacar uma foto de Dilma sorrindo e sua declaração após a vitória na corrida presidencial: "Estou disposta ao diálogo". A trégua, contudo, ficou por ali mesmo. Pelo menos por parte das organizações Globo.

Na sequência, os ataques de *Época* ao governo subiram o tom, até chegar ao ex-marido da presidente, o advogado trabalhista Carlos Araújo, que ganhou

capa na edição de 16 de janeiro de 2016 como um dos suspeitos a entrar na mira da Lava Jato. Tudo porque, supostamente, ele teria recorrido a um empreiteiro. Araújo morreu em 12 de agosto de 2017 sem ter sido denunciado formalmente pelos procuradores da República. A denúncia parecia plausível para a revista *Época*, ainda que jamais tenha sequer surgido formalmente em qualquer depoimento de investigados perante a Justiça. Ao inimigo, os cães da mídia.

Mas, de todas as semanais, a que extravasou qualquer limite do razoável foi a revista da Editora Três. Das 120 edições publicadas pela revista *IstoÉ*, entre janeiro de 2014 e setembro de 2016, 72 tinham críticas diretas a Dilma, Lula ou ao governo do PT. Deste total, 35 edições citavam nominalmente Dilma ou tinham o rosto da presidente da República estampando a capa. A revista praticou "jornalismo de guerra" contra Dilma, atacando impiedosamente a sua honra, taxando-a de maluca sem meias palavras e pintando a sua imagem como a de uma bruxa insana.

Entre 2 de março e 29 de abril de 2016, justamente no período em que o *impeachment* ganhou celeridade na Câmara dos Deputados e o país pegou fogo com panelaços, protestos e apupos contra Dilma e o governo do PT, *IstoÉ* dedicou nada menos que dez capas ininterruptas contra a imagem da presidente da República. Uma sequência impressionante, porque entre fatos e versões, a revista não teve dúvidas em ficar com as versões. De preferência aquelas que poderiam assassinar a reputação da presidente da República.

Algumas das 35 edições de *IstoÉ* são inacreditáveis, como a de 3 de junho de 2016, que supostamente detalha "as ordens" de Dilma a Marcelo Odebrecht para que este realizasse os pagamentos via caixa dois de despesas da campanha de 2014. Ou a edição de 6 de abril de 2016, que retrata a presidente como uma temperamental descontrolada, acometida de explosões nervosas, dadas a ataques extremos, oscilando entre a euforia e a depressão. A repórter Débora Bergamasco, autora da matéria, jamais procurou a assessoria de imprensa de Dilma, num esforço para ao menos aparentar um equilíbrio na apuração, ainda que isso fosse mera formalidade.

Na capa de 15 de julho de 2016, *IstoÉ* trouxe nova "denúncia" (sic) contra Dilma. Reportagem mostrava que a filha e os netos da presidente usavam indevidamente a segurança da Presidência da República em Porto Alegre, passeando de carro blindado pelas ruas de Porto Alegre. Mais uma vez, os repórteres nem se deram ao luxo de procurar a assessoria de imprensa de Dilma, ignorando as explicações de que não se tratava de privilégio, mas de determinação legal cumprida pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República. Afinal, se era para bater na presidente, valia de tudo.

A maior afronta, contudo, foi ao leitor, porque a Justiça deu ganho de causa à Dilma, que ganhou o direito de resposta por conta de duas edições, mas até hoje aguarda que a decisão seja cumprida e as respostas, publicadas. Nesse meio tempo, toda sorte de ataques continuou movendo a imprensa, presenteada pelas

fontes do Ministério Público Federal e pela Polícia Federal com informações seletivas vazadas de maneira deliberada, oblíqua e manipulada.

Durante o período do afastamento de Dilma, em pelo menos dois episódios, o afã de repórteres em atacá-la ignorou novamente os preceitos básicos do jornalismo. A primeira ocorreu em 3 de junho de 2016, quando Merval Pereira publicou o artigo “Na conta da Petrobras”, apontando que procuradores da Lava Jato tinham em mãos uma denúncia que era uma bomba contra Dilma. Supostamente, os procuradores da República detinham as provas de que despesas pessoais da presidente foram custeadas pelo esquema da Petrobras. Mais particularmente, as despesas com cabeleireiro Celso Kamura.

O Globo deu a seguinte manchete: “Esquema da Petrobras pagou despesas pessoais de Dilma”. Para dar verossimilhança ao que parecia um boato, Merval Pereira escreveu que as informações constavam em mensagens trocadas “em uma rede de e-mails do Gmail que não era rastreável, pois as mensagens ficavam sempre numa nuvem de dados, sem serem enviadas”. Ou seja, a prova era uma mensagem de rascunho não encaminhada ao destinatário, porque jamais foi enviada. Era lida na nuvem e esquecida ali mesmo. Uma história sem pé nem cabeça. Apesar disso, ou exatamente por isso, Merval Pereira jamais procurou a assessoria de imprensa de Dilma. Simplesmente publicou a história que ouviu. O resto da imprensa fez alarde.

Em outro episódio risível, mas igualmente preocupante, o jornalista Jorge Bastos Moreno, em 6 de agosto de 2016, voltou sua metralhadora contra Dilma Rousseff, ao publicar uma nota em sua coluna apontando que “o patrimônio do Palácio estava sendo dilapidado”. Plantada por Geddel Vieira Lima, a nota informava que o governo Temer acabara de fazer o primeiro levantamento parcial do patrimônio deixado pelos governos Lula e Dilma, com a ajuda do TCU e do Itamaraty. “O TCU identificou a ausência de cinco mil itens, entre os quais, seis obras de arte valiosíssimas”, escreveu Moreno.

Ele destacou que o Itamaraty descobriu que pelo menos 700 presentes recebidos de governos estrangeiros deixaram de ser registrados. Para fazer graça e maldade, Moreno mandou esta: *“Entre esses presentes não listados deve estar o cervo de porcelana que Dilma ganhou do governo búlgaro e que é um dos símbolos da fauna daquele país, onde nasceu seu pai. (...) Esta coluna denunciou o sumiço do objeto, e o palácio até hoje não descobriu quem levou o veado do gabinete da Dilma”.*

A nota maldosa não passou batida e a assessoria de imprensa confrontou o colunista com a informação de que não havia objetos desaparecidos, todos estavam catalogados, apesar da posição do TCU e do Itamaraty. E, sobre o “veado do gabinete de Dilma”, ele não só não estava desaparecido, como estava no Alvorada. Uma foto do objeto ao lado da edição do jornal daquele mesmo dia fazia a correção. Por fim, a nota da assessoria lamentava a conduta de Moreno, lembrando

que a praxe no jornalismo é buscar ouvir o outro lado para os esclarecimentos necessários antes de publicar uma notícia.

Irritado com a nota de esclarecimento da assessoria de Dilma, Moreno não se conteve e cometeu outra, na semana seguinte, cruel e amarga, intitulada "Assessor tira cervo do armário". Sem meias palavras, o colunista, que viria a morrer em junho de 2017, ataca: *"O veadinho da Dilma estava dentro de um armário no Alvorada, entre tantos outros objetos pessoais da presidente. O presente chegou a ficar por uns dias no gabinete da presidente. Só que o assessor não sabe é que o sumiço do veadinho foi denunciado, na época, por seus próprios antecessores no cargo"*.

Eis o que se tornou a praxe na cobertura política dos jornalistas de Brasília: intrigas, fofocas e leviandades. Para denunciar o desparecimento de objetos pessoais que integram o acervo da Presidência da República, o diretor de relações institucionais do Grupo Globo se valeu de uma blague sacana para insinuar que sob o nariz de Dilma, presentes foram roubados da residência oficial. Como lutar contra este nível de jornalismo? Que espécie de jornalista sério se esquece do trabalho de checar uma informação como esta? Uma denúncia grave! Por que tal conduta passou a ser o padrão nas redações?

O comportamento da mídia e sua relação com o poder parece reforçar a percepção de que a verdade está escondida em algum lugar. Mas a verdade não está lá fora. Ela está na maneira como os próprios profissionais se deixam levar pela onda do denuncismo a qualquer preço. Tome-se, por exemplo, a entrega do grampo da conversa entre Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva, em 16 de março de 2016. Este é um episódio decisivo para o desfecho do golpe parlamentar que apeou a presidente do poder. Sua divulgação, autorizada pelo juiz Sérgio Moro, ocorreu no mesmo dia, horas depois em que a conversa entre Lula e Dilma se deu. Uma violação da lei.

A Globonews teve acesso em primeira mão ao trecho da conversa, divulgada no meio da tarde por fontes da Polícia Federal, que primeiro passaram a transcrição da conversa e, em seguida, os trechos do áudio. Na conversa, Dilma e Lula tratam da posse do ex-presidente na chefia da Casa Civil, para a cerimônia que ocorreria no dia seguinte. Dilma explica que estava enviando um emissário para colher a assinatura de Lula para a posse, caso ele não pudesse comparecer em razão da saúde pessoal da mulher, Marisa Letícia da Silva. Uma conversa amena. Sem maiores revelações. Transformou-se numa arma política contra a administração de Dilma e inviabilizou a entrada de Lula no governo.

Um detalhes curioso: o grampo parece ter sido feito de dentro do Planalto, porque a conversa intercepta o diálogo entre a secretaria da presidente e o Ajudante de Ordens de Lula, antes dos dois petistas conversarem. No que parece ter sido obra da NSA ou de uma agência de espionagem especializada em grampos – a PF jamais conseguiu repetir o feito de divulgar uma conversa entre suspeitos ou criminosos no mesmo dia que foi realizada – o grampo serviu para tumultuar

o que parecia ser uma articulação que daria fôlego ao governo Dilma para se recuperar do desgaste permanente a que vinha sendo submetido desde o início de 2014. Naquele mesmo dia, uma horda de manifestantes foi para a frente do Palácio do Planalto para protestar contra o governo.

No dia seguinte, Lula tomou posse, mas sua permanência no cargo jamais se tornou possível ou viável. O ministro Gilmar Mendes imediatamente suspendeu a nomeação e Dilma perdeu para sempre a possibilidade de colocar o maior líder político do país dentro do governo para atuar como articulador. O vazamento criminoso cometido por Sérgio Moro não lhe valeu nenhuma reprimenda, a ilegalidade da medida jamais foi confrontada pelo Supremo Tribunal Federal.

O episódio delimitou o início da derrocada do governo Dilma. Protestos explodiram nas ruas do país, a mídia aumentou o tom crítico em relação ao governo e a bancada governista começou a se esfarelar. Estava aberto o caminho para o golpe. E ele veio. Em 12 de maio de 2016, o Senado aprovou o afastamento da presidente. Ela jamais voltou a pisar no Palácio do Planalto.

MERCADO

Francisco Fonseca[1]

Este artigo objetiva analisar a relação entre o que se chama genericamente de "mercado" com a grande mídia comercial (que também é parte do mercado) tendo em vista a intensa articulação entre ambos no processo de desestabilização político/ideológica que levou ao golpe de Estado desfechado em 12 de maio de 2016.

Para tanto, é fundamental desmistificar o significado tanto de "mercado" como de "mídia" – assim como suas derivações, tais como, respectivamente, "competição" e "opinião pública" –, uma vez que, embora tais conceitos sejam polissêmicos, são objeto de intensa disputa ideológica. No período que precedeu o golpe, cuja terminologia "impeachment" ocultou a desestabilização político/ideológica e os objetivos do golpe de Estado, deu-se a predominância da narrativa da "corrupção sistêmica", do "despreparo para governar", da "crise econômica derivada exclusivamente de ações governamentais", da "insatisfação indiscriminada" e do "caos generalizado". Tudo isso teria sido produzido pelo Partido dos Trabalhadores em seus treze anos de governo, particularmente no segundo governo Dilma, que apenas se iniciara.

Nenhum fator estrutural foi invocado pela grande mídia comercial como forma de analisar o sentido de "crise" que, dessa forma, fora simplificado e vulgarizado. Um exemplo crucial refere-se à dinâmica vinculada ao sistema partidário, caso da instabilidade provocada pela necessidade de amplas "coalizões partidárias" e sobretudo pela figura-síntese do deputado Eduardo Cunha que, em aliança com o vice-presidente reeleito, Michel Temer, tramou a desestabilização política antes da eleição. Sua ascensão à presidência da Câmara de Deputados foi o ponto de culminância de um amplo processo de financiamento empresarial coordenado por Cunha e Temer, e financiado vigorosamente por uma cepa de empresários (nacionais e estrangeiros), que objetivavam impor a agenda neoliberal derrotada nas últimas quatro eleições[2]. Como se sabe, essa agenda não tem

---

1 Professor de Ciência Política na FGV/Eaesp e na PUC/SP.

2 A doutrina/ideologia neoliberal pode ser compreendida como a revisão, a partir do século XX, do liberalismo clássico. Seus pressupostos e objetivos são mais "radicais" do que seu antecessor, na medida em que a chamada "liberdade de mercado" se sobrepõe às liberdades civis e políticas. Daí o apoio ostensivo de intelectuais e instituições neoliberais a governos autoritários, caso clássico

apoio popular por ser vinculada aos interesses empresariais em detrimento dos direitos dos trabalhadores; é, portanto, pouco atrativa eleitoralmente[3]. Já na arena econômica, outro fator crucial devidamente desconsiderado diz respeito aos efeitos, ainda vigentes, do crash de 2008.

Quanto ao conceito de "mercado" e suas apropriações, trata-se de construção histórica secular que articula no mínimo dois personagens: os que querem/precisam vender e os que querem/precisam comprar serviços ou objetos. Contudo, tais personagens, seus arranjos e configurações não são os mesmos ao longo dos séculos. No mundo contemporâneo, e particularmente no Brasil no momento do golpe, o que se denominou como "mercado" nada mais é do que o grande Capital financeiro (rentismo) e as grandes corporações, notadamente "transnacionais", que atuaram de forma conjugada[4]. Em outras palavras, embora a retórica e o universo imagético predominante – da grande mídia, dos intelectuais orgânicos do Capital, da simbologia do "pato" da Fiesp, e da construção artificial e inverídica de "caos" – apontassem para a "aversão do mercado" ao governo Dilma, trata-se de aversão de um setor muito específico capitaneado pelo rentismo[5].

---

do Chile de Pinochet e, nesse momento histórico, do Brasil sob Temer. É nesse sentido que o programa neoliberal do PMDB, intitulado "Uma ponte para o futuro", publicado em 2015 e diretriz preparatória do golpe, pode ser compreendido: http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf.

Devido à radicalidade – no sentido de ir fundo aos pressupostos conservadores, antissociais e pró-Capital – prefiro denominar tal ideologia de "ultraliberal". Ver FONSECA (2005).

3 Na atual quadra do capitalismo, vinculado ao modelo flexível de acumulação e interconectado internacionalmente, a lógica das democracias (legitimidade pelo voto da maioria) torna-se empecilho à dinâmica do Capital. É nesse sentido que a obra de Naomi Klein contribui para compreender os golpes de Estado civis (parlamentares, judiciários, midiáticos, das elites, mas também os militares), na maior parte das vezes com "formalidades legais" (caso do Brasil) que, contudo, apenas enevoam o cenário político/institucional com vistas a legitimar-se. O livro (2007) e também o documentário (2009: https://www.youtube.com/watch?v=Y4p6MvwpUeo) "A Doutrina do Choque", da referida autora, comprova que a "terapia do choque" é receituário para solucionar o "caos" produzido por governos de esquerda ou outros não condizentes ao ultraliberalismo. As terapias de choque são, portanto, diversas, mas obedecem à mesma lógica.

4 O "mercado" historicamente esteve fortemente articulado ao Estado: a história do capitalismo é a história da imbricação entre Estado e Capital. Ver POLANYI (2001). No golpe de Estado, o papel do Governo dos EUA, conforme se sabe dos documentos vazados pelo wikileaks e sobretudo por Edward Snowden, demonstram claramente tanto o conhecimento das potencialidades geoeconômicas e geopolíticas brasileiras (pré-sal, infraestrutura pública e privada, entre outras) como dos planos de expansão de sua economia política: atuação pública e privada, articuladas, na América Latina e na África, no contexto de uma política exterior vigorosamente autônoma. Tudo indica, portanto, que Estado e empresários dos EUA tiveram participação ativa no golpe de 2016 no Brasil.

5 Em 2012 ocorreu, pelo Governo de Dilma Rousseff, oposição vigorosa aos juros altos. Trata-se de importante fenda aberta em seu governo na grande coalização (política e de classes sociais) advinda desde os Governos Lula: a ampla e contraditória aliança que recobria dos miseráveis aos

Logo, as capas dos jornais e revistas, as manchetes dos telejornais e dos grandes portais da internet e os destaques das rádios – todos privados, comerciais, vigorosamente concentrados em poucas mãos e atuantes de forma absolutamente coordenada – foram uníssonos à construção e reprodução de uma versão fatalística e unidirecional dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais[6].

A versão ostensivamente veiculada de que "o mercado quer", o "mercado rejeita", o "mercado apoia", sempre no singular, não apenas é falsa, uma vez que no nível micro os interesses dos agentes privados não necessariamente são confluentes, como a mídia rigorosamente reverberou os interesses do grande Capital, e não do conjunto dos agentes econômicos, e nem mesmo dos pequenos e médios produtores. Mais que isso, por "mercado" igualmente se entende, no universo da trabalhista brasileiro, um sem-número de prestadores de serviços, artificialmente intitulados "pessoa jurídica (PJ)", "microempreendedores individuais (MEI)", "autônomos" individualizados, entre outros, que claramente não estiveram representados pela retórica "do" mercado.

Pode-se afirmar que a desregulamentação e mesmo a derrogação das leis trabalhistas foi o elemento central catalisador dos interesses dos proprietários dos mais diversos tipos, motivo pelo qual os fez aderir, em larga medida, ao golpe de Estado. Nesse sentido, o apoio à chamada "reforma trabalhista" – que, na prática, destitui a Consolidação das Leis do Trabalho – deu-se fundamentalmente pelos setores empresariais, mesmo os pequenos. Mas, para além dessa confluência, jamais houve consenso quanto ao "impeachment", o que apenas confirma o papel do "consenso forjado", portanto artificialmente fabricado, que teve a seguinte articulação:

> Juizado de 1ª. Instância de Curitiba + Ministério Público Federal + Setores dos Ministérios Públicos estaduais (notadamente os de São Paulo e Distrito Federal) + Polícia Federal + setores majoritários do Supremo Tribunal Federal + grande Capital (nacional e internacional sintetizado pela Fiesp) + classes médias superiores mobilizadas (e organizadas por movimentos financiados por partidos de direita e por empresários nacionais e estrangeiros, caso do Movimento Brasil Livre, entre outros) + grande parte do sistema partidário, capitanea-

---

ricos, notadamente os rentistas. Para esses, os governos petistas teriam deixado de ser confiáveis ao grande Capital financeiro dado o combate aos juros. Possivelmente esse, sem desconsiderar outros, foi fator decisivo à desestabilização como estratégia do golpismo.

6 Embora infinitamente inferior em número, alcance e audiência, é importante destacar o papel da chamada imprensa alternativa: revistas/jornais e rádios (e mesmo a TVT, TV dos Trabalhadores), mas sobretudo portais, blogs e fóruns da internet que, ao lado das redes sociais, têm trazido informações e análises vigorosamente distintas da grande mídia, o que implica interpretação dos acontecimentos sob outros ângulos.

> dos pelo PMDB e pelo PSDB + grande mídia comercial, em todas as modalidades.

Esse modelo implica articulação, coordenação, sintonia, direção político/ideológica e ações concretas entre agentes públicos (juízes, promotores, policiais federais, ministros do STF, políticos e autoridades) e privados: empresários; investidores, alguns deles "ocultos", tais como os "irmãos Koch" e Jorge Paulo Lemann; think tanks, tais como o Instituto Millenium; jornalistas e sobretudo proprietários dos meios de comunicação; "lideranças" empresariais vocalizadoras do discurso da "modernização liberal" e da "anti-política" (caso do movimento "Escola Sem Partido"); entre outros. Daí a criação do "Partido Novo" e da introdução das palavras "livre" e mesmo "direita" (como o movimento "Endireita Brasil"), todos fortemente conservadores, elitistas e autointitulados "liberais"[7]. Como consequência, críticas aos direitos e garantias sociais – por meio de retórica vulgarizada da "indolência ao trabalho" – e valorização descontextualizada da "meritocracia", do "esforço individual" e das vantagens do "livre mercado" foram exaustivamente mobilizadas por esse conjunto de atores.

É importante ressaltar que setores judiciais do Estado abasteceram vigorosa, e muitas vezes secretamente, os grandes meios de comunicação com informações, notadamente "vazamentos", cujo objetivo era pré-julgar e consequentemente condenar sem provas lideranças políticas específicas, sobretudo os principais membros do Partido dos Trabalhadores e do Governo Federal por ele então governado: o ex-presidente Lula e vários nomes de proa do partido e do governo tiveram suas reputações rigorosamente linchadas publicamente. Ilações, indícios, suposições, interpretações e convicções foram utilizados como se fossem provas cabais de culpa. Tudo isso abasteceu largamente, como mananciais, os meios de comunicação, o que implicou aliança espúria entre setores estatais e setores privados privilegiados[8].

Elementos tragicômicos, que simbolicamente sintetizam esse processo, estiveram presentes em todo o processo de desestabilização, notadamente institucional, do golpe: a histeria da advogada Janaína Paschoal; a fragilidade abissal das peças jurídicas; o contorcionismo retórico acusatório tanto dos parlamentares como da mídia; o espetáculo trágico da votação do impeachment por parlamentares acusados e indiciados por um sem-número de crimes que, contudo, votaram pela destituição da presidente eleita em nome "da ética, da família e do Brasil"; as classes médias superiores e elites que foram às ruas pró-impeachment

---

7 Os atores concretos aqui citados são apenas exemplificações, pois há muitos outros que atuaram em prol do golpe, participando ativamente do processo de desestabilização.

8 Ressalte-se a estreita ligação da Operação Lavajato com o Departamento de Estado, a Justiça e a "visão sobre corrupção" dos EUA.

e expressaram um rol impressionante de preconceitos, violência simbólica e incapacidade analítica elementar; figuras histriônicas, como a atriz Regina Duarte, o ator pornô Alexandre Frota, os militantes (supostas "lideranças liberais") Kim Kataguiri e Fernando Holiday, o ideólogo (dublê de jornalista) Merval Pereira, o suposto empresário Paulo Skaf e "seu pato", as classes médias autoretratadas com Policiais Militares, a imagem simbólica do boneco "Pixuleco" versus a incrível preservação por esses grupos de classe média de figuras cujas provas são de corrupção são cabais, tais como Aécio Neves e Eduardo Cunha[9].

Ressalte-se que um vigoroso circuito público/privado desestabilizou, dessa forma, o Governo Dilma, desfechando o golpe. Especificamente quanto aos setores judiciários, comportaram-se como portadores da "verdade absoluta", "verdade" essa amparada na "teoria do domínio do fato", que dispensa provas concretas em nome de indícios: o *powerpoint* do promotor Daltan Dallagnol com acusações supostamente sistêmicas de corrupção ao ex-presidente Lula, para além de caricatura inadmissível e irresponsável de um servidor público, é expressão sintética do domínio da "convicção", tomada como "fato", sobre qualquer prova[10]. Da mesma forma, a impressionante seletividade de investigações, ao lado da ostensiva destruição – por meio da interpretação das leis ao sabor dos interesses – do Direito Constitucional, do Código Penal e do Código do Processo Penal, sem contar os atentados perpetrados aos acordos de Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário, tornou o Poder Judiciário um "partido político" (no sentido gramsciano) com subseções federais e estaduais[11]. Os exemplos do Supremo Tribunal Federal

---

9 Esses, entre outros grupos, foram apelidados por grupos progressistas de "midiotas", isto é, a contração entre mídia e idiotia, tal a incapacidade analítica a respeito dos fenômenos políticos no sentido da crença pia nas "informações" da mídia. É importante observar, contudo, que esses grupos são possuidores de alta renda e educação formal superior, o que implicaria, em tese, acesso a meios de comunicação alternativos e capacidade analítica. Teria havido, portanto, enorme desconexão entre cognição/possibilidade de acesso a meios alternativos de informações e a absoluta crença "midiótica" na grande imprensa.

10 Essa teoria "jurídica", altamente contestável, foi utilizada originalmente no Brasil no chamado "julgamento do mensalão" (título que a mídia tratou de "patentear"). Tanto a tese como esse julgamento iniciaram a articulação público/privado na perspectiva condenatória e punitiva do Partido dos Trabalhadores e de outros poucos setores partidários minoritários, tendo inaugurado a condenação "do sistema político" por meios jurídicos. Portanto, "mensalão" e "lavajato" são duas faces da mesma articulação público/privada, em que setores do mercado e da grande mídia foram protagonistas centrais.

11 Segundo Gramsci, certas instituições, em determinados momentos históricos, atuam como representantes de grupos sociais orgânicos, mesmo que não o sejam originalmente. O Poder Judiciário no Brasil, da desestabilização ao golpe de Estado, tem atuado como "partido político" a serviço de dois senhores, que são as duas faces da mesma moeda: as elites locais, o que inclui o PSDB e os detentores do grande Capital, e o Capital internacional (notadamente financeiro, rentista) que ocupa papel central na economia brasileira desde a desnacionalização levada a cabo por Collor de Mello, e continuada por FHC. Sob Temer, trata-se do terceiro momento de liberalização, desnacionaliza-

e do Ministério Público são marcantes. Nesse sentido, reitere-se que setores predominantes do Poder Judiciário, ao lado da grande mídia e dos grandes partidos golpistas (PSDB e PMDB), vocalizam os interesses do grande capital internacional/nacional, notadamente rentista: o "mercado", para eles.

Esse conjunto de fenômenos, articulados, implicaram progressiva e vigorosa destruição do Estado de Direito Democrático, processo que continua se desenrolando, uma vez que: delações premiadas tornaram-se moeda de troca (em mais de um sentido) e pressão política/policial semelhantes às ditaduras[12]; conduções coercitivas de políticos e de empresários que tiveram relações com os governos petistas têm sido efetuadas ao arrepio da lei e sem qualquer necessidade, incluindo-se jornalistas independentes, blogueiros, militantes e potencialmente todos os que se opõem politicamente à Operação Lavajato; investigações seletivas (que implicam deixar de fora os "amigos e aliados") permanecem como prática impune, assim como vazamentos seletivos de áudios, filmes e documentos à grande mídia[13]; as ações das Polícias Militares, a mando de governadores que participaram do golpe, como os do PSDB, por exemplo, têm sido rigorosamente à margem da lei no tocante à repressão aos movimentos sociais e a grupos de esquerda; a condenação liminar, prévia, de pessoas (Lula, José Dirceu, dentre um sem-número

---

ção, desindustrialização, desestatização e financeirização da economia brasileira, com o agravante de as medidas serem autoritárias devido à tomada do poder pela via do golpe, que se sustenta pela maioria parlamentar, pela proteção do Poder Judiciário, pelo apoio da mídia comercial e do grande Capital nacional e internacional. Desenvolvi o argumento da politização e partidarização do Poder Judiciário no artigo "O Poder Judiciário como partido político": https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-poder-judiciario-como-partido-politico/4/37601

12 De acordo com Rodrigo Tacla Durán, ex-advogado da Odebrechet, atualmente asilado na Espanha, haveria compra de delações premiadas pela assim chamada "República de Curitiba". Ele tem dado informações, nomes, situações e provas contundentes sobre as "moedas de troca" da Lavajato em torno das delações premiadas. Tornou-se brutal incômodo para a Lavajato, particularmente o juiz Sérgio Moro, a ponto desta ter solicitado sua extradição e prisão no Brasil, decisão negada pela Justiça espanhola. Entre inúmeras notícias a respeito, destaque-se o vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=VbpGh3AkCrE. Note-se que, segundo várias interpretações, as informações que tem sido prestadas por Durán seriam suficientes para encerrar a Operação Lavajato e processar vários de seus personagens.

13 É fundamental ressaltar que o Sistema Globo de Comunicação está implicada na Operação Lavajato em razão de denúncias dos jornalistas internacionais independentes por meio dos chamados "Panamá Papers". O caso do "triplex de Paraty", de propriedade da família Marinho, mas em nome de "laranjas" para não pagar impostos, é pouco conhecido do grande público, e tem personagens atuantes em outros casos na Operação Lavajato. Em razão de ser essa rede de comunicação aliada estratégica da Operação Lavajato jamais foi investigada, como reza a lei. Entre inúmeras outras notícias veiculadas pela mídia alternativa – em contraposição à grande mídia –, veja-se a seguinte matéria: http://www.viomundo.com.br/denuncias/nosso-investigador-na-pista-da-agropecuaria-que-controla-a-mansao-dos-marinho-em-paraty-socia-estrangeira-dela-fechou-em-nevada-14-dias-depois-de-deflagrada-a-lava-jato.html.

de políticos tomados subliminar e ostensivamente como "inimigos") e instituições políticas (notadamente o Partido dos Trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores, o Instituto Lula, entre tantas outras organizações de defesa dos trabalhadores) pelo torniquete massacrante dos veículos da grande mídia, cuja atuação, reitere-se, deu-se de forma impressionantemente uníssona: a máxima de Goebbels foi aplicada como poucas vezes vistas na sociedade brasileira, isto é, a veiculação de um conjunto de mentiras, meias verdades, descontextualizações, distorções, inversões, falsificações, e também ocultações, ocorreu como se fosse a "rigorosa verdade". Para tanto, vozes "autorizadas" de pessoas escolhidas fundamentalmente em razão de sua confluência ao golpe, tais como "autoridades estatais", notadamente de setores do Judiciário comprometidos com o golpismo; "especialistas" da academia simpatizantes com o PSDB e/ou aderentes ao *status quo*; agentes do "mercado" (consultores, grandes empresários, investidores, gestores e representantes do grande Capital etc), em larga medida representantes do capital estrangeiro e portadores da retórica liberal. Em contraposição, vozes defensoras dos trabalhadores, dos pobres, dos excluídos e, do ponto de vista partidário (PT e partidos de esquerda) e dos movimentos sociais populares (MTST, MST, entre inúmeros outros) ou foram liminarmente excluídos ou sua participação foi ínfima, tanto em termos quantitativos como de sua importância nas "coberturas jornalísticas". Aqui, "mídia" e "mercado" (em sentido lato) nunca estiveram tão próximos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DE PESQUISA

ABRAMO, Perseu (2016). *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

ALENCAR, Jackson. (2012). *A ditadura continuada - fatos, factoides e partidarismo da imprensa na eleição de Dilma Rousseff.* São Paulo, Paulus.

AZEVEDO. Fernando A. (2017). *A grande imprensa e o PT (1989-2014).* São Carlos, EDUFScar.

BRUNHOFF, Suzanne de (1991). *A Hora do mercado: crítica do liberalismo.* São Paulo, Unesp.

COCKETT, Richard (1995). *Thinking the unthinkable – think-tanks and the economic counter-revolution, 1931-1983.* London, HarperCollins.

CRUZ, Sebastião V., KAYSEL, André e CODAS, Gustavo (orgs., 2015). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro.* São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

FONSECA, Francisco (2005). *O consenso forjado – a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo, Hucitec.

________________ (2010). *Mídia e poder: elementos conceituais e empíricos para o desenvolvimento da democracia brasileira* (Texto para Discussão n. 1509). Brasília, Ipea.

________________ (2011). *Liberalismo autoritário – discurso liberal e práxis autoritária na imprensa brasileira.* São Paulo, Hucitec.

FORRESTER, Viviane (1997). *O horror econômico.* São Paulo, Unesp.

GRAMSCI, Antonio (2000). *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (4 Vols.).

JINKINGS, Ivana, DORIA, Kim e CLETO, Murilo (orgs., 2016). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo, Boitempo.

KLEIN, Naomi (2007). *A Doutrina do choque e a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

PARSONS, Wayne (1990). *The Power of the Financial Press*. New Jersey, Rutgers University Press.

POLANYI, Karl (2001). *The Great Transformation – the political and economic origins of our time*. Boston, Beacon Press.

MISOGINIA

Eleonora Menicucci[1]
Júlia Martim[2]

A mídia brasileira não mudou. Comandada em todo o território nacional por poucas famílias, mantém um conteúdo voltado para a defesa dos interesses do capital, usando mecanismos capazes de envolver e incentivar o imaginário popular em grande escala. Foi esta mídia que apoiou a ditadura militar; e, nas primeiras eleições diretas para presidente pós-golpe de 1964, em 1989, a candidatura de Fernando Collor de Mello, editando o debate dele com o então candidato a presidente Luiz Inácio da Silva e reforçando notícias como a falsa denúncia de que Lula teria abandonado uma filha – tentativas escancaradas de manipular o resultado das eleições presidenciais daquele ano. Recentemente, a imprensa brasileira teve papel crucial na construção do Golpe de 2016. Trabalhou noite e dia para influenciar a opinião pública, usando um conteúdo sexista e misógino durante todo o período de gestão da presidenta Dilma Rousseff, da primeira posse, quando sobe a rampa do Planalto acompanhada de sua filha, ao afastamento pelo golpe.

Sabemos que com a chegada do governo petista, em 2003, a luta das mulheres pela igualdade entre os gêneros ganhou um novo marco histórico. A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, nos primeiros dias da gestão Lula, iniciou um novo ciclo de conquistas e direitos. Em 2011, a eleição de Dilma como primeira mulher presidenta do Brasil não só mostrou a continuidade deste ciclo como o fortaleceu.

A chegada de uma mulher ao mais alto cargo político do país, eleita pelo voto popular, representou um ataque a este sistema que tem o patriarcado em seu alicerce. Por ser esta mulher uma representante de um partido de esquerda e com uma história de luta em defesa da democracia e da classe trabalhadora, a imprensa não escondeu a dificuldade em aceitar que seria necessário adequar linguagens midiáticas e correr o risco de um fortalecimento do feminismo no país. Mesmo sem a necessária democratização da mídia, a imprensa precisou lidar com o impacto político e social de mulher no poder.

---

1 Socióloga, Profa titular Sênior da Escola Paulista de Medicina /UNIFESP.

2 Jornalista, colunista do Blog *O Cafezinho* e Presidenta do PT de Taubaté.

Logo no início, como medir o incômodo descomunal da mídia com o uso da palavra *presidenta* no correto feminino? Na época, foi dedicado um espaço além do comum para discutir se o termo usado por Dilma estava de acordo com a gramática ou se a presidenta, na verdade, não sabia empregar adequadamente a língua portuguesa em seus discursos. Seguindo a prática de uma sociedade machista, o primeiro passo da imprensa foi o de desqualificar Dilma, atrelando à imagem dela uma falsa incapacidade intelectual. "Se ela não sabe utilizar o português corretamente, como vai governar um país?". Mas Dilma foi além e publicou em 3 de abril de 2012 a lei 12.605, que "determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas". Trocando em miúdos, a palavra "presidenta" foi decretada lei. Instalou-se o alvoroço dos tais "formadores de opinião" em veículos de comunicação e nas redes sociais digitais. Dilma foi chamada de teimosa, de assassina do português e até de apelidos como "*presidAnta*", explicitando a intolerância sexista.

O discurso de incompetência foi divulgado amplamente, sempre relacionado ao que o sistema patriarcal entende como a incapacidade de uma mulher governar um país. Alguns veículos chegaram a insinuar que Dilma seria apenas um fantoche de Lula, que este seria de fato o homem à frente das decisões.

A tentativa de desqualificação seguiu-se a cada discurso de Dilma, a cada ação do governo, durante todo o primeiro mandato da presidenta. Estava pronto o terreno para a construção de um golpe que passaria necessariamente por atacar a imagem de Dilma enquanto mulher.

A ARQUITETURA MISÓGINA DO GOLPE

Um prato cheio para que a imprensa de todo país se deliciasse foi a violência sexual explícita contra a presidenta na abertura da Copa do Mundo em 2014, quando torcedores em sua maioria da elite branca, gritaram contra ela palavras de baixíssimo calão e de significado sexual – "Ei, Dilma VTNC". A imprensa, por sua vez, noticiou a manifestação de torcedores ricos e da direita como sendo a "voz do povo" que não estaria mais contente com a atuação da presidenta. Oportuno, já que 2014 também foi o ano das eleições presidenciais de Dilma contra Aécio Neves. Vale relembrar que esta mesma imprensa defendeu que Dilma não teria capacidade de preparar a infraestrutura necessária para receber um evento como a Copa do Mundo, inverdade que ficou clara na prática.

O caráter misógino deste golpe estava dado e podia ser visto a olhos nus em adesivos de carro, por exemplo. Distribuídos amplamente em meados do período eleitoral, simulavam o estupro da presidenta na entrada dos tanques de combustível dos veículos. Esta agressão foi a mais repugnante demonstração misógina deste período e até hoje ainda causa indignação.

Com tantos ataques à popularidade de Dilma nos níveis mais baixos que a mídia podia chegar, a reeleição com 54 milhões de votos foi uma frustração imensa para os representantes do capital. Para eles, a derrubada de um programa progressista já eram favas contadas.

Engolir mais quatro anos de um governo petista e de uma mulher como chefe de Estado estava fora de cogitação. A mídia escancarou sua relação com o capital de forma agressiva e violenta, empenhando-se na construção de um golpe que interrompesse um projeto de país voltado para a redução das desigualdades. Já na posse em 2015, a imprensa insistiu em repercutir negativamente até a roupa escolhida pela presidenta e ressaltar a beleza de Marcela Temer. As críticas assumiram o claro tom de que o lugar da mulher não era no poder e sim ao lado de um homem poderoso. A cada notícia, a imprensa brasileira construía a base para uma inconformidade coletiva no país com uma estratégia bem arquitetada entre os setores da elite presentes no Judiciário e no Parlamento.

O ódio e intolerância incentivados pela grande imprensa, que apoiava e divulgava toda e qualquer ação favorável a saída de Dilma do governo, dava cobertura ampla às manifestações de rua, popularizando o argumento raso de combate à corrupção que levou parte da população a apoiar este golpe.

Muitos ataques estavam voltados para a crítica das condições emocionais da presidenta. Mais uma característica clássica da cultura machista. Dizem do homem que mostra-se descontente com determinada situação que ele tem firmeza, rigidez, personalidade forte, sendo elogiado por ter uma postura firme de "macho". Já a mulher, assim como foi com a presidenta, é colocada como descontrolada, louca, histérica, sem condições emocionais, etc.

A capa da revista *Isto É* no início de abril de 2016 explicitou o machismo com tanta clareza que sequer pode ser considerada um produto jornalístico, inventando uma crise explosiva da presidenta. Ao estampar uma foto manipulada de Dilma com o título *"As explosões nervosas da presidente"*, trazendo relatos de uma única fonte nunca identificada, a revista afirmou, por conta própria, que Dilma não tinha condições emocionais para conduzir o país. Na reportagem "Presidente fora de si" diz que a Dilma sofreu "perda de condições emocionais", reforçando a ideia de mulheres destemperadas, sem controle emocional, vingativas e por isso completamente incapazes de conduzir qualquer espaço de comando. Este exemplo é, sem dúvida, uma agressão a todas as mulheres.

> Em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País. (Revista *IstoÉ*, abril, 2016).

Ainda sangram os ouvidos que acompanharam, em 16 de abril de 2016, a fatídica votação em que a Câmara dos Deputados aprovou o afastamento da presidenta Dilma. Foi muito mais que uma sessão vergonhosa e debochada, quando deputados e deputadas se manifestaram pelo sim em nome da família, da propriedade e da pátria. Parte considerável deles com envolvimento em esquemas de corrupção dos mais diversos, ousaram se pronunciar sem argumentos que dialogassem com as denúncias contra Dilma. Um exemplo do absurdo que pairou naquela votação está a homenagem à memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe e torturador do DOI-CODI de São Paulo, feita por Jair Bolsonaro durante a justificativa de voto: "Pela família, pela inocência das crianças [...] em homenagem ao Coronel Ustra, o pavor da Dilma Rousseff.", cometendo o crime de apologia à tortura, comemorando o fato de Dilma Rousseff ter sido sequestrada e torturada durante a ditadura militar. Tal demonstração de baixeza e falta de decoro político seria o suficiente para anular o resultado da sessão. O que não ocorreu, porque o golpe já estava em processo, independentemente de comprovação das acusações, pois elas interessavam muito pouco.

No dia 18 de abril, dois dias depois desta votação, a revista *Veja* mostrava ao público qual é o papel que cabe a mulher na visão misógina da imprensa brasileira. A reportagem *"Bela, recatada e do lar"* trazia Marcela Temer como uma mulher de sorte, por ter um marido que ainda lhe dá provas de paixão. O exemplo de Marcela foi usado na tentativa impor o conceito do "lugar certo da mulher", restrita ao campo doméstico e privado, nunca de um cargo público. Reforçando a responsabilidade da esposa com a família, a casa, os cuidados.

> "Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele)." (Revista *Veja*, 18 de abril - 2016)

O recado estava dado. Para uma imprensa com fortes conceitos patriarcais, a mensagem era para que mulheres se limitassem a parte que lhes cabe na sociedade para que não interfiram nos tidos "assuntos de homens" como economia, política e sociedade. Sabemos que, no caso do golpe contra Dilma, o machismo não foi o único fundamento. Mas não há dúvidas de que o fato de ser uma mulher foi sordidamente usado como estratégia de fragilização da imagem pública.

O ATAQUE SEXISTA NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Com todo este impulso midiático vindo de veículos tidos como fontes de credibilidade pelo grande público e que passaram a induzir a violência, as redes sociais digitais foram tomadas pelos discursos que dialogavam com este pensamento

machista e se sentiam à vontade para dizer coisas como "merece morrer", "merece ser torturada". Em tempos de construção do golpe, a mídia brasileira é parte responsável pelo crescimento das manifestações conservadoras e intolerantes, nas ruas ou na internet, pois estimulou em todas as oportunidades as críticas pautadas em questões comportamentais e não políticas. Não agiu sozinha, obviamente. Uma grande estrutura patrocinada por setores da elite, (indústria e candidatos derrotados da direita, por exemplo), também foi utilizada para criar um conteúdo rápido e de fácil absorção popular, mas com um direcionamento de ataque à imagem da Presidenta e do Partido dos Trabalhadores, de modo geral. Em outras palavras, não por mero acaso que os usuários das diversas redes sociais digitais propagaram massivamente um conteúdo machista. Este material foi construído estrategicamente por equipes empenhadas em garantir o golpe, com auxílio de robôs, perfis anônimos e falsos, capazes de utilizar os algoritmos virtuais a favor de determinadas ideias. Conseguiram, com isso, encontrar um público que demonstrou afinidade ideológica com esse discurso de intolerância e ódio e foram verdadeiros distribuidores desta mensagem. Um discurso de ódio que reflete a desigualdade, o preconceito e o patriarcado no país. A misoginia apareceu então como ferramenta de ataque à democracia, como argumento para ganhar a opinião dos conservadores contra um projeto progressista e de transformação do país.

Redes sociais tornaram-se um antro, com grande produção de memes que faziam referências a questões sexuais como, por exemplo, *"Dilma não transa, mas fode o Brasil todo"*, ou críticas como "*vaca*", "*puta*", "*vadia*", "*vagabunda*", que ainda estão presentes na internet e que não vemos serem usadas contra os homens na política.

A disseminação da discriminação e do ódio contra Dilma nas redes sociais aparece como forma de excluir mulheres dos processos políticos. Ao diminuir e ridicularizar mulheres, não apenas os espaços de poder institucional tendem a excluí-las, mas os espaços públicos de debate também acabam dominados por homens.

Por isso, entender o funcionamento desse pensamento misógino é também lutar pela democracia, é compreender como esse debate é usado para desconstruir um projeto muito maior, reunindo e fortalecendo pensamentos retrógrados a fim de justificar uma agenda de desmonte da democracia e da justiça no país.

A RESISTÊNCIA DAS MULHERES

A luta histórica das mulheres brasileiras pela igualdade de direitos avançou nos mais diversos contextos políticos nacionais ao longo das últimas décadas. Mulheres foram protagonistas na luta contra a ditadura civil militar, pela redemocratização e pela construção da Constituição Cidadã de 1988. Mulheres

organizadas nos mais diversos movimentos populares do país conquistaram avanços importantes, encarando de frente uma sociedade patriarcal e capitalista que reforça a divisão sexual do trabalho sem dar margem para uma sociedade democrática e livre de discriminações.

Com o golpe de 2016, a resistência das mulheres foi também histórica. Diariamente, em diversas cidades do país, mulheres foram (e continuam indo) para as ruas denunciando a misoginia deste golpe e o retrocesso que isso representa para a luta da igualdade de gêneros. O grito das mulheres pelo direito ao corpo, pela democracia, contra o assédio, entre outras bandeiras tomou o país.

A imprensa fez uma cobertura pífia e sempre que pôde criminalizou os movimentos feministas, apoiando os discursos machistas e fundamentalistas que, hipocritamente, se colocaram a "favor da vida". Quem defendeu a democracia era rapidamente apelidado, de forma pejorativa, de "gayzista" e "abortista", numa tentativa ignorante de distorcer as pautas dos movimentos sociais ligados à questão de gênero e sexualidade.

Mas guerreiras pelo país não se calaram. Ocuparam as ruas e também as redes sociais. A repercussão de algumas campanhas feministas no período do golpe foram tão fortes que nem mesmo a imprensa tradicional foi capaz de ignorar.

Ainda em 2015, na fase de construção do golpe, mulheres também ocuparam as ruas das principais cidades do país para denunciar Eduardo Cunha, que já estava até o pescoço com denúncias de envolvimento em corrupção, mas promovia uma verdadeira caça aos direitos das mulheres enquanto presidente da Câmara dos Deputados. Hashtags como #MeuCorpoMinhasRegras e #ForaCunha foram propagadas por mulheres de todo o país, fortalecendo um debate sempre tido como um verdadeiro tabu na sociedade: a descriminalização do aborto. As ações virtuais sempre eram acompanhadas de mobilizações populares fortes e bem organizadas pelos movimentos de mulheres.

Já em 2016, em resposta a já mencionada reportagem da revista *Veja*, milhares de mulheres responderam ao conceito de "Bela, recatada e do lar" na internet, com fotos de exaltavam a diversidade de mulheres brasileiras e os lugares ocupados por elas. Em casa sim, mas também nos bares, nas ruas, nas empresas, nos protestos, em debates, nas universidades e em qualquer lugar. A hashtag, em claro tom de crítica à reportagem machista, dominou todas as plataformas digitais e ficou entre as mais usadas do país, com a adesão inclusive de personalidades públicas como atrizes, por exemplo. A ação organizada de mulheres brasileiras nas redes denunciando o machismo da condução política do país não parou. Em tags como #NãoACulturaDoEstupro e #MeuAmigoSecreto, elas denunciaram a violência contra a mulher presente na sociedade como algo natural. Em defesa da Presidenta, outra tag que ganhou força foi a #MexeuComElaMexeuCominigo, protagonizada por mulheres que entenderam o golpe como um ataque a todas nós, não apenas à companheira Dilma.

A resistência feminina contra Golpe de 2016, contra a cultura do estupro (aqui o processo enfrentado pela ex-ministra Eleonora Menicucci contra Alexandro Frota, foi exemplar) e a violência contra a mulher se deu em proporções históricas, incentivando novas organizações de mulheres (como coletivos independentes, por exemplo) e reforçando a importância dos movimentos organizados já há mais tempo no país.

O MACHISMO DE UM GOVERNO ILEGÍTIMO

A imprensa brasileira faz parte da articulação de um golpe protagonizado por uma elite de homens brancos, declarados como heterossexuais e defensores de uma sociedade estruturada no patriarcado.

O reflexo que comprova isso é a foto da posse do ministério de Michel Temer, que chocou o país por não incluir nenhuma mulher ou pessoa negra, mas apenas homens brancos, em sua grande parte acusados de corrupção. Este grupo implantou a política do choque neoliberal com uma velocidade nunca vista, e deu início a um pacote de projetos que fortaleceram o sistema capitalista rentista em prejuízo à distribuição de renda e aos direitos humanos. Poderíamos listar cada retrocesso social que este governo ilegítimo trouxe ao país, mas vamos nos ater às questões que prejudicaram as mulheres e tiveram, para isso, um forte apoio midiático.

O próprio Michel Temer disse, sem constrangimento, qual o lugar que ele determinou para mulheres durante esta gestão. No pronunciamento em "homenagem" à mulher no dia 8 de março ele reforça que "*as mulheres podem ter grande participação na economia porque ninguém mais é capaz de indicar os desajustes de preços no supermercado do que a mulher*", além de reforçar a responsabilidade feminina de cuidado com a educação das crianças. Mais uma vez, o machismo do presidente golpista encontrou a resistência das mulheres brasileiras, que não se reconhecem nesta fala e não se sentem representadas por nenhuma política adotada durante a gestão do golpe.

Nos governos Lula e Dilma, um exemplo interessante é o perfil das matrículas do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), quando as mulheres responderam pela maioria das matrículas. Elas optaram, em grande número, não por aqueles conhecidos cursos para as mulheres - manicure, cabeleireira, costureira – e sim pelas profissões que lhes permitiriam trabalhar nas plataformas de petróleo, na direção de veículos pesados, mecânicas, eletricista, em profissões na construção civil e no conserto de produtos da indústria branca (geladeiras, máquinas).

Estas e outras políticas que tinham a mulher no protagonismo foram diariamente criminalizadas pela imprensa.

Merece destaque a aprovação da proposta de emenda à constituição que deu direitos trabalhistas claros às empregadas domésticas, que trabalhavam à margem da CLT. Esta categoria, formada por 90% de mulheres, em sua maioria negras e de baixa escolarização, passaram a ter registro em carteira, férias, 13º, entre outros direitos básicos. Foram avanços enormes e a maioria deles foi modificado, desestruturado ou paralisado. Programas interrompidos quase que integralmente pelo golpe. A mídia, quando não atrapalha atacando os programas petistas, atrapalha com o silêncio absoluto que não denuncia tais desmontes.

Mas, talvez um dos retrocessos mais caros para o direito da mulher seja a aprovação da contra reforma trabalhista, que anula conquistas históricas da classe trabalhadora, mas direciona algumas medidas mais duras especificamente às mulheres. Quão perversa pode ser uma reforma que permite mulheres grávidas ou que estejam amamentando a permanecerem em ambientes insalubres? Como medir o absurdo de uma legislação feita por homens que precifica o assédio sexual no ambiente de trabalho, criando uma tabela que torna mais barato assediar mulheres pobres? É quase uma mensagem aos homens assediadores: "Quando for assediar, prefira as que ganham menos que a gente te dá uma multa menorzinha, tá?". Esta atrocidade que ganhou o nome de reforma foi construída com a imprensa diariamente. Quantas matérias publicadas, ou televisionadas, disseram que esta era a única saída para reaquecer o mercado de trabalho e gerar empregos? Mesmo que este argumento não tenha nenhum fundamento, foi repetido milhares de vezes.

Outro ponto consolidado em 2017 foi no retrocesso da educação. A polêmica sobre a possibilidade de discutir gênero no ensino do país gerou uma explosão de manifestações intolerantes, machistas e homofóbicas nas redes sociais digitais, nas ruas e na mídia como um todo.

A versão golpista da nova Base Nacional Comum Curricular eliminou do texto todas as referências à gênero e orientação sexual. O governo fez isso sem nenhum questionamento crítico da grande imprensa, que apoiou o discurso da tradicional família brasileira e do projeto "Escola Sem Partido". Um retrocesso enorme nos direitos humanos e à educação brasileira como um todo.

Para dar andamento a um pacote de retirada de direitos, a proposta de uma reforma da Previdência, que representa o fortalecimento da previdência privada e o fim da aposentadoria para a maior parte da população do país, também foi construída com forte ataque às mulheres. Sem nenhuma relação com a realidade das trabalhadoras do país que já enfrentam jornadas de trabalho duplas ou até triplas, este projeto propõe furtar o direito da aposentadoria. A mídia mais uma vez apoia e contribui de forma sórdida a ideia no imaginário popular de que não é preciso descanso e que aguentamos com tranquilidade trabalhar até a morte. E assim será, caso este golpe siga seu curso sem interrupção.

Neta última etapa para consolidação do golpe neoliberal de 2016, as mulheres estiveram nas ruas de todo país defendendo a democracia e o direito do ex-presidente Lula se candidatar em 2018.

Encheram as ruas de Porto Alegre, depois de terem sido alvos de uma violência institucional quando, dentro da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a energia elétrica foi cortada. O tiro virou contra a culatra, fomos para a rua, milhões de mulheres, defendendo Lula. Onde estava a imprensa?

A mídia brasileira não mudou e nem vai mudar enquanto não houver clareza do que é a democratização dos meios de comunicação do país. Por isso, para toda a classe trabalhadora e principalmente para nós, mulheres, não há outra alternativa que não passe por uma resistência radical, nas ruas, nas redes sociais, na mídia alternativa de esquerda, na linha política dos movimentos e dos partidos. Estamos falando essencialmente em defender a democracia, o direito de mulheres e homens em escolher o programa de governo que estará a frente do país e que não se assemelha a esse projeto ilegítimo. A imprensa brasileira declarou guerra contra o direito das mulheres e é preciso reagir, sem tréguas, para buscarmos não só barrar a sangria de retrocessos, mas criarmos condições de luta por uma sociedade com real igualdade de direitos entre os gêneros, rompendo com o patriarcado de uma vez por todas.

REPORTAGENS MENCIONADAS:

https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/

https://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/

NÃO REGULAMENTAÇÃO

Tarso Cabral Violin[1]

> "Está comprometido este país culturalmente: nós temos uma televisão imbecilizante, uma fábrica de idiotices, que é para tornar o povo absolutamente alheio a tudo, para tornar o povo imbecil, idiota, incapaz de se defender de qualquer coisa; qualquer vendedor de qualquer coisa faz o povo engolir qualquer coisa. Nós precisamos democratizar a televisão".
>
> Geraldo Ataliba[2]

Este artigo analisa a (não) regulamentação da mídia (não) implementada pelos governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e da ex-presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) e expõe algumas das conclusões da minha tese de doutorado em Estado e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná.[3]

A Constituição brasileira de 1988, de forma vinculante, define que o Estado brasileiro seja um Estado social, republicano, desenvolvimentista e democrático de direito, ou seja, um Estado-antítese do neoliberalismo, do Estado mínimo e até mesmo do Estado apenas regulador. A Constituição social prevê que um dia sejamos de fato um Estado de Bem-Estar Social, com uma sociedade livre, justa e solidária, com desenvolvimento nacional sustentável, erradicação da pobreza e redução das desigualdades; que respeite os direitos humanos, promova o bem-estar e o bem de todos, a igualdade, a justiça social, a livre iniciativa com

1 Advogado em Curitiba, Mestre em Direito do Estado e Doutor em Estado e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná, com tese sobre "Políticas Públicas pela Democratização dos Meios de Comunicação", Professor de Direito Administrativo em instituições no Paraná e autor de livros sobre Direito Público.

2 ATALIBA, Geraldo. Roda Viva de 31.08.1992, sobre o Impeachment de Collor, na TV Cultura <https://youtu.be/eG774DYiIPE>. Acesso em 08.04.2016.

3 VIOLIN, Tarso Cabral. Políticas Públicas pela Democratização dos Meios de Comunicação. Tese de doutorado em Estado e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná, defendida e aprovada com louvor em 18.12.2017, pela banca composta por Celso Antônio Bandeira de Mello, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Georghio Alessandro Tomelin, Nilson Maciel de Paula e Eneida Desiree Salgado (orientadora).

os valores sociais do trabalho; que reconheça a função social da propriedade, o favorecimento às empresas de pequeno porte; que reconheça o dever do Estado na educação e saúde e que o salário mínimo deve ser capaz de atender às necessidades vitais básicas de uma família; entre outras disposições humanistas, e desenvolvimentistas para fins de um desenvolvimento sustentável, tanto no âmbito social, ambiental, econômico, ético, jurídico e político. A Constituição defende o republicanismo, no sentido de busca do bem comum e do interesse público primário, e contra o patrimonialismo, com uma Administração Pública profissionalizada e participativa; e um Estado democrático, no sentido de uma democracia representativa e participativa-deliberativa efetiva, com a chamada democracia substancial. De direito porque devem existir Poderes que se controlam de forma harmônica e independente, e que são controlados pelo povo, sempre com a busca do atendimento dos direitos fundamentais.

Um país como o Brasil, com alta taxa de analfabetos e de analfabetos funcionais, e baixo índice de leitura de livros; com uma rede de TV que domina a audiência de forma monopolística (concentração de propriedade horizontal, vertical e cruzada), é uma das 30 maiores empresas no mundo e de propriedade de uma das sete famílias que dominam a mídia num país com baixa regulação dos meios de comunicação; e com meios de comunicação que, em geral, não são plurais; é uma nação que está longe de cumprir com suas obrigações constitucionais. A televisão ainda é a primeira fonte de informação para 64% dos brasileiros, sendo que 77% dos brasileiros assistem TV todos os dias, e a TV Globo é a mais assistida por 62% dos brasileiros.

O Brasil não será uma nação livre se o seu ideal de liberdade for apenas a entendida como limitadora do poder estatal e garantia das liberdades individuais--egoísticas como a propriedade privada e a liberdade de imprensa, pois na sociedade atual a liberdade deve vir junto com igualdade substancial, justiça social, bem-estar coletivo e interesse público/vontade geral; liberdade com relação ao Estado e ao mercado; liberdade para a escolha de representantes políticos mas também para participação cidadã nos assuntos políticos e das políticas públicas; liberdade financeira; e liberdade para que a comunidade mais ampla possa se expressar e não apenas que uma pessoa física ou jurídica tenha garantida a sua manifestação. Em uma democracia a população participa da tomada de decisões políticas, seja de forma direta ou indireta, em um governo do povo. Entretanto, uma democracia se faz não apenas com eleições livres e regulares e a participação da sociedade nas decisões de interesse público, mas também com liberdade de expressão e pluralidade de vozes no jogo político e comunicacional. Essa liberdade de expressão não quer dizer apenas a liberdade que o cidadão tem de se expressar perante o Estado, inclusive contra o Estado. Essa ideia é incompleta e ultrapassada desde pelo menos o início do século XX. A liberdade de expressão também

se garante por meio de uma atuação positiva do Estado, inclusive em países com constituições mais liberais na área econômica.

Uma democracia substancial pressupõe a existência de cidadãos bem informados politicamente, mas também com poder de pautar o jogo político de forma participativa e deliberativa, pois não há Democracia de fato em um país onde apenas os detentores dos maiores recursos privados têm liberdade e permissão para controlar e influenciar o curso do debate político, o que os favorecerá na manutenção dos seus privilégios. Essa liberdade apenas para quem detém o capital gera mais desigualdade no jogo político, concentração de recursos na economia e injustiça social. Não se espera mais do Estado apenas uma abstenção no sentido de garantir a voz para a pessoa que distribui um panfleto ou que possa montar em um caixote na esquina e falar o que bem entender, inclusive contra o próprio Estado, pois deve existir a garantia de que a população não veja, escute ou leia apenas os grandes meios de comunicação de TV, rádio, jornais, revistas e portais de internet, devendo o Estado garantir o direito positivo de comunicação e de liberdade de expressão substancial – de forma metafórica, o Estado deve não apenas dar direito ao cidadão para que grite no megafone o que quiser, mas se necessário distribuir megafones para a sociedade se expressar. Isso é democratização dos meios de comunicação: não permitir que grupos privados tenham o poder de restringir a liberdade de expressão e assumam o controle sobre a opinião pública por meio da seletividade na informação. Não existe liberdade de expressão sem pluralidade.

A liberdade de expressão passou de um simples direito de defesa, que determina a abstenção do Estado, para um direito prestacional, que também obriga que o próprio Estado fomente e regule as atividades comunicacionais de forma democrática e participativa. A liberdade de expressão não é apenas a de um cidadão se expressar individualmente; ou das grandes corporações dos meios de comunicação se manifestarem. É também o direito à informação do público receptor. Para que seja garantido o direito, é necessário uma atuação positiva do Estado. É preciso uma discussão pública, dialógica, que rompa a unilateralidade das grandes corporações privadas. Note-se que um monopólio não obrigatoriamente é de pensamento único, assim como a existência de uma quantidade grande de meios de comunicação não garante a pluralidade de ideias. Ainda mais importante do que uma quantidade de falas, é a pluralidade de ideias que fará com que a decisão política seja ainda mais democrática. Não há notícia imparcial e muito menos neutra. Toda notícia expõe uma ideia, uma opinião, um juízo de valor.

Mesmo para os defensores do neoliberalismo, o Estado deve realizar políticas públicas para pelo menos regular as atividades que estejam nas mãos da iniciativa privada. Se qualquer área da economia pode ser regulada pelo Estado, não há razão para que os meios de comunicação não sofram algum tipo de regulação. E

se todos os Poderes do Estado se controlam e são controlados pelo povo, também não há justificativa para que os meios de comunicação também não o sejam.

Em uma nação ainda em desenvolvimento como a brasileira é essencial que sejam aprimoradas as instituições da chamada "grande política". Entretanto, em paralelo com a política tradicional, serão as políticas públicas que poderão garantir que o Estado, por meio da Administração Pública e com a colaboração da sociedade, construa de forma democrática e eficaz ações concretas para a população, utilizando-se, inclusive, de mecanismos da democracia participativa e deliberativa. A democratização dos meios de comunicação apenas será efetiva se reduzir monopólios e desconcentrar a propriedade da televisão, rádio, jornais, revistas e portais de internet, e garantir a participação de pequenas e médias empresas na área de comunicação – e somente assim a socidade garantirá a pluralidade requerida numa democracia, e a garantia de que não será apena o receptor de informações e opiniões por poucas e grandes empresas. Isso, todavia, demandará um ajuste de várias forças existentes no Estado, no mercado e na própria sociedade brasileira.

Mesmo que o Congresso se abstenha de aprovar uma lei que regulamente os meios de comunicação, ainda assim é possível efetivar políticas públicas para democratizar o setor por meio de atos administrativos infraconstitucionais do Poder Executivo. Com esses recursos administrativos, seria possível inclusive limitar monopólios e oligopólios da mídia, e implementar medidas de garantia da pluralidade da informação dentro dos estritos limites da juridicidade e constitucionalidade, já que eles não se constituiriam em atos ou decretos autônomos – afinal, eles não estariam inovando a ordem jurídica, já que essas são determinações da Constituição vigente. Excluídas as normas constitucionais que preveem expressa regulamentação, as normas de eficácia plena e que confiram prerrogativas são auto-aplicáveis, assim como as chamadas "normas programáticas" do capítulo da Ordem Social, da qual a radiodifusão faz parte, com o intuito da instauração da democracia substancial.

Assim, o Poder Executivo Federal pode – ou, melhor ainda, deve –, por meio de atos administrativos da Presidência da República ou o Ministério das Comunicação[4], proibir a existência de monopólios e oligopólios incontroversos de TVs, rádios, jornais, revistas e sites de notícias; proibir que parlamentares sejam "donos" de concessões de rádio e televisão; outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens (com apreciação do Congresso Nacional e o cancelamento antes de vencido o prazo

4 Note-se que o governo federal liderado pelo presidente Michel Temer (PMDB) extinguiu o Ministério das Comunicações e transformou o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Lei 13.341/2016).

depende de decisão judicial), observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

Mesmo com autorização constitucional para atuar, via atos administrativos, para garantir o direito constitucional a uma midia democrática, o Poder Executivo, para garantir maior legitimidade, não pode prescindir de um amplo debate com o povo, com a sociedade civil organizada, movimentos sociais e demais interessados diretos e indiretos no tema da comunicação, adotando instrumentos de Democracia direta, participativa e deliberativa, para o melhor atendimento da Constituição de 1988.

Antes de 1988, e mesmo após a Constituição, praticamente nada foi feito para a regulação ou regulamentação dos meios de comunicação. Pelo contrário. Os governos federais normalmente privilegiaram e ampliaram o poderio dos grandes meios de comunicação no Brasil. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) houve alguma tentativa para disciplinar radiodifusão, mas foi abortada por pressão das Organizações Globo.

Nos governos encabeçados por presidentes do Partido dos Trabalhadores, havia uma esperança de uma ruptura no quadro brasileiro de monopolização/oligopolização e pouca pluralidade nos grandes meios de comunicação. Lula já dizia, desde a década dos anos 1980, que a "Democracia pressupõe a liberdade de comunicação, a liberdade de expressão, e não haverá liberdade de expressão se os meios de comunicação não forem democratizados."[5]

No primeiro governo de Lula (2003-2006) não houve tentativa de democratização dos meios de comunicação, e ocorreram alguns retrocessos, como por exemplo a aprovação do padrão de HD do Japão, após pressão da Globo, o que dificultou a atuação das TVs populares. O senador e ex-governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), chegou a recomendar para Lula a priorizar uma TV estatal como no Paraná, mas o então ministro José Dirceu teria respondido que eles "já tinham a Globo".[6] Em 2004, Lula chegou a editar um Decreto criando um *Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de analisar a situação da radiodifusão comunitária no País e propor medidas para disseminação das rádios comunitárias, visando ampliar o acesso da população a esta modalidade de comunicação, agilizar os procedimentos de outorga e aperfeiçoar a fiscalização do sistema. O relatório do GT apontou o caráter excludente da política de rádios comunitárias no país, por causa das exigências demasiadas, mas o documento nunca*

---

5 BEYOND Citizen Kane. Direção: Simon Hartog. Londres: BBC, 1992. Disponível no Youtube <https://youtu.be/ZEP4bNYxKZk> acessado em 18.02.2016.

6 REQUIÃO, Roberto. https://www.conversaafiada.com.br/brasil/o-lula-e-o-dirceu-ja-tinham-a-globo. Acesso em 16.01.2018.

foi entregue à Lula, pois quem assumiu o poder no Ministério foi Hélio Costa, com compromissos com a radiodifusão comercial.[7]

No segundo mandato de Lula (2007-2010) foram dados passos tímidos, mas importantes, como a criação da Empresa Brasileira de Comunicação – EBC, para que começasse a ser respeitada a complementariedade entre TVs estatais, públicas e privadas da Constituição, uma vez que no Brasil há praticamente um oligopólio de TVs privadas. Também foi criado o Plano Nacional de Banda Larga e convocada a I Conferência Nacional de Comunicação em 2009. Nessa Conferência foi definido que o Brasil deveria cumprir a Constituição de 1988; que deveria existir fomento para pequenas empresas de comunicação e para a distribuição desses meios; fim da propriedade cruzada; fim das sublocações; e controle social, com criação de Conselhos de Comunicação Federal, estaduais e municipais, para acompanhar a execução das políticas públicas, regulação de conteúdo, políticas de concessão, mecanismos de distribuição, etc. Nesses conselhos haveria participação popular, com financiamento, acompanhamento das obrigações fiscais e trabalhistas das emissoras e conteúdos; gerir um fundo, reativar Conselho de Comunicação Social e criar uma agência reguladora.

Além disso, o então ministro-chefe Franklin Martins, da Secretaria de Comunicação Social, cujo órgão gasta aproximadamente RS 1,5 bilhão em anúncios, o segundo maior anunciante do Brasil, começou a descentralizar essa publicidade. No início do governo, aproximadamente 70% das verbas publicitárias iam para a Globo; com a descentralização da publicidade para as midias menores, esse percentual caiu para 50% no final do governo Lula. Isso porque foi criada a "mídia técnica": proporcionalidade do share de audiência e da verba de publicidade. Mesmo assim, os gastos ainda são altos com os grandes meios de comunicação com publicidade. Começou a elaboração de uma Lei de Mídia, após vários estudos e debates, para substituir a Lei de 1962, cujos pontos centrais eram: a) Liberdade de imprensa, respeitado os princípios da privacidade, honra, direito à imagem, inviolabilidade do lar, equilíbrio, não campanha de difamação, e proibida a oligopolização; b) Democratização da oferta; c) Complementariedade, conforme previsão constitucional; d) Promoção da cultura nacional e regional e independente, na TV aberta também; e) Separação de produção e distribuição; f) Neutralidade da rede e liberdade na internet, garantidas pelo Marco Civil da Internet; g) Universalização. Note-se que a intenção de Franklin Martins era fazer a regulação apenas das TVs e rádios, porque radiodifusão é uma concessão de serviço público e qualquer concessão necessita de regulação. Não é regulação de conteúdo, são obrigações de equilíbrio, pluralidade, respeito ao menor, diulgação

---

7 LIMA, Venício; LOPES, Cristiano Aguiar. Rádios comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004). Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf>. Acesso em: 08.03.2016, p. 16, 18 e 40.

da cultura local e promoção de cultura, e proinição do racismo e da propriedade cruzada. Franklin diz que a regulação poderia até ser boa para as grandes empresas de TV, pois uma empresa como o Google já é o segundo maior anunciante no Brasil, só menor do que a Globo, e isso tudo teria que ser regulado.[8]

No primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (PT), com a atribuição do anteprojeto ao então ministro das Comunicações, Paulo Bernardo (PT), a proposta de Franklin Martins não caminhou – na verdade, acabou sendo arquivado. Foram vários os argumentos dados para o recuo, que foram desde a falta de carisma de Dilma à provável derrota no Congresso Nacional, que conta com 90 concessionários, ou deputados com algum tipo de receio da grande mídia[9]. Como isso, os movimentos sociais passaram a aumentar a pressão. O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC fez uma cobrança importante no governo pela Lei da Mídia Democrática e tenta até hoje encaminhar um projeto de lei de iniciativa popular, que precisa de um milhão e meio de assinaturas.[10] O PL tem dois eixos: quebrar o monopólio, com proibição de propriedade cruzada, e estímulo à diversidade e pluralidade, como por exemplo com direito de antena (partidos políticos têm). Seria para os movimentos sociais brasileiros, estudantil, por exemplo, o que existe em vários países do mundo.

No governo Dilma, durante a gestão do Ministro Ricardo Berzoini e do Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica Emiliano José, foi editada pelo Ministério uma Portaria que simplificou e reduziu a exigência de vários documentos de habilitação antes pedidos nos processos de outorga para rádios comunitárias. FHC, descumprindo promessa de campanha, emitiu o Decreto prevendo dispensa de licitação para outorga da execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, uma "liberalidade" inconstitucional que gerou distribuição de rádios e TVs educativas para políticos, nas gestões de FHC e Lula. No governo Dilma foi feita a distribuição de outorgas por meio de processo de outorga e, por mais que não preveja licitação, pelo menos esse procedimento reduz a discricionariedade na escolha dos outorgantes, o que é uma tentativa de aplicação dos princípios da moralidade, impessoalidade e publicidade. Dilma ainda editou Decreto em 2012, que prevê caber ao Presidente da República a outorga de

---

8 MARTINS, Franklin. Nada além da constituição. Carta Capital, edição 781, janeiro de 2014, p. 54-57. O governo Lula tornou público um cadastro do Ministério das Comunicações que revelou que a Família Marinho (Globo) tinha 17 emissoras de TV em 1994 e 32 em 2000, fato semelhante que ocorre com a Família Abravanel (SBT) e Saad (Bandeirantes), com concessões para cônjuges, irmãos, filhos e netos.

9 Sobre o tema ver BORGES, Altamiro. Democratização da mídia. Palestra organizada pelo Centro Acadêmico XI de Agosto em 21.03.2014, https://youtu.be/H7Yk5e0Rf5o, acesso em 28.11.2017; e MARTINS, Franklin. Democratização da Mídia. Evento realizado pela TV Carta Maior em 2011 <https://youtu.be/wlyC3vYLoEY>. Acesso 28.11.2017.

10 Veja a campanha no site http://www.paraexpressaraliberdade.org.br.

concessões de TVs e ao Ministro de Estado das Comunicações as rádios, com regras de classificação das licitantes, como maior pontuação, dependendo do tempo destinado a programas educativos; serviço jornalístico e noticioso; programas culturais, artísticos, educativos e jornalísticos a serem produzidos no município de outorga (para favorecer o localismo); e tempo destinado a programas culturais, artísticos, educativos e jornalísticos a serem produzidos por entidade que não tenha vínculo com entidades executoras de serviços de radiodifusão (para estimular a produção independente).

A presidenta, que inicialmente dizia que quem deveria fazer a regulação da mídia seria o controle remoto, pouco antes das eleições de 2014 defendeu pelo menos a regulação econômica da mídia. Venceu a reeleição em novembro de 2014 e não conseguiu mais governar desde então, o que redundou no Impeachment/Golpe de 2016.[11]

A grande mídia, encabeçada pelas TVs Globo, Record, Band e SBT, mas amparadas pelos grandes jornais, revistas, rádios e portais de internet, foi decisiva no golpe de 2016, com o seu poder de difusão de informações seletivas contrárias aos seus adversários e abafamento de notícias contrárias aos seus aliados, assim como o poder de pressão junto aos Poderes constituídos e de chamamento para manifestações contrárias ao governo Dilma.

Não sabemos se uma tentativa mais radical de democratização dos meios de comunicação por parte dos governos Lula e Dilma não teriam antecipado o golpe ou o barrado. Mas sem dúvida pelo menos mais alguns passos não tão tímidos em direção a uma mídia menos oligopolizada e mais plural teriam sido muito importantes para a democracia brasileira ainda em construção, e que sofreu uma grande ruptura em 2016.

---

11 Sobre o golpe de 2016 ver SALGADO, Eneida Desiree. Um diário do governo interino. Curitiba, Íthala, 2016. SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016. PRONER, Carol; CITTADINO, Gisele; TENENBAUM, Marcio; RAMOS FILHO, Wilson (orgs.). A resistência ao golpe de 2016. Bauru: Canal 6, 2016. ROVAI, Renato. Golpe 16. São Paulo: Publisher Brasil, 2016.

ÓDIO À ARTE

Christiele Braga Dantas[1]

Quando uma produção artística é capaz de despertar o ódio daqueles que exigem apenas uma verdade compatível com suas crenças tradicionais, ela pode ser considerada uma arte revolucionária. O ódio à arte dos tributários do golpe (um golpe contra a democracia e os direitos constitucionais no Brasil) apresenta-se fundamentalmente como uma reação à arte em seu sentido revolucionário, ou seja, uma ação contra o movimento de transformação da sociedade.

Restringiremos-nos aos dois acontecimentos mais significativos, a do Queer Museu e a releitura da obra Bichos de Lygia Clark no MAM de SP, em que uma criança interagiu com um homem nu. Não faremos referência aqui às organizações responsáveis pelos ataques às exposições artísticas. É imprudente dar visibilidade aos detratores das liberdades democráticas. Tampouco serão nomeados os responsáveis pela perseguição aos artistas engajados, como Caetano Veloso e Chico Buarque. São forças reacionárias, e assim serão chamados.

Em setembro de 2017, a exposição Queermuseu exibida no Santander Cultural, em Porto Alegre (RS), foi fechada em decorrência de protestos das forças reacionárias contrárias às obras de arte consideradas apologéticas à zoofilia, pedofilia e ao suposto incentivo à erotização infantil. No mesmo mês de setembro, uma releitura da obra de Lygia Clark também desencadeou a cólera dos reacionários de plantão, que novamente soaram o alarme da moralidade, desta vez contra o artista nu, que foi tocado por uma criança acompanhada de sua mãe.

São polêmicas importantes para o debate na esfera pública. Questões que ajudam a traçar as fronteiras entre reacionários e revolucionários. Neste sentido, a arte foi capaz de promover um evento político, refletindo um cenário de embate entre forças antagônicas.

Salvaguardada a importância política da polêmica instaurada, faremos uma análise de uma das obras censuradas em Porto Alegre, o quadro em óleo sobre tela, Cena de Interior II, de 1994, da artista plástica Adriana Varejão.

Nas várias dimensões da tela são reproduzidas cenas de relações sexuais. Um homem negro satisfaz o desejo de outros dois homens brancos. Um pouco atrás,

---

1 Graduada em História. Mestre em Memória Social. Doutora em História.Pesquisadora de História da Cultura e Roteirista de Cinema.

duas crianças, uma segura o animal enquanto a outra o penetra. Acima na rede, um casal inter-racial, entrelaçado. E na parte superior duas mulheres se masturbam - nesse plano, curiosamente, a imagem aparece de cabeça para baixo, como uma semiologia da inversão.

Dessa substância cultural encharcada de libido já nos advertiu Gilberto Freyre. O imaginário revelado pela obra atravessa o deserto da heteronormatividade com a bandeira do arco Iris nas mãos, conferindo ao comportamento sexual libertário uma dimensão monumental. Não é novidade que nossa formação social é marcada pelo traço que associa sexualidade, hierarquia e violência. Quem nunca proferiu ou ouviu a expressão “Minha avó foi pega no laço”? A miscigenação foi fruto não só de uma interação, como sugere o mito da democracia racial, mas também do estupro, da relação não consensual.

Por que as gerações mais novas não podem saber disso? Porque o que se expõe mais frequentemente, nos salões de belas artes da sociedade colonizada, é um quadro dos padrões ditados pelo projeto de dominação dos corpos e das mentes, concebido como civilizatório. O que Adriana Varejão retrata em suas cenas do interior da casa grande é aquilo que os reacionários tentam esconder, dissimulando nossa verdadeira condição de colonizados, subalternizados justamente porque não ousam romper com a velha ordem.

Já a releitura da obra Bichos, no MAM, transformou o corpo do artista nu em objeto, tocado e manipulado pelos visitantes. Dentre esses, uma criança, que orientada por sua mãe, interagiu com o objeto. Essa criança terá muito mais capital cultural para enxergar uma obra de arte, independente de qualquer suporte material. A obra não é o objeto, e isso é revolucionário no sentido de romper com os cânones da arte alinhados com as formas tradicionais de uma ideologia conservadora. Lygia Clark dispensa comentários, quanto à repercussão, originalidade e contribuição de sua obra para a Arte Contemporânea.

Seu trabalho acolhe a ideia de ruptura como parte de um processo de crítica à metafísica tradicional. Uma arte revolucionária na promoção das potências do ser. Um ser humano aberto, vivo, inteligente, criativo e autônomo. Tudo o que as forças reacionárias temem: uma formação livre e capaz de assimilar o processo de construção de suas subjetividades sem dogmatizações.

Sendo ou não uma arte declaradamente revolucionária, a obra de arte passa a ser um meio através qual a verdade sobre as coisas são construídas. E quando se trata de caminhar pelo terreno onde se fundamentam as verdades, ainda imperam em nossa frágil cultura os critérios universalizantes, que limitam a exploração das potências que nos permitem desafiar as verdades que castram qualquer expansão ontológica. Cultivar a ignorância, de um lado, ou uma visão de mundo reduzida às algumas verdades absolutas pré-estabelecidas, de outro, é parte de um projeto político de dominação.

Em outros momentos de nossa História, observou-se a manifestação de uma arte revolucionária que também deflagrou a ira das forças reacionárias. Durante a Ditadura Militar, mais precisamente a partir de 1968, o movimento de contracultura, reflexo de uma cultura de esquerda que envolvia vários setores da produção artística, tais como, a música, o cinema e o teatro, revelou as veias abertas do mundo tropical subdesenvolvido, e pagou um alto preço por isso.

Foi o caso do show de Caetano Veloso e Gilberto Gil, na Boate Sucata, em 1968, dias após a implantação do Ato Institucional número 5, que suspendeu as liberdades democráticas, em nome da Segurança Nacional. A apresentação foi interrompida por agentes do Estado, porque no palco havia uma obra do artista plástico Hélio Oiticica, outro ícone do movimento tropicalista: uma bandeira na qual estava impresso "Cara de Cavalo", um bandido executado por um grupo de extermínio, na qual lê-se, na parte de baixo, "seja marginal, seja herói".

Numa perspectiva revolucionária um marginal pode ser alçado ao nível de um herói. Caetano e Gil partiram para o exílio depois deste evento.

Era a Tropicália, segundo Gilberto Gil, "a tentativa de enfocar essa geléia geral, essa contradição, as contradições existentes dentro dela mesma, o subdesenvolvimento querendo se autodestruir, por isso mesmo se autossuperar."

Traduzindo, era a arte revolucionária subvertendo os valores de sua época. Num contexto de crise, no qual as coisas estão embaralhadas, caóticas, desse caldo de sensações, surge uma estética da mistura, a negação do homogêneo, a identificação de uma cultura integradora das diferenças. O multicolorido tropical, temperado e apimentado pela energia da miscigenação, como no quadro de Adriana Varejão.

Quase 50 anos após a invasão de seu show pelos militares, Caetano reviveu a experiência do arbítrio contra sua obra, graças às mesmas forças que sustentaram o golpe de 2016 e que se vêem empenhados na perseguição à arte. O cantor foi impedido de se apresentar em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), por uma juíza que acatou um pedido do Ministério Público de São Paulo. A juíza, Ida Inês Del Cid, da 2ª Vara da Fazenda Pública de São Bernardo do Campo, estabeleceu uma multa de R$ 500 mil caso o show acontecesse. "Fica deferida ordem policial, caso necessário", escreveu em sua decisão. A cena da invasão dos agentes não se repetiu porque Caetano acatou a decisão judicial.

São muitos os exemplos de arbitrariedade e truculência, contra manifestações artísticas de caráter progressista ao longo de uma História marcada por sucessivos golpes. Chico Buarque também sentiu a sanha dos cruzados e fascistas. Roda Viva, uma peça teatral de sua autoria, e dirigida por José Celso Martinez Correa, invadida e censurada. O teatro ficou destruído pelo grupo paramilitar, o famoso Comando de Caça aos Comunistas (CCC), uma espécie de ancestral dos grupos de patéticos reacionários que se esgoelaram na porta do Santander Cultural e do MAM.

Durante o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, Chico se manifestou publicamente contra a ação. Suas músicas não foram censuradas, nem a exibição de suas peças foi proibida, mas, por outro lado, foi constrangido por jovens conservadores ("coxinhas") no bairro onde vive no Rio de Janeiro. Os rapazes sugeriram que ele fosse embora do país.

Outra situação da história recente envolvendo o artista, foi a retirada da canção Roda Viva, homônima à peça perseguida no passado, da vinheta do programa jornalístico de mesmo nome. Desta vez, foi Chico quem solicitou a dissociação de sua obra do programa, que semanas antes foi ao Palácio Alvorada para entrevistar o recém-empossado e eterno vice-decorativo. A entrevista, chapa-branquíssima, chancelava a deposição da presidente eleita, dando credibilidade ao principal articulador do golpe.

A violência, fruto do ódio impetrado pelos fundamentalistas de ontem e de hoje, é uma reação à arte revolucionária manifestada em fenômenos como a contracultura. Caetano, Chico, Hélio Oiticica, Lygia Clark, entre outros, ainda que involuntariamente, estavam associados a uma cultura revolucionária, alinhados com um pensamento pós-moderno que despontava, como no maio de 68. Revolução cultural e comportamental que pode ser traduzida pela expressão "É proibido proibir", de Caetano Veloso. Antenados com seu tempo, os tropicalistas conferiram à arte um potencial político, sem prejuízo da liberdade de criação. Ao contrário, o seu potencial político era o certificado mais importante da liberdade de criar, como dizia a canção de Zé Kéti, "podem me prender, podem me bater, que eu não mudo de opinião", eternizada pelo Grupo Opinião, também alvo dos censores.

Os ataques contra a arte foram sentidos também pelos cineastas do passado e do presente. O filme Terra em transe, de 1967, de Glauber rocha, profetizou a radicalização do regime militar na instituição do AI-5, e foi obra inspiradora do movimento tropicalista. A exibição do filme foi proibida dentro e fora do Brasil. Glauber recorreu ao Itamaraty para exibi-lo no Festival de Cannes. Foram várias tentativas frustradas. O filme tinha sido proibido em Brasília sob acusação de propaganda subliminar marxista, lesbianismo e homossexualismo. Trata-se do filme mais atual da história do cinema brasileiro, que denuncia a estrutura frágil da política e da democracia no terceiro mundo, marcadas pela profunda instabilidade que nasce de tanta miséria e opressão. Um golpe de estado, em 1964, e um golpe dentro do golpe, em 1968, explicados pela metáfora do transe. A exibição do filme envergonharia a casta que se assenhoreava das instituições diplomáticas, ciente de seu papel em defesa do projeto neocolonizador.

Na atualidade, o cineasta Kleber Mendonça, diretor do filme Aquarius, indicado para o Festival de Cannes em 2016, sofreu perseguição de um membro da comissão do Ministério da Cultura, que fez declarações contra a equipe do filme, responsável por denunciar o golpe na ocasião da cerimônia de premiação na

França. O representante das forças reacionárias considerou a manifestação uma "vergonha". Além disso, o filme, contra todas as expectativas, não foi escolhido para representar o Brasil no Oscar. Para completar quadro de perseguição ao aplaudido filme de Kleber, o longa recebeu uma censura polêmica do Ministério da Justiça. Foi proibido para menores de 18 anos. O ministério alegou que o filme teria cenas de "sexo complexo".

O ataque à cultura revolucionária é o ataque às forças políticas que reagem ao Estado de Exceção. A ditadura militar associava o fantasma do comunismo ao comportamento imoral e ao ataque à família e os bons costumes. Os mesmo fatores que são hoje utilizados pelas forças políticas que defenderam o golpe contra o Estado de Direito em 2016.

Os disfarces com que os reacionários tentam encobrir sua função no processo histórico são revelados e eternizados pela obra de arte, capaz não apenas de embelezar o mundo, mas também de transformar os indivíduos a partir de uma experiência cognitiva original.

Cobrir as vergonhas é dissimular o próprio fracasso, fechando os olhos para questões que precisam ser objeto de reflexão. As canções, peças teatrais, exposições e filmes foram e são censurados porque o ódio arrebanha legiões de ovelhas. O exército reacionário alimenta o ódio à arte, e o processo de transvaloração por ela desencadeado. Existe aí uma crítica aos padrões normativos, mas também se registra o caráter propositivo da mensagem comunicada pela arte revolucionária, no sentido de afirmação da diversidade como condição para o desenvolvimento da democracia.

ORGANIZAÇÕES PATRONAIS

Renata Mielli[1]

Os superiores nunca perdoam aos inferiores que ostentam a aparência da sua grandeza.
Honoré de Balzac

Imprensa é oposição, o resto é armazem de secos e molhados.
Luis Fernando Veríssimo

A imprensa pode causar mais danos que a bomba atômica.
Noam Chomsky

As empresas de comunicação – jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão –, assim como as empresas de todos os outros setores da economia, possuem suas entidades de classe (agropecuário, União Democrática Ruralista – UDR; industrial, Confederação Nacional das Indústria – CNI; bancário, Federação Brasileira de Bancos – Febraban). A função destas entidades é organizar a elite econômica para influenciar os rumos do país, definir a agenda política e atuar para que projetos de lei e decisões do governo atendam aos interesses privados.

Os barões da mídia, proprietários das empresas privadas de comunicação no país, também se organizam para defender seus interesses corporativos e os da elite política e econômica. Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Associação Nacional de Jornais (ANJ), Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) são algumas das entidades que articulam o setor midiático brasileiro. Ao lado de novos "*think tanks*" como o Instituto Millenium, estas organizações são o epicentro das formulações da elite econômica brasileira e dos setores políticos que representam esses interesses.

Ao fazer uma breve pesquisa nos objetivos e missões destas organizações, encontram-se alguns conceitos-chave comuns, que revelam de forma inequívoca

1 Renata Mielli é jornalista, coordenadora geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e Secretária Geral do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé.

de que lado da luta de classes estas entidades estão. Liberdade comercial, liberdade de propaganda, livre mercado, livre iniciativa. Qualquer semelhança com os corolários do Consenso de Washington que conceituam as premissas do neoliberalismo político e econômico não é mera coincidência.

E o que isso tudo tem a ver com a destituição de uma presidenta democraticamente eleita? Ora, tudo. O impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, foi o desfecho de uma farsa produzida pela mídia hegemônica nacional. O enredo novelesco que construiu no imaginário popular a ideia de que o Partido dos Trabalhadores e a esquerda eram os protagonistas do maior esquema de corrupção da história do país, de que Lula e Dilma eram os chefes de uma organização criminosa que drenou milhões de reais dos cofres públicos e levou o Brasil à bancarrota, foi roteirizado pela mídia e suas organizações.

Não é por acaso que o impeachment de Dilma Rousseff é caracterizado como um golpe midiático-jurídico-parlamentar. Midiático, porque nasceu e cresceu pelas manchetes e pela cobertura parcial da imprensa; jurídico, porque a narrativa da mídia se alimentou dos vazamentos seletivos, dos abusos e irregularidades da operação jurídica-policial que foi a Lava Jato; e parlamentar, porque contou com a anuência da legislatura mais conservadora dos últimos 30 anos do Congresso Nacional. Essa tríplice aliança produziu um coquetel explosivo que detonou a Constituição, o Estado Democrático de Direito, direitos sociais e trabalhistas, a democracia e a soberania do Brasil.

Desde o primeiro mandato do presidente Lula, os conflitos entre o projeto de desenvolvimento, redução de desigualdade, distribuição de renda e inserção soberana do Brasil no mundo despertou o incômodo das elites e mereceu combate dos grandes meios de comunicação.

Mas a beligerância ficou mais explícita no segundo mandato, principalmente quando o Palácio do Planalto mudou sua postura diante dos interesses da Abert, ANJ e Aner. Primeiro foi a adoção de critérios para a distribuição das verbas publicitárias do governo federal que, mesmo tímidas no sentido de descentralizar a distribuição dos recursos historicamente alocadas nos grandes veículos, causou muito descontentamento nos dirigentes das entidades patronais. Em seguida foi a convocação da 1ª Conferência Nacional de Comunicação em dezembro de 2009 e, posteriormente, a sinalização de que pretendia, a partir das discussões e resoluções ali aprovadas, abrir um debate com a sociedade sobre mudanças no marco legal das comunicações no país.

Esses assuntos “domésticos” foram a lenha para atiçar a foqueira que já estava queimando. Ou seja, mais um combustível para inflamar jornais, revistas, rádios e emissoras de televisão a fazerem oposição aberta ao governo e tentar impedir que Lula, duas vezes presidente, conseguisse eleger seu sucessor. Os oito anos de Lula era o máximo que a elite conseguia engolir.

Com a desorganização dos partidos de direita e a dificuldade que eles apresentavam de ser uma força política de oposição ao governo, coube os meios de comunicação cumprirem o papel de partido político da elite e liderar as forças oposicionistas.

Essa função da mídia nacional foi vocalizada sem rodeios pela então presidente da Associação Nacional de Jornais, Judith Brito, em declaração publicada no jornal *O Globo* de 18/3/2010: "A liberdade de imprensa é um bem maior que não deve ser limitado. A esse direito geral, o contraponto é sempre a questão da responsabilidade dos meios de comunicação e, obviamente, esses meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada. E esse papel de oposição, de investigação, sem dúvida nenhuma incomoda sobremaneira o governo".[1]

A declaração foi dada para mostrar a insatisfação das entidades em relação à terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). A executiva do grupo Folha, ao fazer esta afirmação, sepultou de uma vez a crença que ainda poderia existir de que os veículos de comunicação atuam de forma imparcial e isenta na sociedade. Ela desfez o mito da neutralidade e confirmou em pouquíssimas palavras aquilo que o intelectual italiano Antonio Gramsci dizia – que os meios de comunicação são o aparelho de construção de hegemonia da burguesia, são o aparato ideológico do capitalismo e estão umbilicalmente atrelados ao poder político e econômico.

Sob essa falsa ideia de neutralidade e imparcialidade a mídia tem construído, ao longo da história, as piores mentiras; tem interferido de forma indevida nos processos políticos; tem feito valer seus interesses – sim a mídia tem interesses – e os dos que ela representa (a elite, setores econômicos, os políticos). Por desfrutar do poder de falar massivamente para a quase totalidade dos brasileiros, os grupos midiáticos hegemônicos adotam um discurso único para promover suas ideias e construir uma opinião calcada no senso comum, no baixo questionamento, na ausência de contraditório. A cobertura da Globo sobre o comício das diretas em 1984; a edição tendenciosa do último debate entre os presidentes no Jornal Nacional; a cobertura do sequestro do empresário Abílio Diniz; as jornadas de 2013; as bolinha de papel do Serra; a ficha falsa da Dilma na *Folha de São Paulo* são só alguns poucos exemplos.

Judith Brito também figura na lista de "especialistas" que colaboram com o Instituto Millenium. João Roberto Marinho é um dos mantenedores do *think tank (*tanque de ideias, ou centro de pensamentos) criado em 2005. E que ideias e pensamentos pululam por lá... "valores e princípios que garantam uma sociedade livre, com liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo". Opa, olha aí o Consenso de Washington de novo!

Portanto, não é de se estranhar que a mídia brasileira tenha em uníssono se posicionado como oposição às políticas de Lula e Dilma e criado a maior crise institucional da história recente do país.

Em seus encontros públicos, porque dos privados não temos muita informação, essas organizações criticavam as políticas do governo e o atacavam por ameaçar a "liberdade de expressão". Na verdade, temiam que políticas adotadas pudessem restringir a liberdade que estas empresas gozavam (e ainda gozam) de falar o que quiserem, como quiserem e quando quiserem sem qualquer compromisso com o contraditório, com a garantia de espaços equânimes para pontos de vistas distintos, ou para que as pessoas que estavam sendo previamente condenadas pelas manchetes e matérias que esses veículos publicavam tivessem alguma oportunidade de se expressar.

Os donos da mídia brasileira ainda têm um apoio internacional que lhes amplifica a voz: a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). Apesar de alguns arroubos de sincericídio cometidos pelos executivos das empresas nacionais, como o caso da Judith Brito, eram os dirigentes da SIP que amplificavam sem rodeios as opiniões sobre o governo Lula e Dilma.

Mas o que é a SIP? É uma entidade fundada no ano de 1943, auge do combate ao nazi-fascismo, que foi instrumentalizada pela CIA. E o fizeram de forma tão explícita que, em 1950, na sua 5ª Conferência realizada em Quito, dois funcionários da agência de inteligência norte-americana foram eleitos para comandar a entidade: Joshua Powers e Jules Dubois.

Seu histórico de atuação é de deixar golpistas de queixo caído: foi uma opositora implacável do governo de Juan Perón, na Argentina, e contribuiu para a vitória do ditador Anastácio Somoza na Nicarágua, o qual apelidou de "o anjo tutelar da liberdade de pensamento". Foi opositora de primeira ordem de Cuba e do governo de Salvador Allende e tem se esmerado em desestabilizar governos de caráter democrático e popular eleitos na América Latina nos anos 90 e 2000.

A SIP tem se manifestado exaustivamente contra todas os projetos e debates que tenham como inspiração propor alguma forma de regulação dos meios de comunicação. Em tom de denúncia e indignação, tacha esses governos como violadores da liberdade de expressão: Argentina, Bolívia, Uruguai, Equador, Venezuela, Cuba, Brasil, todos são "falsas democracias", ou democracias que se converteram em ditaduras.

Em entrevista ao Estadão[2] em 2010, o então presidente da SIP, Alejandro Aguerri, dono do Diário das Américas, editado em Miami, disse que "esses governos não podem continuar a se chamar de democráticos. O voto é componente sumamente importante na democracia, assim como a atuação dos governantes". E mais adiante diz: "Eu vi governantes com uma grande delicadeza com o presidente Castro, o que representa um grande apoio moral a esse governo, que violou os direitos humanos por meio século", numa referência direta ao presidente Lula.

O livro, *Os Amos da SIP*[3], do jornalista Yaifred Ron, mostra a trajetória desta entidade. "A SIP se arroga no direito de dizer quem viola e quem respeita a liberdade de expressão. Mas, como adverte o jornalista Ernesto Vera, a liberdade de expressão é um direito individual, do qual se deriva a liberdade de imprensa, mas que na era dos meios massivos de comunicação se converte em um direito coletivo. Então, é um direito da sociedade e não dos donos da grande mídia".

Estas organizações patronais da mídia são muito ativas nas arenas jurídicas e parlamentar, e compõem um forte lobby junto ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo. São patrocinadoras e "apoiadoras" de várias ações de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar anular o efeito de legislações que contrariam os seus interesses empresariais.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ingressou, a pedido da Abert, com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra a vinculação horária da Classificação Indicativa, acusando de cerceamento à liberdade de imprensa a obrigação de veicular conteúdos não indicados para menores dentro de uma faixa horária estabelecida. O lobby da Abert foi pesado e resultou no fim da Classificação Indicativa na simbólica data de 31 de agosto de 2016, mesmo dia da votação final do impeachment de Dilma Rousseff.

As organizações midiáticas também se posicionaram contra a aprovação da Lei do Direito de Resposta, que regulamentou o inciso II, parágrafo terceiro, do artigo 220 da Constitução, que diz ser responsabilidade do poder público: "estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente".

Em nota, a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão lamentou a aprovação do "dispositivo que prevê que o ofendido possa dar a resposta ou fazer a retificação pessoalmente em veículo de rádio ou TV. A manutenção deste trecho poderá inviabilizar o trabalho dos veículos de comunicação, limitando a atividade jornalística. Esta medida pode ter resultados alheios à realidade dos fatos e ameaçar o princípio da liberdade de imprensa", diz a nota[4].

Em declaração ao jornal *O Estado de São Paulo*[5], Daniel Slaviero, presidente da Abert e executivo da Rede Globo, desabafou: "Imagine alguém assumindo uma bancada de jornal. Você possibilitar a oportunidade de a pessoa ir ao vivo na emissora é realmente uma intimidação e pode prejudicar o trabalho dos veículos." A Associação Nacional dos Jornais também fez coro às críticas da Abert e contestou os prazos exíguos para a publicação da reparação.

Mais uma vez, essas organizações recorreram ao STF para tentar anular a decisão do Legislativo. A "cabeça de ferro" das entidades foi a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que assinou a Adin para questionar a lei.

Outra frente de ataques da velha mídia privada nacional foi a iniciativa de se constituir no país um campo público de comunicação a partir da criação da Empresa Brasil de Comunicação. Os ataques à tevê traço, tevê Lula, chapa branca e todos os adjetivos que se possa imaginar começaram no dia em que a EBC foi formalizada em lei e se estenderam até o pós-golpe. Um dos primeiros alvos do governo golpista foi intervir na EBC, fechando o seu conselho curador e destituindo o presidente da empresa.

A mídia que pavimentou o golpe foi bem recompensada pelo governo instalado. Além de ter aumentado assintosamente os recursos para os grupos de mídia por meio das verbas de publicidade direta e indireta do governo federal, foram agraciados com o atendimento de várias de suas "reivindicações" junto ao Executivo. Medidas administrativas alterando os procedimentos para a concessão e renovação de outorgas foram alteradas para facilitar a vida dos barões midiáticos, como a medida provisória 747[6] e o decreto 9138/2017[7].

Apesar de terem conseguido emplacar o impeachment e de gozarem ainda de uma penetração e influência gigantescas na sociedade, os barões midiáticos já não falam mais sozinhos. A possibilidade que a internet trouxe para que segmentos sociais e políticos, historicamente silenciados pela mídia hegemônica, pudessem se expressar através de blogs, sites e das redes sociais tem provocado enorme incômodo.

Prova disso é a ofensiva da Abert e da ANJ contra sites de notícias internacionais que produzem noticiário em português sobre o Brasil. Em 2009, em nota conjunta, as duas entidades miraram suas baterias contra esses sites. "Na euforia que se instaurou com a efervescência da Internet, várias empresas estrangeiras simplesmente passaram a produzir conteúdo brasileiro, ignorando flagrantemente nossa Constituição. Está mais do que na hora da sociedade brasileira restabelecer a lei e desfazer o equívoco: a liberdade irrestrita no uso da infraestrutura de redes da Internet e nos serviços de intercomunicação (redes sociais e outros) não pode ser confundida com desrespeito à lei no que se refere à produção e programação de conteúdo nacional. O jornalismo e a autonomia da opinião pública nacional merecem respeito!".

Chama a atenção o apelo à autonomia da opinião pública nacional, como se esta fosse propriedade dos meios privados de comunicação brasileiro, ou seja, das empresas filiadas à ANJ e à Abert.

Em outubro de 2016, com a denúncia do golpe no Brasil reverberando internacionalmente, principalmente a partir da cobertura jornalística de veículos como o The Intercept Brasil, El País, BBC Brasil e outros veículos da mídia alternativa, a ANJ ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin 5.613) junto ao STF para impedir que estes sites continuassem operando no Brasil.

Mas qual o verdadeiro pecado destes veículos? Será mesmo que a Abert e a ANJ estão preocupadas com a observância do artigo 222 da Constituição? Não

vamos nos enganar. O pecado destes sites foi o de fazer jornalismo fora da tutela e do discurso único praticado pela mídia hegemônica nacional e, ao fazê-lo, evidenciar a parcialidade dos veículos, a baixa qualidade do jornalismo – se é que ainda se pode chamar de jornalismo o que parte destes meios hegemônicos têm feito.

Após o golpe, um passeio breve pelos sítios web destas entidades patronais da mídia hegemônica é muito instrututivo. Há notícias e notas exaltando a Reforma Trabalhista, eventos para orientar seus filiados a como se ajustarem às novas regras, notícias alertando sobre o défict da previdência, em grande sintonia com as propostas do governo instalado, da elite econômica e, claro, das manchetes e notícias veiculadas nos jornais, revistas, e nas emissoras de rádio e televisão.

A corporação permanece unida e antenada, sob a orientação internacional da SIP, e de seus filiados brasileiros.

REFERÊNCIAS - LINKS CONFERIDOS EM 21/01/2018

Entidades de imprensa e fecomercio estudam ir ao STF contra o Plano de Direitos Humanos https://oglobo.globo.com/politica/entidades-de-imprensa-fecomercio-estudam-ir-ao-stf-contra-plano-de-direitos-humanos-3037045

Presidente da SIP tacha Lula de falso democrata http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,presidente-da-sip-tacha-lula-de-falso-democrata,582284

Los amos de la SIP – https://pt.scribd.com/document/309821057/Los-amos-de-la-SIP-pdf

Nota Abert Direito de Resposta http://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/24372-nota-a-imprensa

Entidades questionam lei do Direito de Resposta http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,entidades-questionam-lei-do-direito-de-resposta,10000001289

MP 747 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv747.htm

Decreto 9.138/2017 http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/b110756561cd26fd03256ff500612662/0c53d12a9845d6d183258185003ed71b?OpenDocument

PACTO DAS TEVÊS

Altamiro Borges[1]

Entre as forças progressistas, já há consenso de que o Brasil foi vítima de um "golpe judicial-parlamentar-midiático" em 2016 – deflagrado em abril na "assembleia de bandidos" presidida pelo corrupto Eduardo Cunha e concluído em agosto no Senado com a aprovação do impechment sem crime de Dilma Rousseff. Não houve tanques nas ruas, como no golpe militar de 1964, mas a ordem democrática foi abortada de forma brutal e ilegal. A exemplo do que já havia ocorrido em Honduras e Paraguai, respectivamente em 2009 e 2012, a presidenta eleita democraticamente por 54,5 milhões de brasileiros foi deposta por um consórcio que reuniu agentes do Poder Judiciário, parlamentares de direita e fisiológicos e as sete famiglias que monopolizam a comunicação no país – sempre a serviço dos interesses econômicos do império ianque e da cloaca empresarial nativa.

Neste golpe de novo tipo, porém, o papel da mídia monopolista foi determinante. Ela foi a principal protagonista da cavalgada golpista que alçou ao poder a quadrilha de Michel Temer. Sem a mídia, o juiz Sergio Moro, o chefão da Lava Jato, seria apenas um juizeco de primeira instância que goza imoralmente do auxílio-moradia. Graças aos meios de comunicação, em especial às emissoras de televisão, Moro foi transformado em herói nacional, recebendo prêmios e todos os holofotes da mídia, apesar dos inúmeros crimes e abusos cometidos na operação. Sem a chamada grande imprensa, e a escandalização da política por ela promovida, o atual Congresso Nacional não seria o pior da história recente do país, totalmente refém do poder midiático e com dezenas de deputados e senadores das bancadas da bíblia, da bala e do boi – a famosa bancada BBB.

Esse protagonismo foi exercido principalmente pela poderosa Rede Globo, que apostou na desestabilização do país, insuflou o ódio ao PT e convocou as marchas fascistas pelo impeachment de Dilma Rousseff. Mas as outras emissoras de tevê, apesar de menores em audiência e influência, também jogaram um papel decisivo na conspirata. Superando antigas diferenças na linha editorial, houve uma forte coesão das tevês contra a frágil democracia nativa. SBT do mercenário Silvio Santos, Record dos mercadores da fé da Igreja Universal do Reino de Deus

1 Presidente do Centro de Estudos da Mídia Alternativa e editor do *Blog do Miro*.

(Iurd) e Band da decadente famiglia Saad apostaram todas as suas fichas no golpe. A exemplo do império global, estas três emissoras foram movidas por razões políticas-ideológicas, de classe, e também por razões econômicas-comerciais – mesquinhas e mercenárias.

AS MOTIVAÇÕES POLÍTICAS, DE CLASSE

Como ensina o professor Dênis de Moraes, a mídia monopolista é um duplo poder. Ela tem interesses políticos e econômicos e usa todo seu aparato, com batalhões de jornalistas e avançada tecnologia, para defendê-los. Como expressão concentrada da burguesia nativa – reunindo algumas das maiores fortunas do país –, não vacila em defender os anseios desta classe. Isto é o que explica a conduta golpista da chamada grande imprensa em toda a história do país – seja na ação desestabilizadora que levou ao suicídio de Getúlio Vargas (1954), ou nas tentativas de inviabilizar o governo de Juscelino Kubitschek (antes de sua posse, em novembro de 1955, e depois, em fevereiro de 1956 e dezembro de 1959) e na atuação conjunta que depôs João Goulart (1964). Após apoiar a ditadura militar e ser a maior propagandista do destrutivo e regressivo projeto neoliberal nos governos Collor de Mello e FHC, a mídia engoliu a contragosto a vitória do ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva.

Enquanto a economia cresceu, os barões da mídia toleraram o "reformismo brando" das gestões petistas. Bastou a economia entrar em parafuso para o "pacto lulista" ser rompido de forma truculenta, enterrando as ilusões dos que ainda acreditam na "visão republicana" da burguesia nativa. A cavalgada golpista contra Dilma Rousseff não teve nada a ver com "pedaladas fiscais" ou denúncias de corrupção, estas sempre amplificadas pelos falsos moralistas da mídia corrupta. Sem votos na urna, o golpe visou alterar o projeto político em curso no país, jogando o ônus da crise nas costas dos trabalhadores e garantindo o bônus para a burguesia estrangeira e nativa. A chegada ao poder da quadrilha de Michel Temer explicitou esse objetivo.

Neste novo cenário, SBT, Record e Band comportaram-se de forma mais agressiva do que a TV Globo na defesa dos projetos de desmonte do Estado, da nação e do trabalho. A partir das delações dos donos da JBS, a famiglia Marinho até ameaçou rifar o usurpador, temendo o desgaste do receituário neolibeiral. Já as três emissoras seguiram unidas no apoio militante a Michel Temer. Avaliaram que sua queda colocaria em risco os projetos de salvação da burguesia. Um estudo da ONG Repórter Brasil, publicado em junho de 2017, mostra que a emissora do "pastor" Edir Macedo foi a mais ofensiva na defesa da contrarreforma trabalhista: "O Jornal da Record foi o menos crítico à proposta apresentada pelo governo federal, com 100% das reportagens favoráveis". No Jornal Nacional, as matérias em defesa do fim da CLT e da volta à escravidão ocuparam 77% do noticiário.

Já na contrarreforma da Previdência, que serve principalmente aos abutres financeiros, todas as emissoras fizeram um baita esforço para ludibriar os milhões de brasileiros cuja aposentadoria estava em risco. Em outro levantamento, a Repórter Brasil constatou que "os principais veículos de informação do país fizeram uma cobertura positiva da proposta enviada por Michel Temer ao Congresso Nacional, deixando pouco espaço às opiniões divergentes. Os veículos das organizações Globo foram os menos críticos: 91% do tempo dedicado ao tema pela TV Globo foram alinhados à proposta do Palácio do Planalto... Já o Jornal da Record foi o mais equilibrado, com 62% do tempo sendo favorável à reforma da Previdência".

O papel mais patético nesta refrega, porém, foi desempenhado pelo SBT. Em meados de janeiro de 2018, o mercenário Silvio Santos levou Michel Temer ao seu programa de auditório. A Folha privatista registrou esta cena, uma dos mais deprimentes da tevê brasileira. "O emedebista foi recebido em clima ameno para explicar a reforma da Previdência. Aproveitando o momento de descontração, Temer até arriscou uma brincadeira com o dono do SBT. Ao final da entrevista, ele emulou uma das atrações do apresentador. O presidente disse que Silvio Santos havia se saído muito bem. 'Vou fazer como você faz com suas colegas de trabalho', disse ao sacar uma nota de R$ 50 e entregar para Silvio Santos. O dono do SBT colocou a nota no bolso".

AS MOTIVAÇÕES ECONÔMICAS, MERCENÁRIAS

Além das razões de classe, em defesa dos interesses da burguesia, estas emissoras também incentivaram o golpe que alçou ao poder a quadrilha de Michel Temer por motivos mais mesquinhos. Todas elas enfrentavam uma grave crise do seu modelo de negócios, decorrente da estagnação da economia, da explosão da internet, da sua própria crise de credibilidade e dos erros de gestão das famiglias que administram estas empresas. Venais e mercenárias, elas se dispuseram, após o golpe, a trocar o apoio aos golpistas por inúmeras benesses e maracutaias. Substituíram o "jornalismo de guerra" praticado nos governos Lula e Dilma pelo pior tipo de jornalismo chapa-branca. A manobra comercial teve o resultado quase imediato de aumento das verbas publicitárias.

O desespero das três emissoras, que enfrentam a brutal e desleal concorrência da TV Globo, é compreensível. Há alguns anos algumas delas, inclusive, correm o risco de fechar. Como apontou Ricardo Feltrin, em matéria postada no UOL em 2 de janeiro, a situação financeira explicaria o puxassaquismo destas empresas. "O ano que terminou não vai deixar muitas saudades à maioria absoluta das TVs abertas. Com exceção da líder bilionária Globo, as demais emissoras devem encerrar o balanço de 2017 com pouco lucro, nenhum ou no vermelho". No caso do império global, ele ainda "lucra muito porque concentra a fatia hegemônica

da publicidade brasileira. Todo o Grupo Globo, estimam os especialistas ouvidos sob anonimato pela coluna, deve fechar o faturamento na casa dos R$ 15 bilhões no ano passado. Seu lucro líquido deve permanecer na casa dos R$ 1,7 bilhão".

Já a Record "deve faturar no total de R$ 1,8 bilhões a R$ 2 bilhões, mas aí estão incluídas as centenas de milhões anuais que a Igreja Universal repassa à emissora em troca de suas madrugadas. No entanto, se houve lucro ele será bem menor que o do ano passado (o recorde de R$ 227 milhões). A emissora fez grandes cortes e ajustes nos últimos três anos. Como empresa, a Record também passou por uma espécie de 'higienização' de suas relações trabalhistas: hoje é uma das TVs que sofre menos ações de ex-empregados". Especula-se que a TV Record teria sobrevivido graças a doações não contabilizadas dos fiéis da Iurd. Sem este recurso, que é ilegal numa concessão pública da televisão, ela não se manteria apenas com a verba da publicidade.

A situação da emissora do mercenário Silvio Santos é ainda mais dramática. "O SBT passou dezembro fazendo cortes de pessoal e de gastos. Em 2016 seu lucro líquido foi de apenas R$ 6,6 milhões, uma queda de 91% em relação ao ano anterior. Em 2017 a estimativa de faturamento (especulação) está abaixo de R$ 800 milhões, e a emissora deve fechar no vermelho. O Grupo Silvio Santos como um todo, aliás, tem passado por ajustes. A emissora ainda teve no ano passado o desprazer de ver confirmada uma multa de R$ 2 bilhões da Receita, devido a supostas irregularidades em tentativa de 'salvamento' do banco Pan Americano – uma crise que se arrasta desde o fim da década passada. Embora o Grupo SS esteja recorrendo em instâncias outras, esse passivo ainda pode se tornar grande fonte de desgosto contábil nos próximos anos".

Já a emissora da famiglia Saad "continua seu longo processo de recuperação financeira. Nos últimos anos ela promoveu corte de custos em todas as áreas, vendeu ativos (antenas de transmissão, por exemplo) e tem estudado a possibilidade de vender o canal 21 (no passado chegou a pedir R$ 1 bilhão à Universal, que não aceitou). Ao mesmo tempo em que faz corte de custos, a Band pratica com empenho a venda de faixas da programação para terceiros, especialmente para as igrejas... O faturamento estimado do Grupo Band em 2017 deve ficar na casa dos R$ 350 milhões, mas a emissora tem algumas pendências para resolver, inclusive uma suposta dívida milionária com a Globo relativa a direitos de transmissão de futebol. O lucro líquido provavelmente será zero. Ou vermelho".

SILVIO SANTOS "TOPA TUDO POR DINHEIRO"

A combinação dos interesses políticos de classe com a busca mercenária por fontes de sustento ajuda a entender a crescente partidarização da mídia tradicional, que participou ativamente da cavalgada golpista que derrubou Dilma Rousseff e alçou ao poder a gangue de Michel Temer. Mas esta conduta não é nova na

tevê brasileira, apenas foi radicalizada no período recente. O SBT é um exemplo emblemático desta relação promíscua entre mídia e poder. Silvio Santos é o homem que "topa tudo por dinheiro". A sua emissora, que ocupava o segundo lugar em audiência no país em 2017 – com 14,9 pontos, em média, segundo estudo do Intervozes (Globo lidera com 36,9% e Record aparece com 14,7%) –, já nasceu vinculada a poderosos interesses.

O Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) foi fundado em 19 de agosto de 1981. O empresário não se cansa de repetir que deve a sua fortuna a João Baptista Figueiredo, o último general a presidir o país durante a ditadura militar: "Sou muito grato a ele. Se não fosse ele, eu estaria vendendo caneta na praça da Sé". Na época, Silvio Santos possuía apenas o frágil canal 11 do Rio de Janeiro, a TVS, e a ditadura viabilizou a concessão de outras quatro emissoras, o que permitiu a formação do SBT. Num gesto de puro servilismo, em seu programa dominical ele exibia a chamada "Semana do Presidente", exaltando o fascista no poder. O ato de inauguração da sua nova rede ocorreu na sede do Ministério das Comunicações, em Brasília. Ladeado por generais, o velhaco oportunista discursou ao vivo na telinha e explicitou o seu ambicioso plano de expansão.

Atualmente, o SBT possui 114 emissoras próprias e afiliadas em todo o território nacional. Com a redemocratização do país, Silvio Santos manteve sua influência nos corredores de Brasília. Por questões ideológicas e interesses mercenários, ele sempre deu espaços generosos aos inimigos do povo. A recente e vexatória visita de Michel Temer não foi um caso único. No governo Collor de Mello, por exemplo, ele entrevistou a ministra Zélia Cardoso para que ela justificasse o confisco da poupança de milhões de brasileiros. Entusiasmado com a onda neoliberal que devastava o Brasil, Silvio Santos chegou a se candidatar à Presidência da República em 1989, mas suas postulação foi impugnada pela Justiça Eleitoral devido a várias irregularidades. Já no reinado de FHC, sua emissora virou um palanque das propostas de privataria das estatais e desmonte dos direitos trabalhistas.

Apesar dos seus programas policialescos e de entretenimento de baixa qualidade e dos inúmeros enlatados, como as novelas mexicanas e os desenhos de Wall Disney, o SBT nunca conseguiu abocanhar fatias maiores do mercado publicitário, sempre hegemonizado pela TV Globo. Durante vários anos a emissora foi deficitária. Em 1991, cresceu o boato de que seria vendida. "Eu não recebo ninguém que queira conversar sobre a venda por menos de US$ 300 milhões", reagiu Silvio Santos. A empresa só resistiu às dificuldades graças a esquemas sinistros de arrecadação, como o Baú da Felicidade e a Tele Sena. A concessão pública de tevê virou uma empresa de capitalização de dinheiro das camadas mais sofridas da sociedade, o que rendeu vários processos na Justiça, inclusive por contravenção penal, contra o empresário mascateiro e caloteiro.

PARTIDARISMO MIDIÁTICO

João Feres Júnior[1]

A expressão Partido da Mídia Golpista, fonte do acrônimo jocoso PIG, tornou-se lugar comum nos comentários da esquerda brasileira na última década. Criada pelo jornalista Paulo Henrique Amorim, a expressão designa a grande imprensa brasileira e atribui a ela o comportamento de um partido político de oposição ao governo petista. Segundo o próprio Amorim, sua criação foi inspirada em discurso do deputado petista Fernando Ferro. Na descrição do próprio jornalista, "O partido deixou de ser um instrumento de golpe para se tornar o próprio golpe. Com o discurso de jornalismo objetivo, fazem o trabalho não de imprensa que omite; mas que mente, deforma e frauda".

A expressão PIG é rejeitada por muitos jornalistas e por alguns acadêmicos. Por exemplo, Jones Rossi, da Gazeta do Povo, afirma que as relações entre os grupos midiáticos são muito complexas e que o termo, ao fazer uma simplificação excessiva, seria uma falsidade.[2] O jornalista e sociólogo Lúcio Flávio Pinto declara que "o conceito de PIG se insere nessa onda de barbárie intelectual com aparência de causa justa e heroica.[3]

O presente texto tem por objetivo discutir exatamente essa característica atribuída à grande imprensa brasileira, sua partidarização. A primeira pergunta que gostaria de colocar é: seria apropriado falarmos de um partido da imprensa brasileira?

---

1 É professor de ciência política e diretor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da UERJ. Coordenador do GEMAA — Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (http://gemaa.iesp.uerj.br/), do OCS — Observatório das Ciências Sociais e do LEMEP — Laboratório de Estudos de Mídia e Espaço Público, no âmbito do qual está o site Manchetômetro, dedicado à análise diária da cobertura midiática da política. Tem publicações nas áreas de teoria política, história dos conceitos, políticas de ação afirmativa, relações raciais, estudos de mídia e política, e história e desenvolvimento das ciências sociais.

2 http://www.gazetadopovo.com.br/ideias/nao-existe-imprensa-golpista-existe-a-imprensa-que--cumpre-seu-papel-aebidh36ueylghrpobx2vlfgu

3 http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o-pig-e-uma-fantasia/.

É claro que a grande mídia brasileira não é de fato um partido político, com inscrição no Tribunal Superior Eleitoral, programa registrado, apoio de no mínimo 0,5% do número de votantes na última eleição da Câmara dos Deputados, etc. Em outras palavras, o uso do termo partido associado à imprensa é feito de forma alusiva, e não literal. Podemos arriscar dizer que é um tipo de metáfora, mas essa figura de linguagem é muito focada no compartilhamento de somente uma característica semântica entre dois objetos, como no exemplo: "esse menino é um raio". A expressão se justifica somente pelo compartilhamento do atributo da rapidez entre o menino e o raio real. No mais, o jovem ser humano do sexo masculino não pode ser descrito como uma descarga de elétrons na atmosfera.

Temos na verdade uma gama de possibilidades. Nos extremos podemos colocar a posição de que a mídia é de fato um partido, facilmente descartada pela pura factualidade. Em oposição frontal a essa interpretação estão aqueles que comungam com Rossi a opinião de que o uso do termo partido, seja ele descritivo ou alusivo, é completamente falacioso. Entre tais posições extremas há outras intermediárias. A ideia de que a palavra partido seria uma simples metáfora é uma delas. Por exemplo, podemos argumentar que a mídia, apesar de não ser de fato partido político, se comportaria como tal em períodos eleitorais, pois seu viés é tamanho que é como se estivesse fazendo campanha para alguns candidatos e contra outros. Certamente, as capas da Veja e Época às vésperas do segundo turno da eleição de 2014 dão crédito a esse tipo de interpretação, só para citar dois exemplos extremamente óbvios.

Contudo, gostaria de examinar uma outra hipótese nesse texto, a de que o comportamento partidário da grande mídia brasileira é mais que uma metáfora, pois ele é multifacetado, não se limita a um elemento semântico.

Explico-me melhor. Penso que o termo metáfora é insuficiente pois se (1) por um lado a grande mídia brasileira tem exercido em muitos momentos da vida nacional várias funções normalmente atribuídas a partidos e a movimentos sociais, por outro, (2) ela apresenta um grau de autonomia relativa frente aos partidos que lhe permite agir de maneira politizada mesmo ao arrepio dos interesses imediatos dos partidos a ela frequentemente aliados.

Para provar meus pontos farei uso da base de dados do Manchetômetro, projeto que coordeno, e que tem analisado ininterruptamente a cobertura diária da política e da economia dos jornais impressos Folha de S. Paulo, O Globo e Estado de S. Paulo, e do programa televisivo Jornal Nacional, da Rede Globo, desde o começo de 2014.[4]

---

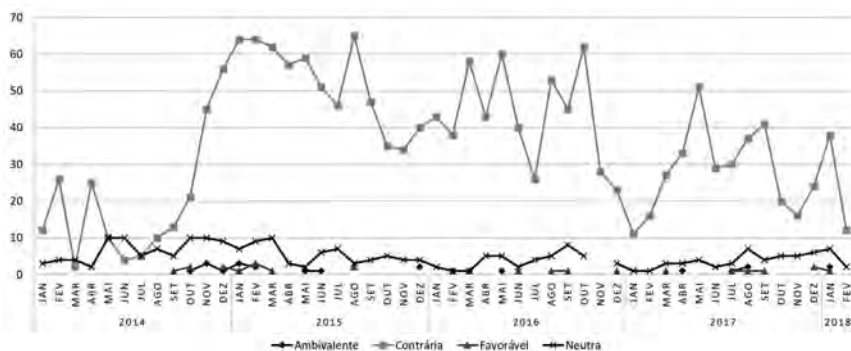
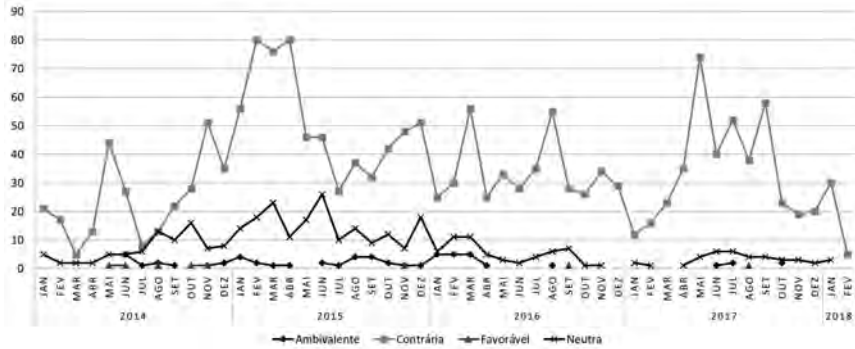
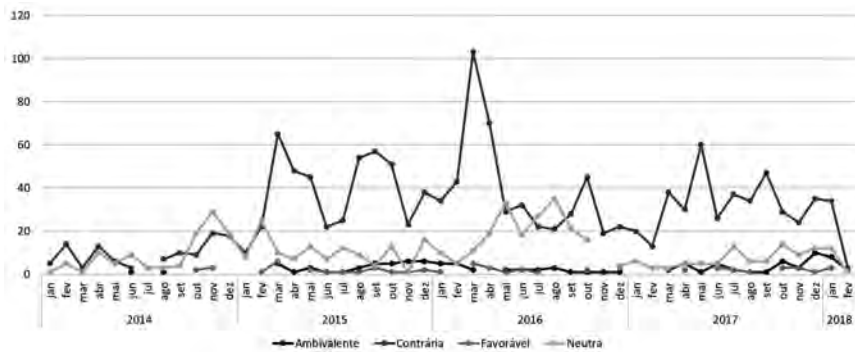
4 Ver http://www.manchetometro.com.br/. O site do Manchetômetro também contém análises da cobertura jornalística das eleições de 1998 e 2010, além de inúmeros textos de análise.

INVESTIGANDO A GRANDE MÍDIA

Há evidências sólidas de que a grande mídia brasileira tem historicamente demonstrado forte viés contra o PT, como comprova farta literatura acadêmica sobre mídia e política, mormente sobre o comportamento da grande mídia nas eleições. Uma série de autores demonstraram viés antipetista no comportamento dos grandes meios de comunicação, eleição após eleição. O livro *A imprensa brasileira e o PT* de Fernando Azevedo, publicado recentemente, faz um bom apanhado dessa literatura, mostrando com dados a consistência do viés antipetista dos maiores jornais impressos do país {Azevedo, 2009 #18918}.

Para conferir um grau a mais de veracidade aos meus argumentos, vou aqui repassar alguns pontos cruciais com dados extraídos da base do Manchetômetro. A primeira coisa que devemos fazer é testar se há alguma coerência no uso de expressões como “grande mídia brasileira” ou PIG, pois elas pressupõem que exista alguma unidade de comportamento que permita que tais termos “generalizantes” sejam usados. Devido a brevidade do presente ensaio, vou abaixo apresentar somente os dados da cobertura em relação ao partido político que ocupou a presidência da república nos últimos 14 nos, o Partido dos Trabalhadores (PT). Adianto já que teríamos resultados similares se as variáveis escolhidas fossem Governo Federal, Lula ou Dilma.

Vejamos então qual o tratamento dado por cada um dos grande jornais ao PT.

PT– valências em *O Globo*

PT– valências no *Estado de S. Paulo*

PT– valências na *Folha de S. Paulo*

Como podemos notar pela comparação dos gráficos acima, o comportamento dos três grandes jornais tem sido bastante similar no que toca o PT. Primeiramente, pela alta ativação da cobertura. Como a base do Manchetômetro se limita aos textos da capa e às duas páginas de opinião dos jornais, é digno de nota que os três jornais tenham atingido marcas entre 70 a 100 textos negativos por mês que citam o partido durante o período. Em segundo lugar, há uma posição fortemente contrária ao partido na cobertura dos três jornais. Ela é também bastante consistente. Excetuando o período eleitoral de 2014, quando O Globo e Folha balancearam mais neutras e contrárias enquanto o Estadão fez uma cobertura mais negativa, e o período imediatamente posterior à posse de Temer, quando a Folha de S. Paulo novamente balanceou contrárias e neutras, todo o resto da cobertura foi fortemente negativa para o PT nos três diários, com a curva de contrárias voando a uma altitude de 70, 80, mais de 100 por mês, como é o caso da Folha, enquanto as neutras se limitam a um teto baixo em torno de 20 mensais.

Os dados acima indicam um grau alto de unidade de ação, algo já bastante preocupante no que toca a diversidade de posições necessária para um ambiente democrático saudável. Os três principais jornais do país, pertencentes a empresas que controlam também a maior parte da produção de conteúdo noticioso que circula na internet e em outras mídias, se posicionam frontalmente contra o governo de centro-esquerda do PT. Para entender essa conclusão é importante ter em mente que a base do Manchetômetro é composta e grande medida de textos de opinião, por incluir capa e as duas páginas dedicadas aos editoriais e colunas de opinião.

O bom funcionamento da democracia representativa contemporânea depende da diversidade de opiniões circulantes. O raciocínio é bastante simples: para que possa formar sua opinião acerca das questões mais importantes que afetam a vida coletiva, os cidadãos devem ter acesso a uma pluralidade de pontos de vista, e assim escolher o que mais lhe agrada, ou mesmo formular um outro a partir do material que lhe é oferecido. Mas isso não pode acontecer no Brasil, pois nosso sistema de mídia tem baixíssima diversidade externa – os meios estão todos concentrados no mesmo espaço do espectro ideológico, que vai do centro para a direita – e baixa diversidade interna — cada empresa de mídia serve um cardápio bastante restrito de opiniões e pontos de vista para seu público.

Mas a relativa unidade de comportamento e a concentração em torno da oposição ao PT fazem da grande mídia nacional um partido? Partidos promovem seus candidatos potenciais e atuais, ou, para detalhar melhor a questão, se a mídia tivesse um comportamento partidarizado, isto é, consistentemente alinhado a partidos políticos, apoiaria esse partido e seus políticos específicos. Para testar essa hipótese vejamos abaixo o comportamento dos grandes jornais frente Aécio Neves, que por muito tempo foi o político mais importante do principal partido de oposição ao governo petista, o PSDB.

Aécio Neves possui longa carreira política: ex-deputado federal por Minas Gerais, eleito em 1987; eleito presidente da Câmara dos Deputados em 2001; governador de Minas Gerais por dois mandatos; senador pelo mesmo estado a partir de 2011; presidente do PSDB e candidato derrotado à Presidência da República em 2014 por estreita margem.

Sabemos de antemão, ainda que não tenhamos espaço para demonstrar aqui, que boa parte da campanha negativa movida pela grande mídia contra o PT tem como fulcro o tema da corrupção. Tanto o partido quanto seu maior representante, Lula, são pintados como responsáveis por grande parte da corrupção política em nosso país. Assim, a escolha de Aécio é propícia, pois, além de sua visibilidade como opositor do PT, o tucano acumulou somente no ano de 2016 um vasto rol de denúncias de corrupção e outras práticas ilícitas. Entre elas:

- 15/03 - O ex-senador Delcídio Amaral acusou Aécio Neves de receber propina de Furnas, estatal do setor elétrico.[5]

- 15/03 - Delcídio Amaral também acusou Aécio de ter maquiado dados do Banco Rural obtidos pela CPI dos Correios.[6]

- 03/05 – O PGR Rodrigo Janot enviou ao STF pedidos para investigar Aécio baseado na delação do ex-senador Delcídio Amaral que disse ter tido que "segurar a barra" quando presidiu a CPI dos Correios para que não viesse à tona movimentação de empresas de Marcos Valério, condenado no mensalão, que "atingiria em cheio" o presidente do PSDB.[7]

- 10/06 - Uma estatal do governo de Minas Gerais fechou termo de parceria com o pai do senador Aécio Neves (PSDB), Aécio Ferreira da Cunha (1927-2010), quando seu filho ainda era governador. O termo previa pagamento de R$ 250 mil para a produção de feijão na fazenda de Cunha em Montezuma (norte de Minas Gerais). Foram desembolsados R$ 150 mil em dezembro do mesmo ano. Após a morte naquele ano do pai de Aécio, a empresa foi herdada pelo atual senador e por sua irmã, Andrea Neves.[8]

- 15/06 - O ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado relatou, em sua delação premiada na Operação Lava Jato, ter repassado propina a mais de 20 políticos de diferentes partidos, entre eles Aécio Neves.[9]

- 15/06 - Sérgio Machado também relatou que participou da captação de recursos ilícitos para bancar a eleição do hoje senador Aécio Neves (PSDB-MG) à presidência da Câmara dos Deputados, no ano de 2001.[10]

---

5 http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750108-aecio-recebeu-propina-de-furnas-diz--delcidio-em-delacao.shtml

6 http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-03/delcidio-diz-que-paes-e-aecio-agiram--favor-do-banco-rural-na-cpmi-dos

7 http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/janot-pede-investigacao-contra-aecio-marco-maia-e-vital-do-rego/

8 http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1780157-estatal-do-governo-de-minas-fez-parceria-com-firma-de-pai-de-aecio.shtml

9 http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1781908-machado-diz-ter-repassado-propina--a-18-politicos-de-pmdb-pt-dem-e-psdb.shtml

10 http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1781941-propinas-bancaram-eleicao-de-aecio-a--presidencia-da-camara-diz-machado.shtml

- 18/06 - O ex-deputado federal Pedro Corrêa afirmou que Aécio foi responsável pela indicação do antecessor de Renato Duque na Diretoria de Serviços da Petrobras, Irany Varella, e que Varella arrecadava propina durante o governo Fernando Henrique Cardoso.[11]

- 25/06 - O empreiteiro Léo Pinheiro, sócio e ex-presidente da OAS, relatou, com base em documentos, que pagou suborno a auxiliares do então governador de Minas Gerais, Aécio Neves, durante a construção da Cidade Administrativa, obra comissionada pelo tucano cujo gasto total alcança R$ 2,1 bilhões.[12]

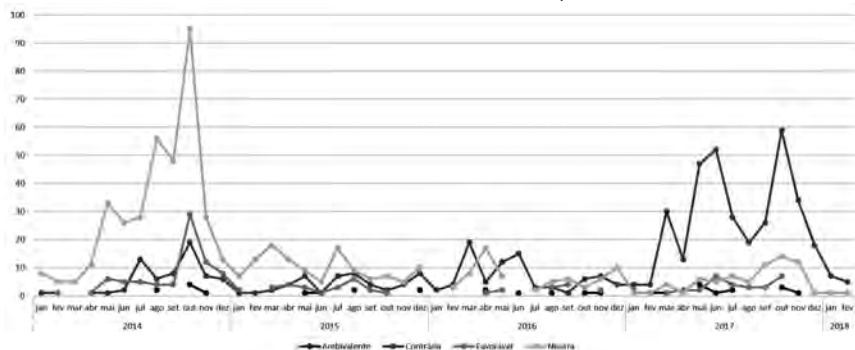
- 13/07 – A PF vaza informações da quebra de sigilo do celular de Otávio Marques de Azevedo, ex-presidente da empreiteira Andrade Gutierrez, e relata ter descoberto uma negociação de doação para a campanha de Aécio Neves à Presidência feita por intermédio de Oswaldo Borges da Costa Filho, ex-presidente da estatal mineira Codemig e conhecido como tesoureiro informal do PSDB-MG.[13]
- Não bastassem essas acusações, maio de 2017 foi vazada gravação na qual Aécio pede a Joesly Batista, dono da JBS, R$ 2 milhões para ajudar a pagar a sua defesa na Lava Jato. O dinheiro teria sido entregue a Frederico Pacheco de Medeiros, primo de Aécio e coordenador de sua campanha para o planalto. Frederico foi filmado pela Política Federal repassando a pagamento a Mendherson Souza Lima, assessor parlamentar do senador Zezé Perrela (PSDB-MG), amigo pessoal e aliado político de Aécio.

Vejamos como os grandes jornais tratam Aécio no período.

11 http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/06/pedro-correa-diz-que-aecio-indicou-antecessor--de-duque-na-petrobras.html

12 http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1785714-socio-e-ex-presidente-da-oas-relatara-propina-em-obra-de-aecio-neves.shtml

13 http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1791086-mensagens-mostram-assedio-de-politicos-a-executivo-da-andrade.shtml

Aécio Neves – Valências (todos os jornais)

De cara, é importante notar o contraste entre o consistente comportamento anti-petista dos grandes jornais ao longo de todo período coberto pela pesquisa do Manchetômetro (janeiro de 2014 até hoje), demonstrado nos gráficos 1, 2 e 3, e a variação do tratamento dispensado a Aécio Neves.

É preciso antes fazer uma ressalva em relação às valências, com a exceção de Fernando Henrique Cardoso na eleição de 1998, políticos, sejam eles candidatos ou não, recebem parco número de matérias positivas nos grandes jornais. Devido a isso, é mais produtivo focarmos a análise nos números de contrárias e neutras, quase sempre bastante superiores aos de favoráveis. Matérias e textos neutros são geralmente de caráter descritivo ou, quando não, se eximem explicitamente de tomar partido contra ou a favor do objeto do texto. Assim, para além do caráter inócuo que possa sugerir, a cobertura neutra muitas vezes tem um efeito positivo para o objeto tratado, pois dá a saber das coisas que fez, mostra-o como ativo e realizador, além de mantê-lo sob atenção do público.

Dito isso, vamos ao gráfico acima. No ano de 2014, ano da eleição em que foi derrotado, Aécio teve uma cobertura bastante amigável por parte dos grandes jornais. Para temos parâmetro de comparação, vejamos as curvas da cobertura dedicada à Dilma Rousseff, sua principal contendora no pleito:

A comparação deixa claro que Aécio foi bastante favorecido pela cobertura, com sua curva de neutras em um patamar em torno de cinco vezes superior a de contrárias. Enquanto isso, no gráfico de Dilma as curvas de contrárias e neutras se entrecruzam em uma proporção em torno de uma para uma. Outra maneira de percebermos essa discrepância é comparar cada tipo de valência. Enquanto Aécio recebeu um número de neutras comparável ao de Dilma, seu número de contrárias foi em média mais de 4 vezes menor do que as recebidas pela candidata do PT.

Voltemos ao gráfico 4. Ao longo do ano de 2015, quando Aécio se converteu no defensor mais estridente da deposição de Dilma, o nível da ativação de sua cobertura baixou consideravelmente, mas nem tanto assim se considerarmos que sua curva de neutras, flutuando entre 20 e 10 menções mensais nos três jornais, em grande parte dizia respeito a ações e declarações suas que tinham por objeto a reversão do resultado eleitoral.

O ano de 2016 é bem mais proveitoso do ponto de vista analítico, pois mostra que suas curvas não se alteraram substancialmente, com um ligeiro aumento de contrárias. Isso é, contudo, digno de nota dado o grande número de denúncias que o envolveram naquele ano. Em outras palavras, o que vemos aqui é um processo de blindagem do então presidente do PSDB por parte da grande mídia, blindagem essa feita mormente pela manipulação do agendamento. As denúncias foram de fato noticiadas aqui e ali, mas nunca se tornaram pontos recorrentes da pauta jornalística.

Essa blindagem durou até o vazamento da gravação feita por Joesley, revelada em maio de 2017. A partir daí Aécio passa a ser objeto de um grande número de matérias negativas, muitas vezes superior ao de neutras.

CONCLUSÕES

Os exemplos dados acima não são suficientes para chegarmos a conclusões definitivas. Seria interessante incorporar à análise a cobertura dada ao PMDB e a Michel Temer, coisa que fiz em outras oportunidades, para mostrar que ao longo do tempo não há uma adesão total da grande mídia a um ou outro partido político. É isso que mostra os dados acima mostrados. A grande mídia parece bastante alinhada com o PSDB, pois cumpre o papel em períodos eleitorais de atacar seu principal adversário, o PT, ao passo que poupa ou promove os candidatos PSDBistas. Ademais, os três jornais são adeptos, como o PSDB, de uma doutrina liberal bastante conservadora: defendem a diminuição do papel do estado e os interesses do mercado financeiro em termos de política econômica. Mas isso não a impediu de "jogar Aécio ao mar", mesmo enquanto ele ainda era presidente do partido, quando a gravação vazou. Em suma, o alinhamento dos grandes jornais com o PSDB se dá por afinidades eletivas, que muitas vezes demonstraram forte sinergia, mas que também podem ser atenuadas em prol de interesses políticos, ideológicos ou econômicos divergentes entre o partido e as grandes empresas de mídia.

Um leitor cético poderia retrucar que a grande mídia descartou Aécio mas continuou apoiando as outras alas do PSDB. De fato, FHC continua sendo ouvido como um oráculo pelos três jornais, por mais que dê sinais de esclerose avançada há anos. Serra e Alckmin também parecem manter influência, mas aí ela é bem mais forte sobre os meios paulistas do que sobre O Globo. E em São Paulo, tal influência tucana é avassaladora no Estadão enquanto que na Folha ela sempre aparece mais mitigada. Em suma, o quadro de adesão total ao partido deve ser descartado.

O comportamento da mídia é partidário, não no sentido positivo, mas no negativo. Ele se une na oposição acirrada ao PT, como também mostrou Fernando Azevedo em seu livro. Em outras palavras, ela toma partido contra o Partido dos Trabalhadores.

Assim, pretendo ter comprovado a sub-hipótese (2), de que a grande mídia apresenta autonomia relativa frente aos partidos, no caso específico aqui ao PSDB e seu presidente e candidato à presidência, Aécio Neves. Também forneci subsídios para a comprovação da sub-hipótese (1), de que a grande mídia brasileira tem exercido em muitos momentos da vida nacional várias funções normalmente atribuídas a partidos e a movimentos sociais. Ora, seu comportamento de oposição contínua ao PT é prova disso. Junte-se a isso seu protagonismo no movimento pró-impeachment, o destaque dado à cobertura da operação Lava Jato — muitas vezes em combinação com o juiz Sergio Moro ou com os promotores do Paraná —, etc.

Enquanto os partidos políticos de oposição ao governo petista sofreram pesadas baixas durante as gestões de Lula e a primeira de Dilma, perdendo

quadros, apoios na sociedade e expressão política, a grande mídia funcionou como o grande partido de oposição ao PT, aplicando-se com voracidade à exploração de inúmeros "escândalos" de corrupção, rapidamente enquadrados de maneira a fazer do PT e seus políticos os principais suspeitos, e, porque não dizer, culpados, uma vez que o julgamento foi frequentemente antecipado pela própria mídia.

Em suma, mostrei uma parte fundamental do que chamei de comportamento multifacetado da mídia: seu antipetismo. Deixo para outra oportunidade a comprovação do viés extremo na cobertura da Lava Jato, do apoio ao movimento pró-impeachment e, digo mais, do papel fundamental no renascimento de um movimento de direita novo e vigoroso no país – todos fatores fortemente correlacionados com o antipetismo, diga-se de passagem. Há evidências concretas que comprovam tudo isso.

Voltando ao início, à reflexão sobre a justeza de utilizarmos a expressão PIG. É claro que ela é alegórica. É claro que o atributo partido não resiste a uma análise detalhada das funções e atribuições da grande mídia em comparação aos partidos políticos de verdade. Por outro lado, há de se convir que se trata de uma expressão pertinente ao debate público e não à análise acadêmica. Como tal ela tem a virtude de sintetizar uma enorme carga semântica de forma pedagógica e de fácil compreensão. De fato, a grande mídia brasileira se comporta muitas vezes como se fosse um partido político, seja por sua unidade de ação, seja por sua oposição a forças e projetos políticos partidários, seja por seu engajamento enviesado e vitriólico em prol de agendas ideológicas, tanto que para atingir seus objetivos sacrifica os padrões de profissionalismo jornalístico que ela mesma, hipocritamente, defende.

O diagnóstico está feito, caro leitor, o PIG é a maior chaga da democracia brasileira. A questão que se coloca para os vivos é: como vamos sair dessa?

REACIONARISMO EM REDE

Sandra Bitencourt[1]

Num cenário de ruptura institucional e em uma conjuntura política altamente convulsionada, o reacionarismo ganhou espaço nas mídias sociais. A ação das forças reacionárias nesses meios transpôs inclusive o limite natural do debate democrático, ao assumir o questionamento da própria validade e a oportunidade da democracia. Essas forças adentraram o espaço público pelo uso estratégico dos recursos digitiais e por meio deles passaram a propor temas sensíveis e de caráter moral, buscando influenciar e moldar a opinião pública.

O olhar crítico para os movimentos discursivos operados com intensidade na internet, proposto neste trabalho, assume a abordagem sugerida no campo da comunicação pública, caracterizada como um processo transparente e plural ancorado no interesse público (WEBER, 2007, p. 25). A noção de comunicação pública aqui adotada parte da ideia de uma rede ampla e complexa que articula distintos sistemas de comunicação ligados a instituições públicas e privadas, formando um emaranhado de fluxos de informações que perpassa os indivíduos. A internet constitui-se em território plural por excelência; e possivelmente democrático, pela oportunidade de manifestação de vozes periféricas, ainda que sejam reproduzidas as assimetrias que caracterizam as forças em disputa pela atenção na esfera pública. Como "a comunicação pública se constitui a partir do momento em que o interesse público está em jogo" [Weber (2011, p. 105)], é pertinente compreender o que se desencaixa nesse processo de debate, convocação, promoção e defesa de interesses amplificado nesse período pré e pós-golpe de 2016. Ou, dito de outro modo: por que o uso de um território informacional potencialmente propício para a negociação argumentativa dos cidadãos se transforma em terreno fértil para transitar a negação de direitos e da própria democracia? O que se desequilibra nesse processo?

É necessário mencionar que os meios e oportunidades do mundo digital estão disponíveis para movimentos progressistas e conservadores. A ânsia por mudanças, tanto no sentido de avanço como no sentido da restauração, evidencia-se no estridente e frenético embate virtual. Para Castells (2017), a indignação se

1 Diretora de Comunicação do INP, assessora da Fundação de Economia e Estatística do RS e professora do curso de jornalismo do Centro Universitário IPA Metodista.

desviou dos movimentos positivos - como os Occupy - e passou para os movimentos destrutivos, populistas de direita.

Os elementos vinculados à crescente onda de ódio e retrocesso experimentada nas redes não apenas compõem o complexo mosaico das rupturas necessárias à execução do golpe, mas especialmente oferecerem pistas para que se entenda os limites da democracia no Brasil.

Há um consenso de que a informação qualifica a vida pública (Schudson,2010 ; Gomes, 2015). Cabe ao jornalismo de referência o papel de provedor de informação atualizada, garantindo a seleção e organização que conferem credibilidade.

A qualidade da democracia também se relaciona com a qualidade do jornalismo, em oferecer atualidade, relevância e objetividade. Entretanto, apesar de o jornalismo deter as maiores cotas de poder simbólico para definir a dieta diária de informação, a internet, como *lócus* informacional diferenciado, reorganiza o modo, a velocidade e os propósitos dos fluxos de informação para moldar opinião, disputar atenção e agendar os temas que vão compor o repertório nas arenas centrais de visibilidade. As mídias sociais mudam as condições discursivas da palavra pública. Há passionalidades, sentidos e estéticas diferenciadas nesse universo, o que favorece a posição mais desvinculada de parâmetros formais e racionais.

Na pós-modernidade há uma aceleração da informação, em oposição à reflexão; existe a obsessão pela captação, falta de hierarquização e falta de identidades (Charaudeau, 2015). As redes digitais, como propõe Charaudeau, circulam opiniões de maneira bruta, sem saber quem fala, quando o mais importante para interpretar o que se diz é ter indícios de quem diz. Os discursos extremistas ficam pouco definidos e a mídia, que poderia mostrar a violência deles, mas muitas vezes lhe dá espaço e repercussão. Há fragmentação de todos os lugares onde se produz a palavra pública e a dificuldade em dominar essa fragmentação deixa o entendimento mais complexo.

Contudo, é inegável que o ambiente digital é determinante para a discussão pública na atualidade e que a edição social e a conversação nas mídias digitais são atividades disseminadas e democráticas que funcionam como caixa de ressonância na esfera pública (Gomes, 2015). Reconhecer que esse fluxo de comunicação dominado pelos cidadãos, e não pelos sistemas formais, também produz distorções, é relevante para promover interpretações do mundo e reconhecer como se estabelecem pautas, agendas e quadro de valores.

A concepção clássica da Opinião Pública, considerada como produto emergente da ampla conversação popular, transforma-se diante da ação coletiva que não necessariamente compartilha normas e orientação adequadas. Tampouco a concepção de Opinião Pública enquanto mera tematização de assuntos é suficiente, já que essa noção não forma realmente qualquer opinião nem é motivo de uma construção propriamente pública (Esteves, 2015). Sociedades democráticas classificam preferências conflitantes para ação por meio da discussão (Cappella,

2002). Entretanto, o que vemos prosperar nas redes, em grande medida, tem sido o desentendimento e o retrocesso, o que não invalida a ideia de alargamento do debate público por meio das redes digitais. A internet pode ser um território para fabricação de ondas conservadoras, mas não há necessariamente um retorno ao autoritarismo (BRAGA, 2016). É um tensionamento constante. Nesse ambiente, estão em oposição a lógica de cooperação e a lógica de competição, a e-participação versus a e-dominação. No Brasil pós-ruptura democrática, parece cada vez mais difícil a abordagem das questões complexas a partir da compreensão dos argumentos dos vários lados das questões. O foco no que parece ser um dos principais componentes cognitivos da civilidade – ou seja, o "pensamento" da opinião de alguém, não só no sentido de ter desenvolvido um ponto de vista ancorado no argumento, mas também no de ter considerado seriamente outros pontos de vista opostos (Cappella, 2002) – mostrou-se ausente na escolha de repertórios e argumentos disseminados na construção das condições para a acusação e derrota de um governo eleito legitimamente.

O conservadorismo e o reacionarismo ganharam espaço significativo nesse cenário complexo e fragmentado das mídias sociais. Esse conservadorismo responde ao imaginário da burguesia elitista. A direita radical, por seu turno, reflete pensamentos de vários matizes e consegue expressar posições conservadoras muito específicas e caracterizadas pela agressividade e dogmatismo de seu discurso e pelo grande volume de supostas notícias, posições, ações. A abundância informacional tem um impacto confuso sobre a capacidade dos cidadãos de saber mais sobre o mundo político em que vivem (Blumler e Coleman, 2017). A tendência, conforme Blumler e Coleman, é que as pessoas sejam expostas a ideias, relatos e campanhas que não lhe teriam chamado atenção, quando apresentam alto engajamento em redes sociais mediadas como o Facebook e Twitter.

As características das campanhas *online* de caráter moral no Brasil pré e pós-golpe estão localizadas dentro de um espectro extremista, com expressões fundamentalistas em defesa de uma moralidade puritana e profundamente anticomunista. Os desacordos morais ancorados a temas relacionados a direitos sexuais, heteronormatividade familiar e a direitos humanos foram explorados por grupos radicais conservadores no sentido de criar um inimigo comum e justificar a necessária restauração dos verdadeiros valores da pátria. Assim, o PT, seus líderes e algumas de suas bandeiras foram identificados com a sujeira e a corrupção que eram necessárias higienizar. As mutações econômicas, tecnológicas e classistas na estrutura da sociedade brasileira dos últimos anos foram identificadas por uma linha de pensamento e ação da direita como mal a combater para a retomada da sociedade baseada em um quadro de valores com hierarquias estáveis e seguras. As mudanças graduais e acumuladas que vinham modificando a fisionomia de várias instâncias sociais são o alvo para atacar avanços e produzir o retrocesso de direitos. As ações online de disseminação de boatos, convocação e mobilização

respondem a uma restauração conservadora com ideologia, estrutura política e formas de operação bem definidas. Especialmente a retórica em torno das questões de gênero e da sexualidade (contestação de expressões artísticas, de educação para a tolerância, etc) foi habilmente utilizada no sentido de criar pânico moral, um mecanismo que busca conter transformações que determinados grupos considerem ameaçadoras (Vital;Lopes,2013).

Essa ofensiva ideológica permite a reconstituição da direita, mas para compreender o fenômeno é importante ter em mente que não pertence exclusivamente à direita. Representa a revolta de setores incomodados com as novas ordens decorrentes das mudanças sociais experimentadas nos últimos anos. Os ressentimentos reunidos não focaram apenas no projeto político, mas de modo específico atacaram um partido, seu principal líder e suas posições humanistas. As expressões beligerantes e estridentes da direita encontraram eco na intolerância étnica, na misoginia, no machismo, na homofobia, nos discursos patrióticos e até mesmo na intervenção militar como solução para restaurar o verdadeiro espírito da nação verde-amarela, em oposição ao horror do comunismo vermelho. Foi uma avalanche também estética. Grupos conservadores se agruparam em coalizões e redes, estabelecendo alianças ou relações de mútua simpatia com personagens folclóricos da direita, grupos religiosos e organizações profissionalizadas como o Movimento Brasil Livre. A internet no Brasil da ruptura democrática, a exemplo do que também ocorre nos EUA e na Europa, tornou-se o lugar dos extremos.

A distinção esquerda-direita funciona como um modo de classificar as atitudes políticas (Feldman, 2003, Fuchs e Klingemann, 1990, Jost, 2006). No campo da psicologia, mais de 50 anos de pesquisa[2] se concentraram nas diferenças entre os apoiantes da esquerda versus os de uma ideologia mais direitista em termos de objetivos, valores, motivações e personalidades. As dimensões mais frequentemente estudadas incluem as necessidades de ordem, estrutura, certeza e disciplina. Essas dimensões seriam mais relevantes para a direita do que para a esquerda. Ou seja, os indivíduos adotam a ideologia da direita em parte porque ela serve para reduzir o medo, a ansiedade e a incerteza; para evitar mudanças, interrupções e ambiguidades; e para explicar a ordem e justificar a desigualdade entre grupos e indivíduos. Isso explica a simplificação de questões complexas que envolvem o entendimento de pautas referentes a Direitos Humanos (como por exemplo, a redução da maioridade penal, desarmamento), a direitos sexuais (aborto, homofobia, direitos LGBT, educação de gênero), a meritocracia (sistema de cotas, etc). O discurso da ordem, da simplificação que apaga ambiguidades, da hierarquia que empresta segurança, é um discurso que reconforta e que conquista

2 Ver Adorno et al, 1950; Altemeyer, 1996, 1998; Braithwaite, 1998; Di Renzo, 1974; McClosky, 1958; Rokeach, 1960, 1973; Sidanius, 1985; Tetlock, 1983; Tomkins, 1963; Wilson, 1973 citados en Thorisdottir, Jost, Liviatan y Shrout, 2007.

adesão. O ser humano, de acordo com Festinger (1975), que desenvolveu a teoria da dissonância, vive permanentemente entre a coerência e a incoerência, tentando reduzir as contradições. Essa existência se faz entre aspectos de extrema importância para o homem contemporâneo, entre a persuasão e a dissuasão, conflito e decisão, comunicação e deficiência comunicativa. Na obra, o autor aborda como são complexas as tentativas de reduzir contradições e como esses processos envolvem exposição voluntária e involuntária das pessoas à informação, ocorrência de boatos generalizados, negação da realidade por grandes grupos de pessoas, proselitização em massa, processos de influência e manutenção de crenças inválidas (crenças que estão direta e inequivocamente desconfirmadas por provas culturais científicas).

Jost et al. (2003a, 2003b citada em Thorisdottir, Jost, Liviatan e Shrout, 2007) mostra a tendência de que existe uma ressonância entre a necessidade de reduzir ambiguidades e ansiedades e os valores fundamentais da ideologia da direita, isto é, resistência à mudança, aceitação da desigualdade ou hierarquia. Esse seria uma das linhas de raciocínio para explicar como prosperou e prospera nas mídias sociais brasileiras fenômenos de ódio radical e intolerância, com propósitos e resultados eleitorais bem definidos. Ou seja, como esses movimentos auxiliaram a agudizar o sentimento antipetista que, para conquistar seus objetivos, não hesita em perfilar com torturadores e intolerantes? Talvez falte, contudo, uma definição teórica mais operacional e concreta para ajudar a explicar como cidadãos informados, com certo grau de cultura e formados em um ambiente democrático, se definem por opções autoritárias, com propostas abertamente racistas, machistas e reacionárias. Quais os aspectos que influenciam essa onda crescente de reacionarismo? Quais fatores internos e externos impactam nessa recomposição à direita da sociedade? Certamente as arenas simbólicas resultantes da hiperconexão são um *lócus* rico e complexo para investigar.

Levantamento apresentado na dissertação Ativismo na internet e o impeachment de Dilma Rousseff (Galinari, 2017) mostra a movimentação intensa de grupos organizados, durante três meses, a partir do dia 02/12/2015 (data considerada importante por se referir ao dia do recebimento do pedido de impeachment pela Câmara dos Deputados). Foram localizadas pela pesquisa 3.692 notícias de jornais e revistas online nacionais e internacionais e 364 notícias dos sites dos movimentos sobre as ações empreendidas. Dentre os três movimentos mais citados por blogs, redes sociais e agências de notícias durante o curso do processo de impedimento, dois deles, o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Movimento Vem pra Rua (VPR), representaram posição favorável ao impeachment. A pesquisa constatou que esses movimentos desenvolveram campanhas em âmbito nacional, com domínios hospedados na internet e uma atuação profissionalizada com o propósito de convocar mobilizações e reverberar o trâmite do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff (PT). Esses movimentos se fortaleceram em 2015, ano

marcado pelo aumento expressivo de manifestações favoráveis ao impeachment. As mais importantes, de acordo com o levantamento, pelo número de cidades engajadas e pessoas reunidas, ocorreram nos dias 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015, contabilizando a presença de cerca de 5 milhões de pessoas, somando todas as atividades. Esse número dobra se avançamos em 2016. A principal mobilização, em 13 de março, chegou a reunir, segundo o MBL, cerca de 3 milhões de pessoas. Para além dessa capacidade de chamamento as ruas, os grupos bem organizados de direita direcionaram seus conteúdos desde redes sociais como Youtube, Facebook e Twitter. A maior parte das notícias continham denúncias contra o Partido dos Trabalhadores e o governo Dilma Rousseff.

A análise das metáforas e dos significados das palavras nos textos empreendida pela pesquisadora, evidenciou variados investimentos e construção de sentidos, de caráter ideológico, nem sempre adotados de forma consciente pelos grupos. “Isso quer dizer que, muitas vezes, as pessoas não associam as suas práticas cotidianas (naturalizadas) a investimentos ideológicos específicos” (Galinari, 2017). Um exemplo destacado no texto, é o modo como os movimentos pró-impeachment representaram os brasileiros e a nação nos manifestos. Constrói-se uma perspectiva de país unido, fraterno, sem distinção racial e de classes, estabelecendo uma identidade coletiva para o grupo, com o intuito de alcançar outros sujeitos.

Esses recursos simbólicos buscaram unidade em torno de um quadro de valores que rechaça mudanças e avanços para parcelas historicamente subalternas na sociedade e favorece uma passionalidade na reconstrução de estruturas e hierarquias. Tudo feito de modo estridente, em regime de arquibancada, com capacidade de permear diferentes aspectos das relações sociais e políticas. A negação do outro e da partilha do que é comum no espaço público são sintomas totalitários. Passionalidades isentas de reflexão, alicerçadas em ódios e atitudes em regime de torcida, são uma tentação ao fascismo. Como bem definiu Hannah Arendt (2009), o antídoto à ascensão totalitária e à banalidade do mal é a atividade autônoma do pensamento. Somente a preservação da capacidade de reflexão crítica permite que o indivíduo possa resistir à atomização e ao mal.

REFERÊNCIAS

ALEMANY, Maria Antònia Cantallops- De la influencia de la psicología en la política: la personalidad, la ideología y el comportamiento político-Madrid-Enero del 2015

ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009a.

BLUMLER,Jay ; COLEMAN, Stephen- A democracia e a mídia — Revisitadas, v. 7, n. 2 (2017): Revista Compolítica- Disponível em http://compolitica.org/revista/index.php/revista

CAPPELLA, J. N., Price, V., and Nir, L. 2002. Argument Repertoire as a Reliable and Valid Measure of Opinion Quality: Electronic Dialogue during Campaign 2000, Political Communication. 19, p. 73–93.

CASTELLS, Manuel- A agonia de um modelo social- Entrevista ao jornal Valor Econômico em 15/12/2017- Brasil- Disponível em: http://www.valor.com.br/cultura/5227907/agonia-de-um-modelo--social

CHARAUDEAU, Patrick- Palestrante da mesa temática *O jornalista frente às condições da máquina mediática, no 10º Encontro da Rede Alcar, em Porto Alegre de 3 a 5 de junho, na Fabico-UFRGS*

ESTEVES, João P.-Sobre a opinião pública que já não o é – ao ter deixado de ser propriamente pública e também uma opinião. Revista Intexto, Porto Alegre, UFGRS, nº 34, p.276-293, set/dez. 2015

GALINARI, Fabiana Flores de Carvalho- Ativismo na internet e o impeachment de Dilma Rousseff :as estratégias de convocação dos movimentos pró e contra a presidenta do Brasil, 2014-2016, dissertação PPGCOM- UFRGS, 2017. Disponível em http://www.tdx.cat/TDX-0217110-123048

GOMES, Wilson- Seminário em Porto Alegre, entre os dias 21 e 25 de setembro, a convite do grupo de pesquisa Núcleo de Comunicação Pública e Política (Nucop), no PPGCOM da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.JOST, J.T. 2006. «The End of the End of Ideology». American Psychologist 61: 651-670.

Jost, J. T. y Sidanius, J. 2004. Political psychology: Key readings. Philadelphia: Psychology Press.

LARRALDE VELTEN, Bruno - La extrema derecha como fenómeno transnacional: la elección racional y las necesidades insatisfechas- Tesis UAB, 2009- Link: http://www.tdx.cat/TDX-0217110-123048

LUZ, Ana Javes e CARNIELLI, Fiorenza -O imperativo da comunicação pública em duas instituições da democracia: Prefeitura Municipal e Defensoria Pública-Trabalho apresentado ao GT Comunicação Institucional e Imagem Pública do VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), de 22 a 24 de abril de 2015.

MARTINS, Onilza Borges- Teoria da dissonância cognitiva- Educar, Curitiba, 2:181-183, janeiro/abril, 1982

THORISDOTTIR, H., Jost, J. T., Liviatan, I. y Shrout, P. E. 2007. Psychological needs and values underlying left-right political orientation: Cross-national evidence from Eastern and Western Europe.Public Opinion Quarterly 71 (2): 175-203.

WEBER, Maria Helena. Estratégias da comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião. In: KUNSCH, Margarida (Org.). Comunicação Pública, sociedade e cidadania. São Caetano do Sul: Difusão, 2011.

____. Na Comunicação Pública, a captura do voto. LOGOS27: Mídia e Democracia. Rio de Janeiro, ano 14, p. 21-42, 2º semestre de 2007.

VITAL, Christina; LOPES, Victor Leite- Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll,2013.

REDES SOCIAIS

Emerson U. Cervi[1]

As Redes Sociais Online (RSO) substituíram, nas últimas décadas, o interesse, o número de acessos e a centralidade dos websites tradicionais no ambiente digital. No que diz respeito às interações, a internet surgiu como mecanismo de contados par-a-par, via e-mail. No entanto, o desenvolvimento de aplicativos que permitem as relações entre grupos fez crescer o interesse por esse tipo de página online. O passo seguinte foi a migração para as páginas de RSO de conteúdos que circulavam originalmente em websites tradicionais. O efeito dos ambientes digitais sobre o debate de temas públicos cresceu exponencialmente com a chegada das RSO[2]. Pela sua alta capacidade de atração, hoje os conteúdos que mais circulam em ambientes online são aqueles que passam pelas redes sociais.

Houve na última década uma concentração de acessos, interesses e postagens em páginas de RSO, principalmente Facebook, Whatsapp, Instagram e Twitter. Embora com diferentes características e funcionalidades, os aplicativos serão tratados aqui como RSO por permitirem o contato par-a-par e a difusão de conteúdos em grupos formados por algum tipo de interesse comum. Ao contrário do que se imagina, as RSO não são espaços abertos indistintamente, como os websites tradicionais. Elas têm limitadores que são impostos pela própria formação dos grupos ou comunidades e pelos mecanismos que os responsáveis pelas páginas possuem para direcionar conteúdos, notadamente os algoritmos, mas também as hashtags e os plug-ins de links de textos externos a RSO. Ainda assim, não se pode mais pensar em algum fenômeno social de grande porte sem considerar a intervenção do que se convencionou chamar de ambiente digital (Jenkins, 2006).

Antes das RSO tomarem conta do interesse humano na internet, esperava-se um potencial emancipatório dos espaços digitais. Eles seriam grandes facilitadores do exercício da cidadania. Por consequência, as RSO deveriam servir como uma fonte de bigdata sobre preferências, opiniões, gostos e humor dos usuários

---

1 Cientista político, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná e coordenador do Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (CPOP).

2 Para uma discussão detalhada sobre as características principais e diferenças entre web 1.0, web 2.0 e pós-web ver Gomes, 2004.

a serviço do aprofundamento das interações entre os usuários (Aguado & Navarro, 2013). A redução das barreiras econômicas e culturais para a participação daria voz às minorias anônimas até então. Uma profusão de fontes e de visões de mundo sobre temas públicos surgiria das intervenções nos espaços digitais. No entanto, com as RSO, o que se concretizou foi a "sociedade dos segredos" (Pasquale, 2017), com trolls[3] e bots[4] estimulando o acesso a determinados conteúdos, com informações distorcidas, distantes da realidade e que levam os usuários a pensar e a agir em um mundo idealizado, favorecendo os comportamentos emotivos, baseados em crenças e valores pré-estabelecidos, e não na razão que parte de considerações fáticas do mundo real.

A ideia de que não há, para quem já está conectado à internet, barreiras para participar das RSO, aliada ao fato de que milhões de pessoas interagem cotidianamente nas redes sociais, intervindo em postagens de terceiros ou produzindo seu próprio conteúdo, é falsa. Ela transmite a impressão de que todos têm as mesmas condições de intervenção nesses espaços. Existem, porém, capacidades distintas para produção e difusão de conteúdos nas RSO. O que as RSO produzem de fato é uma ambiente semipúblico para o debate de temas públicos[5]. Elas podem inclusive reforçar desigualdades de condições de manifestação já existentes no debate off-line.

Distintas capacidades de difusão de conteúdos explicam os efeitos que as RSO impõem sobre conteúdos externos a elas, notadamente com origem de meios de comunicação tradicionais. Do ponto de vista do proprietário da RSO, a fonte de poder é a capacidade de analisar comportamentos a partir de bigdata. Número de acessos e interações a determinado espaço ou conteúdo indica capacidade de mobilização. Uma consequência da concentração de tráfego da internet em RSO é o direcionamento da publicidade comercial a esses espaços. Assim, quem tem mais acessos consegue monetarizar seus conteúdos – e como a publicidade comercial migrou para as redes sociais, todo o sistema de produção de conteúdos comercial seguiu a mesma direção. Meios de comunicação tradicionais se obrigaram a abrir

---

3 Participante das redes sociais cujo comportamento tende a desestabilizar a discussão e as pessoas envolvidas. Seu objetivo é provocar emocionalmente os integrantes de uma comunidade ou participantes de um debate sobre assunto potencialmente controverso.

4 É uma abreviação da palavra em inglês "robot", usado para definir perfis falsos em RSO. Trata-se de um programa de computador criado produzir comportamentos repetitivos. Em redes sociais tem alta capacidade de difusão de conteúdos.

5 Aqui tratamos exclusivamente das páginas de redes sociais abertas, que agregam milhões de contas e diferentes interesses de interação. Pesquisas, como as de Mendonça (2009) têm demonstrado que espaços online mais especializados e com menor volume de participantes conseguem contribuir para uma interação racional entre seus membros, que normalmente já possuem algum tipo de conhecimento específico sobre o assunto.

perfis em todas as RSO quando perceberam que os links nas redes sociais multiplicavam os acessos aos conteúdos de seus websites.

As RSO introduzem uma complexidade adicional, pois atuam em uma velocidade superior à dos meios tradicionais, influenciando a forma de produção desses últimos (Campos, 2008). Outra consequência é que, em se tratando de temas públicos, as redes favorecem o surgimento de climas de opinião mais instáveis e de difícil identificação devido à maior mobilidade e fragmentação dos usuários (Feijóo et al, 2009). A desproporção na forma de acesso aos conteúdos dos meios de comunicação, os mecanismos de direcionamento nas RSO e a concentração da publicidade comercial explicam as transformações no comportamento dos meios de comunicação tradicionais no Brasil.

Até o advento das RSO, o modelo predominante diferenciava os conteúdos jornalísticos dos interpretativos/opinativos. Os conteúdos jornalísticos estavam dissociados do interesse comercial – ou pelo menos não havia uma busca explícita pelas audiências. Com as RSO, a rentabilidade dos conteúdos passou a ser diretamente proporcional ao volume de acessos a eles. Isso leva à consequente substituição do modelo comercial de mídia equilibrada em busca do cidadão médio para um modelo digital radicalizado, que tem por objetivo se aproximar de um dos extremos e não no centro. O ambiente das RSO gera dinâmicas que afetam a forma como os cidadãos se relacionam entre si e com as informações. Mas, principalmente, altera a forma como os atores políticos (indivíduos ou instituições) canalizam suas informações ao público (Van Dijck, 2016). Isso contribui para o aumento do interesse, número de interações e circulação dentro de polos extremados de discussão.

As RSO provaram que posições extremas, ainda que em minoria, são mais ativas que as centradas (Santiago et al, 2017). E nas redes sociais nível de atividade é igual a rentabilidade. Isso fez com que os meios de comunicação tradicionais abandonassem o modelo de jornalismo comercial, substituindo-o por conteúdos mais apelativos. Ao mesmo tempo, surgiram websites que "imitam" o formato de meios de comunicação em busca da credibilidade deles para produzir e difundir conteúdos falsos, as chamadas fake News. Pesquisas documentaram que na campanha presidencial norte-americana de 2016 dezenas de milhares de tweets foram escritos por bots (KOLLANYI, HOWARD e WOOLLEY, 2016). Com as RSO, surgiram empresas especializadas em produzir e difundir notícias falsas que se retuítam, ocupando espaço de destaque nos conteúdos que conseguem grande circulação nas redes.

As características apresentadas até aqui dão às RSO as condições perfeitas para se transformarem em espaços que corroem a democracia. Por um lado, há uma falsa imagem de que todos têm acesso a tudo e, principalmente, que todos têm as mesmas condições para participar e difundir conteúdos. Por outro, proprietários e administradores das RSO com capacidade para impulsionar e

direcionar conteúdos não assumem responsabilidades pelos efeitos desse direcionamento. Some a isso a alta concentração de recursos publicitários nos espaços das RSO. Agregue a necessidade que os meios de comunicação tradicionais têm de seguir atrás da publicidade. O toque final é a capacidade que intermediários de conteúdos têm para produzir fake news, criarem páginas parecidas com meios de comunicação tradicionais, usarem trolls e bots para alavancar conteúdos parcial ou totalmente falsos, seja em favor de determinados grupos e personalidades públicas ou em desfavor de outros. A soma de todas essas características gera o oposto do esperado inicialmente da internet e tem como efeito a dissociação entre participação e cidadania. Pode ser na forma de um furacão para a democracia, como aconteceu com a primavera árabe. Ou como ácido que corrói lentamente a democracia, substituindo o cidadão pelo cínico que busca destruir qualquer interação legítima. Dada a complexidade que o sistema ganhou, a saída tem sido buscar algum tipo de responsabilidade algorítmica, transparência e responsabilização dos agentes das RSO (Pasquale, 2017).

O processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), entre 2015 e 2016, é um exemplo de intervenção das RSO nas discussões públicas. Ele teve início na esfera política, não na social. Não foi um movimento espontâneo surgido da sociedade para as instituições de representação. Foi, ao contrário, com a sociedade seguindo os estímulos que vinha recebendo das elites políticas e sociais, catalisados pelos meios de comunicação tradicionais e com a potencialização das RSO.

A crise política que resultou no impeachment em 2016 deu-se entre final de 2014 e início de 2015, embora não exista um consenso sobre o evento detonador do processo. Pode ter sido o comportamento do candidato derrotado em 2014, Aécio Neves (PSDB), que apresentou denúncias à justiça eleitoral sobre possíveis fraudes nas eleições daquele ano. A consequência natural de tal atitude (inédita entre os derrotados à presidência até então) seria o enfraquecimento da imagem pública da presidenta reeleita. Outro ponto de partida pode ter sido o temor que a elite política passou a sentir dos avanços das investigações realizadas pelo Ministério Público Federal contra líderes de todos os partidos políticos relevantes do País. O fato de Rousseff não colocar freios na Operação Lava Jato, em curso desde 2013, teria isolado politicamente a presidenta e detonado a crise. Ou então, o ponto de partida do impeachment teria sido a eleição, em janeiro de 2015, do então deputado Eduardo Cunha (PMDB) para a presidência da Câmara de Deputados. Cunha, aliado de Rousseff no primeiro mandato, candidatou-se à presidência da Câmara como opositor ao governo e venceu o concorrente indicado pelo partido da presidenta (outro fato inédito). A partir de então, o impeachment passou a contar com o mais importante aliado, o presidente da Câmara, responsável pela execução institucional do processo.

Independente do ponto de partida da crise na esfera política, ela ainda passou por dois estágios antes de resultar no impeachment propriamente dito. Se fosse

apenas a imaturidade para enfrentar a derrota, medo de ser preso ou disputas por indicações a cargos políticos, não teria transbordado da esfera política para a social. Mas, paralelo a tudo isso, o Brasil passava por uma crise social desde 2013, com estagnação da economia e incapacidade do governo para apontar soluções sem passar pelo sacrifício da elite econômica. Ao cobrar dos setores produtivos a parte que lhes cabia para combater a crise, o governo Rousseff se indispôs com o "mercado" e esse foi o ponto de inflexão que transformou uma crise política em crise de representação social, tornando-a fatal para o governo. É a partir de então que as RSO desempenham um papel importante. Elas condensaram os interesses de uma elite política contrariada, de uma elite econômica insatisfeita, dos meios de comunicação tradicionais enfrentando um novo concorrente e de uma classe média urbana temendo ser a maior prejudicada pela crise econômica.

Todos os elementos descritos acima foram manuseados de forma profissional por agências e instituições políticas que utilizavam ao mesmo tempo (i) meios de comunicação tradicionais produzindo um "jornalismo de campanha[6]" em busca de mais interações e da retomada de reconhecimento público; (ii) intermediadores de conteúdos falsos ou parcialmente falsos[7] para explorar o medo e o preconceito dos usuários das RSO via desinformação; e (iii) comportamento reativo de usuários ainda com pouca ou nenhuma experiência como usuários de RSO, levando à propagação de conteúdos sem verificação e ausente de senso de responsabilidade pelos próprios atos.

Um consórcio digital formado por elites políticas descontentes com as opções do governo Rousseff, elites econômicas insatisfeitas com os efeitos de políticas públicas e uma classe média urbana pouco informada das consequências da crise passou a responsabilizar o governo Rousseff pelos seus problemas reais ou potenciais. Com as escolhas dos tipos de cobertura dos meios de comunicação tradicionais, tudo foi sublimado na imagem abstrata do combate à corrupção. As RSO foram o instrumento adequado para desestabilização política, a ferramenta ideal aos ataques pessoais irresponsáveis, o mecanismo eficiente à mobilização populista de solução fácil para problemas complexos – usada principalmente pelo Ministério Público Federal –, o vetor para recolocação dos meios de comunicação tradicionais como distribuidores de conteúdos relevantes e a válvula de escape para segmentos da população que até então não tinham experimentado formas

6 Definido aqui como um tipo de jornalismo que se concentra na produção de conteúdos para reforçar ou comprovar determinada posição pré-estabelecida pelo meio de comunicação. A manutenção da posição prévia é o que determina as pautas, o enquadramento predominante e até mesmo as fontes a serem ouvidas sobre o tema.

7 Raramente as fake news difundidas nas redes sociais são totalmente desprovidas de alguma relação com a realidade. Elas guardam uma parte de informações reais, mas, a partir delas, difundem idealizações deslocadas da realidade.

tão amplas de manifestação das suas insatisfações[8]. Durante o processo de impeachment de Rousseff, as RSO foram tudo isso, menos um elemento em favor do aprofundamento das discussões democráticas, do esclarecimento público para tomada de decisão consciente e da busca pela integração social. O resultado foi a queda na qualidade da democracia, com redução na confiança nas instituições – inclusive no judiciário -, polarização e ideologização vazia do debate, apresentação das deficiências das elites políticas e econômicas do país – notadamente o caráter antropofágico da elite política – e demonstrações de comportamento pouco civilizado do cidadão médio brasileiro – notadamente a aporofobia[9] e emocionalidade exacerbada nas RSO. A impossibilidade de responsabilizar os envolvidos nas discussões nas RSO é a origem do retrocesso na nossa democracia e do avanço dos discursos de ódio[10].

No entanto, seria um equívoco concluir que as RSO são responsáveis pelo desfecho do processo de impeachment de Rousseff. Isso equivale considerar a tecnologia como determinante das ações humanas, quando na verdade são as insatisfações, incompetências e pré-conceitos existentes na sociedade que explicam os fatos políticos ocorridos entre 2015 e 2016. As patologias sociais que aparecem nas manifestações online não foram criadas pelas RSO; inclusive estiveram presentes nas manifestações de rua, off-line. Elas fazem parte da sociedade brasileira. As RSO ofereceram uma ferramenta para tornar os agentes patológicos mais explícitos. Além disso, é difícil medir quanto que das manifestações radicais nas RSO são de seres humanos e quanto é difusão de conteúdos por bots ou trolls. É possível imaginar que as RSO são mais doentes que seus usuários.

As próprias redes poderiam ter sido usadas como espaço para contraposição das fake news, manifestação ideológica e puramente emocional. Para isso, bastaria que os meios de comunicação tradicionais tivessem optado por manter o modelo comercial, com predomínio da apuração e manutenção da busca pela

---

8 É equivocado transpor automaticamente os comportamentos identificados nas RSO para toda a população brasileira. De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia (2016), 39% dos brasileiros diz não acessar a internet nem uma vez por semana. Além disso, a concentração dos usuários se dá nas regiões metropolitanas do País. Dos 69% que acessam internet, mais de 98% dizem usar pelo menos um aplicativo de redes sociais. Desses, três em cada quatro diz ter uma conta ativa no Facebook.

9 Aporofobia, conforme definido por Cortina (2017), é aversão a pobre manifesta publicamente de forma explicita ou implícita. Trata-se de uma das patologias sociais, assim como racismo, xenofobia, antissemitismo, misoginia ou homofobia.

10 Discurso de ódio aqui é entendido como qualquer expressão que incita, promove ou justifica o ódio ou aversão a determinado grupo social de maneira intolerante. Tem o objetivo de estigmatizar e abrir espaço para hostilidades, dissolvendo o sentimento coletivo pela difusão de mensagens destrutivas. Assim, discurso de ódio é entendido como uma patologia social. Vários países já adotam medidas legais para combater o discurso de ódio, justamente por não poder ser confundido com o livre direito à manifestação.

objetividade ao invés da opção por maior potencial de mobilização emocional. Mas a decisão editorial não foi essa. Incorporaram blogueiros polemistas aos portais de conteúdos, articulistas sem compromisso com a realidade e talentosos em distorcer fatos a favor de suas próprias visões de mundo. Ao fazer isso, os meios de comunicação tradicionais deixaram-se engolir pelas RSO. Os responsáveis pela decisão defendem-se dizendo que não havia opção. Era isso ou o fim, pois a sociedade não estava interessada em financiar a produção equilibrada e imparcial de conteúdos. A única opção seria o jornalismo de campanha difundido nas redes sociais com apoio de hashtags, trolls e bots administrados por agentes políticos. De uma forma ou de outra, os meios de comunicação pagaram um alto preço pelas escolhas e por estimularem debates online baseados na pós-verdade[11]. Apesar de tudo isso, se houver alguma responsabilização formal dos provedores e difusores de conteúdos, aliada ao aprendizado que o próprio uso da ferramenta permite, é possível imaginar que as RSO tenham menos impacto sobre o debate e as posições públicas de indivíduos e instituições no futuro.

REFERÊNCIAS

AGUADO, J. & NAVARRO, H. Comunicación móvil, ecosistema digital e industrias culturales. In J. Aguado, C. Feijóo, & I. Martínez (coords.). La comunicación móvil. Hacia un nuevo ecosistema digital. Barcelona: Gedisa, 2013.

CAMPOS, F. Las redes sociales trastocan los modelos de los medios de comunicación tradicionales. Revista Latina de Comunicación Social, N. 11 V. 63, 2008 (p. 287 a 293).

CORTINA, Adela. Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafío para la democracia. Madrid: Ediciones Paidós, 2017.

FEIJÓO, C., et al. Exploring a heterogeneous and fragmented digital ecosystem: Mobile content. Telematics and Informatics, N. 25 V. 3, 2009 (p. 282 a 292).

GOMES, W. Transformações da política na era da comunicação de massa. São Paulo, Paulus, 2004.

JENKINS, H. Convergence culture. Where old and new media collide. New York: University Press, 2006.

KOLLANYI, B., et al. Bots and automation over Twitter during the second U.S. presidential debate. COMPROP Data Memo, 2016. Disponível em: http://politicalbots.org/wp-content/uploads/2016/10/Data-Memo-Second-Presidential-Debate.pdf

MENDONÇA, R. F. A cooperação na deliberação pública: um estudo de caso sobre o referendo da proibição da comercialização de armas de fogo no Brasil. Dados – revista de ciências sociais, V. 52, N. 2, 2009 (p. 507 a 542).

PASQUALE, Frank. A esfera pública automatizada. Revista Líbero. N. 29, 2017 (p. 16 a 35).

11 Aqui, pós-verdade é entendida como as circunstâncias nas quais os fatos objetivos têm menos relevância para moldar as opiniões dos indivíduos em uma discussão do que o apelo à emoção e às crenças pessoais.

RELATÓRIO. Pesquisa Brasileira de Mídia. Secretaria de Comunicação da Presidência da República – Ibope. Brasília, 2016.

SANTANDER, P., et al. Redes sociales, inteligencia computacional y predicción electoral: el caso de las primarias presidenciales de Chile 2017. Cuadernos.info, N. 41, 2017 (p. 41 a 56).

VAN DIJCK, J. La cultura de la conectividad: una historia crítica de las redes sociales. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

REVISTAS SEMANAIS

Frederico de Mello Brandão Tavares[1]

O *impeachment* ilegítimo consumado no dia 31 de agosto de 2016, que retirou Dilma Rousseff da Presidência do Brasil, não foi um ato isolado. O Golpe Parlamentar sofrido pela presidenta eleita tem um elenco de atores "extra políticos", que inclui setores da mídia hegemônica, do Judiciário e da sociedade civil que ocupam a cena não a partir de uma data, mas ao longo de um período. Trata-se de um cenário que diz respeito a uma disputa fundamentada em questões históricas, relacionadas não apenas às características do Brasil como nação – incluindo aí o período colonial, o Império e a República –, como também às estruturas institucionais que o compõem.

Não é possível entender de uma forma ampla e analiticamente complexa o país sem a compreensão dos jogos de força da matriz de sua sociabilidade contemporânea. Um espaço onde, historicamente, vive-se a exclusão, a disputa de classes e a desigualdade social. Tudo isso, somado àquilo que é o próprio movimento da história como um todo, coloca-nos numa chave explicativa que aloca o ano de 2016 como novo marco de um ciclo infinito de cisões que edificam a identidade nacional, seja por suas vicissitudes internas, seja pela sua subserviênvia ao interesse estrangeiro. No entanto, se temos golpes histórico-políticos diversos, com intervalos cada vez menores, principalmente desde o período republicano, é preciso chamar a atenção para as singularidades da ruptura democrática realizada contra o segundo mandato da primeira presidenta mulher do Brasil.

Entre continuidades e rompimentos, uma primeira leitura sobre o Golpe de 2016 já indica diferenças comparativas a partir de seus protagonistas. O registro cronológico da biografia nacional destaca, no até então último episódio de ruptura, a centralidade dos militares (aliados a parlamentares e personagens da elite

---

1 Professor e pesquisador da Universidade Federal de Ouro Preto, onde atua no curso de Graduação em Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com passagem de pesquisa pela Universidade Rey Juan Carlos (URJC), em Madri, na Espanha. Mestre e Graduação em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sua tese de doutorado venceu, em 2012, o Prêmio Adelmo Genro Filho, concedido pela Associação Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor).

e classe média urbana) na derrubada do presidente João Goulart, em 1964. Cinco décadas depois, não seria arriscado colocar em evidência, como protagonista central na trama contra Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores (PT), um novo agente: a mídia brasileira, com destaque para os veículos e produtos jornalísticos. Sim, é verdade, os argumentos para o impedimento da presidenta foram jurídicos, seu procedimento foi parlamentar e legalista, mas sua ocorrência, acima de tudo, mais que orquestrada e coerentemente construída por vias institucionais, foi transmitida nos mais diversos significados: televisionada, impressa, fotografada, narrada, agendada, postada, *twittada*. Circulou e se fez circular como pauta central nas rodas de conversa nacional e inundou o senso comum de um saber que, em vez de levar ao esclarecimento e à crítica, consolidou uma polarização política no país, já anunciada desde as manifestações de rua realizadas no ano de 2013 nas principais capitais brasileiras.

Assim, o *impeachment*, essa palavra estrangeira que desde os anos 1990 fixou-se no imaginário nacional, tornou-se, pois, causa e consequência para, por um lado, 1) abertamente solucionar uma "crise político-econômica na qual o país havia se instalado", ocasionada por uma série de razões midiaticamente repetidas – "incompetência" política, "corrupção", "aparelhamento do Estado", "bolivarianismo" – e, por outro lado, veladamente, 2) apear do poder quem ali não deveria estar segundo a convicção da oposição derrotada nas urnas, cujo personagem principal, o senador mineiro Aécio Neves, teve decisiva atuação nos conchavos partidários, traiçoeiros e estratégicos, entre o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), seu partido, e o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), sigla que compôs a chapa com o PT nas eleições presidenciais de 2014.

O ilegítimo *impeachment* de 2016, para a grande mídia nacional, adquiriu, antes de sua consumação, uma característica de inevitabilidade. Seu acontecimento, portanto, concretizou uma preparação que já vinha sendo "cozida" pelo jornalismo hegemônico desde o final do pleito eleitoral de 2014; e, anteriormente a isso, desde o primeiro governo do Partido dos Trabalhadores (PT), quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se tornou alvo do conhecido processo "Mensalão do PT".

No artigo "Um golpe anunciado: Lula, Dilma e o discurso pró-*impeachment* na revista *Veja*", publicado pelo periódico *Pauta Geral*, os pesquisadores de mídia Frederico Tavares, Christa Berger e Paulo Bernardo Vaz indicam que já desde 2005 é possível perceber nas revistas semanais de informação do Brasil um movimento de elaboração de discursos interessados no impedimento de um mesmo grupo politico, o PT, unificado temporalmente pela figura de seus representantes eleitos pelo povo, Lula e Dilma. Ambos, como desponta na cobertura realizada pela revista *Veja*, da Editora Abril, assemelhados por dois escândalos, do "Mensalão" e do "Petrolão" – e, portanto, idênticos e alinhados na implantação de um "errado" projeto de país. Dizem os autores sobre essa narrativa criada: "Em

disputa nessas leituras, encontra-se a intolerância política sobre uma maneira de governar, incômoda para a visão de mundo dos donos da grande imprensa brasileira e seus interesses. Não à toa, à medida que a crise econômica mundial se expande em 2008, a partir dos Estados Unidos, há no jornalismo uma demonização do Estado e a indicação de um iminente fracasso das políticas econômicas brasileiras; assim como, já antes e depois, apresentam-se coberturas políticas intensas, vestidas de um viés judicial e incriminatório, como foram as coberturas sobre o chamado 'Mensalão' em 2005, que antecedeu as eleições de 2006, e o "Petrolão" de 2014/2015. Ambas figuradas como tentativas de 1) obstacularizar mais uma reeleição do Partido dos Trabalhadores ou de, 2) pós-eleições de 2014, atentar para a invalidação deste pleito, com uma narrativa enviesada sobre a inevitabilidade de um *impeachment* presidencial no país".

A análise dos autores detalha como, durante o longo intervalo de mais de uma década de governos federais petistas, o termo *impeachment* passa a ser uma espécie de palavra de ordem da leitura jornalística realizada pelo veículo, orientando – e incutindo – sobre aquela versão dos fatos um caminho institucional cujo sentido só poderia ser o do impedimento dos governantes do PT. Dessa forma, apontam para a naturalização do uso do *impeachment* na imprensa, similarizando o significado da palavra ao mesmo sentido de outros contextos históricos, além de reforçá-lo como familiar à política brasileira e internacional, dando-lhe ar de normalidade. Algo que ocorreu e pôde ser percebido não apenas em *Veja* e em outras publicações de sua natureza, como também em outros produtos jornalísticos para além do impresso.

Tomar *Veja* como foco, entretanto, não é algo que deve ser desconsiderado. Este veículo, ou a mídia que ele representa, não é simplesmente mais um representante entre os envolvidos no Golpe de 2016. É muito mais que isso. Considerado o conjunto de características elencado acima, é preciso observar também, pelo viés da centralidade midiática no impedimento de Dilma Rousseff, o protagonismo jornalístico que as revistas semanais de informação assumiram, trazendo para si um papel específico na edificação dos argumentos propiciantes da narrativa golpista, uma escalada que segue até no pós-golpe, já em 2017 e 2018, na perseguição ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não se trata, então, apenas de uma questão sobre o conteúdo de suas coberturas, ou seja, de defesa ou não da saída da presidenta e do PT do poder, mas também de analisar as dimensões constituintes que envolvem seu fazer e seu tipo de jornalismo. Assim, algumas perguntas se apresentam: 1) o que permite a duração de um mesmo ponto de vista na cobertura de períodos alargados de tempo? 2) como pensar historicamente as revistas semanais de informação no cenário midiático-político nacional? e 3) por que o jornalismo desses produtos deve ser visto de maneira cuidadosa e com atenção?

Cercam o sentido da produção das revistas semanais de informação dois dados que estão na sua própria definição: sua periodicidade e seu suporte. Este meio

de comunicação jornalístico tem por vocação relatar os acontecimentos relativos à semana que antecedem a circulação do periódico e publicá-los, primordialmente, em páginas impressas. Mesmo em tempos de jornalismo na *internet*, tendo cada veículo um portal ou site próprios e, portanto, a possibilidade de acesso instantâneo pelo leitor, a materialidade da revista e sua condição semanal possuem papel central na maneira como esse produto é visto pelo público e pelos demais veículos de comunicação. É o lançamento de uma edição a cada sete dias, somado à recorrência histórica desse hábito, ao longo de anos, que faz com que sobre cada periódico deste recaia uma identidade e uma expectativa. E tais traços são fundamentais para a formação de uma credibilidade em torno do veículo, assim como na criação de um lugar específico de atuação dos seus dizeres sobre a sociedade e sobre a própria mídia. Uma revista pode dizer. E a ela cabe dizer, pois diz de uma maneira que só ela o fará.

O que proporciona tal autoridade não é apenas quem lhe autoriza a fazê-lo – o público e as condições mercadológico-políticas –, mas também em um projeto editorial, cuja apreensão não é apenas um conjunto de informações, pretextos e objetivos, mas a existência em torno de uma temporalidade que se atualiza de forma perene, permitindo que a revista "mude constatemente, sem deixar de ser ela mesma", como celebram os manuais e profissionais que lidam com o ramo. É justamente essa perenidade que permite às revistas assumirem uma "cara" e serem reconhecidas como "alguém" que tem algo a falar (pretensamente verdadeiro, ou, em outras palavras, dotado de um *efeito de verdade*) e, por isso, devem ser ouvidas/lidas.

Tal relação propositiva acaba por fazer funcionar dois aspectos: por um lado, gera (persuasivamente) uma confiança sobre público e anunciantes e, por outro, atende a interesses que estão velados e subentendidos em sua linha editorial. Ambos os aspectos se interpenetram e permitem que orientações ideológicas sejam construídas, representadas e atendidas. Uma linha editorial, em rápidas palavras, não é, pois, apenas o foco, o viés de uma publicação, mas também um conjunto de marcas e discursos sobre aquilo que o público quer ver e o veículo quer dizer, possibilitados e possibilitadores de uma duração. Uma linha editorial é, assim, uma continuidade que responde a motivações e se sustenta ao longo do tempo. Que permite, por exemplo, que uma mesma palavra – *impeachment* – seja ultizada na cobertura política sobre o governo de um mesmo partido ao longo de anos, reforçando um ponto de vista ou naturalizando um olhar para uma cobertura (em seu fazer e em sua recepção). Como foi o caso de *Veja* com o Partido dos Trabalhadores.

No Brasil, essa potencialidade e continuidade das conhecidas *magazines* expressa-se a partir de uma condicionante histórica e estrutural. O mercado nacional de publicações impressas, no formato revista, apesar da queda de 50% na circulação entre 2006 e 2016, segundo dados do IVC (Instituto Verificador de Circulação), deve ser olhado com uma lupa crítica. Neste universo de mais de

uma centena de títulos auditados e existentes, os principais grupos editoriais do país fazem circular, semanalmente, revistas de "atualidades/interesse geral" (conforme gênero categorizado do IVC) com cerca de dois milhões de exemplares publicados. O público estimado gira em torno de 10 milhões de leitores, o que não é pouco – ainda hoje – para uma nação de pouca cultura letrada e onde a centralidade midiática é a regra.

Destacam-se nesse rol de títulos quatro publicações, as também conhecidas como "revistas semanais de informação": a revista *Veja*, a revista *IstoÉ*, a revista *Época* e a revista *CartaCapital*. A primeira, de 1968, pertence a Editora Abril; a segunda, de 1976, é da Editora Três; a terceira, fundada em 1998, da Editora Globo; e a quarta, de 1994, está vinculada à Editora Confiança desde 2001. Deste grupo, as três iniciais respondem a 98% dos exemplares que compõem toda a circulação semanal do quarteto. Ou seja, *CartaCapital* conta apenas com 2% da fatia do mercado em que atua junto com suas concorrentes. Tal desigualdade expressa-se também no fato de que só a revista *Veja*, sozinha, representa cerca de 50% deste bolo, com mais de 990 mil exemplares na rua a cada semana.

Quando se toma em consideração que o trio de frente (*Veja*, *IstoÉ* e *Época*, essas duas últimas com cerca de 300 mil exemplares por semana e público leitor estimado em mais de um milhão de pessoas cada) possui similaridades na orientação ideológica, pode-se afirmar, sem quaquer chance de erro, que o jornalismo feito por tais revistas é pouco democrático. Afinal, não há equilíbrio entre a veiculação de suas posições e daquela representada por *CartaCapital*, de orientação político-ideológica declaradamente contrária às demais.

Ora, pode-se perguntar novamente: em um mundo onde cada vez mais se consome notícia fora do papel e em um país onde a televisão e o rádio são – ainda – as fontes principais de informação da população, não seria um exagero atribuir importância a essas publicações (a despeito dessa desigualdade entre elas já apontada)? A resposta é não.

A existência de um bloco informativo conformado ideologicamente revela a lógica do sistema midiático nacional, no qual há uma concentração de propriedade dos grandes veículos nas mãos de poucos grupos sociais, a maioria empresas e organizações familiares, cujo crescimento, ao longo de décadas, relaciona-se a concessões, apoios e favorecimentos de ordem política. Nesse sentido, observada a história do país, esses grupos são produtos de uma série de benesses concedidas por governantes, ao longo de décadas, a personagens da elite brasileira. O pesquisador e professor da Universidade de Campinas (UNICAMP) Renato Ortiz, em seu livro *A Moderna Tradição Brasileira – Cultura Brasileira e Indústria Cultural* (Ed. Brasiliense), e o pesquisador e professor Venício Lima, aposentado pela Universidade de Brasília (Unb), em sua obra *Regulação* das *comunicações – história*, *poder* e *direitos* (Ed. Paulus), esmiúçam essas relações de poder entre imprensa e os abastados nacionais.

A ausência de uma diversidade editorial no mercado de revistas, onde – como causa e consequência – as chamadas "publicações de direita" predominam, faz com que sobressaia uma leitura de mundo padronizada no conjunto de notícias reunidos por esses periódicos. Lê-se "a realidade" e o que acontece nela através dos óculos de uma classe social específica, alocada no reduzido topo de uma excludente pirâmide econômica, a brasileira. Tais revistas, portanto, inevitavelmente terão manchetes, reportagens, colunas, todas elas – majoritariamente – voltadas para a manutenção dessa ordem (desde pautas de comportamento à pautas políticas) e à mercê dos interesses dos que querem preservar ou garantir um lugar no no cume dessa estrutura. Um *status* que quer uma permanência social, assim como editorialmente dela necessita.

Os *Civita*, "comandantes" do Grupo Abril (casa da revista *Veja*), Alzugaray, da Editora Três (da revista *IstoÉ*) e os Marinho, donos da Editora Globo (da revista *Época*) possuem no currículo uma ascendente orientação ideológica "à direita", há anos consolidada nas edições de seus semanários. De um começo combativo e crítico ao cenário político da ditadura militar nos anos 1960 e 1970, *Veja* e *IstoÉ* tornaram-se, em 2016, partícipes e artífices do golpe que retirou a presidenta Dilma do governo federal. *Época* já nasceu com orientações mais assemelhadas às de sua linha editorial atual, também favorável ao interesses de uma família notoriamente contrária, desde os anos 1960, a governos de orientação popular.

Assim, o protagonismo de tais publicações é possível pela autoridade que assumem como porta-vozes informativos de famílias e grupos empresariais, pela faixa/segmento que ocupam no mercado midiático (alcance de público) e pelas relações históricas que assumem com outras mídias informativas e com seus consumidores, compondo um circuito enviesado, integrado por significados específicos para a compreensão do cotidiano.

Nesse último aspecto, desponta uma particularidade das revistas, aqui já mencionada em outro momento: o tipo de jornalismo por elas realizado não é qualquer jornalismo. Dada sua natureza de periodicidade mais alargada – não é diária –, o que elas trazem ultrapassa a descrição comum do acontecido, o relato tradicional de uma ocorrência. Elas também interpretam. Expõem juízos de valor, explicitam opiniões. Em suas capas, em suas manchetes, em seus textos acoplados a figuras e efeitos visuais, as "publicações de atualidades" nacionais trazem um roteiro já pronto de explicações sobre as coisas. O que significa que oferecem uma maneira elaborada sobre como se pensar e entender um contexto. Não falam, portanto, apenas de um episódio, de um tema, mas também de pontos que orbitam em torno destes (personagens, instituições, acordos, negócios...). Às revistas, pelo tempo de produção, atrela-se uma condição de investigação jornalística como premissa, de checagem mais alargada de dados, de maior espaço físico para narrar algo. Características essas que acabam também por dar sustentação a elas, gerar sobre elas uma sustenção, uma confiabilidade pelo fazer, pelo

modo de fazer, que o público – apesar de leigo – reconhece e acaba por validar, validando também o outro lado da moeda: o conteúdo publicado.

É por tal motivo e por tal ângulo que o protagonismo das revistas deve ser pensado: por um lado, como agentes jornalísticos dotados de vocação e capacidade de interpretação, ganham a chancela de afirmar um argumento sobre o mundo; por outro, dentro dessa perspectiva, se reunidas em uma mesma estrutura midiático-política, fazem valer o interesse de um grupo restrito de pessoas. Eis o perigo da concentração formada e representada pelas três principais *magazines* semanais de informação no Brasil: criam uma leitura de mundo direcionada para uma compreensão específica, muitas vezes rasa e determinista sobre os fatos, alimentando um senso comum sobre a vida e seus contextos, dos mais simples aos mais complexos.

Em "tempos de golpe", estas revistas estiveram e estão na pauta de grandes jornais televisivos, nas primeiras páginas de portais da internet e nas *timelines* das redes sociais. Funcionam como gatilho para a pauta noticiosa. Vendem opinião como notícia. Alimentam uma informação diária com dados produzidos segundo julgamentos sobre "investigações" jornalísticas realizadas. O que não é novo.

Ao longo da história dos *magazines* nacionais, ministros de Estado foram exonerados, políticas públicas foram revisadas, movimentos sociais foram mobilizados a partir de uma reportagem investigativa em revista que se tornou pauta em jornais e teve sua interpretação impulsionada pela visibilidade característica das mídias diárias e de grande alcance.

O jornalismo de revista, assim, dado seu universo de atuação e diálogo com as demais mídias, possui papel central no agendamento e na tematização não apenas do acontecimento, mas de uma interpretação sobre ele. O que, com relação ao Golpe de 2016, significa uma maneira de ver, de pensar. Um argumento que traveste juízo de valor em verdade, via informação e modo de informação.

A capa da revista *Veja* de 31 de janeiro de 2018 traz duas fotos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu centro, ladeadas e envoltas por um fundo branco. Na primeira imagem, à esquerda, o retrato de Lula no momento de sua prisão pelo DOPS, durante a Ditadura Civil-Militar. Na segunda imagem, à direita, uma montagem (em alusão à foto ao lado) na qual o ex-presidente, mais velho (anos depois, portanto), aparece novamente com a mesma roupa e uma placa, na qual se lê a palavra "Condenado". A manchete principal "O que falta para Lula ser preso" é, portanto, antecipada pelas imagens. Estas não dizem o que falta, já o prendem. Colocam-no no mesmo lugar do preso de 1980, igualando os momentos históricos e sintetizando o personagem a um só significado.

De 2013 a 2016, a escalada de capas sobre Dilma e o PT nas três principais revistas semanais – neste mesmo bloco ideológico-jornalístico – carrega o imperativo de uma interpretação sobre a necessidade – "obrigatória" e célere – de um

desfecho, um fim político. Nelas, 2013 é visto como o ano que não acabou, colocando de lado o resultado das eleições de 2014, desprezando a legitimidade do voto popular e da escolha que ele representa. A vitória eleitoral de Dilma Rousseff não foi tomada com destaque pelas publicações, como sendo uma resposta ao ano imediato que lhe antecedeu e tampouco à década que a ela pode ser associada. Um silenciamento, portanto. Um argumento, um julgamento não proferido, velado. Outra forma de interpretar. Dizer sem dizer.

Pode-se afirmar que se trata de um ponto de vista. No caso das revistas e suas repercussões, entretanto, trata-se de uma continuidade. O Golpe é uma duração. Seus tempos compõem páginas escritas no passado e que seguirão no futuro. Não porque os conteúdos do Golpe foram ou seguirão sendo manchete, mas porque a essência do Golpe é, também o próprio modo de ser (e fazer) de um tipo de jornalismo.

SEQUESTRO DO JORNALISMO

Frederico Füllgraf[1]

Se há uma foto emblemática fazendo contraste com as carrancas macilentas dos três desembargadores que em Porto Alegre agravaram a condenação do veterano e novo candidato à presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, esta foi a *selfie* publicada nas redes sociais pelo jornalista Germano Oliveira, da revista Isto É, com o seguinte texto, erros ortográficos inclusive: "*Os cinco jornalistas que fizeram a diferença na cobertura da Lava Jato, que acabará levando Lula para trás das grades. Da esquerda para a direita: Vladimir Neto, da TV Globo; Ricardo Brandt, do Estsdao; André Guilherme, do Valor; este que vos fala Germano Oliveira, da ISTOE; e Flávio Ferreira, da Folha de S.Paulo. Faltaram outros grandes repórteres como Fausto Macedo, do Estadao, Cleide Carvalho, do Globo. Essa turma eh da pesada e se reuniu hoje na sede do TRF4, em Porto Alegre, quando os desembargadores condenaram Lula por 3 a 0 a 12 anos e 1 mês de cadeia. Ainda da psra confiar na Justiça*".

Há, porém, uma foto anterior, de 2016, na qual posam Vladimir Netto, sua mãe - a também jornalista da Rede Globo, Miriam Leitão - e o juiz Sérgio Moro. A foto foi clicada em 2016 na Livraria Curitiba, durante o lançamento do livro de Netto, "Lava-Jato. O juiz-Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil".

A última frase da postagem de Oliveira - "Ainda dá para confiar na Justiça" - encaixa como luva na foto da capa do livro de Netto, estampando o magistrado de piso com a cabeça inclinada para trás e olhar dos "titãs visionários" cravado no infinito - *Imago animi vultus!*

Se o rosto é o espelho d´alma, ai dos filhos da mãe gentil, porque a estampa do togado justiceiro oficializou o reino do cinismo, e o trinômio - selfie grupal, postagem de Oliveira e foto do juiz heroicizado – celebra de modo persuasivo um dos

1 Frederico Füllgraf é mestre (MA) em Comunicação Social e Relações Internacionais pelo Instituto de Jornalismo da Universidade Livre de Berlim (IfP-FUB), ex-repórter e enviado especial da Rede Pública de Rádio e Televisão da Alemanha (ARD) e da Deutsche Welle World. Como escritor, é autor entre outros de análises politicas como " A bomba pacífica e outros cenários da corrida nuclear" (Ed. Brasiliensem 1988). Desde 2013, atua como correspondente internacional oficialmente credenciado no Chile.

mais espúrios extravios do Jornalismo: seu sequestro e hibridação ideológica com os Poderes de Estado. No Brasil desses dias, poderes de um Estado de Exceção.

A GUERRA MIDIÁTICA CONTRA O SOFRÍVEL ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL PERIFÉRICO

Obviamente, embora monopolistas no mercado, TV Globo, Estadão, Valor, Isto É, Folha de S.Paulo e afins, não tiveram a exclusividade na cobertura da sessão punitivista do TRF4 de Porto Alegre.

Fora dos portões da sede do tribunal, guarnecida por milhares de policiais e franco-atiradores postados em tetos de edifícios, pelo menos 70 mil cidadãs e cidadãos pacíficos de todo o Brasil denunciavam em praça pública a aberração judicial com argumentos de ilibados juristas nacionais e internacionais. Em vão ignoradas pela mídia *mainstream*, suas vozes e rostos fizeram eco e espelharam-se em não mais que uma dezena de portais eletrônicos, uma única revista (Carta Capital) e um único jornal (Brasil de Fato) do campo democrático. Em se tratando de "mercado midiático", um enfrentamento com gritante desigualdade de armas e visibilidade.

Como assinalei em janeiro de 2016, em um ensaio para o canal Russia Today (Macht und Medien in Lateinamerika - Teil 1: Meinungsmonopole), seria tão fácil e bom descartar designações como "monopólios da opinião" e "ditaduras midiáticas" e seus ataques às democracias latino-americanas, como mais uma teoria da conspiração. Infelizmente, o fenômeno é real e os efeitos são devastadores.

Meses antes, em uma entrevista ao portal colombiano Polo Democrático, de julho de 2015, o jornalista e escritor uruguaio, Aram Aharonian, co-fundador do canal TeleSur, advertiu: "Estamos mergulhados numa batalha cultural: a guerra contra a imposição de ideias coletivas está em pleno andamento na mídia cibernética, audiovisual e impressa [...] São permanentes golpes abaixo da linha da cintura, notícias falsas, descontextualizadas, que influenciam fortemente a percepção coletiva e acionam alavancas eficazes para desestabilizar os governos populares na América Latina".

Regredindo outro ano mais na crônica da guerra, durante um painel ocorrido em julho de 2014, em El Salvador, Ignacio Ramonet, ex-editor-fundador do Le Monde Diplomatique, já tinha emitido sinais de alarme, cravando o conceito de "latifúndio mídiático" que, segundo o espanhol, há anos ataca e incentiva a desestabilização de governos na Venezuela, Argentina, Brasil e Equador. Sua insistente advertência foi: "A luta mais urgente que deve ser empreendida pelos governos democráticos e distribuidores de renda da América Latina é a da comunicação".

A rigor, algumas campanhas orquestradas pelas mídias conservadoras tentaram impedir, se não a vitória eleitoral, a posse e o governo de candidatos progressistas.

Quem se lembra da ameaça do megaespeculador George Soros durante a campanha presidencial brasileira de 2002?

Em entrevista à Folha de S. Paulo, de 9 de junho daquele ano ("Soros diz que EUA irão impor candidatura Serra"), o dono da fundação Open Society profetizou histérica e atropeladamente ao repórter Clovis Rossi que a eleição de Lula e um governo do PT dariam um calote nos credores internacionais e legariam "o caos ao Brasil". Cúmulo do cinismo, Soros insinuou que, consumada uma vitória de Lula, ela deveria ser ignorada e que o Estado de Direito deveria ser sabotado. A pérola de seu discurso intervencionista foi: "Na Roma antiga, apenas os romanos tinham direito ao voto, já no capitalismo moderno e global, apenas os americanos, não os brasileiros, têm esse privilégio".

Dois meses antes, em abril de 2002, Hugo Chávez, presidente da Venezuela eleito democraticamente em 1999, foi vítima de um golpe militar e sequestro.

Apoteose da promiscuidade entre os poderes midiático e político-militar, o Vice-Almirante e líder golpista Victor Ramírez Pérez agradeceu ao vivo à apresentadora Ibéyise Pacheco com as seguintes palavras: "Nós tínhamos uma arma de importância capital: a mídia. A qual eu gostaria de parabenizar nesta ocasião!".

Pérez falava diante das câmeras do canal Venevisón, pertencente a Gustavo Cisneros, um dos homens mais ricos da Venezuela, aliado do clã Bush e dos conservadores espanhóis, mas curiosamente tido como "intocável" pelos governos Chávez e Nicolás Maduro.

Não menos agressivo foi o tratamento deferido à presidenta argentina Cristina Kirchner, que durante seus dois mandatos consecutivos (2007-2015) sofreu o ataque cerrado do Clarín, o principal grupo midiático do país, mas também do Grupo Prisa, espanhol. Quando a mandatária cancelou em 2012 o contrato da petroleira estatal YPF com sua sócia espanhola Repsol, nacionalizando sua parte com direito à indenização, Kirchner atraiu sobre si uma furiosa campanha do jornal El País. Mediante um editorial insultuoso ("Cristina, petróleo y psicoanálisis", 21/04/2012), o venezuelano Moisés Nahim – residente de Miami e também assíduo colunista da Folha de S. Paulo – taxou a presidenta de "desequillibrada", recomendando- lhe "tratamento psicanalítico".

Uma no cravo e outra na ferradura, no trato com os governos de centro-esquerda latino-americanos, o liberal El País de outrora já em 2002 abandonara seu progressismo, ao celebrar o golpe contra Hugo Chávez com palavras que pareciam emanadas da central de comando do almirante Pérez: "Sólo un golpe de Estado ha conseguido echar a Hugo Chávez del poder en Venezuela. La situación había alcanzado tal grado de deterioro que este caudillo errático ha recibido un empujón" ("Golpe a un caudillo", 13/04/2002).

A REGULAÇÃO NATIMORTA DOS GOVERNOS LULA E DILMA

"Daria um livro com centenas de páginas, a quantidade de artigos publicados pela blogosfera progressista, alertando os governos de Lula e Dilma sobre o suicídio político que significava o não enfrentamento do debate com a sociedade sobre a regulação da mídia", escreveu no início de janeiro de 2018, o jornalista e assessor parlamentar e sindical, Bepe Damasco ("Sem regulação da mídia, não há saída para a esquerda" - ALAI, 08/01/2018).

O comentário de Damasco resgatou oportunamente um debate que, ao sabor da conjuntura, ora aflora e ora arrefece, sobre a orfandade midiática do campo democrático e popular, que, no entanto, não é déficit exclusivo dos governos de coalizão do Partido dos Trabalhadores no Brasil, mas aponta ao calcanhar de Aquiles do conjunto de governos populares da América do Sul, entre os quais, mal ou bem, sobrevivem a Venezuela, o Uruguai e a Bolívia.

Por mais que a soma das plataformas de mídia democrática no Brasil ultrapasse (o que é muito provável) o número de leitores da imprensa conservadora, auspiciadora do golpe parlamentar de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff, as hesitações desses governos e do campo democrático dizem respeito não apenas à conexão das publicações alternativas ao mercado. Sabendo-se que mercado midiático não se limita a contratos de publicidade, mas ao conjunto "presencial", por assim dizer, de alavancas mercadológicas – da banca de jornais, pelo outdoor, até os anúncios impressos e comerciais de TV – que apesar da franca queda-livre de suas tiragens, inserem os veículos da ex-grande imprensa no espaço geográfico, na percepção e na mente do leitor.

Contudo, o maior desafio dos governos sul-americanos em sua interação com a cidadania reside em sua capacidade de aprovar Marcos Regulatórios em seus Legislativos, mediante o insofismável influxo democrático de seu Judiciário.

O PARADIGMA ALEMÃO DE REGULAÇÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO

Como indica o exemplo histórico da Alemanha, a oferta de conteúdo pluralista, a regulação e a democratização do mercado midiático são definidos pela Constituição como *obrigação de Estado e* salvaguardados pela ação vigilante do Tribunal Constitucional.

Vai daí que, sem uma Corte com funções estritamente constitucionais, executadas com a única finalidade de aprofundamento e a salvaguarda do Estado Democrático de Direito, nenhuma democratização do mercado midiático sobreviverá à ofensiva conservadora.

Damasco recorda que, "ao apagar das luzes de seu segundo mandato, Lula confiou ao seu então ministro da Secretaria de Comunicações, Franklin Martins, a missão de realizar um périplo pelas democracias mais avançadas do planeta,

para conhecer pessoalmente as transformações por que passaram as legislações desses países, a ponto de lhes assegurar uma mídia plural, desconcentrada e a serviço do desenvolvimento social, da cultura, da educação e da afirmação da cidadania".

Inspirado nessas comparações, Martins elaborou um anteprojeto de Marco Regulatório encorajado pelo arcabouço legal dos mercados de comunicação da Europa e dos Estados Unidos, assim como da Ley de Medios aprovada pelo governo Cristina Kirchner. Porém, bastou ser anunciado, sofreu o fogo cerrado do cartel da velha mídia e da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). Recuando, o governo Lula legou o projeto ao governo Dilma Rousseff.

Em essência, o anteprojeto de Martins visava à regulamentação dos artigos 220, 221, 222, 223 e 224 da Constituição brasileira de 1988, "que, dentre outros avanços, proíbe a propriedade cruzada dos meios, estabelece a obrigatoriedade de um percentual mínimo de produção regional e divide o espectro de comunicação entre as esferas estatal, pública e privada" (Damasco, 2018).

Porém, infeliz em sua avaliação, a presidenta celebrizou-se com frases tais como "a regulação da mídia se faz pelo controle remoto", ou "prefiro o barulho da democracia ao silêncio da ditadura". Amedrontado pela mentirosa e insidiosa campanha conservadora, Paulo Bernardo, seu ministro da Comunicação, "recolheu" o anteprojeto às hostes palacianas.

Com o passar do tempo, "Inês era morta". A regulação da mídia se transformara em perigoso espantalho, sobretudo após a devastadora eleição, em outubro de 2014, do mais fundamentalista, reacionário e corrupto congresso brasileiro de todos os tempos.

Como acertadamente pontua Damasco, "ninguém de bom senso duvida que a mudança do marco legal das comunicações encontraria obstáculos quase intransponíveis" para ser aprovada por este Congresso.

REVERTENDO OS "MEGAHERZ DA ORFANDADE MIDIÁTICA"

Todavia, Franklin Martins estava no caminho certo.

Como observou a acadêmica espanhola Mónica Arenas Ramiro, autoridade em Direito Constitucional da Universidade de Alcalá, "nesta linha, a interpretação que o Superior Tribunal Constitucional (Bundes-Verfassungsgericht/BVerfG) alemão fez do artigo 5.1 da Constituição Alemã, dedicado ao item ´liberdade de imprensa´, confirmou que o direito à informação através da mídia obedece a uma entidade diferenciada dessa liberdade. No campo midiático, essa liberdade adquire atribuição de ´direito ao serviço de uma função´, Isto é, garantir e proteger a formação de uma opinião pública livre. Além disso, o modelo alemão, ao considerar a missão da televisão pública como um ´serviço essencial´ - que alia as atribuições de informação e formação de opinião ao entretenimento -, reforça

o princípio do pluralismo, permitindo que a televisão pública alcance todos os setores sociais, independentemente de seu interesse em mero entretenimento" ("El régimen jurídico de los medios de comunicación en Alemania" - Tese de doutorado, 2015).

Outro elemento fundamental na definição da função social e do Marco Regulatório alemão para rádio e televisão, é o conceito de *Pluralismo Externo*.

Com Pluralismo Externo os constitucionalistas alemães afirmam que a diversidade determina o equilíbrio.

O Pluralismo Externo foi declarado admissível pelo BVerfG e aplica-se também ao mercado de mídias impressas (jornais e revistas) como exigência da diversidade de conteúdo e opinião, que somente a oferta diversificada de provedores pode garantir.

No entanto, indo ao cerne da questão, conforme decisão de 27 de julho de 1971, o BverfG foi mais longe, sentenciando que, "rádio e teledifusão não devem ser relegados ao ´bel prazer das forças [de mercado]´, mas ser encarada como questão de interesse da Comunidade".

Não conheço em suas minúcias o anteprojeto de Franklin Martins, se por acaso se deteve no paradigma alemão.

A cidadania organizada no Brasil, norteada por este paradigma, que define o serviço de rádio e televisão de direito público (não privadas, nem estatais), com função social, tem nas rádios e tvs *soi disant* educativas estaduais uma ferramenta de primeira necessidade, que não pode jamais ficar sob controle de caciques políticos e governadores de plantão.

Essas rádios e tvs públicas, mediante um poderoso movimento envolvendo constitucionalistas aguerridos e um Judiciário comprometido com o Estado de Direito, e geridas por conselhos autogestionários, como ocorre na Alemanha, poderiam reverter o fossilizado mercado de mídias eletrônicas em nosso país, abrindo um espaço de luta que permita a derrota da voz única do monopólio.

TELEJORNAIS

Bia Barbosa[1]

De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, a TV ainda é o principal meio de informação para 63% da população do país. Se considerarmos o principal ou o segundo meio de informação, este índice sobe para 89% da população, comprovando a força desproporcional deste veículo em relação aos demais, tanto para a informação quanto para a formação da opinião pública nacional.

Não é à toa que democracias consolidadas possuem mecanismos de regulação do setor de radiodifusão para garantir o que os padrões internacionais definem como "discurso pluralista e democrático". Quem preza pelo Estado de Direito sabe que uma esfera pública midiática dominada por uma única ou poucas empresas e que um jornalismo que não respeita o mínimo equilíbrio de vozes podem ser destrutivos para qualquer nação.

O quadro de concentração brutal dos meios de comunicação de massa no Brasil é, entretanto, uma das marcas da nossa história, assim como as consequências dessa concentração para a configuração do Estado brasileiro. No final dos anos 80, o jornalista e sociólogo Perseu Abramo, ao traçar os padrões de manipulação na grande imprensa[2], já alertava para os riscos da organização do nosso sistema midiático. Infelizmente, de lá pra cá, a redemocratização do país não se mostrou suficiente para que esta agenda fosse enfrentada de fato. E os frutos dessa omissão deliberada dos diferentes governos que sucederam a ditadura militar podem ser sentidos até hoje.

Durante o processo de construção e legitimação do impeachment de Dilma Rousseff perante à opinião pública e, posteriormente, de arregimentação de apoio às medidas implementadas pelo governo golpista, não foi diferente. Os meios de comunicação de massa, uma vez mais, atuaram em favor de seus próprios interesses.

---

1 Jornalista, especialista em Direitos Humanos (USP), mestra em Políticas Públicas (FGV), integrante da Coordenação Executiva do Intervozes e Secretária Geral do FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação).

2 http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_1475.pdf

Aqui trazemos exemplos concretos, fruto do monitoramento dos telejornais do principal grupo de comunicação do país, realizados pelo Intervozes[3] ao longo dos últimos dois anos, sobre a cobertura de alguns momentos da vida política recente do Brasil. Como os casos são inúmeros e este verbete não pretende esgotar o tema – apenas contribuir com dados para essa discussão –, analisaremos a cobertura de dois episódios prévios ao impeachment da presidenta Dilma, que contribuíram para legitimá-lo perante aos cidadãos/ãs; e do dia em que a presidenta se defendeu no Senado Federal.

A OPERAÇÃO ALETHEIA E A CONDUÇÃO COERCITIVA DE LULA

No final de 2015, os principais grupos de comunicação do país pareciam ter desistido da empreitada dos partidos de direita de derrubar a recém-reeleita presidenta Dilma Rousseff. O Grupo Globo, que havia recrudescido sua cobertura contra o governo apostando no potencial da Operação Lava-Jato, já tinha optado pela linha de manter uma gestão petista enfraquecida e refém de uma agenda imposta de fora para dentro, reforçando a tônica liberal inaugurada pela chegada de Joaquim Levy ao Ministério da Fazenda. A linha editorial definida pela família Marinho foi seguida pelas demais emissoras de televisão aberta, como costuma acontecer. E assim seguiu até aceitação, pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, do pedido de impeachment contra Dilma em fevereiro de 2016.

No dia 4 de março, com o processo já aberto no Congresso, o país parou para acompanhar o desfecho de operação da Polícia Federal – denominada Aletheia – que teve como alvo o ex-Presidente Lula, levado coercivamente para depor em São Paulo. A importância do fato para os meios de comunicação é evidente, mas o que se viu naquela noite, ao longo de uma hora e vinte minutos no principal telejornal do país, foi uma aula de manipulação.

O primeiro bloco do *Jornal Nacional* teve 21 minutos de matérias sobre o episódio, e nada mais que 50 segundos (25 vezes menos) com a posição da defesa. Na matéria de 6 minutos e 10 segundos sobre os pagamentos que o Instituto Lula e a empresa LILS receberam por palestras feitas pelo ex-presidente, somente a Polícia Federal (PF) falou. No segundo bloco do telejornal, mais 15 minutos de matérias sobre o caso, e somente 20 segundos com a posição do ex-presidente e 20 com uma fala de Paulo Okamotto, presidente do Instituto Lula. Na matéria sobre o

3 Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, organização da sociedade civil fundada em 2003 com a missão de defender o direito à comunicação no país. Conheça mais em www.intervozes.org.br. Os artigos sobre o monitoramento da mídia publicados pelo Intervozes estão disponíveis em www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes

triplex do Guarujá, sete segundos para citar a nota do Instituto Lula em 2 minutos e 50 segundos de reportagem.

Quase 40 minutos desde o início do *JN* tinham se passado quando foi ao ar a primeira fala de Lula, na matéria sobre a declaração que ele fez à imprensa e à militância na sede do Diretório Nacional do PT depois de ser liberado. Lula teve voz por sete minutos e meio. Um minuto e quinze de Dilma criticando a operação vieram na sequência. Rui Falcão, presidente do partido, teve direito a dezesseis segundos.

Na matéria sobre os atos que aconteceram pelo país em função da operação Aletheia, o mesmo número de citações para os atos pró e contra Lula, independentemente da gritante diferença entre o número de pessoas que eles mobilizaram. Depois, mais um minuto só para mostrar as pessoas que, atendendo ao chamado da oposição, bateram panelas ou aplaudiram o início da transmissão do *Jornal Nacional*. Do outro lado, mais de dois minutos mostrando militantes do PT hostilizando repórteres da Globo.

Durante a tarde, na GloboNews, a empresa já tinha batido várias vezes na tecla de que "o PT está inflando a militância para o confronto", desconsiderando totalmente a legitimidade de quem está sendo atacado se defender também nas ruas. Gerson Camarotti entrou pela internet do aeroporto de Congonhas para dizer: "O que estamos vendo em Congonhas é uma amostra do que o PT está deflagrando hoje", numa absurda inversão dos fatos.

O *JN* trouxe ainda uma matéria sobre "os destaques negativos" na imprensa internacional, por mais dois minutos. E informou que o mercado reagiu positivamente aos fatos, com alta na Bolsa de São Paulo e queda no valor dólar. Totalizando, foram 64 minutos de matérias acusando Lula e publicizado os argumentos e informações da PF, dos quais menos de 13 com o outro lado.

Um dos principais assuntos em discussão ao longo daquele dia, a legalidade da condução coercitiva de Lula e de mais dez investigados, não mereceu a atenção do *Jornal Nacional*. Nem mesmo a opinião dos quatro especialistas em direito penal que foram chamados pela GloboNews ao longo do dia e que, de forma unânime, falaram que tal condução não tinha fundamento legal convenceram o *JN*. Tampouco houve qualquer menção à declaração contundente feita no dia por dois ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que consideraram a ação da PF arbitrária, divulgadas na imprensa escrita. Mas a Globo não achou importante ouvir o STF neste caso. Pelo contrário, veiculou declarações da Ordem dos Advogados do Brasil e de associações de magistrados e procuradores que defenderam a ação da PF.

Na Globo News, a comentarista política Cristiana Lobo chegou a falar em "síndrome de perseguição" para reforçar a acusação do grupo de que Lula estaria "uma vez mais", dividindo o país, fazendo um discurso de "orquestração". Não à toa. Naquele dia 4 de março, jornalistas de diferentes veículos tomaram conhecimento da operação Aletheia antes mesmo dos advogados dos acusados.

Na ocasião, a associação Judiciário-Polícia Federal-meios de comunicação se mostrou essencial para os objetivos do dia serem alcançados: constranger ilegalmente o ex-presidente Lula, desmoralizar o Partido dos Trabalhadores (PT), enfraquecer o governo e fortalecer os protestos pró-impeachment agendados para o dia 13 de março seguinte.

A DIFERENÇA NA COBERTURA DOS PROTESTOS CONTRA E PRÓ-IMPEACHMENT

No dia 18 de março de 2016, quando milhares de brasileiros saíram às ruas contra a tentativa de golpe então em curso, os telejornais também buscaram desconstruir um dos lados da disputa. A análise da cobertura comprovou a decisão dos grandes grupos de comunicação de atuar como protagonistas no processo de afastamento da Presidenta Dilma Rousseff.

Em primeiro lugar, a opção de abordagem dos protestos. Apesar de todos os atos pelo Brasil terem sido convocados com o mote da defesa da democracia e contra o golpe, eles foram retratados exclusivamente como manifestações em defesa do governo Dilma e do ex-presidente Lula, uma posição que existia nas ruas, mas que não era hegemônica. A incapacidade da grande mídia em entender a pluralidade de fatores que levou centenas de milhares de pessoas às ruas resultou em comentários "surpresos" de jornalistas como Eliane Cantanhêde, da GloboNews. "É surpreendente que essas pessoas de vermelho, que sempre foram às ruas pra defender o combate à corrupção e um país melhor, hoje estejam condenando o Sergio Mouro, que é quem encampa essa bandeira", afirmou a comentarista.

O perfil reportado dos manifestantes também contribuiu para deslegitimar um dos lados que foi às ruas. Se no final de semana anterior, quando os favoráveis ao impeachment se manifestaram, gerando manchetes como "Brasil vai às ruas contra Lula e Dilma e a favor de Moro", desta vez o tom foi "Aliados de Lula e Dilma fazem manifestações em todos os estados". Ou seja, no domingo 13 de março foi "o Brasil" que foi às ruas. Na sexta, "os amigos de Lula e Dilma".

"A manifestação de hoje mostra que quem está indo pra rua é a militância. Não é o conjunto do povo brasileiro", disse Cantanhêde. "Só 10% defendem o governo, mas são esses que têm experiência de fazer manifestação. Hoje foi uma convocação de militância. No domingo [passado] foram cidadãos (...) Foi um movimento espontâneo. Verde e amarelo não é cor de partido (...) Quem foi pra rua no domingo foi gente bem informada, que acompanhou tudo o que aconteceu com a Petrobras, que apoia o que vem sendo feito pelo Sergio Moro, que apoia este momento, em que se se constrói uma nova vida para o Brasil e uma nova cidadania. Isso é muio diferente do que aconteceu hoje", criticou.

Assim, o principal canal de notícias do país não apenas desinformou seus assinantes sobre os grupos e partidos que financiaram as manifestações

pró-impeachment como insinuou que os cidadãos que ocuparam as ruas pró-democracia eram ignorantes e mal informados simplesmente porque não apoiavam a queda do governo. A abordagem contribuiu também para reforçar o discurso, nas redes sociais, de que os contrários ao impeachment eram militantes pagos e beneficiários do Bolsa Família, incapazes de tomar uma decisão refletida sobre os rumos do país.

A comparação entre o tamanho das manifestações foi outra tônica dos telejornais. Repetidos à exaustão, os números inferiores dos protestos do dia 18 de março em relação aos do dia 13 também foram um elemento central para deslegitimá-los. A cobertura de cada grande cidade contou com esse elemento, criando a ideia de que todo o país estava se engajando para reivindicar a saída de Dilma. Nesta noite, o *Jornal Nacional* fez reportagem somente sobre o comparativo das presenças.

Importante destacar também a intensidade da cobertura. No dia 13, na GloboNews, ela ocorreu sem intervalos, ao longo de 12 horas, com a entrada de correspondentes em todo o país. A imagem das pessoas chegando nas manifestações daquele domingo foi fator decisivo para que muitas pessoas se somassem aos protestos contra Lula e Dilma. No dia 18, tudo diferente. Quase nada ao vivo. Durante a tarde, quando já havia atos sendo realizados, o jornalismo do Grupo Globo não destacou a informação. Foram raras as informações sobre a dimensão dos atos para além dos que ocorriam no Rio, em São Paulo e em Brasília.

Mais uma vez, segundo a Globo, não era o país que estava nas ruas. A abordagem só foi alterada quando a dimensão do ato na Paulista já não podia ser negada. No *Jornal Nacional*, o desequilíbrio numérico também foi gritante. Depois de um rápido flash da Avenida Paulista no início do telejornal, a matéria sobre os atos em todo o país foi ao ar somente no minuto 25 do programa. Todo o tempo anterior foi destinado a apresentar críticas e denúncias contra o ex-presidente Lula. A matéria dos atos recebeu 7 minutos do tempo do *JN*, quanto outros 17 foram destinados a acusações.

No *Fantástico* do domingo seguinte (20/03), nada sobre os protestos contra o golpe, muito diferente do que aconteceu no domingo 13, quando, de 35 minutos de matéria sobre os protestos, coube ao PT apenas 45 segundos de fala; à Secretaria de Comunicação da Presidência da República, 30 segundos; e, aos protestos pró-governo, que também aconteceram pelo país, menos de 2,5 minutos.

Depois de 15 meses de uma cobertura sistemática, que vendeu para o povo brasileiro a ideia da corrupção como obra de um único governo, "o pior governo de todos os tempos", não foi difícil a resultante ser uma narrativa capaz de convencer qualquer "cidadão de bem" de que sua obrigação cívica era mesmo ir para as ruas no dia 13.

Na TV aberta, o tradicional filme das tardes de domingo foi suspenso para dar espaço à cobertura ao vivo do que se passava na Avenida Paulista. "Agora há

pouco a gente presenciou o momento mais emocionante das manifestações. A FIESP jogou balões verdes e amarelos contra o número de impostos que os brasileiros pagam. Foi um movimento muito forte, as pessoas aplaudiram, foi uma emoção aqui", declarou um repórter. Outra jornalista não conteve o entusiasmos e afirmou: "está linda a festa".

Também diferentemente do domingo, a cobertura dos atos da sexta 18 foi recheada de informações e comentários sobre o outro lado da disputa. Enquanto no dia 13 as emissoras transmitiram e valorizaram os atos, acrescentando à sua cobertura informações e análises que reforçavam a visão daqueles que estavam nas ruas, sem espaço para visões antagônicas, os atos do dia 18 foram cobertos tendo como pano de fundo exatamente o oposto, ou seja, relatos que contribuíam para abafar a importância dos milhares que estavam nas ruas.

Ao longo da semana anterior, afirmações como "o governo está encurralado", "Dilma não tem condições de superar a crise", "a economia só piora", "o PT está dividindo o país", "o PMDB tem 30 dias para decidir se vai pular fora" e "tudo depende do que acontecerá no dia 13" foram propagadas nos principais canais de TV, sem cessar. O roteiro parecia tão certo que uma das principais comentaristas de política do país chegou a tratar Dilma como "ex-presidente".

No dia 13, Cristiana Lobo sentenciou: "o governo não reúne mais energia para resolver o problema da economia, nem para reaglutinar a base no Congresso, nem para responder às denúncias da Lava Jato. Está nocauteado". Já a jornalista Renata Lo Prete, no mesmo canal por assinatura, analisou: "Podemos chegar ao final do dia sem a ideia de que o país está dividido (…) Imagina o efeito de uma onda; todo mundo é arrastado um pouco. Quem estava se agarrando ao governo ou fazendo conta de que valia ficar ao lado do governo vai rever essa conta. Tudo vai se precipitar porque a rua mandou um recado muito forte".

Ao longo das doze horas de cobertura na GloboNews, diversos funcionários da emissora apresentaram sua leitura do mundo como se fosse a verdade absoluta. Aécio Neves e outras lideranças pró-impeachment tiveram espaço para declarações. A nota pública lançada pelo juiz Sérgio Moro foi lida. O contraditório, entretanto, não existiu. Nem com convidados que pudessem trazer outra leitura dos fatos, como analistas políticos ou juristas críticos aos excessos da Lava Jato, nem com representantes do governo, nem com lideranças do Partido dos Trabalhadores, acusados de criminosos durante todo o dia. Opções não faltaram. Elas, contudo, foram descartadas em nome de uma cobertura repetitiva, tendenciosa e totalmente adequada aos interesses da emissora.

DILMA ROUSSEFF SE DEFENDE NO SENADO, MAS NINGUÉM VÊ

Nos últimos dias de agosto de 2016, os telejornais brasileiros já haviam selado o destino da presidenta Dilma Rousseff. Haviam atuado de maneira articulada

na legitimação do impeachment, na desconstrução e negação dos argumentos da defesa da presidenta e na formação de uma parcela da opinião pública contra o governo legitimamente eleito nas urnas. Mas Dilma ainda tinha que depor perante os senadores/as. Sua fala, entretanto, foi praticamente censurada.

Diferentemente do que ocorreu quando da admissibilidade do impeachment na Câmara dos Deputados, a reta final da votação no Senado não foi transmitida ao vivo pela TV aberta. Não se suspendeu a transmissão de novelas, cultos e nem mesmo programas de entretenimento. Enquanto Dilma fazia seu discurso, a principal emissora do país considerou mais relevante ensinar dotes culinários à população. A transparência ao debate exporia as fragilidades da acusação, explicitaria e confirmaria a essencialidade do julgamento político, "pelo conjunto da obra" – e não jurídico – pelos senadores.

Considerada firme e consistente por dezenas de juristas, advogados, jornalistas, a fala de Dilma gerou nos corredores do Congresso um receio, por parte da oposição, de que a fala da Presidenta aumentasse as chances da defesa conseguir votos contra o impedimento. Coube então, à imprensa, reforçar a tese dos opositores de Dilma de que ela não havia "respondido aos questionamentos" da acusação.

Na GloboNews, Renata LoPrete chegou a afirmar que "os senadores perguntam maçã e ela responde banana", "martelando a tese do golpe". Chegou-se a comparar a presidenta Dilma com Rolando Lero, personagem humorístico que inventava respostas quando questionado por um professor. O escárnio não teve limites.

Inúmeros comentaristas preferiram destacar que "o discurso de Dilma foi apenas um registro histórico para o documentário" sobre o impeachment que está sendo gravado, desqualificando os argumentos da defesa e a importância das respostas da presidenta para o julgamento ainda em curso.

Num contexto em que um número de senadores ainda suficiente para evitar o impeachment não havia declarado sua posição final, os comentaristas dos canais por assinatura seguiram jogando água num dos lados do moinho, afirmando que o impedimento estava definido e chegando a fazer chacota da busca, pela defesa, da mudança de voto de alguns parlamentares.

"Este já ganhou um cargo, não tem mais perigo de mudar de lado", afirmou um apresentador da mesma GloboNews. Na emissora, Gerson Camarotti ressaltou que o processo não teria reversão. Num contexto em que muitos senadores, independentemente do mérito, querem votar com o lado "vencedor" da disputa, o discurso midiático de que o jogo está definido contribui, sim, para a própria definição desses votos.

No *Jornal Nacional* da noite do dia 29, os trechos escolhidos para "resumir" o dia foram os pouquíssimos em que a depoente foi menos clara e objetiva em suas respostas. A jornalista Zileide Silva, ao vivo do plenário, reforçou que a Presidenta

não havia acrescentado nada de novo nem respondido às perguntas. Assim, a imensa maioria do povo brasileiro não teve seu direito de acesso à informação garantido num momento crucial da história do país. Teve que se contentar com a seleção discricionária e com a narrativa editada pelos meios daquilo que havia ocorrido ao longo de 14 horas daquele dia.

Nem mesmo a *TV Brasil*, emissora pública de comunicação, retransmitiu a íntegra das discussões. O princípio constitucional que rege o funcionamento das concessões públicas de rádio e TV foi, assim, também uma vez mais, violado.

Os exemplos acima mostram como o poder concentrado da mídia e sua capacidade de construir representações e ideologias no Brasil pode ser definidor na manutenção ou ruptura da democracia no país. Negando o direito da população a uma informação plural e diversa, o principal grupo de comunicação do país usou seus telejornais, assistidos por milhões de brasileiros, para legitimar o processo de impeachment e o julgamento político de Dilma Rousseff perante à opinião pública. Derrubado o governo eleito nas urnas, esses mesmos veículos giraram sua cobertura para, então, passar a apoiar as medidas econômicas e as reformas propostas pelo Presidente Temer, sobretudo a trabalhista e da Previdência.

TERRORISMO ECONÔMICO

Bruno Santos[1]

A julgar pelas manchetes da grande mídia, os oito anos do governo Lula e os cinco do governo Dilma representaram um desastre econômico incontestável. No período, manchetes dos principais jornais do Brasil destacavam dados de pouca relevância ou alterações sem significados estatísticos, desde que os fossem negativos para o governo, enquanto melhoras econômicas de grande importância eram sumariamente ignoradas.

Um bom exemplo disso é o fato de que a piora do índice de Gini em apenas 0,02 em 2013 foi noticiada com destaque pela imprensa para demonstrar uma suposta piora da distribuição de renda, o que não faz o menor sentido, porque o índice de Gini é calculado por estimativa – obviamente, não exata e precisa – da renda da população.

Ao mesmo tempo, a queda do coeficiente de Gini de quase 10 pontos, um fato excepcional na história brasileira, foi ignorada pela mídia ou vista como um fenômeno natural, que ocorreria de qualquer jeito.

Por muito tempo, no governo Lula, a renda da população mais pobre teve expansão de dois dígitos, o que é bem maior do que o crescimento do PIB e provocou uma melhora pronunciada da qualidade de vida da parte mais vulnerável do povo.

Em uma democracia, as pessoas deveriam ser livres para votar em governos que melhoraram bastante sua qualidade de vida, sem que tenham de ouvir que são massa de manobra, ignorantes "comprados" por um governo populista. Esse é outro ponto importante sobre a crítica que imprensa e setores conservadores fazem aos governos do PT: "não se deve dar a vara, mas sim ensinar a pescar".

Contudo, programas como o Prouni, expansão do FIES e Reuni, e a implementação das cotas sociais e raciais para ingresso nas universidades públicas, políticas dos governos petistas, tornaram uma realidade para famílias pobres a possibilidade de seus filhos entrarem na universidade, inclusive em cursos que antigamente eram virtualmente exclusivos das classes média e alta. Mais do que

1 Economista.

duplicou o número de matrículas no ensino superior federal, e quatro vezes o número de escolas técnicas federais.

O sucesso dos governos do PT na melhora da distribuição de renda e no aumento da oportunidade de entrar na universidade é inegável, e só seria negado por pessoas cegas por sua ideologia. Contudo, o mesmo não ocorre na área econômica, onde muitas pessoas críticas acreditam no terrorismo feito pela mídia.

Diferente do que ocorria no governo FHC, nos governos de Lula e Dilma a mídia procurou sempre um pretexto para criticá-los e esconder seus feitos. Um exemplo sintomático disso foi a culpabilização do presidente pelo acidente da TAM em 2007, possivelmente um caso único no mundo. Imediatamente após o acidente ocorrer, canais de TV e jornais, passaram a afirmar que o presidente Lula seria o responsável pelos mais de 200 mortos do acidente.

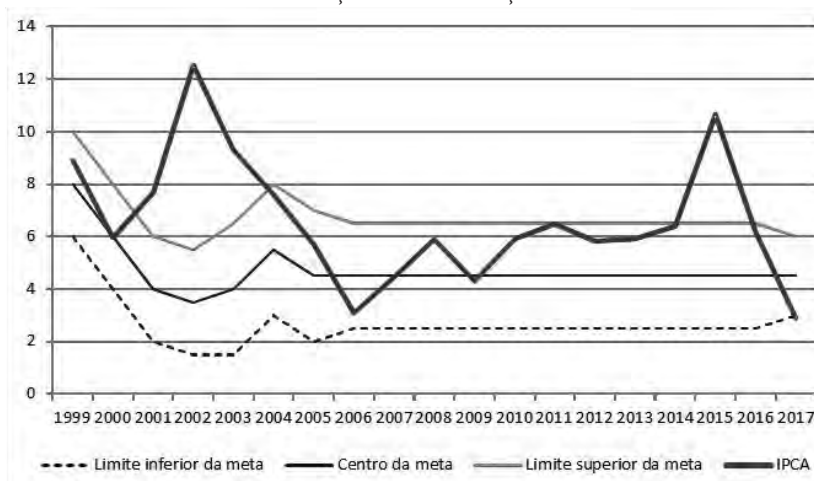
Especificamente na economia, qualquer área poderia ser utilizada pelos conservadores para atacar os governos petistas. Mas as duas variáveis em que eles concentraram suas críticas foram inflação e contas públicas, pois elas teoricamente justificariam, respectivamente, aumento dos juros e corte nos gastos do governo. É um clássico da economia heterodoxa o artigo "Aspectos políticos do pleno emprego" (de Michal Kalecki, escrito em 1943), onde o autor explica porque a elite econômica é sempre fortemente contrária à expansão dos gastos públicos. Não é à toa que o terrorismo econômico é feito principalmente sobre inflação e contas públicas. Contudo, os dados mostram que é um equívoco acreditar nesse terrorismo.

Dos colares de tomate da Ana Maria Braga a capas de revista semanais, qualquer alta na taxa de inflação nos dois mandatos do Lula e no primeiro da Dilma foi tratada de modo alarmista. O eventual risco de descumprimento da meta de inflação era vista como algo trágico, que deveria ser evitado a qualquer custo. Esse alarme justificou altas exageradas de juros, que interromperam um período de 11 anos de cumprimento da meta de inflação. Nos dois governos do presidente Lula e no primeiro mandato da Dilma, a inflação só ultrapassou a meta estabelecida no primeiro ano do governo Lula (ver Gráfico 1), o que sem dúvida é resultado da inércia inflacionária do segundo semestre de 2002. O cumprimento da meta de inflação por 11 anos seguidos é um contraste com o desempenho no governo Fernando Henrique, de 1999 a 2002, quando a meta esteve próxima ao limite uma vez (em 1999) e no centro da meta em outro (em 2000); e esteve 1,7 pontos percentuais acima do limite superior da meta em 2001 e em 2002.

Em 2015, a inflação ficou significativamente acima do limite da meta. Essa forte aceleração, todavia, foi resultado de fatores temporários. Em primeiro lugar, na tentativa de cumprir a meta de superávit primário, o governo cortou subsídios e elevou tarifas públicas: o preço da energia elétrica subiu 50%; e o custo da gasolina aumentou, enquanto no mercado internacional o preço caía pela metade. É interessante observar que a política econômica conservadora, adotada

em 2015 com dois únicos objetivos – redução da inflação e da dívida pública, esquecendo problemas graves, como desemprego, desindustrialização, falta de competitividade e problemas sociais – não só piorou os outros indicadores, mas também a inflação e a dívida pública. Grande parte da aceleração da inflação em 2015 foi provocada por decisão do governo de elevar tarifas públicas, impostos e de reduzir subsídios. A economia resultante dessas medidas, contudo, foi muito menor do que o aumento dos gastos com juros, resultado da decisão do Banco Central de elevá-los por causa da alta de preços.

Essa política econômica só poderia ser justificada por uma teoria econômica baseada numa premissa equivocada: a da tendência ao pleno emprego. Por essa teoria, o mercado tende a levar automaticamente a economia ao pleno emprego, e por isso o desemprego é um problema irrelevante. O Banco Central, nessa hipótese, só deveria combater a inflação. O corte de gastos públicos, por sua vez, elevaria necessariamente o investimento privado no mesmo montante. Por serem evidentemente falsas essas hipóteses, elas não são explicitadas para o grande público.

Gráfico 1
Meta de inflação e taxa de inflação no Brasil

Fonte: Banco Central do Brasil.

Na experiência internacional, nada justifica tratar o descumprimento temporário de metas de inflação como algo tão trágico. Muito menos justificado é aumentar em diversos pontos percentuais a taxa de juros quando a inflação está dentro da meta. Entre 2004 e 2014, o Brasil foi um dos únicos países – no grupo que adota o sistema de metas - a cumpri-las durante todos os anos. Em

alguns países, como Indonésia e Turquia, a meta foi muito ultrapassada, e por diversos anos. Isso não representou nenhuma tragédia. Ao contrário, esses países têm mostrado um desempenho econômico bem melhor do que o do Brasil, com expressivo crescimento do PIB e da produção industrial. Por outro lado, bancos centrais com reputação internacional, como o do Reino Unido e do Chile, aceitaram a inflação ficar bem acima da meta sem provocar um choque de juros por isso.

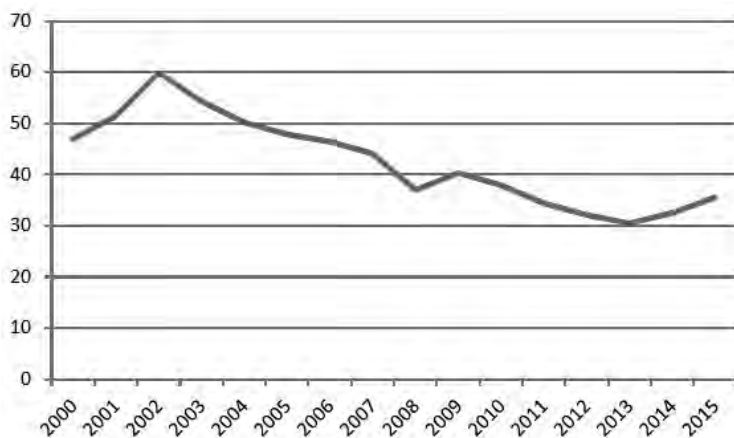
Atualmente, ainda mais grave que o terrorismo inflacionário é o construído em torno do resultado das contas públicas. É apresentado para o grande público que os governos Lula e Dilma destacaram-se por promover um grande aumento nos gastos públicos, uma expansão insustentável da dívida pública e por gastarem mais do que arrecadam. Essa se tornou a interpretação dominante para a crise econômica. Contudo, se olharmos os dados disponibilizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre dívida pública, saldo primário e crescimento dos gastos públicos, veremos que a visão dos governos Lula e Dilma como perdulários é equivocada. Mesmo com o déficit primário em 2015, decorrente da forte recessão econômica, o Brasil foi o segundo país do G-20 – as 20 principais economias – com maior superávit primário no período dos governos de Lula e Dilma, entre 2003 e 2015.

Em relação aos gastos públicos, entre 2003 e 2015, o Brasil teve uma expansão média, deflacionada pelo deflator do PIB, de 2,8% ao ano, fortemente menor do que a média dos países do G-20 (4,3% a.a.). Foi o país emergente do G-20 com a menor expansão dos gastos públicos no período. Ambos – a relativamente baixa expansão dos gastos públicos no período e o elevado superávit primário – desmentem a caracterização dos governos Lula e Dilma como perdulários.

O debate sobre a dívida pública é um pouco mais complicado. Corretamente, a variável tradicionalmente discutida sobre sustentabilidade da dívida pública no Brasil era a dívida líquida. Contudo, mais recentemente, para montar a ideia de descalabro nas contas públicas, a imprensa sumiu com esse indicador e passou a utilizar somente a dívida pública bruta. As reservas internacionais, que são descontadas para calcular a dívida líquida, se multiplicaram por 20 nos governos petistas. Nenhuma teoria econômica justificaria tratar as reservas internacionais como irrelevantes para a sustentabilidade da dívida pública. Afinal, elas são ativos seguros, líquidos, em moeda forte. O governo sempre tem a possibilidade de vendê-las para reduzir sua dívida pública. Contudo, para fazer o terrorismo econômico, é necessário esconder ou ignorar os dados da dívida pública líquida, pois é inequívoca a tendência de queda da dívida pública líquida em proporção do PIB durante os governos petistas (ver Gráfico 2).

Houve, de fato, um aumento da dívida líquida durante a recessão de 2015. Isso ocorreu por fatores temporários. A recessão tem um efeito duplamente negativo sobre a dívida/PIB, ao diminuir o denominador e aumentar o déficit

público. Além disso, houve uma forte e criticada alta na taxa de juros em 2015. É interessante destacar que, no governo FHC, queridinho da imprensa, houve uma explosão tanto da dívida bruta quanto da líquida. E o alarde de insustentabilidade da trajetória da dívida pública foi bem menor.

Gráfico 2
Dívida pública líquida (em % do PIB)

Fonte: FMI.

O Brasil tem diversos problemas econômicos, como a forte desnacionalização e desindustrialização da economia, e sociais, como a desigualdade e violência urbana. Contudo, os dados econômicos não avalizam o terrorismo econômico da mídia durante os governos petistas, principalmente no que toca à inflação e à dívida pública. Ao contrário, o desempenho do sistema de metas de inflação e das contas públicas durante os governos petistas destacam-se tanto na comparação com os governos anteriores quanto na comparação internacional. Nos 13 anos de governos petistas, de 2003 a 2015, o Brasil destacou-se no G-20 por ser o segundo com maior superávit primário em proporção do PIB e o país emergente com menor expansão dos gastos públicos. Por onze anos, entre 2004 e 2014, o Brasil foi um dos poucos países que adotam metas de inflação que as cumpriram durante todos os anos no período. De fato, em 2015 houve uma piora nos indicadores de dívida pública líquida e da inflação. Mas foram fatores temporários: choque das tarifas públicas, forte especulação cambial, retração econômica e alta taxa de juros.

VOCAÇÃO GOLPISTA

Paulo Henrique Amorim[1]

No dia seguinte ao Golpe de 64, o jornal Globo publicou um editorial na primeira página de título "Ressurge a Democracia!"

No dia seguinte ao dia seguinte, publicou na **pá**gina 3 uma relaç**ã**o dos intelectuais e artistas que tinham acabado de assinar um manifesto a favor de Jango.

Era uma lista de Schindler ao contrário: quem o DOPS deveria torturar …

Roberto Marinho conspirou com o embaixador americano – aquele da frase do Otto Lara Resende, "basta de intermediários, Lincoln Gordon presidente !" - para aumentar o mandato da primeira vaca-fardada-presidente de 64, o Marechal Castello Branco.

A Globo, portanto, tinha credencias para merecer uma concessão de televisão.

E mereceu, logo depois do Golpe.

Roberto Marinho, porém, não passou de um laranja do grupo americano Time-Life.

Marinho não tinha grana para montar uma rede de televisão.

Os americanos deram a grana e o diretor-tesoureiro, Joe Wallach ...

Na época, os Associados do Chateaubriand e da Rede Tupi de televisão ainda eram poderosos.

Um empregado do Chatô, o deputado João Calmon, conseguiu instalar no Congresso uma CPI do Time-Life, que pegaria, de quebra, os Civita, que instalaram a Editora Abril no Brasil com os direitos autorais dos quadrinhos do Walt Disney - informante do FBI no macartismo - e grana da CIA, através do banco dos Rockefeller, o Chase Manhattan Bank.

A Constituição era clara (e era, também, em 1988): estrangeiro não podia ser dono de rede de televisão.

Roberto Marinho ia ser triturado pela CPI dos Associados.

Ainda mais que Carlos Lacerda estava contra Roberto Marinho.

Os dois tinham uma divergência imobiliária: Roberto Marinho queria se apropriar do magnifico Parque Lage, que fica na rua Jardim Botânico, hoje, um

1 Paulo Henrique Amorim é jornalista, blogueiro e apresentador de TV

inferno, por causa do engarrafamento provocado pela Globo (a Venus Platinada fica numa transversal, a rua Lopes Quintas).

Lacerda governava o Rio e não deixou. Marinho comprou a área ao lado, onde instalou uma das sedes da Globo – a mais vulnerável a escrachos.

Marinho, desesperado com a CPI, procurou Castello e suplicou: me ajudem ! Vou ser obrigado a vender a empresa !

Castello percebeu que estava metido numa fria e empurrou com a barriga.

Entregou o pepino ao sucessor, outra vaca-fardada, o General Costa e Silva, autor do AI-5.

Costa chamou um ministro e disse: não quero que os americanos tenham uma televisão no Brasil! Resolva isso.

O ministro resolveu.

Botou as empresas estatais para anunciar maciçamente na Globo, a preço de tabela - “preço de tabela” em televisão é “pra começo de conversa”…

Banco do Brasil, Caixa, Petrobras, Eletrobras, Telefônicas (que, depois, o Fernando Henrique vendeu a preço de Vale do Rio Doce).

Roberto Marinho comprou a parte dos americanos, pagou-lhes dividendos e enriqueceu!

Mais tarde, outro governante militar, Sarney (ou o General Leônidas Pires Gonçalves estava ali pra quê?) voltou a salvar Marinho.

(Na verdade, Sarney co-governou o Brasil com Roberto Marinho, que nomeava Ministro da Fazenda e, dizem, recebia inside-information da Petrobras e manipulava as aç**ões** da empresa nas manchetes do Globo. Dizem…)

Roberto e o filho mais velho, Roberto Irineu, acharam que precisavam globalizar a Globo e foram para a Itália, com sede no Principado de Monte Carlo, onde casou a Grace Kelly, se joga no cassino e se lava dinheiro.

Os Marinho achavam que teriam o apoio do Gianni Agnelli.

Não tiveram e ganharam de presente o ódio mortal do concorrente Silvio Berlusconi, dono da maior rede privada de televisão da Itália, que cortava os fios – era assim, na época – que traziam a imagem de Monte Carlo para a Itália.

O empreendimento fracassou.

Os Marinhos perderam US$ 100 milhões na Itália.

Roberto pai foi ao Sarney e exigiu que o Brasil o ressarcisse.

E assim foi.

O Tesouro Nacional tinha uma ninharia de dólares em caixa – foi pouco antes de o Sarney decretar a moratoria -, mas emprestou os US$ 100 milhoes ao Roberto Marinho.

Roberto pegou os dólares no câmbio oficial e trocou no negro.

Ganhou uma fortuna, pagou o Governo e embolsou o resto!

Foi assim que a Globo entrou na Nova República, na República da Constituição de 1988, a "Constituição Cidadã" que, até hoje, 2018, não viu os artigos dedicados à Comunicação regulamentados pelo Congresso.

"Porque a Globo não quer", me disse, uma vez, Antonio Carlos Magalhães.

A Globo foi o "Farol dos Piratas" do Golpe que derrubou a Dilma e, portanto, condenou o Lula – porque é um Golpe só.

Por que o Farol dos Piratas?

Os diferentes corsários saíam de punhal na boca e olho de vidro, cada um com a sua bússola: a Polícia Federal, o Moro, que aplica manifesta parcialidade na Vara de Curitiba, os Procuradores que só procuram o que querem achar, e os canalhas do Congresso, na acepção que o Requião e o Lindbergh usaram na votação do impeachment da Dilma, ao relembrar o que Tancredo disse do presidente do Senado, o paulista (claro!) Auro de Moura Andrade, que considerou vaga a Presidência da República, enquanto Jango ainda estava em território nacional: canalha!

Como os que impeacharam a Dilma, naquele mesmo Senado: igualmente canalhas !

Os piratas tinham o mesmo alvo, mas seguiam caminhos diversos, se atropelavam, se transviavam, nos ataques do dia-a-dia.

Até que às 20h30, todas as noites, o Jornal Nacional acendia o farol e iluminava o caminho dos corsários, dava-lhes rumo.

No dia seguinte, a mesma coisa.

O Jornal Nacional também foi o penico da preferência do Moro: onde ele depositou os vazamentos selecionadamente expelidos.

Nao fosse a Globo não existiria o Moro.

Sem a Globo não haveria Golpe.

Como não teria existido o antecessor do Moro, o Presidente Joaquim Barbosa, coodificador do Domínio do Fato, em sua versão tropical!

Moro e a Globo são cúmplices – e ainda pagarão por isso… - do crime de divulgar um grampo captado fora do horário autorizado pela Justiça, em que uma Presidenta da República conversa com um ex-presidente da República!

Nos Estados Unidos, para falar de um país razoavelmente democrático, por esse crime o Moro teria sido eletrocutado numa cadeira elétrica e a concessão da Globo, cassada.

Durante 365 dias por ano, do Mau Dia Brasil, onde a Miriam Leitão exibe sua mortiça mediocridade, até o Jornal da Globo, onde o William Waack jamais será substituido à altura, a Globo deu voz ao Moro para o Lula não ser candidato a Presidente em 2018.

Em nenhum país medianamente civilizado se permitiria construir a hegemonia da Globo.

E o Lula e a Dilma ajudaram a solidificá-la: com grana gorda de publicidade oficial e a omissão imperdoável: não fizeram a Ley de Medios da Cristina Kirchner.

Depois de eleito em 2002, a primeira coisa que o Lula fez foi ancorar o Jornal Nacional ao lado da Fátima Bernardes (que depois teve o bom senso de namorar um brizolista).

Depois de eleita, a primeira coisa que a Dilma fez foi ir à Ana Maria Braga fazer uma omelete que não deu certo.

Eles gostam de apanhar…

Quando os golpistas dos irmãos Koch foram às ruas para reclamar da passagem de ônibus, a Globo suspendeu a novela para dar a porradaria ao vivo, e a GloboNews indicava o caminho, no Rio: pra direita, pra direita, fecha a ponte Rio-Niterói, meu filho!

O primeiro ato "legislativo" do Michel Temer, o MT da lista de alcunhas da Odebrecht, foi acelerar a aplicação de uma lei que permitiu a transferência do controle das ações dos filhos do Roberto Marinho sobre as emissoras que controlam para os netos, para os filhos dos filhos.

Para quê?

Para poder vender mais fácil!

Vender a quem?

Provavelmente ao biliardário Carlos Slim, que já tinha arrumado uma grana para salvar a Globo, quando ela quebrou logo após a desvalorizado do Real.

(Como repete o Mino Carta, os filhos do Roberto Marinho acreditaram na **Míriam Leitão**, que acreditou no Fernando Henrique e se endividaram, em dólar, porque o Fernando Henrique prometeu que não ia desvalorizar o Real. FHC se reelegeu com a promessa de não desvalorizar o Real, desvalorizou imediatamente após a reeleiçao e deu uma banana – da terra - à Miriam e à Globo.)

Mas nem o Golpe salva a Globo.

O Google e o Facebook já têm mais publicidade que a Globo.

Em 2017, o negócio "televisão" da Globo deu prejuízo.

Ela (ainda) ganha dinheiro com a venda de conteúdo para a tevê por assinatura – um negócio em acelerada decadência – e com juros.

A Globo se tornou, como uma parcela importantíssima das empresas nacionais, um banco!

Por isso que adora os juros reais mais altos do mundo, os do Golpe!

Na tevê aberta, a Globo nao tem mais futuro.

O único negócio lucrativo da tevê aberta é o esporte.

Aí, ela enfrenta dois pequenos problemas.

A Justiça americana e a FIFA.

Como ela conseguia os direitos de exclusividade, no Brasil e no exterior, com propinas gordas, depositadas na Holanda – é aí que a Globo se lavava … - a FIFA não terá como lhe garantir a exclusividade em futuras Copas.

A menos que a diretoria da FIFA queira dividir a cela com o José Maria Marín.

E o produto da Globo – a seleção brasileira e o Brasileirinho – não tem mercado fora do Brasil.

Quem, no Uzbequistao, quer ver o Corinthians ?

Enquanto isso, os concorrentes, a FOX (Murdoch), a ESPN (Disney) e Emaxx (ATT + TBS), têm produtos de curso mundial: campeonatos inglês, espanhol, francês, italiano etc etc

A Globo demitiu o filho mais velho do Roberto Marinho e botou no lugar um "executivo".

(No Conversa Afiada se diz que os filhos do Roberto Marinho não tem nome próprio: são os filhos do Roberto Marinho.)

Os acionistas descobriram tarde o que um banqueiro de Nova York me disse sobre um deles, quando negociava um empréstimo à Globo: "são uns idiotas".

Entre as sugestões para as medidas de emergência, assim que a canoa virar, a da minha preferência é a do professor Wanderley Guilherme dos Santos: estatizar o jornalismo da Globo.

Eu acrescento: e botar o Ricardo Melo no lugar do Ali Kamel.

VOZ DE DEUS

Elson Faxina[1]

Para entender a política brasileira hoje é preciso estudar dois recentes planos de comunicação que, a seu modo, deram certo no país. Quase siameses, os planos foram desenhados pela elite, pelo pensamento de direita, para criar condições que levassem ao golpe, que apeou do poder a presidente democraticamente eleita Dilma Rousseff, e construíssem o segundo golpe: afastar qualquer possibilidade de retorno do PT ao poder, por meio da Lava Jato.

São planos – pensados, planejados, organizados em detalhes ou não – urdidos em várias áreas, de maneira especial no sistema empresarial, no sistema de Justiça brasileiro e, de acordo com o interesse, no poder legislativo, mas que não teriam legitimidade social sem os grandes meios de comunicação.

Em ambos os casos, o discurso jornalístico cumpre a função de "voz de deus", legitimadora do discurso do poder judiciário e do neoliberalismo, que a rigor abomina qualquer possibilidade de um Estado de bem estar social, por mínimo que seja.

Desde a "morte de Deus" anunciada por Nietzsche ainda no século XIX, os poderes hegemônicos elegeram aquela que seria a "voz de deus", de alguma maneira o novo deus, que lhes desse legitimidade, a partir de uma grande narrativa, até então ocupada hegemonicamente pelo Deus cristão. Buscaram imediatamente a resposta às perguntas então formuladas por Nietzsche: "Que ritos expiatórios, que jogos sagrados teremos que inventar para suprir tal ausência (de Deus)? Não deveríamos nós mesmos nos tornar deuses, para ao menos parecer dignos dele?" Se as provocações do filósofo anunciavam, há dois séculos, o emergir de uma nova cultura, parte da resposta está aí: eis os novos deuses que se sentem portadores da grande narrativa, da explicação totalizante. E, nesse caso, o jornalismo se comporta como João Batista, aquele que anuncia a chegada de Filho de Deus, segundo os cristãos. Por isso, o discurso jornalístico é rotineiramente incensado exatamente por aqueles poderes que precisam dele para se legitimar, ganhando assim ancoragem em razões aparentemente científicas formais e instrumentais. Por isso, confundir liberdade de expressão com as liberdades de imprensa e de

1 Jornalista e professor da UFPR.

empresa é parte da legitimação do discurso midiático feito pelos poderes hegemônicos, que em troca recebem a legitimação midiática. É um toma lá dá cá.

Não por outra razão o discurso jornalístico se pauta numa narrativa verticalista, que responde a um projeto de difusão de ideias e não a um projeto de comunicação social, que exigiria uma postura dialética da mídia, expondo as várias verdades em contenda, ampliando o conhecimento, para que então cada pessoa chegasse, por si só, a sua síntese, a sua verdade. Mas, a opção da mídia é pelo primeiro projeto, o de difusão social, que opera, segundo Medina, com "o signo de tradução das informações de um sujeito emissor 'sábio' para um objeto receptor massificado".

No plano de comunicação para o golpe, movimentos pseudo sociais, como o MBL, Vem pra Rua e Revoltados Online, ocupavam o lugar de emissor 'sábio', chamando o povo para 'combater a corrupção'. No plano de comunicação da Lava Jato, o MP, a PF e o poder Judiciário ocupam esse mesmo lugar. Em ambos os casos, a mídia lhes deu e lhes dá legitimidade social.

O JORNALISMO POR ENCOMENDA

Para tornar um pouco mais claro o que se propõe aqui, retomamos uma aula de ética, ainda nos tempos de faculdade, do então professor jornalista e advogado Newton Stadler de Souza, ex-presidente do Sindicado dos Jornalistas do Paraná e da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), mas longe de ser um homem de esquerda. Ele contou a seguinte história: um editor precisava fechar uma página do jornal e faltava uma matéria, cuja pauta tinha caído (lembre-se que naquela época, se reservava um espaço no jornal e o texto deveria caber exatamente nele). Então, pediu a um redator de plantão: "Escreva uma matéria com exatas 28 linhas". O jornalista perguntou: "Sobre o quê?", e o editor nem pensou: "Escreva sobre algo... sobre Jesus Cristo, por exemplo". O redator voltou a perguntar: "Mas é pra escrever contra ou a favor?" E o editor decidiu desafiá-lo: "Escreva contra, caramba!". Minutos depois o texto estava pronto nas mãos do editor.

Após a história, contada com mais de detalhes, o então professor perguntou o que achávamos desse redator. Foram várias as contribuições dos alunos: "Um homem muito capaz", "versátil", "criativo", "de muita leitura..."; até que alguém mandou: "Um redator muito útil para o jornal". O professor interveio: "Sim, útil para o jornal, mas não para o jornalismo. Um homem muito capaz, mas pouco ético", e, por fim, arrematou: "Um homem astuto, muito inteligente, mas pouco sábio".

Na continuação da aula ele discorreu sobre a função social do jornalismo, dizendo: quem encomenda o jornalismo é a sociedade e não o patrão. Discorreu que nosso papel de jornalistas não é oferecer uma verdade para a sociedade, mas as várias verdades relativas a um mesmo fato. Entre as anotações de aula, guardo

uma pérola dele: “Como jornalistas não se fiem na verdade, mas nas dúvidas. Não procurem pela verdade única, absoluta; procurem pelas dúvidas que toda verdade gera e tratem delas”.

Foi a primeira vez que ouvi alguém dizer: a verdade absoluta é do campo da fé, da religião; a dúvida é do campo da ciência, do conhecimento.

O jornalismo praticado nessas duas coberturas – Impeachment e Lava Jato - é religioso, destinado a criar fieis seguidores e não pessoas autônomas, porque difunde fé e não conhecimento. Para isso precisa de deuses, de figuras que estejam acima do bem e do mal, uma divindade. Por isso, a aura dada pela imprensa ao sistema de Justiça brasileiro.

OS SÁBIOS, OS DEVOTOS E OS OFFICE-BOYS

Esta aula, ministrada há quase quatro décadas, oferece uma boa imagem de nossas redações hoje: carregadas de pessoas inteligentes, mas pouco sábias; extremamente capazes, mas pouco éticas; muito úteis às empresas, mas pouco ao jornalismo. Para ficar na república de Curitiba, não são poucos os jornalistas éticos, sábios e úteis ao jornalismo presentes nas redações, que fazem seus trabalhos com a imparcialidade possível. Tenho orgulho de ser amigo de muitos deles. Claro que se eles são importantes para o jornalismo, também o são para os patrões, para manter a aura de isenção, de que “somos plurais”. Dá um quê de dialética social. Mas são eles que fazem a diferença ali e que merecem de nós todo o respeito. Porque o problema está mais na estrutura do que nas pessoas.

Claro que, por outro lado, tem aumentado muito o número dos assumidamente de direita, os devotos do mercado e do judiciário, na sua imensa maioria com uma profundidade que não ultrapassa a epiderme, e dos que se dizem “sem ideologia” (pode?), que pedem se é pra ser contra ou a favor, e cumprem religiosamente o que lhes for dito. Geralmente, estes até fazem um jornalismo bonitinho no formato, mas pífio do ponto de vista de conteúdo, porque, a rigor, cumprem a mesma tarefa de um office-boy que pega um pacote fechado num escritório e leva a outro, sem sequer saber o que vai dentro. São os office-boys da informação.

O GOLPE VEM DE LONGE

É verdade que a Lava Jato foi o grande bastião que levou ao impeachment da Presidente Dilma. Mas a construção do “golpe da elite” começou bem antes, sempre legitimado pela mídia nacional, e, claro, a mídia paranaense não foge à regra. O golpe foi consolidado por outros modos de fazer jornalismo que foram enfraquecendo a imagem, neste caso do PT e dos presidentes Lula e Dilma. O primeiro grande evento que marca a origem do golpe foi a ação penal 470, intitulada de Mensalão do PT. Ali começou a aparecer as primeiras rupturas do discurso

jornalístico com o que se fazia até então. Um dos critérios do que é notícia foi quebrado nesse momento: a novidade. Ou seja, as mesmas imagens, as mesmas informações, as mesmas falas, as mesmas denúncias foram repetidas dias, semanas, meses nos mesmos veículos de comunicação, sem que houvesse um único fato novo.

Outros dois episódios mais recentes valem ser mencionados. Quando da crise mundial de 2008, o então presidente Lula disse que o tsunami econômico que atingiu em cheio os EUA e muitos outros países, especialmente da Europa, se chegasse ao Brasil seria uma marolinha. Comentaristas das diferentes mídias nacionais, blogueiros e muito especialmente colunistas da Gazeta do Povo, atacaram por meses seguidos a declaração do então presidente, dizendo que a crise chegaria aqui sim e que Lula estava negligenciando em não aceitar o fato, sem tomar providências. Tempos depois viu-se que Lula estava certo; mas a mídia nunca admitiu.

O segundo episódio é o da Copa do Mundo de 2014. No dia 12/6/2014 o então diário paranaense Gazeta do Povo estampava como sua principal manchete: "Para ganhar a taça e salvar a Copa". O texto de capa é primoroso, dizendo que a seleção brasileira tinha as condições para ganhar a copa do mundo e, com isso, apagar a péssima imagem que o Brasil deixava enquanto organizador do evento. Lembre-se que, antes da Copa, os representantes da FIFA eram os 'emissores sábios' da mídia brasileira para jogar contra o Brasil e seu governo.

Menos de um mês depois, o fiasco estava exatamente na seleção, com o mesmo jornal trazendo como título principal "A derrota das derrotas", enquanto a organização do evento ia de vento em popa. E, meses depois, uma investigação internacional pega toda a cúpula da FIFA, incluindo Jérôme Valcke, então secretário-geral da entidade, usado como autoridade pela mídia, como grandes corruptos. Mas o estrago de imagem do governo Dilma já estava feito.

E assim foram sendo sucessivas reportagens, manchetes, tanto nos impressos quanto em rádio, televisão e blogs. Havia um jornalismo militante anti PT e anti Lula e Dilma, muito parecido, diga-se de passagem, com a maior parte da mídia de esquerda quando se refere a governos de direita. Com uma diferença fundamental, é claro: esses veículos de esquerda assumem de que lado estão; os demais se dizem isentos, neutros, imparciais – uma mentira de péssimo gosto, mas que atende à necessidade de se manterem como 'a voz de deus'.

A NOVELA LAVA JATO

Nesse cenário, a Lava Jato surge como uma pérola para um jornalismo militante de direita à espera de aspas para os textos que já estavam pronto. Foi como um prato cheio para um esfomeado. E o plano de comunicação – insisto: pensado, planejado, organizado em detalhes ou não – passa a usar uma forma de narrativa

bem ao gosto latino-americano: o folhetim novelesco. Enquanto o Mensalão foi um seriado, a Lava Jato é uma novela que dura quase quatro anos.

Então, os jornalistas de direita, pouco afeito a dados, comparações, história, à contextualização e estabelecimento de nexos entre os fatos e à equidade de tratamento entre seus 'amigos' e seus 'inimigos', se tornam os cães de guarda, os ventríloquos daqueles que recebem (e muito) do erário público para cumprir o papel de investigar e julgar. Entram nessa gleba de gente vários blogueiros da republiqueta curitibana, jornalistas conhecidos por serem bem pagos para elogiar uns e dar pau em outros, especialmente se forem do PT. Em uníssono, eles ficam o tempo todo incensando, mistificando figuras do sistema de Justiça, mais afeitas ao palco, aos holofotes, do que ao trabalho duro. Aliás, quando um procurador federal contrata um marqueteiro, como é o caso de Deltan Dallagnol, é porque algo está errado na sua função profissional.

De alguma maneira do mesmo lado, mas quase ingenuamente, estão os office-boys da informação. Estes se contentam em narrar o que recebem naquele dia, dito ou vazado sempre seletivamente pelos inquisidores. O que eles declaram passa a ser verdade absoluta. Ou seja, o fato, o acontecimento jornalístico não precisa mais ocorrer, basta que alguém diga que ocorreu e pronto. É o que chamamos de jornalismo declaratório, que tenta se passar por jornalismo investigativo.

Claro que a imensa maioria destes profissionais é vítima de uma rotina jornalística e de um projeto de comunicação muito bem urdido no âmbito da Lava Jato. A situação dada é a seguinte: o jornalista precisa dar o fato, noticiar algo. Os membros do MP e da PF, em coletiva ou por vazamentos consentidos pelo juiz, entregam à imprensa sua versão dos fatos, a versão do acusador, do emissor 'sábio'. Aliás, isso por si só deveria ser algo grave, afinal, um fato ainda em investigação não pode ser dado como um fato porque é ainda uma possibilidade de fato e, se for divulgado, se transforma em fato real no imaginário social. Ademais, isso gera um jogo que atenta contra a "paridade armas", que é um princípio do processo penal, e a "igualdade de voz", que é um princípio do jornalismo, porque resume a contenda em ataque e defesa. Quem ataca, se preparou antes, dá todas as evidências sobre um eventual fato; a quem se defende cabe apenas dizer se concorda ou não, se é falso ou verdadeiro.

Ou seja, o princípio da narrativa jornalística de que o fato deve se transformar em palavras e imagens, mudou para: as palavras e imagens se transformam, por si só, em fatos. A questão é que a imensa maioria dos jornalistas que, na república de Curitiba, cobrem a Lava Jato é vítima da estrutura dos meios e, portanto, da rotina profissional. Os colegas de profissão têm de trazer duas, três, quatro ou até cinco matérias por dia. Logo, não tem alternativa, o que diz o entrevistado vira fato, mesmo sendo factoide.

Se tivesse havido uma única ação, por mais merreca que fosse, de jornalismo investigativo em toda a construção do golpe e na operação Lava Jato, teríamos

outras versões do mesmo fato, ou até mesmo a versão de que o fato não passou de um factoide. Mas não, o jornalismo assume como verdade o que lhe foi dito. Eis a nova especialidade da imprensa brasileira e paranaense: o jornalismo declaratório. É a construção do fato pela palavra, sem que o fato tenha necessariamente existido.

A CONVOCAÇÃO DA 'PARTICIPAÇÃO POPULAR'

Vejamos como isso se dá na prática. Morando a 40 metros da praça Santos Andrade, no centro de Curitiba, foi possível acompanhar a maior parte das manifestações contra o governo Dilma, que ali começavam. Num dos dias marcados - cuja data não revelo aqui para não expor os profissionais em questão – assisto pela TV Globo entradas ao vivo de diversas partes do país, em torno das 13h. No ao vivo de Curitiba a pessoa - de novo para evitar a exposição de colegas - informa que os manifestantes já estão chegando na praça e em seguida entrevista um organizador, convidando (literalmente) a todos, dizendo: "Venham combater a corrupção. Vamos limpar o Brasil e tirar do poder esses corruptos".

Conheço bem a figura em questão: é um cabo eleitoral, assalariado da Assembleia Legislativa do Paraná, a serviço de um deputado estadual envolvido no esquema de corrupção denunciado por quatro grandes colegas de profissão na série Diários Secretos, da mesma Gazeta do Povo e RPC, afiliada da Rede Globo no Paraná. Aliás, grande série de reportagens de fato investigativas, que nos orgulha a todos. A imagem, feita cuidadosamente em plano fechado no profissional da imprensa e no 'ilibado' senhor, dava a entender a presença de um grande público na praça, que se avolumava logo atrás.

Imaginei centenas de pessoas. Desci, então, para a praça. Contei, eram exatamente 32 pessoas e um carro de som na praça. Conversei com meus amigos de profissão e, em tom informal, disse: "Puxa, pensei que a praça estava cheia!" A resposta também veio informal: "Se você diz isso, ótimo; então conseguimos atender ao pedido de cima".

VEM DE CIMA

A mais de uma dezena de colegas de profissão, que trabalham na RPC, perguntei em ocasiões diversas, por que a mesma informação sobre a Lava Jato é dada no jornal local se, logo em seguida, rigorosamente as mesmas informações são dadas na edição nacional. As respostas foram sempre: "São ordens de cima". Nunca consegui saber se são ordens da chefia imediata, dos donos da emissora ou do Rio de Janeiro, embora quatro dessas pessoas me confidenciaram: "Eu não posso afirmar, mas pra mim são ordens da cabeça de rede", ou seja, do Rio de Janeiro.

Portanto, somente na RPC a mesma reportagem da Lava Jato entrava e entra sete vezes ao dia: Bom Dia Paraná, Bom Dia Brasil, Jornal local 1ª edição, Jornal Hoje, Jornal local 2ª edição, Jornal Nacional e Jornal da Globo. Fato é que o descontentamento de muitos profissionais, especialmente de editores e editores-chefe, encarregados de fechar o jornal, sempre foi patente na emissora. No mínimo porque a obrigação de dar espaço à Lava Jato, a qualquer custo, sempre significou derrubar (jargão que usamos nas redações) parte importante do jornal.

O APLAUSO NA REDAÇÃO

Para comprovar que há sim bons e éticos jornalistas nas redações e trabalhando na rua, vale citar outra questão que incomodou muitos profissionais de dentro da mesma emissora. Parte da redação da RPC irrompeu em aplausos no momento em foi noticiada a condução coercitiva de Lula, pela Polícia Federal, no começo de 2016. Eram os coleguinhas militantes de direita e aqueles que vestem a pele do patrão. Ao contrário do que recomendou o professor Newton, era o grupo feliz por ter visto triunfar a 'sua verdade', abdicando de levantar dúvidas. Coube aos jornalistas de fato, os éticos, e que são muitos ali, o desconforto, a vergonha alheia.

Se é verdade que, enquanto cidadãos, temos o direito, e até o dever, de ser militantes, também é verdade que, no exercício do jornalismo, dentro de um veículo que se diz neutro, isento, imparcial, devemos lutar e nos comportar com toda a neutralidade, isenção e imparcialidade possível. O contrário seria se o veículo assumisse sua ideologia, e deixasse claro para seu público a sua linha editorial.

REPRISAR A MESMICE

Num único dia de outubro de 2017, ouvindo a rádio Bandnews Curitiba apenas entre 8h e 8h30, das 12h às 12h40 e das 18h às 19h, ouvi sete vezes a mesma notícia, com o mesmíssimo texto, narrado por dois jornalistas distintos. Quatro veiculações foram locais e duas, nacionais. Era a notícia sobre os tais recibos do apartamento alugado por Lula. Aliás, uma reprise fidedigna da matéria veiculada um mês antes, em que o dono do apartamento dizia que tinha assinado todos os recibos no mesmo dia, quando estava internado num hospital. A única novidade era que a defesa de Lula tinha pedido imagens de entrada e saída do hospital para provar o contrário. O texto abria com esse fato e ocupava 90% do tempo para afirmar, inclusive com voz, o que disse o dono do imóvel um mês antes durante interrogatório.

Dias depois o hospital revela que nas imagens não aparece a suposta pessoa enviada por Lula para levar os tais recibos. Então, nesses mesmos horários, a notícia só foi veiculada uma única vez em rede nacional.

Aliás, quando o MP saiu com a fabulosa explicação de que os tais recibos são "ideologicamente falsos", a mesma emissora, e nenhum outro veículo, ousou duvidar, pedir explicações sobre como eles poderiam comprovar isso. Afinal de contas, o próprio MP havia assumido que, de fato, o processo deixava o campo da Justiça para entrar no campo ideológico.

JORNALISMO NO ESGOTO

Fato é que, com a Lava Jato, o jornalismo paranaense - e o nacional, claro! – decidiu rasgar uma série de regras recomendadas a um bom jornalismo. Como vimos, uma é a novidade. Ou seja, o que já foi dado só vale notícia novamente se tiver novos fatos, versões ou mesmo declarações a respeito, que alterarem o entendimento anterior do que fora noticiado. Se tomarmos as novidades que foram aparecendo, só no caso Triplex atribuído a Lula, não chegamos a duas dezenas de fatos que poderíamos chamar de novos. No entanto, desde o início da operação Lava Jato o caso já apareceu, pelo menos, mais de 300 vezes em cada um dos dezenas de veículos que tomaram a decisão, própria ou por encomenda, de cobrir passo a passo a operação. A repetição da mesma notícia por dias seguidos e sua retomada, sem nenhuma novidade, meses e anos depois são fenômenos inéditos no jornalismo inventado aqui.

O mesmo acontece com o princípio de dar as duas ou mais versões do fato. Ora, a Nota Pé, aquela lida pelo apresentador após a reportagem, não cumpre em absoluta essa função. Essa prática de 'eu te acuso e você se defende' é um engodo, porque não oferece o mesmo tratamento às diferentes informações; não respeita o princípio de "paridade de armas". Isso é tão óbvio porque coloca no mesmo patamar o acusado que é inocente e o acusado que é, de fato, um corrupto. Algum corrupto, por acaso, dirá a um jornalista: "Sim, é verdade, eu roubei..."?

Da mesma maneira, o jornalismo abriu mão de investigar para acomodar-se na prática, quase sempre nefasta, do jornalismo declaratório, que podemos chamar também jornalismo de fofoca.

De fato, vamos levar décadas para resgatar o jornalismo autêntico, tão sonhado, e jogado no lixo pelas famigeradas coberturas da operação Lava Jato e a preparação do golpe contra a presidente Dilma. Não se trata, em absoluto, de advogar por um jornalismo que defenda qualquer acusado, mas que cumpra rigorosamente a sua função de informar com a isenção, a neutralidade e imparcialidade possíveis, o que absolutamente não houve e não há nessas duas coberturas.

VOZES DOS DONOS

Patrícia Cornils[1]

Não haveria golpe no Brasil se não fosse pela atuação da imprensa comercial. Os meios de comunicação brasileiros realizaram um trabalho coletivo, iniciado há pelo menos uma década e que continua depois do impeachment de Dilma Rousseff – hoje, meados de fevereiro de 2018 – para exigir a prisão de Lula. Este direcionamento da opinião pública recrudesceu em momentos como a cobertura do chamado Mensalão e, desde as eleições de 2014, é feito incansavelmente.

A imprensa exagerou a natureza, o tamanho e as dimensões da crise econômica que começou em 2015. Disseminou a ideia de que a eleição de 2014 foi um estelionato eleitoral e maximizou os problemas e os erros do governo Dilma. Identificou o governo com o PT depois de uma breve lua de mel em que Dilma apareceu como a realizadora de uma "faxina ética" e seguiu seu esforço de criminalização do Partido dos Trabalhadores e dos movimentos sociais de esquerda. Isso empobrece o debate público no país. Em vez de evidenciar as forças políticas que disputam o poder no país, seus papéis, projetos e interessses, a imprensa rema em uma direção única na qual prevalece, ainda hoje, a linha expressa pelo então senador catarinense do DEM, Jorge Bornhausen, em 2005: "Vamos nos ver livres dessa raça pelos próximos 30 anos". Ou, na sua versão mais comedida, "precisamos tirar o PT do poder".

Dois dias antes do segundo turno das eleições presidenciais de 2014, portanto antes mesmo das urnas se abrirem para votação, o jornalista Merval Pereira escreveu, em sua coluna do jornal O Globo[2], um texto chamado *Tendências e Denúncias*. A denúncia a que se referia eram declarações do doleiro Alberto Youssef à Lava Jato, publicadas em edição especial de Veja[3] às vésperas da eleição, de que Lula e Dilma "sabiam o que estava acontecendo na estatal brasileira [Petrobras]".

1 Jornalista especializada em economia, tecnologia e comunicações e cineasta. Com os agradecimentos a Antonio Martins, Beatriz Abramo, Breno Altmann e Mauro Lopes

2 Tendências e Denúncias, coluna de Merval Pereira em OGlobo, 24/10/2014 - http://blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira/post/tendencias-denuncias-553108.html

3 Edição especial de Veja em 23/10/2014 - https://veja.abril.com.br/brasil/dilma-e-lula-sabiam-de-tudo-diz-alberto-youssef-a-pf/

A edição especial foi reproduzida por outros grandes veículos, como a Folha de S.Paulo[4], e visava influenciar o resultado das eleições.

A primeira tendência que o texto de Merval Pereira apontava era a da reeleição de Dilma, indicada pelas pesquisas. A segunda era mais impressionante. Antes mesmo de os brasileiros irem à urnas, ele afirma que a presidenta seria derrubada. Comprovadas as declarações de Youssef, escreveu ele, "*o impeachment da presidente será inevitável, caso ela seja reeleita no domingo. Corremos o risco de estarmos condenados a uma crise institucional das grandes com membros do Congresso, governadores e até a presidente eleita envolvidos em um processo criminal mais grave do que o mensalão*".

Dilma não foi derrubada por conta das declarações de Youssef – que não foram provadas até hoje – e sim pelo que se batizou de pedaladas fiscais. Mas uma leitura atenta de textos publicados, ao longo de anos, por jornalistas como Merval Pereira, mostra o trabalho de construção de uma única saída possível, uma espécie de "solução final" para o Brasil. Um bom governo não seria resultado do embate de forças políticas – e nem de eleições – mas de uma só coisa: a retirada do Partido dos Trabalhadores da Presidência da República e a garantia de que não ganhe mais as eleições. Este ponto de vista ainda hoje é replicado, por dezenas de outros jornalistas, em todos os grandes veículos de imprensa do país.

Funcionário das Organizações Globo desde 1968[5], quando foi contratado como estagiário do jornal O Globo, Merval é, além de colunista do jornal, comentarista de política da Globonews e da Rádio CBN, em programas diários. O jornal, a rádio e o canal de TV por assinatura pertencem à família Marinho e estão entre os líderes de audiência em seus segmentos[6]. Nos veículos das Organizações Globo também trabalha Carlos Alberto Sardenberg, âncora do programa CBN Brasil, veiculado de terça a sexta, comentarista econômico da CBN, do Jornal das Dez (da Globonews), e do Jornal da Globo, da TV Globo. Escreve coluna semanal no jornal O Globo[7].

Assim como eles, essas vozes privilegiadas que relatam e comentam a situação política do país circulam por vários dos maiores veículos da mídia tradicional. Reinaldo Azevedo escreve uma coluna semanal na Folha de S.Paulo[8], é comentarista do telejornal RedeTV! News, da RedeTV!. Faz também comentários

---

4 Folha Padrão Veja: O DNA marrom da mídia brasileira, por João Feres Júnior - http://jornalggn.com.br/noticia/folha-padrao-veja-o-dna-marrom-da-midia-brasileira-por-joao-feres-junior

5 Biografia de Merval Pereira - http://www.record.com.br/autor_sobre.asp?id_autor=6047

6 Monitoramento da Propriedade da Mídia – Grupo Globo - http://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/empresas/detail/company/company/show/grupo-globo/

7 Carlos Alberto Sardenberg - http://www.sardenberg.com.br/o-jornalista/biografia.html

8 Reinaldo Azevedo, Folha de S. Paulo - http://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/

diários na Band News FM[9]. Foi colunista em Veja e, por 12 anos, escreveu um *blog* no *site* da revista. Em maio de 2017 rescindiu seu contrato e migrou o *blog* para o Portal da RedeTV![10]. No mesmo mês saiu da rádio Jovem Pan, onde era comentarista do Jornal da Manhã e comandava o programa Os Pingos nos Is.

N'Os Pingos nos Is hoje está o jornalista Augusto Nunes[11], que também tem um programa de vídeos curtos chamado 1 Minuto Com Augusto Nunes no portal Veja.com[12] e apresenta, desde 2013, o programa Roda Viva na TV Cultura, a tevê pública do estado de São Paulo. Também está Felipe Moura Brasil, organizador do livro "*O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*", coletânea de artigos de Olavo de Carvalho, ídolo da juventude direitista. Moura Brasil trabalhou durante três anos e meio como colunista da Veja e em maio de 2017 passou a integrar o *site* O Antagonista. O anúncio de sua chegada ao site começa assim: "*Escrevi no Twitter em 1º de janeiro de 2015: "Desejo a Diogo Mainardi e Mario Sabino sucesso (lê-se: impeachment).*"[13]

Eliane Cantanhêde, que trabalhou na Folha de S. Paulo entre 1997 e 2014, hoje é colunista de O Estado de S. Paulo e comentarista do telejornal "GloboNews Em Pauta" e das rádios Estadão e Metrópole[14]. Esses profissionais são, com estilos, linguagens e intensidade diferentes entre eles, críticas ao PT, aos seus governos, aos movimentos sociais de esquerda. Todos defendem a constitucionalidade e legitimidade do impeachment, a justeza da condenação de Lula pelo juiz Sergio Moro e sua confirmação pelo TRF-4. Todos são ouvidos, diariamente, por milhões de pessoas.

Com raras exceções, como Janio de Freitas na Folha de S. Paulo[15][16]; Bernardo de Mello Franco, na Folha de S.Paulo[17] e Maria Cristina Fernandes, no Valor Econômico e na CBN[18], não há na imprensa um olhar crítico, ou pelo menos

---

9 Reinaldo Azevedo, Band News - http://www.bandnewsfm.com.br/colunista/reinaldo-azevedo/

10 Blog do Reinaldo Azevedo - http://www3.redetv.uol.com.br/blog/reinaldo/

11 Biografia Augusto Nunes - https://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/augusto-nunes/

12 1 Minuto com Augusto Nunes - https://veja.abril.com.br/tveja/1-minuto-com-augusto-nunes/

13 Felipe Moura Brasil - https://www.oantagonista.com/brasil/felipe-moura-brasil-e-antagonista/

14 Eliane Cantanhêde - https://web.facebook.com/pg/elianecantanhedejornalista/about/?ref=page_internal

15 Janio de Freitas - http://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefreitas/2018/01/1952105-moro-condenou-lula-por-ato-de-oficio-indeterminado-ou-seja-nao-existente.shtml

16 Janio de Freitas – https://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefreitas/2017/08/1913413-governo-em-que-94-a-cada-100-brasileiros-nao-confiam-nem-deveria-existir.shtml

17 Bernardo Mello Franco – Vai ter Golpe? - http://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardomellofranco/2015/12/1716218-vai-ter-golpe.shtml

18 Maria Cristina Fernandes na CBN - Delações mostram que Dilma sofreu impeachment porque se opôs a esquema de corrupção, http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/79383/delacoes-

mais complexo, sobre decisões da Lava Jato, o impeachment, a condenação de Lula e as reformas levadas a cabo pelo governo Temer. Compare esta afirmação de Jânio de Freitas ("*Prisão em Segunda Instância é uma Arbitrariedade do STF*"[19]) com esta de Josias de Souza, também na Folha de S. Paulo: "*Não parece razoável que um país inteiro tenha que fenecer para salvar uma biografia que não se deu ao respeito. Ao julgar qual deve ser o seu papel nesse enredo, o Supremo dirá que tamanho deseja ter.*"[20] Qual representa melhor as posições que predominam na "grande" imprensa?

Assim como antecipou o movimento pelo impeachment e noticiou a tese das pedaladas, Merval Pereira contribuiu para disseminar a ideia de que a eleição de Dilma foi um "estelionato eleitoral": "*Foi justamente para impedir que o governante se utilize do dinheiro público de forma indevida para fazer populismo que foi editada a Lei de Responsabilidade Fiscal, que Dilma está sendo acusada de ter transgredido de diversas formas, especialmente em ano eleitoral.*"[21]

Augusto Nunes dedica a grande maioria de seus vídeos no portal da Veja a atacar mesmo militantes petistas – que chama da "turma da missa negra", "seita que tem em Lula seu único deus"[22]. Reinaldo Azevedo criou a expressão "petralhas", uma mescla de petistas com os bandidos criados pela Disney, Irmãos Metralhas; comparou o PT à máfia[23] e fez paralelo entre petistas e nazistas[24].. Foi chamado de "direita delirante" por Guilherme Boulos em 2014[25], quando tinha 150 mil acessos diários em seu site.

Como escrevem colunas de opinião, suas posições no debate político são mais claras. Eliane Cantanhêde escreveu uma coluna entitulada "*É Hoje o Dia*" em 16 de agosto de 2015[26], data de protesto da oposição pelo impeachment de Dilma. Lembram-se de como segue a música de Caetano Veloso? "... da alegria..." Compare com o que ela diz sobre os petistas nas ruas, ao decretar "o fim do projeto

-mostram-que-dilma-sofreu-impeachment-porq.htm

19 Janio de Freitas - https://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefreitas/2018/02/a-prisao-em-segunda-instancia-e-uma-arbitrariedade-do-stf.shtml

20 Josias de Souza - https://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2018/02/09/stf-nao-julgara-pedido-de-lula-mas-a-si-mesmo/?cmpid=copiaecola

21 Merval Pereira - http://blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira/post/retrocesso.html

22 Augusto Nunes - https://veja.abril.com.br/tveja/1-minuto-com-augusto-nunes/a-turma-da-missa-negra-vai-quebrar-a-cara/

23 Reinaldo Azevedo - http://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2014/11/1551205-o-pt-e-a-mafia.shtml

24 Reinaldo Azevedo - http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/172013-o-nacional-socialismo-petista.shtml

25 Guilherme Boulos – http://outraspalavras.net/brasil/reinaldo-azevedo-e-a-direita-delirante/

26 Eliane Cantanhêde – http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,e-hoje-o-dia,1744764

do PT" e comemorar a condução coercitiva de Lula pela Lava Jato[27], em março de 2016: "*A possibilidade de impeachment de Dilma é cada vez mais real e a próxima etapa de todo esse processo deve ocorrer nas ruas. Vêm aí as manifestações do dia 13 contra Dilma, Lula e o PT, mas, antes delas, já começam os confrontos. As bandeiras vermelhas, em minoria, vão tentar ganhar no grito - ou na pancadaria.*"[28]

Esta ideia de uma militância violenta e de um partido autoritário é o pano de fundo de muitos dos textos dos colunistas da "grande" imprensa sobre o Partido dos Trabalhadores. O PT, de acordo com Demétrio Magnoli, "decidiu depredar o debate público dividindo o país entre 'nós' e 'eles'".. Demétrio faz comentários sobre política internacional na Globonews e escreve uma coluna semanal na Folha de S.Paulo. Para ele, "*existe um DNA autoritário na corrente política, no lulopetismo, que ocupa o governo há 12 anos, que é a crença de que a oposição faz mal ao país, representa interesses contrários ao país*". Magnoli chega ao ponto de defender que é o PT o responsável pelos pedidos de seu próprios extermínio feito, nas ruas, por grupos de direita. Porque dividiu o país entre "nós" e "eles"[29]. Qual foi o papel da imprensa nesta cisão? As frases acima, de colunistas que se referem aos governos petistas, ao PT e à esquerda, são um trabalho de quem se preocupa em criar um clima de respeito no debate político? Ou, ainda: que outro partido é chamado sistematicamente de Organização Criminosa, ou OrCrim, como se referem ao PT os colunistas do *site* O Antagonista? Como ler, em retrospecto, a declaração de Aécio Neves depois das eleições de 2014, ecoada até agora por essas publicações? "*Eu perdi a eleição para uma organização criminosa*[30]", disse ele a O Globo, em 1 de dezembro de 2014.

Esta cisão do país é operada nas páginas noticiosas dos próprios veículos da imprensa dominante e ficou clara, por exemplo, no tratamento das notícias sobre as manifestações a favor e contra o impeachment de Dilma Roussef. Os participantes dos atos a favor do impeachment, convocados e com cobertura ao vivo pela televisão mais assistida do país, a Globo, foram chamados de "brasileiros"[31], "o povo brasileiro". Os participantes de atos contra o impeachment eram...

---

27 Partido dos Trabalhadores – http://www.pt.org.br/o-que-estava-por-tras-da-conducao-coercitiva-de-lula/

28 Eliane Cantanhêde – http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,e-o-fim-do-projeto-do-pt,10000019501

29 Demétrio Magnoli – Nós e eles, aos 14 minutos – http://tvcultura.com.br/videos/13399_roda-viva-demetrio-magnoli-27-04-2015.html . DNA autoritário, aos 23 minutos.

30 Aécio Neves, em O Globo – https://oglobo.globo.com/brasil/eu-perdi-eleicao-para-uma-organizacao-criminosa-diz-aecio-neves-14703942

31 Fantástico – http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/03/brasileiros-manifestam-em-varios-estados-contra-corrupcao-e-governo.html

"manifestantes"[32] . E não, tanto como os demais, brasileiros com uma posição política sobre os rumos do país.

A mesma diferença de tratamento pode-se ver nas matérias sobre o governo Dilma e sobre o governo de Michel Temer. Tente se lembrar de qualquer medida dos governos petistas que não tenha sido bem aceita pelo Congresso Nacional e pela população que receba uma cobertura tão intensa – e favorável – como a da Reforma da Previdência. Não há. O que Merval Pereira escreveu sobre, por exemplo, a proposta de Reforma Fiscal de Dilma Rousseff em setembro de 2015: "*Se ajuste fiscal não for aprovado, Dilma perde a condição de governar.*[33]" A popularidade de Dilma estava em baixa[34], é verdade, e como escreveu Merval, "todo mundo foge de um governo impopular". Escreveu mais que isso: um governo impopular não tem condições de governar. Mas... veja como se refere à impopularidade do governo Temer: "*Temer usa impopularidade para fazer reformas*[35]".

A divisão entre "nós" e "eles" não é evocada pelos jornalistas da imprensa dominante no Brasil para refeletir sobre a posição da maioria da população, contrária à reforma da Previdência, às privatizações e que quer votar em Lula para a Presidência do país[36]. Ao contrário, os argumentos não explicitados nos meios de comunicação são de que esta mesma população à qual eles deveriam informar, cumprindo seu papel social... é desinformada. Ou, como diz Fernando Henrique Cardoso, "a Pátria precisa de um eleitorado que leve ao poder quem tenha visão de País e do mundo.[37]" Assim como não ocorreu a Merval Pereira, em outubro de 2014, analisar a divisão, clara nas pesquisas, entre o perfil social de quem pretendia votar em Aécio e quem pretendia votar em Dilma, não ocorre aos jornalistas da mídia dominante refletir seriamente sobre as razões da maioria dos eleitores para declarar, até hoje, seu voto em Lula. Falta-lhes visão, acreditam.

Os jornalistas mais ouvidos e lidos no Brasil têm posições políticas. Mas não estão somente as expressando quando exercem sua profissão. Eles são

---

32 Jornal Nacional – http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/03/manifestantes-fazem-atos--contra-o-impeachment-e-favor-de-lula.html

33 Merval Pereira – http://blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira/post/se-ajuste-fiscal-nao-aprovado-dilma-perde-condicao-de-governar.html

34 Merval Pereira – http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/merval-pereira/2015/04/01/PESQUISA-DE-POPULARIDADE-MOSTRA-RETRATO-DE-SITUACAO-POLITICA-DELICADA-PARA-DILMA.htm

35 Merval Pereira - http://blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira/post/temer-usa-impopularidade--para-fazer-reformas.html

36 País está dividido: pobres com Lula e ricos contra ele – Caminho pra Casa – http://outraspalavras.net/maurolopes/2018/02/02/pais-esta-dividido-pobres-com-lula-e-ricos-contra-ele/

37 Fernando Henrique Cardoso, no Estado de São Paulo - http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,politica-e-eleicoes,70002176483

porta-vozes dos interesses dos proprietários das publicações em que trabalham – ou das quais são associados, como o caso de Diogo Mainardi e Mario Sabino, sócios da corretora Empiricus no site O Antagonista[38].

E aqui estamos falando de outra divisão entre "nós" e "eles". Nos seguintes termos: de acordo com a revista Forbes, os três irmãos que controlam as Organizações Globo – Roberto Irineu Marinho, João Roberto Marinho, José Roberto Marinho –, juntos, tinham uma fortuna estimada em US$ 28,9 bilhões em 2014[39]. Neste ranking, são a família mais rica do país, à frente mesmo das famílias Safra (Joseph Safra, Moise Safra e Lily Safra, com US$ 20,1 bilhões); Ermírio de Moraes (Antonio Ermírio de Moraes, Ermírio Pereira de Moraes, Maria Helena Moraes Scripilliti, José Roberto Ermírio de Moraes, José Ermírio de Moraes Neto e Neide Helena de Moraes, com US$ 15,4 bilhões); Moreira Salles (Fernando Roberto Moreira Salles, João Moreira Salles, Pedro Moreira Salles e Walter Moreira Salles Junior, com US$ 12,4 bilhões).

De acordo com a Oxfam, em levantamento divulgado no Fórum Econômico Global, Davos, em 2018, apenas os três irmãos Marinho, herdeiros do grupo Globo, e mais cinco homens (Jorge Paulo Lemann, sócio da Ambev e dono da Budweiser, Burger King e Heinz; Joseph Safra, dono do banco Safra; Marcel Herrmann Telles, sócio da Ambev e também dono da Budweiser, Burger King e Heinz; Carlos Alberto Sicupira, outro sócio da Ambev e dono da Budweiser, Burger King e Heinz; Eduardo Saverin, cofundador do Facebook) possuem juntos a mesma riqueza que mais de 100 milhões de brasileiros, metade da população do país, juntos[40].

Para quem tem esse patrimônio, qualquer decisão política e econômica representa perdas ou ganhos proporcionais. Por isso é fundamental interferir nos rumos do país. Cinco dias dias depois de ter realizado o lançamento de ações do PagSeguro Digital –- que pertence ao UOL, do Grupo Folha -- na Bolsa de Nova York, Otavio Frias Filho, controlador do Grupo Folha, publica um texto dizendo que "*com Lula fora de cena, mas atuante no pano de fundo, talvez seja menos crispado um processo eleitoral que se previa belicoso. A melhora que estará em curso na economia deve disseminar um fator de bem-estar relativo na*

38 Quem Controla a Mídia – O Antagonista - http://brazil.mom-rsf.org/br/midia/detail/outlet/o-antagonista/

39 UOL Economia – https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/05/14/marinho-e-a-familia-mais-rica-do-brasil-segundo-forbes-veja-lista.htm?cmpid=copiaecola

40 Rede Brasil Atual - http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2017/01/donos-da-globo-estao-entre-os-oito-que-tem-mais-de-metade-da-riqueza-do-pais-1

população." No lançamento das ações, o Grupo Folha levantou US$ 2,7 bilhões (R$ 8,7 bilhões)[41].

Na semana da condenação de Lula, a Empiricus enviou o seguinte e-mail a seus investidores: "*Com um ambiente internacional favorável, a condenação do ex-presidente Lula, a queda na taxa de juros e o início de uma recuperação econômica, temos uma combinação de fatores explosiva para alguns investimentos. É a chance de você multiplicar seu capital por 2x, 10x e até mesmo 20x com esse movimento.*" A Empiricus[42] ganhou projeção após o vídeo "O Fim do Brasil" (de 2014)[43], patrocinado para exibição das redes sociais e anúncios do Google, onde traçavam um cenário desastroso para a economia nacional e atacavam as políticas do então governo de Dilma Rousseff – e se vangloriavam de ter poupado perdas aos seus investidores ao antecipar a queda de ações da Petrobras e das grandes empreiteiras brasileiras.

As empresas jornalísticas se movem em função dos interesses desses bilionários e investidores. Não estão mais vinculadas a parâmetros jornalísticos tradicionais. O principal objetivo das Organizações Globo, maior conglomerado de mídia do Brasil, é a proteção dos interesses de seus controladores, que coincidem com os interesses dos demais multibilionários do país. Neste sentido, a comunicação social no Brasil é dominada, hoje, por interesses privados – e não públicos. O jornalismo não tem mais rabo preso com seus leitores e espectadores. Como se chama a captura de funções públicas – contribuir para que cidadãos e cidadãs, em uma democracia, tomem decisões bem informadas? – por interesses privados?

---

41 Poder 360 - https://www.poder360.com.br/economia/grupo-dono-da-folha-e-do-uol-levanta--us-27-bilhoes-na-bolsa-de-nova-york/

42 Quem Controla a Mídia? - http://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/empresas/detail/company/company/show/empiricus/

43 Empiricus – O Fim do Brasil - https://www.youtube.com/watch?v=prJF2QnjGVM